

Elder Andrade de Paula



(DES)

ENVOLVIMENTO
INSUSTENTÁVEL
NA AMAZÔNIA OCIDENTAL



**(DES) ENVOLVIMENTO
INSUSTENTÁVEL NA
AMAZÔNIA OCIDENTAL**

dos missionários do progresso
aos mercadores da natureza

Copyright © 2013- Elder Andrade de Paula..

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

P324d PAULA, Elder Andrade de

(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:
dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.
Rio Branco: Edufac, 2013. 452 p.

ISBN 85-98499-11-0

Inclui bibliografia

1. Desenvolvimento insustentável, 2. Estado - desenvolvimento, 3.
Sindicalismo rural - Amazônia, I. Título

CDU 331.102.325 (811.3)

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - EDUFAC

Campus Rio Branco, BR-364, Km. 4.

CEP 69920-900 - Distrito industrial - Rio Branco-Acre.

68 3901 2402 • 3901 2568

edufac@ufac.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

Reitor

Minoru Martins Kinpara

Vice-Reitora

Margarida de Aquino Cunha

Pró-Reitor de Planejamento

Alexandre Ricardo Hid

Pró-Reitor de Administração

Tiago Rocha dos Santos

Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Filomena Maria Oliveira da Cruz

Pró-Reitor de Graduação

Maria Socorro Neri Medeiros de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Josimar Batista Ferreira

Pró-Reitora de Extensão

Enock da Silva Pessoa

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Cleilton

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - EDUFAC

Diretor

Antonio Gilson Gomes Mesquita

Coordenador de Editoração/Diagramador

Antonio de Queiroz Mesquita

Editora de Publicações

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Secretária

Ormifran Pessoa Cavalcante

Editora de vídeo

Daniela Barivieri Pacheco

(DES) ENVOLVIMENTO INSUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

dos missionários do progresso
aos mercadores da natureza

Segunda edição



Àqueles que, a exemplo de Chico Mendes, se recusam a submergir-se nas trevas de um mundo mercantilizado, destituído de perspectivas de futuro, sonhos e utopias. À memória de dois grandes e inesquecíveis amigos: José Galdino de Paula (pai) e Clarindo Almeida Andrade (tio).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO I

A “MODERNIZAÇÃO” NO ACRE: DO MONOEXTRATIVISMO DA BORRACHA AO AGROEXTRATIVISMO 37

1.1. Um olhar sobre o território e população no final do século XX..... 39

1.2. Considerações sobre a formação política e econômica do Estado do Acre 51

1.3. Os domínios da terra na formação da sociedade acreana..... 62

1.4. Expansão da fronteira agrícola para a Amazônia 77

1.4.1. O caso do Acre..... 84

1.5. Os rumos da “modernização” no agro acreano .92

CAPÍTULO II

O PROGRESSO COMO MISSÃO 123

2.1 O poder oligárquico regional e os “capitais forâneos”: afinidades e contradições 126

2.2. INCRA: características institucionais e política de atuação..... 156

2.2.2. Discriminação de terras públicas e regularização fundiária	179
2.3. A Delegacia Regional da Contag	197
2.3.1. A Delegacia Regional da Contag e os conflitos de terras.....	205

CAPÍTULO III

NOS LABIRINTOS DA “MODERNIZAÇÃO” : DE “INFERNO VERDE” A “PARAÍSO DOS VERDES” 221

3.1. Os anos 80: década perdida ou década achada?	224
3.2. O INCRA procura se “achar” no governo da “Nova República”	235
3.3. O INCRA-AC: o “missionário” e a “missão”: a procura de um lugar no “paraíso dos verdes”?	242
3.3.1. Considerações sobre o PRRA-AC	257
3.4. O MSTR e os novos desafios da “modernização”	271
3.4.1. As disputas pela hegemonia na direção sindical.....	282
3.4.2. MSTR e a “modernização”: da luta pelo cumprimento da lei à luta pela mudança da lei	289
3.4.3. CNS: a “modernização” em três atos.....	295

CAPÍTULO IV

ENIGMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A

NATUREZA MERCANTILIZADA..... 313

4.1. “Reformas estruturais”: a “modernização” do país sob os imperativos do “mercado” 316

4.2. “Jogando o jogo” do “mercado”: a redefinição do lugar da Amazônia no processo de acumulação do capital322

4.2.1. Considerações sobre a concepção de “desenvolvimento sustentável” dos BMDs332

4.3. A Descentralização político-administrativa e o “desenvolvimento sustentável” 339

4.3.1. INCRA-AC: a descentralização político-administrativa e o “desenvolvimento sustentável” 348

4.3.2. O MSTR e a mercantilização da natureza376

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS419

ENTREVISTAS435

GLOSSÁRIO DE SIGLAS..... 436

PREFÁCIO

O livro que tenho o prazer de prefaciар é produto de uma reflexão acadêmica rigorosa levada a cabo por um militante e profundo conhecedor da realidade acreana. Creio que devo acrescentar um terceiro componente que é a paixão por essa região do país que sempre animou os estudos do Elder.

Reflexão e envolvimento não são uma combinação fácil de conseguir, de modo a produzir um pensamento militante de qualidade. Costuma-se apontar que nesses casos o ator atropela, muitas vezes, o autor. Considero, no entanto, que estamos diante de um exemplo de combinação virtuosa do desejo de contribuir para a compreensão e transformação da realidade com as inquietudes próprias do pensamento crítico, combinação temperada com a fala enfática que caracteriza o autor.

Os trabalhos analíticos e de pesquisa percorrem caminhos, freqüentemente, tortuosos até adquirirem sua forma final. Na medida em que avança o contato com a bibliografia e que novas informações são geradas pela pesquisa, vão se alterando as questões que se coloca o pesquisador sobre o objeto de sua reflexão. No caso das teses acadêmicas, o próprio objetivo do trabalho não mantém sua formulação original. Dois elementos relacionados com a elaboração da tese pelo Elder merecem ser mencionados, inclusive porque valorizam a leitura do presente livro.

O primeiro elemento diz respeito ao lugar da teoria em trabalhos dessa natureza. Ocorre com muita frequência dos pós-graduandos definirem seus projetos a partir de uma ou mais questões teóricas – ou melhor, suscitadas na relação do estudante com a teoria – as quais serão aplicadas numa determinada realidade. Longas digressões teóricas são seguidas de referências empíricas que as validariam. Não é minha pretensão abordar a relação entre teoria e empiria, mas sim chamar a atenção para uma característica do livro que irão ler.

Note-se que a argumentação do autor está estruturada de um modo no qual as questões a serem respondidas com o recurso da teoria emergem da observação dos processos sociais e econômicos que o pesquisador se propôs analisar. Claro, uma observação guiada pelo ‘olhar informado’ (teoricamente) do pesquisador. Além disso, trata-se de um enfoque no qual os processos sociais e econômicos são considerados em sua indeterminação, isto é, abertos a soluções inesperadas que sempre complicam a vida das análises lineares que se apegam a scripts (como Elder os denomina). Estou certo que o resultado final do trabalho ora publicado ganhou em rigor e riqueza com a quase inversão verificada na primeira formulação da tese apresentada por Elder cujo apego à ortodoxia, diga-se de passagem, acentuava o ‘viés teoricista’ dos projetos a que me referi.

O segundo elemento que quero mencionar refere-se à opção por eleger dois atores sociais que funcionaram como ‘âncoras’ das questões que Elder pretendia enfrentar. O INCRA e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais foram escolhidos como representativos, respectivamente, da atuação do Estado (da “sociedade política”) e da sociedade civil em face das permanências e rupturas enxergadas pelo autor no processo de modernização no Acre.

Como seria de se esperar em se tratando da região Amazônica, sobressaem os dilemas e conflitos que se definem no entorno da ideia de um desenvolvimento sustentável. Eles são perpassados pela iniquidade social que caracteriza os processos sociais e econômicos no Brasil, tendo nesse caso a posse e uso da terra como principal fator determinante. Não passará despercebido do (à) leitor (a) a interpretação de que o relativo êxito no bloqueio dos intentos dos “missionários do progresso” tenha sido sucedido pela ascensão dos “mercadores da natureza”.

O aparelho de Estado e as organizações sociais populares ganham materialidade através da análise de duas das suas corporificações consideradas, por Elder, como chaves no caso acreano. Uma análise original e instigante procura ir além da convencional contraposição entre um órgão de Estado com a trajetória do INCRA e o movimento sindical rural, e faz isso entrando na dinâmica interna de ambos e trazendo para a cena as interfaces entre suas atuações e os dilemas postos aos que decidem “jogar o jogo”. Deixo para a apreciação do (a) leitor (a) as proposições avançadas por Elder no sentido de “mudar o jogo”.

Finalizo, desejando a todos (as) uma boa e proveitosa leitura. Compartilho a esperança que, suspeito, é nutrida por Elder de que sua contribuição seja útil aos que, como ele, aspiram por um Acre e um Brasil socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

Renato Sérgio Maluf
Professor do CPDA/UFRRJ.

APRESENTAÇÃO

No auge do verão de 1984, saí de uma passeata no centro do Rio de Janeiro – se não me engano, momento inaugural das jornadas de rua que marcaram o movimento pelas “Diretas Já” no Brasil – para tomar o avião que me levaria pela primeira vez para a Amazônia, mais precisamente para Rio Branco, Acre. Na despedida, um dos companheiros do movimento estudantil, com um sorriso maroto estampado no rosto e a irreverência peculiar dos cariocas, perguntou-me se meu objetivo era “organizar os caçadores de onça”. Respondi que minhas pretensões eram bem mais radicais: “organizar as onças para se defenderem dos caçadores”.

Passadas duas décadas, a impressão que tenho é a de que embora o estereótipo tenha sido pouco alterado, o “Centro-Sul” já não percebe a região amazônica somente como lugar de “onças e caçadores”, o imaginário agora está recoberto por um vocabulário novo: “biodiversidade”, “reservas extrativistas”, “terras indígenas”, “povos da floresta”, “Chico Mendes”, “Raoni”, “desenvolvimento sustentável”, “Florestas Nacionais-FLONAS”, “manejo de recursos naturais”, “selo verde”, “biopirataria” etc. Contudo, parece ainda pouco alterada a indiferença em relação ao que efetivamente ocorre nesse território. Salvo eventuais denúncias de desmatamentos, trabalho escravo, assassinatos de camponeses, índios e religiosos ou representações entusiásticas de viajantes

contemporâneos, os velhos problemas acabam embaralhados nas seduções de vocábulos novos, concorrendo, assim, para manter a Amazônia cada vez mais desconhecida, não só do Brasil, mas o que é ainda mais grave, de si mesma, na medida em que parte substantiva de seus habitantes incorpora uma imagem que não condiz com suas reais condições de vida.

Este livro é permeado por essas inquietações. Em linhas gerais, mostra que tanto na fase comandada pelo “Estado desenvolvimentista” quanto naquela que a sucedeu, caracterizada pelo predomínio político e ideológico de doutrinas defensoras do “mercado” como esfera privilegiada de regulação, as políticas e estratégias de desenvolvimento adotadas na região amazônica não diferem na sua essência: reprodução das bases materiais de um “desenvolvimento insustentável”. Enquanto na primeira fase tal insustentabilidade ficou evidente nos resultados socioambientais perversos, constituindo-se em motivo de forte reação dos movimentos sociais no campo e de organizações ambientalistas, que os denunciaram ao mundo; na segunda, a continuidade da exploração predatória da natureza e o agravamento das condições de vida da maioria da população não são evidenciados, isto é, não sofrem oposição equivalente, ao contrário, são aceitos como “alternativa única” pela maioria daqueles que outrora os criticaram. A projeção de uma imagem invertida do real através dos aparelhos de hegemonia – incluindo, diga-se de passagem, um “transformismo” de largo alcance – somado a fatores de ordem econômica estrutural compõem parte das explicações para a obtenção desse consentimento ativo por parte dos “mercadores da natureza”.

O conteúdo analítico dessa abordagem não expressa somente a materialização dos resultados de uma pesquisa realizada em um período determinado. As opções teóricas que orientaram a elaboração da tese que originou este livro (Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza – CPDA/UFRRJ, 2003), bem como as definições acerca do objeto de pesquisa associam-se em grande medida a uma visão de mundo construída não apenas através da frieza de um esforço individual de leituras e do cumprimento de “rituais acadêmicos” mas, sobretudo, pelo calor de uma trajetória política compartilhada com inúmeros militantes que ousaram sonhar com a emancipação humana e fazer desse sonho o motivo maior de suas existências.

Com os companheiros e companheiras de jornadas estudantis na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1978-1983) tive a feliz oportunidade de aprender a “sonhar coletivamente” e redescobrir o sentido da vida. Valores como liberdade e solidariedade não figuravam apenas na retórica, repercutiam necessariamente no cotidiano da sociabilidade no campus. Nos alojamentos (como o 237), o número de ocupantes “clandestinos”(“acochambrados”) chegava a superar em 50% o número de vagas estabelecidas oficialmente. No Restaurante Universitário (“bandejão”), era comum a divisão de uma refeição para duas pessoas afim de enfrentar os “apertos financeiros”. Havia sempre alguém disposto a dar uma “força” aos colegas na elaboração de trabalhos e em estudos preparatórios para avaliações acadêmicas. Com uma vida cultural marcada ainda pela riqueza da integração entre pessoas de origens sociais e lugares diferentes

(praticamente de todos os estados brasileiros e de muitos países latino-americanos) e por inúmeros eventos como Shows com o “pessoal mais engajado” da MPB, festivais de música, encenação de peças teatrais, exibições de filmes, festas, “rodas de viola” etc, acabou se formando aquilo que denominava-se na época uma “república ruralina”. Essa “república” não era fechada, estava atenta ao que acontecia no país e no mundo: participava da luta mais geral contra a ditadura militar, do movimento de fundação do Partido dos Trabalhadores, da legalização dos partidos comunistas, formava comitês de solidariedade à Revolução Sandinista na Nicarágua, denunciava a devastação da floresta amazônica e os assassinatos de lideranças camponesas que lutavam pela Reforma Agrária em todo o país.

Na companhia dos integrantes do MSTR no Acre, de lideranças sindicais oriundas de toda a região amazônica – que passaram a integrar o Conselho Nacional dos Seringueiros a partir do final da década de 1980 – e dos “intelectuais orgânicos” envolvidos em assessorias diretas ou indiretas a esse movimento, tive a oportunidade de olhar de “dentro para fora” a dramática luta de resistência pela terra. A curiosidade suscitada em torno de algumas “questões regionais”, bem como o desejo de contribuir teoricamente para o direcionamento da luta pela Reforma Agrária acabaram motivando-me a buscar uma especialização acadêmica. No CPDA/UFRRJ encontrei em diferentes momentos (1988-90 e 1999-2002) um ambiente propício – marcado por uma interlocução crítica e estimulante – para amadurecer essas reflexões.

Finalizo esta apresentação agradecendo, portanto, a todas aquelas pessoas que contribuíram de forma direta ou

indireta para a elaboração deste livro. Agradeço, em particular, às lideranças sindicais, servidores do INCRA, bibliotecários e arquivistas que me atenderam durante a pesquisa. Ao meu orientador, Renato Maluf, pelos ensinamentos e, sobretudo, pelas sugestões de ordem prática e teórica sempre marcadas por um diálogo franco e por um elevado espírito de tolerância. A Sônia Mendonça (UFF), Nelson Delgado, Regina Bruno, Raimundo Santos (CPDA), Henri Acselrad (UFRJ) pelas valiosas críticas e sugestões. Ao amigo Alberto Moby pela correção da Tese. A minha irmã, Dilma (Instituto de História/U.F. Uberlândia), tanto pelo incentivo permanente quanto pelas correções e sugestões para esta edição. Aos professores e amigos da UFAC: José Porfiro, Sheila Palza, Mauro César, Francisco Bento, Célia Collet, Gerson, Jones, Sandra Basílio, Moema, Robson Braga, Jacó Piccoli, João Lima, Vicente Cerqueira, Isac e Dalmir pelo apoio nos momentos diversos. À querida companheira Marineide, pela compreensão e solidariedade. A minha adorável mãe D. Elza, Dilza, Elzinha, Dilson, Mirian, Roberto, Rodrigo, enfim, a todos os meus familiares, amigos e amigas pelo carinho e estímulo constante. Um agradecimento especial a Rômulo Andrade e Marisia pela presença e apoio constante nessa jornada.

O autor

INTRODUÇÃO

O aprofundamento das desigualdades regionais¹ e inter-regionais, a elevação dos níveis de concentração de riqueza, renda e suas conseqüências sociais dramáticas nas vidas de mais de dois terços da população do planeta têm sido apontados pela maioria dos críticos da ordem mundial vigente como efeito imediato da imposição, pelo núcleo hegemônico do capitalismo internacional, de um conjunto de políticas identificadas com o neoliberalismo.

Ao longo desse período de expansão hegemônica do pensamento neoliberal têm sido canonizadas as chamadas políticas de “ajuste estrutural”, destinadas, sobretudo, a maximizar as “leis de mercado” no ordenamento das relações econômicas e sociais, isto é, reduzir progressivamente a esfera de atuação direta do Estado. Este receituário acabou, de certo modo, sendo facilitado, sob o ponto de vista de sua difusão e implementação, pela crescente valorização da sociedade civil como locus privilegiado de ação. Isso tem ocorrido porque, embora movidos por objetivos divergentes, tanto os defensores quanto muitos opositores das doutrinas

1 — A noção conceitual de “região” que orienta as nossas reflexões está referenciada nas interpretações de Vainer (1995:2). De acordo com o referido autor, as regiões devem ser entendidas enquanto, “resultado de um complexo processo histórico de construção social em que intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas. Daí decorre a necessidade de recusar ab initio a sugestão imanentista que, intencionalmente ou não, está contida na expressão “interesse regional”. Nem a região tem interesse em si, nem é geradora, em si e por si, de interesses”.

neoliberais têm condenado indistintamente a ação estatal nas diversas experiências de desenvolvimento, seja nas sociedades socialistas, seja naquelas capitalistas, especialmente naqueles países que, como o Brasil, experimentaram processos de modernização² comandados pelo Estado desenvolvimentista.

As doutrinas centradas na defesa do “livre mercado” como instrumento mais eficaz de estímulo ao desenvolvimento e à regulação da distribuição de recursos escassos parecem, contudo, perder o seu vigor inicial e têm-se constituído em objeto de inúmeros questionamentos. Esse ambiente tem propiciado a difusão de alternativas diversas para enfrentar os problemas e desafios relativos ao desenvolvimento. Das diversas formulações teóricas que têm tratado dessa questão, destacam-se: a) as que procuram reafirmar a redução máxima da interferência do Estado no processo de desenvolvimento e intensificar a liberalização da economia, a fim de eliminar os obstáculos que se interpõem ao “livre” funcionamento das “leis de mercado”. É na “livre” competição que se processa na esfera privada que residem as forças motrizes capazes de alavancar o desenvolvimento; b) aquelas que tendem a valorizar os mecanismos de regulação estatal na esfera das relações privadas, uma vez que partem do pressuposto de que a atividade econômica em si constitui-se em objeto de

2 — Por modernização, estamos considerando de maneira mais específica um “Processo de mudança econômica, social e política pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais (de base rural), criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento. Industrialização, urbanização, desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação de massas são fenômenos característicos do processo de modernização”. (Sandroni [org.], 1994: 229) No seu sentido mais amplo, referimo-nos a todo conjunto de mudanças operadas nas dimensões econômicas, sociais e políticas que têm caracterizado o período que se convencionou denominar - a partir da Revolução francesa em 1789 - de “Era Moderna”. Finalmente, o uso de aspas (“modernização”) será com o objetivo de identificar uma diferenciação em diversos aspectos nesse movimento em curso no Acre.

regulação; c) as que privilegiam uma atuação mais ativa da esfera institucional nos processos de desenvolvimento, ou seja, de que o Estado permaneça como um agente indispensável na economia; d) aquelas que defendem um maior equilíbrio nas relações de poder entre sociedade civil e sociedade política como critério para a promoção de um desenvolvimento mais justo socialmente, ou para uma transformação econômica, social e política mais radical³.

O debate teórico em torno do desenvolvimento no período mais recente vem sendo acompanhado pela difusão de diversas iniciativas consideradas inovadoras nesse campo. Têm despertado muito interesse, por exemplo, as experiências em curso no Sul da Itália. Trata-se, conforme a análise de Putnam (1998), de um processo marcado pelo entrelaçamento de reformas institucionais e engajamento ativo de diversos atores sociais, onde as experiências de mobilização e atuação coletiva acumulam um "capital social" resultante dos laços de confiança mútua entre os cidadãos, facilitando, desse modo, uma maior propagação de ações públicas emanadas do Estado. Este, liderado por elites comprometidas com reformas destinadas a reorientar as relações entre público e privado. Assim, conclui Putnam, a "sinergia entre público e privado" propiciaria a efetivação de políticas públicas orientadas para a maximização do bem-estar geral.

3 — Cabe ressaltar, contudo, que esta formulação esquemática não implica que essas posições sejam objetivadas sempre enquanto tal, de forma "pura". A sua expressão depende efetivamente dos muitos lugares que emanam os discursos e as práticas dos diversos agentes que compõem o universo político, econômico, social e cultural de processos específicos de desenvolvimento. Logo, como observa Pieterse (1998) elas podem aparecer na sua forma mais pura ou "hibridizadas", tanto em torno das chamadas "alternativas de desenvolvimento", das diferentes noções de "desenvolvimento sustentável", conforme veremos nos Capítulos 3 e 4.

Esse caso italiano e outras experiências mundiais mais localizadas na atuação de determinados atores sociais têm gerado consideráveis expectativas nos meios acadêmicos e políticos em torno das virtudes advindas de uma participação mais ampla da sociedade civil no processo de desenvolvimento. A atuação no nível local tem ocupado espaço crescente nas estratégias dos diversos atores sociais e instituições governamentais. Esse componente, aliado à temática ambiental, tem influenciado de forma significativa inúmeras experiências locais, de base “comunitária”, voltadas para implementação de “alternativas de desenvolvimento sustentável”.

No caso brasileiro, a Amazônia passou a ocupar um lugar de destaque no cenário nacional no decorrer dos anos 1990, devido a adoção por parte de diversos atores sociais de algumas dessas “inovações” nas suas estratégias de atuação. O estado do Acre tem sido considerado um dos casos mais exitosos na região amazônica, no que diz respeito às iniciativas destinadas a implementar “alternativas de desenvolvimento sustentável”. Além de algumas experiências em curso nesse sentido - impulsionadas sob iniciativas “comunitárias” ou governamentais -, mais dois fatores concorrem para esse tipo de interpretação.

Em primeiro lugar, a partir de meados da década de 1990 formou-se um certo consenso entre os dirigentes do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) no Acre em torno da suposição de que os problemas referentes ao acesso à posse e uso da terra estariam bem equacionados. Os novos desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical, segundo eles, residiria centralmente na viabilização da

permanência na terra, através da satisfação de um conjunto de demandas sociais consideradas imprescindíveis para garantir a elevação dos níveis sociais de vida e renda à população “com terra”. Dado que o perfil dessa reconfiguração da estrutura fundiária é marcado pela incorporação da dimensão socioambiental, abrem-se maiores perspectivas para adoção de “alternativas de desenvolvimento sustentável”.

Em segundo lugar, com a ascensão ao Executivo estadual, nas eleições de 1998, de uma frente de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores, passou-se a divulgar com muita ênfase, tanto no Acre quanto em nível nacional e internacional, a ideia de que esse fato expressaria um considerável êxito político dos movimentos sociais. Com isso, remover-se-iam enormes obstáculos que se interpunham, até então, à adoção de políticas orientadas para a implantação de “alternativas de desenvolvimento sustentável” no estado. Tem-se anunciado, assim, algo como o nascimento de uma “nova era” na região amazônica. Segundo a Senadora Marina Silva⁴ (2002,120), “onde a proposta de desenvolvimento sustentável chegou ao centro das instituições do poder público, como é o caso dos estados do Acre e Amapá, as conquistas, apesar das limitações, são significativas a ponto de afirmarmos que não estamos tratando mais de teorias e, sim, das dificuldades da prática”.

4 — A Senadora Marina Silva, eleita para o segundo mandato nas eleições de 2002, é uma das personalidades políticas do Brasil mais reconhecidas e identificadas - tanto no Congresso quanto no âmbito dos organismos multilaterais - com a defesa de “alternativas de desenvolvimentos sustentável” na Amazônia. É também, uma das interlocutoras mais respeitadas pelos diversos movimentos sociais na Amazônia, particularmente no Acre, seu estado de origem. No momento em que concluíamos a elaboração deste estudo, Marina Silva acabava de ser indicada para ocupar o cargo de ministra do Meio Ambiente no governo Lula.

Foi exatamente a partir da observação dessas “dificuldades da prática” que passamos a colocar em dúvida a sustentabilidade das experiências de “desenvolvimento sustentável” no estado do Acre. Assim, nos indagamos em primeiro lugar se o problema da distribuição e do ordenamento jurídico do uso social da terra estaria mesmo solucionado de forma satisfatória. E, mais ainda, se esse fato reiteraria a ideia de que a democratização do acesso à terra repercute diretamente na democratização do poder político, uma vez que algumas lideranças dos segmentos sociais subalternos no campo ascenderam a postos no poder legislativo e executivo municipal, participaram também da aliança que elegeu o governo do estado em 1998. Em última instância, nos perguntamos se alguns traços fundamentais que caracterizaram a “modernização conservadora” - como a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada na grande propriedade rural e exclusão do acesso à terra aos segmentos sociais subalternos - desencadeada no campo no pós-1964 no Brasil não teriam sido reproduzidos também no estado do Acre. Em segundo lugar, procuramos indagar até que ponto, sob condições mais restritivas ao processo de desenvolvimento nos países periféricos - advindas das imposições do novo ciclo de acumulação capitalista internacional -, as possibilidades ou “alternativas de desenvolvimento sustentável” de cunho regional ou local poderiam ser interpretadas como mais promissoras.

Os resultados da pesquisa que realizamos sobre a “modernização” desencadeada no Acre no intervalo entre 1970-2000, apontam fortes evidências que nos levam a afirmar que os traços de continuidade são mais fortes do que os de

ruptura com o processo histórico de ocupação econômica daquele estado. Pretendemos demonstrar neste livro, que houve modificações na forma mas não no conteúdo de um “desenvolvimento insustentável”. No tempo dos “missionários do progresso” essa insustentabilidade era determinada sobretudo, por um tipo de apropriação privada das terras que implicava no aumento da concentração fundiária, expropriação das populações indígenas, seringueiros e outras categorias de “posseiros”, bem como a devastação das florestas para implantação de pastagens. Na fase dominada pelos “mercadores da natureza”, é a redução das possibilidades de conservação da paisagem natural aos limites definidos pelas “contingências do mercado” que restringe as possibilidades de romper com ciclo vicioso da insustentabilidade do desenvolvimento.

A hipótese central que orientou a pesquisa foi a seguinte: o projeto de “modernização” centrado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte, tal como previsto inicialmente para a região, foi bloqueado politicamente pela luta de resistência liderada pelo MSTR. Economicamente, concorreram, dentre outros fatores, aqueles de ordem macroeconômica (estagnação acentuada a partir dos anos 80) e os resultantes de modificações em algumas políticas públicas, como o fim dos incentivos fiscais e as alterações no financiamento agrícola (como a redução progressiva dos subsídios) praticadas no âmbito do governo federal. Na tentativa de conduzir as mediações dos conflitos sociais no campo, o MSTR, na esfera da sociedade civil, e o INCRA, no âmbito da sociedade política, acabaram ocupando um lugar extremamente destacado no sentido de reorientar as ações

do Estado no que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional. Esse cenário não estava previsto a priori no script da “modernização” no Acre.

A reflexão teórica que orienta a análise desse processo está referenciada no conceito de “Estado ampliado” formulado por Gramsci. Como sabemos, as reflexões desse autor sobre a relação Estado/sociedade que se tornaram referência no debate contemporâneo foram elaboradas durante o período em que ele permaneceu na prisão. Dos seus manuscritos conhecidos posteriormente como “Cadernos do Cárcere” (escritos no intervalo de 1929-35) têm sido extraídas interpretações diversas⁵ sobre o significado das formulações que ele elaborou. Portanto, estamos adotando uma das interpretações, que acabou tornando-se dominante na leitura dos “Cadernos do Cárcere”, a do Estado interpretado como um “complexo de atividades práticas e teóricas” constituído pelas esferas da sociedade política mais a sociedade civil. Na sociedade política (governo) predominaria a coerção e na sociedade civil, o consenso. “As relações entre sociedade civil

5 — Para Cohen e Arato (2000: 207. “La obra de Anderson, ‘The Antinomies of Antonio Gramsci’, parece la guía más confiable para los cambios terminológicos de Gramsci.” Segundo Anderson (1986), nos “Cadernos do Cárcere” existem três interpretações diferentes sobre a relação Estado/sociedade civil. A primeira resultaria de diferenciações observadas por Gramsci entre as formações de sociedade civil do tipo “ocidental” e “oriental”, que definiam ou condicionavam o tipo de relação dessa esfera com o Estado. Ou seja, nas formações do tipo “ocidental”, a sociedade civil era considerada mais “estruturada”, mais “sólida”, o que tornava o Estado “uma trincheira exterior da fortaleza da sociedade civil”. Nas formações do tipo “oriental”, a sociedade civil era percebida como pouco desenvolvida, “gelatinosa”, neste caso, o Estado é tudo. Desse modo, sua estratégia revolucionária estaria centrada, no primeiro caso, numa “guerra de posição” e, no segundo, numa “guerra de movimento”. Para Anderson, na primeira interpretação fica evidenciada, na percepção de Gramsci, a supremacia da sociedade civil em relação ao Estado nas formações ocidentais. Na segunda interpretação, Anderson afirma que, ao contrário da primeira, a sociedade civil é apresentada como contrapeso do Estado ou em equilíbrio com ele, e a hegemonia é distribuída entre o Estado - ou a sociedade política - e a sociedade civil, sendo ela mesmo redefinida como combinando coerção e consentimento. Na terceira, estaria a noção de Estado ampliado.

(‘condições de vida material’ ou, em regime capitalista, sistema da produção ‘privada’, aparelho ‘privado’ de hegemonia) e a sociedade política, devem ser concebidas em função da definição do Estado como ‘equilíbrio entre sociedade política e a sociedade civil’” (Gramsci, 1978:234).

Para as nossas pretensões, acreditamos que esta formulação de Gramsci acerca do “Estado ampliado” nos oferece um campo extremamente promissor para analisar a relação Estado/desenvolvimento. Através dela, é possível pensar o Estado como expressão de processos econômicos e sociais conflitivos, pactuados politicamente num espaço conformado por diversos mediadores que atuam sob contextos condicionados. No caso brasileiro, a análise desses condicionamentos deve levar em conta o processo marcado por um tipo de “transição pelo alto”, de “revolução passiva”⁶, que caracterizou a sua modernização capitalista.

6 — O conceito de “revolução passiva” refere-se àquelas situações em que a transição para o capitalismo se processa “pelo alto”, sem rupturas entre “atraso” e “moderno”, cabendo ao Estado, a direção política do processo de acumulação capitalista. Coutinho (1988:112, 114), reportando-se a Gramsci, chama a atenção para duas causas-efeitos da “revolução passiva”: “por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou mais estritamente, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e, por outro, a prática do transformismo [...] isto é, da cooptação ou assimilação pelo bloco de poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas”.

Metodologia e organização dos capítulos

As razões para a escolha do estado do Acre como objeto de investigação são inúmeras, entre as quais destacaríamos as seguintes: 1) É uma unidade federativa situada numa das regiões consideradas mais atrasadas - sob ponto de vista do desenvolvimento econômico - do Brasil; serve, portanto, para ilustrar com o rigor necessário os traços que marcam as relações entre Estado e sociedade neste tipo de contexto; 2) O desenvolvimento recente nesse estado tem sido caracterizado por um complexo processo de resistência, de lutas tanto pela terra quanto pela melhoria das condições de sobrevivência nela, marcadas em especial pela capacidade dos segmentos sociais subalternos no campo de modificar os rumos da “modernização”. Nesse período, experimentaram-se tanto as “aventuras” ou “desventuras” do Estado desenvolvimentista quanto aquelas iniciadas nos anos 90, expressas, por um lado, pela generalização das “alternativas de desenvolvimento sustentável” ancoradas nas organizações da sociedade civil e, por outro, pela ascensão de forças políticas consideradas progressistas na esfera do poder executivo estadual; 3) É o berço das lutas lideradas por Chico Mendes na Amazônia -, o estado do Acre tem atraído inúmeras atenções no país e no exterior, constituindo-se, portanto, em um caso relevante a ser investigado; 4) Finalmente, não poderia deixar de mencionar que pesaram nessa escolha os meus vínculos profissionais, políticos e pessoais com o estado do Acre, que de modo indescritivelmente sedutor têm motivado

minha práxis há mais de quinze anos. Durante esse tempo, tive oportunidade de atuar em diversas organizações da sociedade civil ligadas ao movimento dos trabalhadores como a CUT, CNS e em instituições e projetos governamentais, bem como, realizar diversas pesquisas relacionadas com o desenvolvimento regional

O critério básico de orientação dessa pesquisa foi o de buscar interpretar a “modernização” no agro acreano tal como ela é retratada nos diversos indicadores socioeconômicos disponíveis. Procurou-se evitar o máximo possível enveredar-se nas considerações de ordem normativa, por acreditarmos que esse procedimento tem se constituído num dos principais problemas de muitas análises recentes sobre esse processo. No afã de comprovar ou justificar os supostos êxitos das “alternativas de desenvolvimento sustentável” inspiradas em um “dever ser”, tem-se menosprezado a magnitude dos obstáculos a ele interpostos. Com o procedimento que adotamos, esses obstáculos adquirem maior visibilidade no processo e possibilitam uma maior aproximação com o estilo de “desenvolvimento” realmente existente.

No plano teórico, adotamos dois procedimentos para lidar com a análise da relação Estado/desenvolvimento⁷. O primeiro foi o de optar pelo uso do conceito de “Estado ampliado” formulado por Gramsci. O problema da utilização

7 — De um modo geral, a relação Estado/desenvolvimento passou a ocupar um lugar de destaque nos debates acadêmicos e políticos após a II Guerra Mundial. A reconstrução europeia, a emergência de um debate em torno das causas do subdesenvolvimento - conceito que surgiu nesse período - nos países da América Latina, Ásia e África, as experiências em curso nos países socialistas liderados pela URSS e a emergência da chamada “Guerra Fria” concorreram para que isto ocorresse. Segundo Peter Evans (1993), passaram a ganhar força nas teorias do desenvolvimento formuladas a partir dos anos 50 as premissas de que o aparelho estatal poderia ser utilizado para promover as chamadas “transformações estruturais”.

desse conceito é que o critério funcional sobre o qual repousa parece implicar numa série de dificuldades para a sua operacionalização. Ou seja, como bem observou Décio Saes⁸, “seria preciso realizar uma pesquisa prévia para definir o que funciona como Estado, para poder, a partir daí, ter a sua delimitação”. Para sair desse impasse, inspiramo-nos na inestimável contribuição metodológica do trabalho da historiadora Sônia Mendonça (1997). Na sua investigação sobre a emergência do ruralismo brasileiro como “um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações de classe dominante agrária” no período da “República Velha”, a referida autora recorta a sua análise da ação do Estado, a partir de referências empíricas a uma agência governamental (o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) e a uma organização da sociedade civil, a Sociedade Nacional da Agricultura, que representava os “interesses não hegemônicos da classe dominante agrária” (Mendonça, 1997:17).

O desafio seguinte foi o de pensar a sua aplicabilidade em uma situação específica, na qual o objeto de investigação não é o Estado nacional e sim uma unidade da Federação. Era preciso definir o foco analítico da pesquisa. Nas discussões com a Orientação da pesquisa que resultaram na elaboração do Projeto de Tese, optou-se por eleger uma instituição do governo federal e uma organização da sociedade civil que desempenharam papel mais destacado no processo de “modernização” no agro acreano. Assim, com base nos dados disponíveis sobre esta questão, identificamos o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o

8 — Cf. comunicação pessoal, UFAC, Rio Branco, fevereiro de 1997.

Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR⁹ como protagonistas principais a serem investigados. Interessa-nos explorar, em especial, as estratégias de atuação adotadas por ambos ao longo do tempo. Os indicadores estatísticos mais gerais sobre a “modernização” no Acre, o ambiente político-ideológico que caracteriza as conjunturas diversas, bem como as considerações necessárias sobre o comportamento dos diversos agentes que influenciam e conformam esse processo, constituem-se na base material efetiva de referência para a análise dessa mediação estatal.

A análise das relações entre sociedade política e sociedade civil (neste caso, INCRA e MSTR, respectivamente,) nos possibilita problematizar a complexidade dos entrelaçamentos entre economia e política no curso da “modernização” no Acre, evitando, na medida do possível, cair nas armadilhas do determinismo de ambas as esferas. Como bem alertou Hirschman (1996:257), “o progresso político e o econômico não estão ligados entre si de modo fácil, direto funcional [...] temos os casos intrincados e muitas vezes irrepetíveis [...] que mais parecem truques que a história guarda na cartola do que regularidades sociais científicas”. Fazer um inventário, um levantamento do repertório desses truques da história, continua o referido autor, “parece-me um modo

9 — O papel desempenhado pelo MSTR nesse processo parece-nos inquestionável. No caso do INCRA, um olhar inadvertido sobre a destinação das terras (cerca de um terço do território do estado está regularizado juridicamente na forma de áreas de conservação ambiental) poderia sugerir que as agências governamentais ligadas ao meio ambiente exerceram maior influência na redefinição do estilo de desenvolvimento na região. Contudo, ao atentarmos para o conjunto de indicadores apresentados no decorrer da exposição do nosso objeto de pesquisa (volume da produção agropecuária e de investimentos, influência na transformação do padrão de transportes, na formação de novos municípios, número de beneficiários atingidos nas áreas reformadas etc.) parece não haver dúvidas sobre a proeminência do papel do INCRA como protagonista de maior peso na esfera do governo federal.

convenientemente desprezioso de tentar progredir nesse tema difícil”.

O segundo procedimento teórico adotado foi em relação à abordagem conceitual de desenvolvimento. Para afirmar que o desenvolvimento é insustentável seria preciso definir o que seria o seu contraponto, isto é, o “desenvolvimento sustentável”. Ao invés de optar por definições normativas inspiradas no desejo de superação do capitalismo, decidimos adotar como referência a elaboração do Banco Mundial, uma vez que tornou-se amplamente hegemônica nas políticas e estratégias de desenvolvimento em curso na região. Ela será analisada de forma mais sistemática no Capítulo IV. Por ora, indicaremos somente o seu núcleo generalizante: satisfazer “necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991 p.46).

Quanto às fontes utilizadas, podem ser resumidas em três grupamentos essenciais. O primeiro envolve o exame da produção bibliográfica relacionada com a temática (Livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos especializados, relatórios de pesquisas etc.). O segundo é composto pela base de dados do IBGE, documentação disponível no INCRA (na sua Sede Nacional em Brasília e na Sede Regional do Acre, localizada em Rio Branco), na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre - Fetac e Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. O terceiro é formado por um grupo de fontes complementares que englobam instituições governamentais (IPEA, CNPT/IBAMA, EMRAPA, SEPLAN/AC), organizações diversas da sociedade civil (CUT, CPT, ONGs, federação patronal da agricultura), imprensa local e

nacional, arquivos pessoais e entrevistas com aqueles agentes que exerceram influência nos processos políticos decisórios (lideranças sindicais, ex-dirigentes e técnicos do INCRA, representantes de outras instituições governamentais). Essas entrevistas foram importantes, sobretudo, na reorientação permanente da pesquisa de campo, à medida que indicavam novas fontes e fatos sociais relevantes que haviam escapado ao planejamento elaborado previamente.

A análise está estruturada da seguinte forma: no Capítulo I, procuramos traçar um perfil mais geral do desenvolvimento no Acre, com o intuito de explorar os elementos que definem a dinâmica desse processo e, ao mesmo tempo, indicar os traços (econômicos, políticos e socioculturais) que o caracterizam estruturalmente. No Capítulo II examinamos, no contexto de um “Estado desenvolvimentista” – marcado politicamente pelo predomínio dos elementos coercitivos na relação entre sociedade política e sociedade civil -, a atuação dos “missionários do progresso”, no momento em que se desencadeou a “modernização” no estado. Nesse período, a propriedade da terra passa a ser objeto de intensas disputas entre “posseiros” e latifundiários, produzindo conflitos sociais generalizados em todo o território acreano. Sob tais circunstâncias, INCRA e MSTR se organizam e põem em marcha suas estratégias para “modernizar” o agro acreano. No Capítulo III analisamos as atuações do INCRA e MSTR no contexto da transição da ditadura militar para os governos civis no sentido de pôr termo aos conflitos sociais no campo e, ao mesmo tempo, incorporar a dimensão ambiental na reorientação das políticas públicas. Trata-se de um período marcado essencialmente pela crítica ao “modelo

de desenvolvimento” em curso na Amazônia e pela busca de “alternativas de desenvolvimento sustentável” mais adequadas para a conservação e/ou preservação da paisagem natural na região. No Capítulo IV procuramos desvendar os enigmas da implementação das “alternativas de desenvolvimento sustentável” no Acre a partir dos anos 90. É uma fase caracterizada, sobretudo, pela hegemonia de uma concepção mercantilizada do mundo e da vida que logrou transformar diversos agentes e atores sociais em “mercadores da natureza”. Na parte final apresentamos as nossas conclusões.

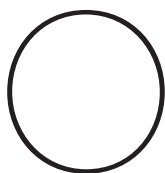
CAPÍTULO I

A “MODERNIZAÇÃO” NO ACRE: DO MONOEXTRATIVISMO DA BORRACHA AO AGROEXTRATIVISMO

(A) redução tácita de história para mudança – uma espécie de hiper-história ... é o mais compreensível dos hábitos, mas perpetua uma meia-verdade perturbadora. A história é também – e decisivamente na sua maior parte – continuidade.

Francis Mulhern¹⁰

10 — Citado por Terry Eagleton (1998:55)



objetivo deste capítulo é analisar os traços mais gerais da “modernização” no Acre no pós-1970, a fim de localizar o INCRA e o MSTR nesse processo. Uma das características marcantes dessa “modernização” no estado é a ausência de industrialização e a tentativa de substituição do monoextrativismo da borracha pelo agroextrativismo. Essa transição no sistema produtivo implicou na redefinição das formas de posse e uso da terra e interferiu nas relações de poderes econômico e político, constituídas historicamente na sociedade regional.

1.1. Um olhar sobre o território e população no final do século XX

O Estado do Acre está localizado no extremo oeste brasileiro, onde faz fronteira com o Peru e a Bolívia. Possui 153.589 km², distribuídos em 22 municípios, localizados, segundo a recente reconfiguração definida pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (2000), em cinco regiões administrativas: Baixo Acre, Alto Acre, Juruá, Purus e Tarauacá/Envira. A capital do estado, Rio Branco, fica situada na região do Baixo Acre e concentra atualmente cerca de 50% da população total do território. O Quadro 1.1 mostra que houve tanto uma inversão nos índices relativos da distribuição da população no que se refere ao espaço rural e urbano quanto uma significativa ampliação do número de municípios.

**Quadro 1.1: Distribuição Populacional
no Acre (1970-2000)**

Período	1970		%	2000	%
População	Total	215.299	100	557.337	100
	Urbana	59.307	27,54	369.796	66,35
	Rural	155.992	72,46	187.541	33,65
Nº de Municípios	7		-	22	-

Fonte: FIBGE - Censos de 1970 e 2000.

Os dados indicados acima revelam que, apesar dessa inversão na distribuição populacional do estado, em termos absolutos, a população rural apresentou um pequeno crescimento, passando de 155.992 habitantes, em 1970, para 187.541, em 2000. Este dado é importante para os nossos fins, uma vez que reforça a importância de uma investigação do arranjo orquestrado na estrutura agrária que permitiu ou contribuiu para a configuração desse fenômeno.

Tomando, ainda, como referência os dados censitários, pode-se constatar que a taxa média de crescimento populacional no Acre foi de 8,3 % no período de 1970-1980, de 6,3% no intervalo de 1980-1991, taxa que girou em torno de 5,0% entre 1991-2000. Contrariando as expectativas geradas nas décadas de 1970 e 1980 acerca das possibilidades de um grande incremento no fluxo migratório de outras regiões do país para o estado – a exemplo do que ocorria naquele período com o vizinho estado de Rondônia –, “a migração interestadual não pesou muito nas taxas de crescimento. O número de imigrantes interestaduais aumentou de 16.003, entre 1970 e 1980, para 29.846, entre 1980 e 1991, enquanto

o número de migrantes aumentou de 17.081, no primeiro período para 30.549, no segundo”. (ZEE/AC, 2000, p. 66)

O estado do Acre tem como principal fonte de receitas as transferências da União. Depois do Distrito Federal, o Acre é a unidade federativa que apresenta maior nível de dependência desses repasses. Contudo, entre 1995 e 1998 esses percentuais caíram de 84,79 para 70,71%, provavelmente em decorrência das políticas de “ajuste estrutural”¹¹, adotadas com afincamento pelo governo brasileiro e os demais do continente latino-americano. Esse alto grau de dependência econômica repercute diretamente numa posição de extrema subordinação política dos governantes e parlamentares acreanos ao governo federal, independentemente dos partidos que representam¹².

No que diz respeito à modernização da infraestrutura de transportes, energia e comunicações existentes no estado, vale destacar os seguintes aspectos: 1) no caso dos transportes, a ligação rodoviária efetiva e permanente da capital do estado, Rio Branco, com outros estados da Federação concretizou-se no início da década de 1990, com a conclusão da pavimentação asfáltica da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco. No que diz respeito às vias de interligação internas, o transporte aéreo constitui-se ainda no único meio de ligação entre as mesorregiões do Vale do Acre e Juruá. Os mapas 1 e 2 (Anexo)

11 – Essa questão será analisada de forma mais sistemática no Capítulo IV.

12 – O exemplo de repercussão nacional mais recente ocorreu em julho de 2000, quando o governador do Acre, Jorge Viana (PT), assinou – em solenidade oficial de “encerramento da reunião de lançamento do novo programa social do governo o IDH-14” – juntamente com outros dez governadores, uma moção de apoio ao Presidente Fernando Henrique. Na época, o comando político do planalto montou uma mega operação “abafa”, com o objetivo de desvincular o nome de Fernando Henrique do de seu ex-secretário, Eduardo Jorge, acusado de envolvimento em inúmeros casos de corrupção. O governador do Acre assinou a nota “em caráter pessoal”, sem consulta prévia a seu partido (Jornal do Brasil, 29/07/2000, p. 3).

ilustram a situação atual dos outros modais, o rodoviário e hidroviário.

No primeiro mapa pode-se observar, por um lado, que a maior extensão das rodovias pavimentadas está localizada na mesorregião do Vale do Acre; por outro, que a totalidade da malha rodoviária é absolutamente insuficiente para promover a integração entre os diversos municípios e microrregiões do estado. Outro dado que nos interessa destacar é que dos 6.493,0 quilômetros de rodovias implantadas no Acre, 4.226,7 km são de estradas vicinais construídas pelo INCRA (ZEE/AC, 2000, p. 216).

No segundo mapa, devem-se registrar dois aspectos importantes: 1) as margens dos rios principais continuam ainda altamente povoadas, demonstrando a permanência de sua importância socioeconômica e cultural no interior do estado; 2) a malha formada pela bacia hidrográfica acreana – outrora o mais importante meio de transporte e comunicação da região com o mundo – corta toda a extensão territorial no sentido transversal, convergindo fora do Acre, mais precisamente no Amazonas. Isso produziu repercussões significativas na formação e constituição das relações políticas no âmbito do poder estadual. No decorrer deste e dos demais capítulos, pretendemos fazer algumas indicações nesse sentido.

Outra característica da bacia hidrográfica acreana é que ela não oferece condições adequadas à construção de barragens para instalação de usinas hidroelétricas. Em decorrência disso, o fornecimento de energia elétrica no estado é gerado “a partir de usinas termoelétricas compostas por geradores térmicos, em sistemas isolados, que utilizam

óleo diesel como combustível. Os maiores consumidores de energia elétrica no estado são, primeiro, o setor residencial, seguido pelo comercial, o poder público e o industrial” (ZEE/AC, 2000, p. 234). O mapa 3 (Anexo) indica a localização das usinas termoelétricas no estado, com suas respectivas potências e demandas máximas. A infraestrutura do setor energético é considerada como um dos fatores que limitam a expansão das atividades industriais, principalmente no interior do estado. Em diversos municípios, o sistema, além de não operar 24 horas/dia, acaba sofrendo *panes* freqüentes no fornecimento de energia durante o horário de funcionamento regular.

Por último, o setor de comunicações instalado no estado¹³ padece das limitações a ele impostas pela precariedade dos demais. Para as populações que vivem no interior, o rádio continua sendo, ainda, na virada do segundo milênio, o meio de comunicação mais importante, “pois o transistor capta emissões dos pontos mais afastados do país e o ouvinte não precisa ser alfabetizado; o rádio representa para as comunidades do interior do estado, o único meio de comunicação com o mundo externo (GONÇALVEZ, 1979), uma vez que as dificuldades de ordem física, as longas distâncias, o difícil acesso e a dificuldade de infraestrutura de transportes são grandes” (ZEE-AC, 2000:245).

O IPEA analisou uma série de dados estatísticos (1985-1995) referentes à evolução do Produto Interno Bruto - PIB no estado do Acre e concluiu que a variação nos índices de

13 — Considera-se nesse setor as seguintes modalidades instaladas no estado: “serviço postal, imprensa escrita e telecomunicações. Pertencem à área de telecomunicações a telefonia fixa e móvel (celular), o radioamadorismo, a radiodifusão, a televisão, entre outros”. (ZEE, 2000, p. 240).

participação setorial foi a seguinte: a agropecuária contribuiu, em 1985, com 18% do total do PIB e, em 1995, com cerca de 13,5%; na indústria, esses índices foram, respectivamente, 24% e 29% e no setor de serviços, variou de 56% para 59%. No setor industrial o segmento que registrou maior crescimento foi o da construção civil – passou de 15% para 25% sua participação no volume total – e no setor de serviços, a administração pública saltou de 27% para 32% do total. Uma das principais conclusões que podemos extrair desses indicadores é a persistência de uma baixa participação dos setores produtivos combinada com a proeminência acentuada da administração pública e do setor terciário na dinâmica da economia estadual.

O processo de urbanização, somado às transformações mais gerais operadas no agro acreano no curso da “modernização”, acabou repercutindo significativamente na divisão social do trabalho. Em 1970, 70% da População Economicamente Ativa – PEA estava ocupada no meio rural e os outros 30%, no meio urbano. Em 1996 houve uma inversão, com 34,7% dessa população ocupada no meio rural e 65,3%, no meio urbano. Vale registrar que 91% da PEA agrícola estão ocupados nos estabelecimentos que utilizam mão-de-obra familiar, cujo número equivale a 87% do total de estabelecimentos existentes no Acre (FIBGE, 1998).

Do exposto acima, dois aspectos são essenciais para o mundo do trabalho: 1) a quebra de um tipo de regime de imobilização/repressão da força de trabalho predominante no campo, que caracterizou a exploração secular da empresa extrativista e as conseqüências daí resultantes; 2) dada a inexpressividade das atividades industriais no estado, a força de trabalho no meio urbano foi absorvida majoritariamente

pelo comércio e setores da administração pública. Ambas marcadas por mecanismos de controle fortemente repressivos e autoritários, mediados, no caso do setor público, por uma rede de relações clientelistas profundamente enraizadas no tecido social.

Os efeitos sociais dessas modificações na divisão social do trabalho podem ser observados no Quadro 1.2, a seguir. Ele contém uma série de indicadores sociais que contribuem para estabelecermos uma comparação genérica entre as condições médias de vida da população acreana com aquelas do Brasil em geral.

Quadro 1.2: Indicadores sociais (Acre e Brasil), 1998

Indicadores	Acre	Brasil
Esperança de vida ao nascer	62 anos	63 anos
Taxa de mortalidade infantil	61/1000	50/1000
Taxa de analfabetos da população acima de 15 anos	24,3%	19,4%
Crianças de 7 a 14 anos que não frequentam escola	37,3%	22,07%
Tempo médio de estudos (população acima de 25 anos)	3,6 anos	4,49 anos
Crianças entre 10 e 14 anos que trabalham	8,4%	1,31%
Renda familiar média per capita (salário mínimo)	0,85%	1,31%
Porcentagem de pessoas c/ renda insuficiente	59,54%	45,46%

Fonte: FNUD/PEA/FJP - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 1998.

Os dados indicados acima revelam nitidamente que no Acre os níveis sociais médios de vida encontram-se bem abaixo da média nacional. Segundo dados divulgados pelo

IPEA¹⁴, Atlas das desigualdades regionais, no estado somente 7,07% da renda é apropriada pelos 40% da população mais pobre, enquanto que os 10% mais ricos ficam com 52,69%. Nestes dois aspectos, o Acre só perde para o estado de Alagoas, retratando de forma clara a imensa concentração de renda. Quase a metade da população acreana é constituída de analfabetos funcionais (45,9%).

No âmbito da sociedade civil percebem-se modificações consideráveis. No campo, o processo de organização social até meados dos anos 70 era bastante incipiente, pouco expressivo no contexto estadual¹⁵. Em 2000, estavam organizados dezoito sindicatos de trabalhadores rurais, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, o Conselho Nacional dos Seringueiros, aproximadamente duas centenas de associações de pequenos agricultores, várias cooperativas e centrais de associações, a Federação da Agricultura e sindicatos patronais, grupos de jovens, de mulheres, comunidades religiosas, organizações indígenas etc.

No meio urbano a situação não era muito diferente. As organizações mais expressivas eram as associações comerciais e algumas organizações de trabalhadores, como sindicatos da construção civil e de estivadores. No final da década de 1990, estavam organizadas duas federações patronais, a do comércio e a da indústria, e uma rede de organizações sociais estruturadas a partir dos locais de moradia (associações

14 — Estes dados foram publicados pelo jornal Folha de São Paulo do dia 23-08-98, caderno especial Eleições, p.12, com dados fornecidos pelo IPEA, IBGE, Ministério da Saúde e TSE.

15 — As associações patronais - compostas pelos seringalistas - praticamente se confundiam, segundo Oliveira (1988), com as associações comerciais. Grande parte dos homens que comandavam as redes de comercialização eram também proprietários de seringais.

de moradores) e de trabalho (sindicatos de profissionais vinculados aos setores públicos e privados); ONGs ligadas a questões temáticas como direitos humanos e meio ambiente; agremiações estudantis, religiosas, culturais etc.

Na esfera da sociedade política é possível distinguir dois movimentos simultâneos de interação com essas modificações operadas na sociedade civil. O primeiro é definido por um conjunto de ações governamentais orientadas ao longo do tempo para modernizar institucionalmente o aparato estatal. Elas incluem desde a criação de novas instituições até a formação de uma burocracia especializada¹⁶, capaz de imprimir adaptações na administração governamental, no sentido de incorporar, ainda que precariamente, critérios de racionalidade que caracterizam o Estado moderno.

A resistência das oligarquias à adoção dessa racionalidade foi e continua sendo ferrenha. O depoimento da Dra. Maria Elisa, secretária de Educação no governo Francisco W. Dantas (OLIVEIRA, 1988, p. 146) é bastante elucidativo a esse respeito. Segundo ela, os desmandos iam da folha de pagamentos fraudulentas à manipulação de verbas sem a menor obediência à legislação. “[...] A localização para a construção de escolas era sujeita aos interesses dos políticos [...] havia verdadeiros ‘monstros sagrados’ irremovíveis. Cargos que eram feudos. Listas para nomear ou demitir funcionários, conforme caíssem ou não no agrado político”. Por enfrentar esses desmandos praticados pelas oligarquias, a referida

16 — A criação da Universidade Federal do Acre – UFAC, em 1974, tem cumprido papel fundamental nesse sentido. Além de formar uma burocracia dirigente, diversos profissionais para atuarem nas áreas de educação, saúde, agricultura, etc., também se constituiu no núcleo mais importante do debate intelectual e da organização da cultura no estado. Maiores informações sobre a constituição da UFAC, ver Oliveira (1988); Farias (1996); Carlos (1998).

secretária “não permaneceu no cargo mais que dois meses”. Muitos desses procedimentos perduram ainda hoje em vários níveis da administração governamental no estado do Acre.

Um segundo movimento inscreve-se numa complexa trama de articulações e disputas políticas no topo da sociedade entre as famílias mais poderosas que compõem as oligarquias¹⁷ no Acre. Para essas oligarquias, o controle direto do aparato estatal ocupa um lugar estratégico na busca da realização de seus interesses particulares imediatos. No plano mais geral, vinculam-se às alianças nacionais que visam garantir o exercício da hegemonia das classes dominantes no comando do Estado. A principal conseqüência desse processo reside na preservação do autoritarismo político – a exemplo do que ocorreu na formação da sociedade nacional¹⁸

17 — O uso desse conceito está referenciado na formulação de Shils (apud Bobbio et al., 1995:836), definido em linhas gerais como um “grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ela pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição”.

18 — Parte substancial das razões que motivaram uma parcela da intelectualidade brasileira a empenhar-se em incursões direcionadas para oferecer uma explicação sobre os traços característicos da formação da sociedade nacional, relaciona-se com a necessidade de elaborar uma interpretação capaz de apreender a complexidade da passagem de uma ordem estruturada sob o julgo colonial a uma outra ordenada sob uma lógica competitiva tipicamente burguesa. Uma das características marcantes desse empreendimento intelectual foi o uso sistemático de uma perspectiva comparativa da história, em que aparecem como paradigmas o caso dos Estados Unidos da América, nação que emerge de forma bem sucedida do domínio colonial inglês para uma ordem social competitiva inspirada no *laissez faire* e, nos exemplos de alguns países da Europa, particularmente Inglaterra e França, que realizaram suas passagens para modernidade através de rupturas revolucionárias com a ordem feudal. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a produção intelectual sobre essa questão, tanto aquelas referenciadas na matriz marxista quanto as de inspiração weberiana, estão em maior ou menor grau, marcadas por tentativas de apreender as particularidades da formação da sociedade brasileira buscando similaridades ou aproximações com esses modelos. A esse respeito ver especialmente: Faoro (1984); Fernandes (1987); Schwartzman (1988); Franco (1997); Carvalho (1996).

– sob uma versão ainda mais perversa edificada naquelas circunstâncias pelo latifúndio no Acre.

Não podemos esquecer que a “revolução passiva” iniciada no Estado brasileiro no pós-1930, conforme assinalamos na Introdução, desenvolve-se em tempos e formas diferenciadas nas diversas unidades da Federação. No Acre, o “transformismo” que tem presidido o processo de reordenamento operado na sua estrutura societária favoreceu a continuidade no comando do aparato estatal (nos diferentes níveis: federal, estadual e municipal) de oligarquias extremamente resistentes à instauração de uma ordem “racional-legal”. Nesse sentido, é possível percebermos com maior nitidez a persistência de pelo menos dois traços marcantes na formação da sociedade nacional: continuísmo e a apropriação privada dos bens públicos.

Segundo Florestan Fernandes (1987), o tipo de arquitetura política prevalecente no Brasil criou as condições necessárias para que a livre iniciativa fosse avançando e produzindo mudanças que foram operando-se gradualmente sem produzir rupturas entre o tradicional e o moderno. Schwartzman (1988) destacou que a modernização econômica ocorreu no país sem produzir o seu equivalente (democracia representativa) na esfera política. Com isso, o sistema de cooptação política passaria a ocupar um lugar central no comando do Estado. Franco (1997, p. 142) demonstrou que foi a vulnerabilidade do poder público diante dos estamentos senhoriais, do patrimonialismo de base societal que propiciou a subjugação da esfera pública aos interesses privados: “[...] o aparelho governamental nada mais é que parte do sistema de poder desse grupo, imediatamente submetido a sua

influência, um elemento para o qual ele se volta e utiliza sempre que as circunstâncias o indiquem como o meio adequando”. O domínio político das famílias, dos potentados rurais, foi destacado, ainda, por diversos autores, de Oliveira Viana (1973) a Gilberto Freyre. De acordo com Freyre (1942, p. 120), “a família colonial reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo que, aqui madrugou”. Mas a rigor, como bem percebeu Roberto Da Matta (1997, p. 24), fica difícil compreender o funcionamento da sociedade no Brasil, senão levar em conta que ela se processa

[...] por meio de códigos sociais complementares e até certo ponto diferenciados: o código da casa (fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio) e o código da rua (baseado em leis universais, numa burocracia antiga e profundamente ancorada entre nós, e num formalismo jurídico-legal que chega as raias do absurdo). Quer dizer: a precisão com que os vários intérpretes tomam a “casa” ou a “rua” como ponto focal de suas análises não é somente uma questão de gosto ou de posicionamento político [...], mas é também um problema da própria operação da sociedade que funciona acionando tanto o código das relações pessoais quanto as leis da economia política [...] no caso brasileiro, a sociedade sintetizou de modo singular o seu lado tradicional (simbolizado no paradigma da casa; ou melhor: da casa como um modelo para a sociedade) e o seu lado “moderno” (representado por um conjunto de leis que deveriam tornar o país uma sociedade contemporânea).

Enfim, o que pretendemos trazer à tona com o exposto é a ideia de que não faz sentido buscar no Acre singularidades políticas distintivas das características gerais da formação social brasileira. A sua especificidade deve ser buscada na investigação do modo como se operam essas conexões entre as relações pessoais e a esfera pública. Nesse sentido, tão importante quanto identificar as rupturas desencadeadas pelo processo de “modernização”, é observar as permanências, as continuidades que definem os seus contornos. É exatamente para situar nos capítulos subseqüentes as rupturas e continuidades que procuramos, nas duas seções seguintes, realçar os traços mais marcantes da formação da sociedade e do Estado no Acre.

1.2. Considerações sobre a formação política e econômica do Estado do Acre

A partir de meados do século XIX o território acreano passou a ser ocupado economicamente por brasileiros, especialmente por migrantes nordestinos recrutados pela empresa extrativista para trabalharem na extração do látex. Depois de dizimar e/ou subjugar grande parte das populações indígenas, o confronto seguinte dos homens que comandavam a empresa extrativista foi com os bolivianos e peruanos na disputa pelo domínio político-administrativo do território.

Até a celebração, entre Brasil e Bolívia, do Tratado de Petrópolis (17.II.1903) – e o tratado de limites firmado entre Brasil e Peru (08.09.1909) – esses países que reivindicavam para si aquela porção territorial não haviam chegado a uma definição sobre a questão. Os tratados anteriores (Madrid,

1750, e Stº Idelfonso, 1777), celebrados entre Portugal e Espanha, haviam se tornado sem efeito pouco tempo depois.

O Tratado de Ayacucho (1867), firmado entre Brasil e Bolívia, representou uma tentativa de solucionar parte do problema, “apesar de admitir os mesmos limites descritos nos Tratados de Madrid e Stº Idelfonso, conteve o princípio do *uti possidetis*” (CARBONE, 1999:16). Ou seja, como o território era desconhecido, considerado um espaço vazio (obviamente, a população indígena existente não era levada em conta), estabeleceu-se o princípio da ocupação como critério orientador para a fixação de limites fronteiriços. No momento em que fossem definidos esses limites, levar-se-ia em conta a nacionalidade dos ocupantes daquele espaço territorial. No final do século XIX aquela região já estava totalmente ocupada por brasileiros.

Enquanto durou esse litígio com os países fronteiriços, o território acreano passou por diversos regimes administrativos¹⁹. A partir de 1903, o espaço em questão passou a vincular-se diretamente ao governo central, na forma de Território Federal. Este estatuto jurídico não existia na Constituição brasileira de 1891 – semelhante à norte-americana, ela previa somente unidades territoriais organizadas politicamente na forma de estados com uma

19 — Num primeiro momento (1872-1900) esteve vinculado ao Governo do Estado do Amazonas, em seguida passou através de uma rebelião comandada pelo espanhol Luiz Galvez, a constituir-se numa unidade territorial e política autônoma, a chamada “República Independente do Acre”.

relativa autonomia perante a autoridade central –, foi criado para solucionar provisoriamente a questão acreana²⁰.

O Território Federal do Acre foi dividido inicialmente em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Este último foi desmembrado, em 1912, para formar um quarto departamento, o do Alto Tarauacá. Esses departamentos eram governados por prefeitos nomeados diretamente pelo presidente da República. Em 1920, é unificado e a maioria dos interventores²¹ – também nomeados pela Presidência da República – são egressos da carreira militar e oriundos do Centro-Sul do país. A partir de 1934, o território passa a ter o direito de eleger representantes para o Congresso Nacional.

As dificuldades políticas para a formação de um consenso entre as oligarquias acreanas acerca do futuro do território exigiam muita habilidade dos governantes nomeados. As características gerais do território acreano (marcada, sobretudo, pela ausência de integração econômica e social entre as suas principais regiões) acabaram influenciando de forma acentuada a constituição do poder político, ou seja, a formação de núcleos oligárquicos muito enraizados regionalmente. Na cidade de Cruzeiro do Sul, as oligarquias locais tentaram, até a década de 1930, construir um movimento em prol da autonomia do Vale do Juruá em relação ao Vale do Acre e Purus.

20 – Existem duas versões para essa atitude do governo federal. Uma, que é a dominante, indica as motivações econômicas como principais. Na condição de Território Federal, as vultosas somas resultantes da exportação de borracha naquele período, serviriam para custear boa parte das despesas governamentais, financiando inclusive investimentos na Capital do país, cidade do Rio de Janeiro (Gonçalves, 1998). Outra aponta algumas razões de ordem política, como a necessidade de manter um controle mais direto sobre as oligarquias em formação no território, freqüentemente envolvidas em ações revoltosas (Carbone, 2001). Na nossa percepção, elas não são excludentes.

21 – Era essa a denominação dada aos homens indicados para governar o Território (Silva, 2002).

Na década de 1950, o movimento pela autonomia ressurgiu na cidade de Rio Branco com outras intenções: elevar o território à categoria de estado e assegurar aos “acreanos”²² o controle direto do poder político-administrativo. Segundo Calixto (s.d., p. 145), tratava-se, na verdade, “de um empreendimento orientado por uma oligarquia sempre pronta a limitar a participação popular, instigando e manipulando essa participação em benefício dos donos do poder local”.

Nesse período, as oligarquias ainda não haviam chegado a um consenso a respeito da elevação do território a estado. Enquanto um segmento percebia nessa mudança a conquista de maior autonomia política diante do governo central, um elemento indispensável para o exercício pleno do poder político na região, outro a temia pelo seu reverso, o de sujeitarem-se a um controle mais efetivo do aparato estatal, mais precisamente nos aspectos relacionados com arrecadação tributária e cumprimento da legislação trabalhista, como bem revela o pronunciamento de Abraim Isper Junior, presidente da Associação Comercial do Acre, publicado no Dossiê-Acervo Guiomard Santos (UFAC, 1995:289-293).

Meus Senhores, ao dar por aberta esta reunião da assembleia geral, sob os auspícios das classes conservadoras - Associação Comercial do Acre e Associação dos Seringalistas - para um debate sobre o palpitante tema do projeto que visa a transformação

22 — Considerava-se “acreano”, “aquele que estivesse radicado há tempo na região e/ou fizesse oposição política aos coronéis Oscar Passos (PTB) e Guiomard Santos (PSD), exemplos de lideranças políticas de fora”. (Paula, 1991:78).

do Acre em Estado [...] Em verdade, meus senhores, o grande medo, o grande assombro, o bicho papão, no caso, são os impostos que fatalmente surgirão com a transformação do nosso Território em Estado. Mais 3, 4, 5 ou 6% serão acrescidos no nosso custo de vida ou, talvez, mais até. Medo também da burocracia, de uma máquina estatal que nos trará para aqui Alfândega, Ministério do Trabalho, Delegacia do Imposto de Renda, capitania dos Portos, instituto da Previdência Social, Sindicatos e quanta coisa mais que as mais das vezes dificulta, embaraça e por demais aperreia os homens que querem liberdade de trabalho, liberdade de ação [...] o pensamento das classes conservadoras seria que o Acre continuasse Território, se assim pudesse ser por mais 30, 40 ou 50 anos, sem que novos tributos viessem a incidir em sua economia que, em verdade, é a economia do povo, já que sentimos as dificuldades e os sacrifícios tremendos dos que lutam nessa terra, os homens do comércio, da indústria, da produção, da lavoura [...]

Abraim Ispér Júnior conclui a sua fala ressaltando que, caso fosse aprovada no Congresso Nacional a Lei Orgânica – que, entre outras modificações, estende aos territórios determinados tributos vigentes nos estados – enviada pela Presidência da República, o melhor seria apoiar a elevação do território a estado. Neste caso, aproveitar-se-ia de suas vantagens políticas, como a eleição de “seus governantes [...] principalmente por que somos nós, os homens do Acre, que teremos que legislar para esta região querida”.

O conteúdo geral da fala supra tem um valor inestimável para compreendermos o pensamento político das oligarquias do Acre. O seu núcleo fundamental reproduz fielmente a versão hegemônica do liberalismo na formação republicana brasileira, sob a batuta dos “senhores da terra”: usufruto do “lado bom” do Estado – coerção da força de trabalho via manutenção da ordem institucional e disponibilização de recursos materiais para acumulação de capital – e aversão ao seu “lado ruim”, como cumprimento de legislação trabalhista, tributária e outras obrigações constitucionais.

Enfim, a identificação dos interesses das oligarquias acreanas possibilita uma maior compreensão acerca dos embates políticos em torno da elevação do território à categoria de estado. Esses embates tiveram expressão no Congresso Nacional através dos principais chefes políticos do Território na época: os deputados federais Guiomard Santos (PSD) e Oscar Passos (PTB)²³. O primeiro foi autor do Projeto-Lei que propunha essa transformação; o segundo era contrário a ela.

O desfecho dessas disputas culminou com a aprovação no Congresso Nacional da Lei 4070/62, que elevou o Território do Acre à categoria de Estado da Federação. Essa lei foi sancionada pelo presidente João Goulart, em 15 de junho de

23 — Na condição de Major do Exército, ambos foram nomeados como interventores do Território. José Guiomard dos Santos por Eurico Dutra em 1946, foi o fundador do Partido Social Democrático-PSD no Acre e Oscar Passos (1937-1945) – nomeado por Getúlio Vargas –, fundou o Partido Trabalhista Brasileiro-PTB. Segundo Costa (1992:50) os dois militares “exerceram uma enorme influência na vida política do Território (e mesmo quando da sua mudança à condição de Estado). Eles serão eleitos sucessivamente, nos respectivos partidos, deputados federais e senadores da República, chegando Oscar Passos, já na condição de general, a ser o presidente nacional do MDB (Movimento Democrático Brasileiro)”.

1962. Assim, em 7 de outubro de 1962 realizam-se “as eleições²⁴ para preencher, por via direta, os cargos de Governador, de 3 Senadores e de 7 Deputados Federais, como também a constituição de uma bancada estadual composta de 15 deputados. No dia 1 de setembro de 1963 realizam-se em todo o Estado, as primeiras eleições para Prefeitos.” (COSTA, 1992, p. 54)

Com o apoio do aparato político-administrativo do governo do território, a coligação, liderado pelo acreano José Augusto de Araújo (PTB), derrotou o seu principal oponente, José Guiomard dos Santos, candidato pelo PSD. Segundo Oliveira (1988, p. 34), o slogan da campanha do candidato vitorioso – “O Acre para os acreanos” – teria explorado “o sentimento xenóforo de seus conterrâneos até então excluídos politicamente da direção de sua história”. Nogueira (1996) procurou enfatizar os méritos da trajetória política pessoal de José Augusto, como elemento explicativo para esse resultado. Acreditamos, porém, que o apoio da “máquina administrativa” governamental teve um peso decisivo na acirrada disputa partidária. Segundo Costa (op. cit.), a base da estrutura partidária acreana era constituída por relações

24 – Costa (op. cit.) chama a atenção para o fato de que dados os elevados índices de analfabetismo e pobreza de seus habitantes, somente 12% da população acreana estava apta a votar. Na época, os analfabetos não possuíam direito a voto.

do tipo clientelista²⁵. Portanto, o uso do aparato estatal era crucial na definição dos resultados eleitorais.

Foi através do hábil manejo desse aparato estatal existente no território, que Oscar Passos e Guiomard Santos – apesar de serem “de fora” – firmaram-se como os principais chefes políticos da história acreana no pós-1930. Investidos inicialmente de poderes delegados diretamente pela Presidência da República, de suas patentes militares e, posteriormente, dos cargos parlamentares, constituíram-se ao longo do tempo em autoridades capazes de arbitrar as contendas entre as oligarquias em torno das disputas pelo domínio do aparato burocrático administrativo²⁶.

Não foi por acaso que o partido governista elegeu os prefeitos de todos os municípios acreanos em 1963. Com pequenas oscilações conjunturais, essa preponderância do aparato estatal tem-se mantido até os dias atuais. Advertimos, porém, que para uma compreensão mais profunda das relações de poder político constituídas no Acre é indispensável um estudo do papel desempenhado pelos diversos núcleos

25 – Como bem observou Nunes (1997, p. 32), ao analisar esse fenômeno na vida política nacional, “o clientelismo repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias [...] envolvem uma pirâmide que atravessam a sociedade de alto a baixo. As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões até as localidades. Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos - isto é, aqueles que apoiam o governo - têm acesso a inúmeros privilégios através do aparelho de Estado. Esses privilégios vão desde a criação de empregos até a distribuição de outros favores”.

26 – Como bem o ilustra Costa (op.cit, p. 54) com a revelação de um acordo realizado entre PTB e PSD em 1953, “O PTB, através de Oscar Passos, envia a José Guiomard, presidente do PSD, uma carta na qual lista os cargos pretendidos. Guiomard não aceita todos os pontos e recebe depois (24 de abril de 1953) uma carta de Oscar Passos em que dizia “[...] igualmente concordamos com a transferência da prefeitura da grande cidade de Cruzeiro do Sul para o PSD, em troca, porém, da de Tarauacá, considerada média [...]”.

familiares que compõem as oligarquias regionais. O modo como elas constroem suas alianças dificilmente pode ser explicado com base apenas numa lógica estritamente partidária. Até o momento ainda não foi realizada nenhuma pesquisa sistemática nessa direção.

Uma das conseqüências imediatas da elevação do território federal a estado foi a implantação de uma estrutura jurídica e política correspondente a esta condição: Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, ampliação do Executivo etc. Os novos postos de comando da burocracia, o alargamento do quadro de funcionários públicos, o aumento tanto das verbas destinadas aos gastos governamentais quanto dos cargos e competidores na arena eleitoral, as antigas rivalidades entre oligarquias regionais, os reflexos na região de uma conjuntura nacional marcada pela ascensão das lutas populares na cidade e no campo, por si já eram suficientes para transformar o governo José Augusto num imenso barril de pólvora. Mas o que provocou maiores reações foi a sua política educacional, embora no seu programa de governo constassem compromissos com a reforma agrária, com a saúde etc. (OLIVEIRA, 1988, MENDES, 1996).

Além de nomear para a Secretaria de Educação um homem de fora do Acre, José Augusto apoiou uma campanha massiva de educação inspirada no método Paulo Freire, incentivada nacionalmente pelo “governo central que sugeriu a criação, no Acre, do Movimento de Cultura Popular, instituição civil com personalidade jurídica, para que pudesse gerir os recursos” que financiariam os custos da alfabetização inicial de “três mil adultos [...] que significavam mais 15% de novos eleitores para as eleições seguintes” (OLIVEIRA,

1988, p. 37). As oligarquias acreanas e autoridades clericais – fazendo coro com a reação das forças de direita no país – desencadearam uma resistência implacável por meio da Assembleia Legislativa contra a Secretaria de Educação, acusando-a de abrigar um “antro de comunistas”. Além do mais, exploraram intensamente o fato do secretário e membros de sua equipe serem “de fora do Acre”. Na verdade, diz Oliveira (op. cit, p. 37), “estes educadores ao expressarem o pensamento ideológico nacional de esquerda, seriam no Acre os primeiros intelectuais orgânicos a se vincularem à classe dominada. Com eles naturalmente não se identificavam os políticos locais, comprometidos fisiologicamente com a classe dominante”.

Embora não tenham sido os primeiros “intelectuais orgânicos” – a partir de meados da década de 1940 o Partido Comunista passara a ter uma discreta atuação no Acre²⁷ – vinculados às classes subalternas no Acre, a análise de Oliveira chama a atenção para uma questão fundamental: as origens e a formação dos intelectuais no estado. A rigor, influenciavam basicamente naquela sociedade, até então, os intelectuais do tipo tradicional – mormente aqueles vinculados à hierarquia da Igreja Católica, cuja atuação se dava através do trabalho de evangelização e de uma vasta rede de escolas mantidas por ela – e aqueles que formavam a “camada intelectual dirigente do Acre-Território”, que dado o seu “caráter imigratório” acabou bloqueando “de certo modo, a construção de uma sólida base de intelectuais orgânicos”. (OLIVEIRA, op.cit, p. 36)

Ainda de acordo com Oliveira, até meados dos anos 60, quando começara a ser implantada a UFAC, aqueles

27 – Cf. Costa (1992); Costa Sobrinho (1992).

que desejassem uma formação além do segundo ciclo, de nível superior, teriam que procurá-la em outras unidades da Federação. “Se eram pobres, quase sempre, ingressavam em seminários, como única opção para adquirir cultura e muitas vezes a própria sobrevivência”. Esta situação teria contribuído para a existência de um certo “vazio na sociedade local”²⁸, que só começaria a se modificar com elevação do território à categoria de estado, que “ampliou as perspectivas para o retorno dos acreanos”, como foi o caso de José Augusto, que após cursar Filosofia na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) regressou para o Acre para ser eleito o primeiro governador do estado.

Para termos uma noção da magnitude dos conflitos políticos no Acre nesse período, José Augusto acabou sendo cassado pelos militares, menos de 40 dias após o golpe, no dia 9 de maio de 1964²⁹. Em seu lugar, a Assembleia Legislativa, cercada pelas tropas do exército, indicou para governador do estado, por unanimidade dos votos, o então comandante da 4ª Companhia de Fronteira, o capitão Edgar Pereira de Cerqueira Filho. O aparato jurídico-político-institucional correspondente a esta nova condição de estado acabou consolidando-se sob os auspícios da ditadura militar (SILVA, 2002).

Nesse processo de formação política do estado do Acre deve-se chamar a atenção para uma questão fundamental: a

28 — Segundo Oliveira (op. cit, p. 36), “A requisição dos serviços técnicos da Fundação Getúlio Vargas, para a elaboração de seu plano de governo (José Augusto), como, mais tarde, a presença da firma PLANORG, para a organização administrativa do estado”, evidenciariam esse vazio.

29 — Com uma arma apontada na cabeça, o governador José Augusto assinou de “livre e espontânea vontade”, o seu pedido de renúncia do cargo (Mendes, 1995). Maiores informações sobre a conturbada gestão de José Augusto, podem ser encontradas no referido autor.

permanente centralização do poder em torno de interventores de extração militar, somada ao domínio da grande propriedade fundiária – exercido pelos patrões seringalistas em enormes porções territoriais –, reforçará sobre maneira o autoritarismo existente na sociedade e no Estado em nível mais geral no Brasil.

1.3. Os domínios da terra na formação da sociedade acreana

Nos estudos sobre a ocupação econômica do território acreano³⁰, existe um consenso em torno da ideia de que esta teria sido determinada por contingências externas, decorrentes da divisão do trabalho no âmbito da acumulação capitalista em escala internacional. A economia regional teria sido impulsionada pela necessidade de suprir as crescentes demandas de borracha natural como matéria-prima indispensável para abastecer as indústrias dos países mais avançados da Europa e Estados Unidos da América, naquele período, meados do século XIX e início do XX.

Nestas circunstâncias, a economia acreana caracterizou-se na sua origem – a exemplo do que ocorreu na formação econômica do Brasil como um todo – por uma inserção na divisão internacional do trabalho na condição de fornecedora de matéria-prima. A organização interna da produção articulou-se em torno do monoextrativismo da borracha, cujo traço marcante foi a conformação de um sistema de

30 – Ver entre outros: Santos (1980); Pinto (1984); Lima (1994).

dominação estruturado nas relações mercantis³¹ de produção, ancorado na grande propriedade fundiária e na exploração do trabalho dos seringueiros (extratores de látex). Em decorrência da escassez da força de trabalho na região, a formação desse contingente de trabalhadores foi composta, em sua maioria, por migrantes do Nordeste do Brasil (SANTOS, 1980).

Na base desse sistema produtivo estavam os produtores diretos – seringueiros – explorados duplamente pelo patrão seringalista, visto que estes detinham o monopólio do comércio no interior dos seringais e poderes para fixar tanto os preços da borracha produzida pelos seringueiros quanto o dos produtos básicos necessários à sobrevivência desses trabalhadores. A mediação monetária nas relações de trocas era praticamente inexistente. Elas eram realizadas diretamente entre produtos, através do chamado sistema de aviamento, isto é, “o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas [...]. A fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldades”. (ARAMBURU, 1994:82-83) O endividamento prévio e sistemático dos seringueiros constituiu-se num

31 — Para Marx, “o capital mercantil é capital que só funciona na esfera de circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de produção. Mas, no processo de circulação não produz valor, nem mais-valia portanto [...] Diretamente, o capital mercantil não cria valor nem mais-valia. Ao concorrer para abreviar o tempo de circulação, pode indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial. Ao contribuir para ampliar o mercado e ao propiciar a divisão do trabalho entre os capitais, capacitando portanto o capital a operar em escala maior, favorece a atividade do capital industrial e a respectiva acumulação. Ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucros. Ao reter na esfera da circulação parte menor do capital-dinheiro, aumenta a parte do capital aplicado diretamente na produção” (Marx, s. d., p. 323).

dos principais mecanismos de imobilização dessa força de trabalho.

A extração de excedentes do produtor direto pelo capital industrial internacional era mediatizada por uma extensa cadeia mercantil nucleada em Belém e Manaus. A organização desse sistema produtivo pode ser melhor visualizada através do modelo esquemático reproduzido na figura 1, a seguir:

Figura 1: Sistema de Aviamento na Amazônia

!	Mercado Internacional	!
bsc ↓		↑ pe
!	Casa Aviadoras e Exportadoras	!
bsc ↓	-----	↑ pe
!	Seringalistas	!
bsc ↓	-----	↑ pe
!	Seringueiros	!

bes: Bens de consumo, instrumentos de trabalho, dinheiro.
 Pe: Produção extrativa (SANTOS, 1980, P. 160).

No primeiro ciclo da economia extrativista da borracha, os seringalistas do Acre estabeleciam suas relações comerciais diretamente com as “asas aviadoras” Isso era assegurado por intermédio do monopólio comercial sobre o qual se estruturavam esses seringais. Os seringalistas assumiam, desse modo, segundo Lima (op. cit;), “a totalidade das atividades de comércio e organização da produção”.

O processo de apropriação das terras esteve, portanto, associado na sua origem ao exercício e controle do comercio, ambos (propriedade da terra e atividades comerciais), sob condições de absoluto monopólio. No primeiro ciclo de expansão do extrativismo, diversos comerciantes de Belém e Manaus mantiveram suas moradas nessas cidades e abriram

extensos seringais no Acre, que eram administrados através de seus prepostos. Entre aqueles indivíduos que, através de recursos financeiros próprios e/ou mediante financiamentos privados, foram viver no território com suas famílias na condição de proprietários de seringais, no decorrer do tempo muitos passaram a ampliar seus negócios comerciais para além de seus domínios e acabaram mudando a sua morada para os núcleos urbanos que foram se formando nas margens dos principais rios.

É possível identificar, ainda, a presença de um outro tipo social de grande proprietário de terras no Acre. Trata-se de parte daqueles indivíduos (muitos deles de origem árabe, como os Farhat, Abdala, Beirute) que foram se estabelecendo no território como comerciantes – alguns começaram atuando clandestinamente nos interstícios da empresa seringalista, através dos chamados “regatões”, burlando o monopólio comercial exercido pelo “barracão” e, valendo-se dos momentos de crise do extrativismo da borracha, passaram a adquirir inúmeros seringais, transformando-se também, com o tempo, em grandes proprietários de terras.

Vale lembrar, ainda, que na base das relações mercantis existia um outro mecanismo de exploração que operava via obrigatoriedade do pagamento da renda. Esses produtores diretos eram obrigados a pagar anualmente cerca de 10% da sua produção total de borracha ao patrão seringalista. Lima (1994, p. 156) faz uma observação muito elucidativa a respeito do significado desse pagamento da renda:

O exercício da propriedade da terra se explicita nos seringais acreanos também através da cobrança de

uma “renda” ao seringueiro. Forma de extração do trabalho seringueiro, tinha como objetivo cobrir os gastos que o seringalista incorreria na abertura de novas estradas, na limpeza dos vazadouros por onde escoava a produção etc. Entretanto, a cobrança de “renda” terá pouca importância no conjunto dos mecanismos de extração do valor produzido pelo seringueiro, não podendo ser considerada como um elemento essencial na formação do lucro para a empresa capitalista. Tinha, no entanto, forte apelo ideológico e de controle sobre as condições de propriedade.

Seguindo essa linha de raciocínio, o referido autor analisa a formação do que denomina como “seringalismo” e faz uma crítica consistente às interpretações consideradas hegemônicas na historiografia econômica da Amazônia. De acordo com ele, elas tendem a privilegiar a esfera da circulação “em detrimento das relações de propriedade da terra, entre os elementos determinantes” da reprodução daquelas relações sociais de produção. Ou seja,

a propriedade da terra é posta no seringalismo com uma base necessária para a reprodução de um processo social de trabalho, o que equivale a uma ruptura com o caráter expedicionário, ou nômade da produção do caucho, fato não levado na devida conta na grande maioria dos ensaios em história econômica da Amazônia. A exigência de uma base fixa sobre a qual passará a desenvolver a atividade produtiva

reafirma a propriedade da terra, agora elemento essencial e integrante de um processo de valorização econômica (LIMA, 1994, p. 152-153).

Nessa perspectiva, ele sustenta que a esfera da produção não pode ser relegada a um segundo plano, uma vez que produção e circulação também no caso da economia extrativista fundem-se numa unidade resultante da divisão social do trabalho, “o que supõe, em sentido amplo, o monopólio da propriedade privada. No plano interno à região, a questão, portanto, remete para a propriedade privada da terra, elemento essencial nas condições de reprodução”. (LIMA, op.cit: 169)

Esse aspecto é fundamental porque são muito comuns na historiografia regional as afirmações, a nosso ver equivocadas, de que a terra só passaria a ter importância no pós-1970, pois anteriormente o interesse recaía sobre a sua cobertura vegetal. Obviamente, alteraram-se profundamente os critérios de fixação de valor monetário da propriedade fundiária. Antes, ele era estipulado pelo volume de produção de borracha do seringal e localização geográfica; depois, passou a referenciar-se, entre outros, no tamanho da propriedade medido em hectares e na sua localização. Não é por acaso que havia enormes preocupações dos seringalistas em registrar nos cartórios os seus domínios territoriais³², cujos documentos usavam, na forma de hipoteca, para a contração de empréstimos para financiar a produção.

Outro aspecto relevante destacado por Lima (op.cit) diz respeito ao predomínio absoluto da grande propriedade

32 — Cf. entrevista com Antônio Carlos Carbone.

fundiária no Acre. A “montagem” de um seringal exigia um volume considerável de recursos financeiros. Só o faziam aqueles homens que dispunham de tais recursos ou de acesso a financiamentos privados. Sob tais condições, o acesso, a posse e o domínio das terras no Acre foi absolutamente restritivo. Por razões diferentes – os recursos monetários não eram destinados à compra das terras e sim à montagem do aparato de exploração dos recursos naturais nela existentes –, acaba seguindo um dos princípios sagrados da Lei de Terras de 1850: restrição do acesso à terra aos que dispunham de recursos financeiros para pagar por ela.

Segundo ele, este traço (monopólio da propriedade fundiária e produção de matéria-prima para o mercado externo) distingue o território acreano no período de sua ocupação econômica dos demais estados da Amazônia, que possuíam áreas ocupadas por uma população que se reproduzia socialmente através de uma agricultura de subsistência. Após breves ciclos de apogeu – final do século XIX até 1915, e 1940 a 1945 – o monoextrativismo da borracha natural, bem como as relações de dominação a ele subjacentes, ingressou em um processo de decadência irreversível. As causas econômicas fundamentais desta decadência foram a expansão dos seringais de cultivo no Sudeste Asiático com elevados índices de produção e produtividade e o uso em escala crescente da borracha sintética como matéria-prima industrial. Somente a partir dessas crises surgiriam oportunidades para a ocupação de pequenas porções de terras – geralmente nas margens dos rios – por uma parte daqueles trabalhadores que abandonavam os seringais e passariam

a buscar outros meios de sobrevivência como agricultura, pesca, caça etc.

Não pretendemos estendermo-nos sobre esta questão, visto que a natureza das crises do extrativismo da borracha, nas suas múltiplas dimensões, já foram exaustivamente analisadas por diversos especialistas³³. O que nos parece ainda pouco explorado são as repercussões, na reprodução da sociedade acreana, das políticas adotadas no âmbito do Estado para contornar a crise, prorrogar a longevidade do extrativismo da borracha natural. É precisamente essa questão que nos interessa averiguar.

O Estado entra em cena para alavancar a produção de borracha natural na Amazônia, empurrado inicialmente pelo advento da II Guerra Mundial. A ocupação, pelos japoneses, do Sudeste Asiático, responsável pelo abastecimento de borracha natural – através dos seringais de cultivo – da indústria mundial, obrigou temporariamente os países aliados a recorrerem à Amazônia como fornecedora dessa matéria-prima, especialmente para suprir as necessidades da indústria bélica. A celebração dos “Acordos de Washington”³⁴, em 1942, estabeleceu as bases gerais para a orientação da retomada da produção nos seringais amazônicos. Um dos principais instrumentos utilizados foi o estabelecimento do monopólio estatal³⁵ da compra e venda da borracha, “atribuído, em

33 – A esse respeito, consultar em especial: Pinto (1984) e Lima (1994).

34 – Firmado entre os governos brasileiro e norte-americano, esses acordos previam entre outros: o incentivo à migração de trabalhadores nordestinos para a região (soldados da borracha), observância das leis trabalhistas nas relações contratuais, instituição do monopólio da borracha etc.

35 – A instituição dessa política envolveu a criação de um aparato específico para lidar com ela. A fixação de um preço único para a borracha, o financiamento da produção e a compra do produto pelo Banco, compunham o núcleo mais relevante dessa política. Maiores informações ver Pinto (op. cit); Martinello (1988).

caráter provisório, à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil” e posteriormente ao Banco de Crédito da Borracha. Na avaliação de Pinto (1984, p. 102),

[...] o sentido reacionário desse novo alento não se esgotou no reforço das relações de “aviamento”, pois trouxe consigo a cristalização de um vínculo de dependência direta entre o extrativismo gomífero e a intervenção governamental. O aumento da produção de borracha vegetal se apoiou, fundamentalmente, nos preços excepcionais que o BCB (financiado em parte pelo governo dos EUA) garantiu aos seringalistas e aviadores da região. Dessa forma, quando findava o ano de 1945 [...] já era possível verificar uma forte apreensão dos interesses ligados à borracha amazônica. Embora a vigência do Acordo Suplementar da Borracha tivesse sido prorrogada até julho de 1947, a perspectiva após aquela data, era a de um mercado internacional bastante concorrencial - agravado pela ameaça dos elastômeros sintéticos, que só poderia resultar em mais uma profunda crise para o setor gomífero da Amazônia.

As possibilidades de se manter o extrativismo através da adoção de políticas protecionistas ao setor mudou substancialmente o cenário regional. Ou seja, as oligarquias regionais passavam a reivindicar tratamento similar àquele dispensado pelo Estado ao setor agroexportador. Nessa perspectiva, procura estabelecer suas alianças em nível nacional no sentido de afirmar seus interesses. Pinto (op. cit.),

revela as pressões exercidas pelas associações comerciais do Pará e Amazonas no sentido de manter o monopólio estatal da borracha, bem como as articulações que faziam com a indústria (a maioria de origem estrangeira) instalada no país. Esta última, interessada em extrair diversos benefícios, em especial o de proteger-se da concorrência daquelas indústrias que ainda não haviam se instalado no Brasil.

A conjuntura nacional, no intervalo de 1945 a 1964, foi marcada por um forte incremento da expansão industrial, incentivada por um conjunto de políticas estatais que compunham a estratégia de substituição de importações adotada no Brasil e em diversos países da América Latina. Os incentivos à instalação das montadoras automobilísticas em meados dos anos 50 e a mudança de modais de transporte (ferroviário para rodoviário)³⁶ resultariam num enorme aumento de demandas de borracha natural pelas indústrias instaladas no país.

Em suma, tanto o deslocamento do mercado internacional para o nacional – abrindo maiores possibilidades de fixar normas de regulação nesse mercado interno emergente –, quanto a instituição do monopólio estatal da borracha transformam o Estado num elemento decisivo para assegurar a reprodução da economia regional ancorada na produção de borracha natural. Desse modo, para as oligarquias da Região Norte ligadas aos interesses do extrativismo da borracha, “consagrou-se a noção de que era de responsabilidade do poder público a garantia da rentabilidade (e sobrevivência) do “aviamento gomífero” (PINTO, 1984:112).

36 – Sobre o fortalecimento do transporte rodoviário em detrimento do ferroviário, ver dentre outros Paula (2000).

Essa transferência de responsabilidade para o Estado passou a ser usada com extrema habilidade e competência política pelos “donos do poder” na região, especialmente no Acre. O argumento utilizado para preservarem os seus interesses particularistas girou recorrentemente em torno da imprescindibilidade social da manutenção dessas políticas, dado o seu significado na garantia do emprego e da sobrevivência de milhares de pessoas dependentes da economia extrativista na Amazônia.

Uma outra dimensão da importância do Estado na sociedade regional, mais precisamente no caso do território acreano, relaciona-se com os novos significados que a sua estrutura política/administrativa no nível local passa a ter para a classe dominante. Ora, o poder oligárquico no Acre beneficiou-se, num primeiro momento, de uma considerável “ausência” do Estado. Entre a celebração do Tratado de Petrópolis (1903) e 1921 a presença institucional do Estado restringia-se basicamente a algumas tarefas administrativas do território, entre as quais Silva (2002, p. 35) destaca as seguintes: “Justiça Federal, Tribunal de Apelação, Mesa de Rendas Federais, Capitania do Porto, Colletoria Federal, Assistência Pública; Agência Postal; estação Rádio-Telegráfica e Quartel da Força Policial” (sediados em Rio Branco). A sua presença política era mais percebida no estabelecimento das mediações entre o poder central e a classe dominante local.

No mais, o controle da força de trabalho se processava sob os auspícios dos patrões em cada seringal. Em seus vastos territórios, eles ditavam suas leis, decidiam as penalidades a serem aplicadas àqueles seringueiros considerados infratores. Muitos, inclusive, possuíam cárceres privados. É claro que

os mecanismos destinados a garantir a dominação através do consenso foram também sendo usados e aperfeiçoados no decorrer do tempo, como demonstramos em trabalho anterior (PAULA, 1991). Em suma, não havia sequer o exercício do “monopólio legítimo da violência” por parte do Estado, característica considerada por Weber como traço distintivo da existência dessa instituição. Ademais, os homens que comandavam o governo no território agiam, segundo Silva (2002, p. 77), “através de uma rede variada de compromissos que assumiam diante de seus apadrinhados”.

Nesse sentido, parece-nos que Oliveira Viana (1987) cometeu enorme equívoco ao expressar seu otimismo com a fórmula encontrada pelo governo federal, isto é, criação da figura constitucional do Território. Ele a percebia como sinal de uma atuação centralizadora do estado no Acre, capaz de limitar os desmandos dos potentados rurais, que campeavam até então no conjunto da nação brasileira, no período da República Velha, sob a batuta dos coronéis.

A partir dos anos 40, a classe dominante passa a beneficiar-se de uma situação oposta, a crescente influência do Estado nos desígnios da sociedade regional. Diferentemente do primeiro ciclo do extrativismo da borracha, comandado pelos financiamentos de capitais privados, a partir do segundo ciclo (1940-45), esse papel passou a ser assumido pelo Estado, o que implicou na necessidade de ampliar sua esfera de atuação. Além do mais, nos núcleos urbanos em formação no território³⁷, as crescentes demandas por alguns serviços sociais (especialmente, educação, saúde, saneamento)

37 — De acordo com Lima (op. cit, p. 276), “Em 1940 existiam oito centros e destes, cinco estavam na faixa de 1001 a 2000 habitantes... dois na faixa de 2001 a 5000 habitantes”.

foram abrindo espaços para novos tipos de ocupação da força de trabalho. “Gradativamente amplia-se o número de trabalhadores no comércio, na esfera do governo, no âmbito dos serviços domésticos, contribuindo para uma faixa de comércio urbano”. (LIMA, 1994:276)

A formação dessa nova faixa de consumidores individuais, bem como o suprimento dos artigos de consumo demandados na administração governamental, adquiriram crescente importância na sustentação do comércio local. O acesso aos “negócios governamentais” processava-se/processa-se, obviamente, pela via política, transformando, portanto, o controle do aparato administrativo governamental em alvo de intensas disputas entre as “classes conservadoras”. As palavras de Guiomard Santos (apud SILVA, 2002:75) nos dão uma ideia da importância desse setor no Acre:

O governo é tudo; é infelizmente o dono de tudo. Eis, pois, um pequeno Estado socialista. A telha, o cimento, os caminhões são do governo. Todos os estabelecimentos de instrução são do governo. Todos os trabalhadores da cidade ganham pelo governo. Quem não trabalha nas obras do governo, é funcionário do governo, que detém assim, todos os empregos, quase sem exceção. Acrescentemos o avião, a Guarda Territorial, os médicos, os dentistas, os agrônomos, os mecânicos, os choferes, os eletricitas, os carpinteiros, os pedreiros, os pintores, os encanadores, etc. tudo está engrenado ou depende do governo.

Naturalmente, nesse aparato estatal descrito por Guiomard Santos o acesso estava limitado àqueles indivíduos que orbitavam em torno do núcleo do poder, o que excluía mais de 90% da população do território. Esse fato, somado a uma absoluta concentração da propriedade privada do principal meio de produção – terra – e da renda, foi sutilmente ocultado nessa comparação grosseira com o “Estado socialista”. Tratava-se, na realidade, da socialização, entre poucos, daqueles recursos disponibilizados teoricamente ao atendimento do público em geral. Mas o curioso é que mais tarde, em outra passagem, citada também por Silva (2002, p. 78), Guiomard Santos reconhece que o tipo de organização e gestão estatal experimentado no Acre, teria resultado na exclusão de uma grande parcela da população do acesso aos serviços ofertados pelo Estado, formando, assim, um

[...] Sistema patriarcal com suas pequenas vantagens e grandes desvantagens de carregar o peso monstruoso de todos os interesses particulares e particularistas. Do lado de fora restam apenas uma dúzia de seringalistas, comerciantes e massa de seringueiros párias. Estes são compradores forçados de seus patrões, assim como os patrões se acham algemados aos bancos e as cassas aviadoras [...] Todas as pessoas que vieram para o Acre, desde o seringueiro aos governadores e magistrados traziam a ideia de voltarem aos seus estados no mais curto espaço de tempo.

Essa percepção de Guiomard Santos sugere pelo menos duas conclusões: a primeira é a da prevalência da lógica de

espoliação do capital entre os agentes que comandavam a organização do processo produtivo; interessava extrair o máximo possível das riquezas existentes no território “para voltarem aos seus estados no mais curto espaço de tempo”; a segunda é que, em face de insustentabilidade econômica do monoextrativismo da borracha natural, as oligarquias do Acre passam a perceber, na esfera governamental, nas instituições públicas existentes no estado uma fonte mais segura para locupletar-se. Nessa perspectiva, segue um caminho similar àquele operado na base econômica, ou seja, as oligarquias procuram monopolizar a esfera da “sociedade política”, tornando-a uma extensão dos seus negócios, em particular das atividades comerciais³⁸.

Nestas circunstâncias, o controle dos postos na burocracia estatal e/ou de mandatos políticos eletivos, passa a ter uma importância estratégica fundamental como parte dos “negócios” da classe dominante local³⁹. Esta apropriação do aparato governamental pelas oligarquias resultou num tipo de patrimonialismo de base societal muito similar àquele analisado por Franco (1997). Este aspecto constitui-se, portanto, num dos elementos fundamentais para se compreender os conflitos políticos intraclasse dominante, que deram contorno à “modernização” no Acre. Desse modo,

38 — No capítulo seguinte apresentaremos um conjunto de argumentos e evidências empíricas que fundamentam essa hipótese.

39 — Como bem o perceberam Oliveira (1988), ao afirmar que a conquista de poder na esfera da sociedade política era uma forma das oligarquias compensarem as perdas advindas da decadência econômica do extrativismo. Silva (2002:78), ao salientar que “a partir da decadência do modelo extrativista, grupos hegemônicos da economia acreana, tanto empresários seringalistas quanto os grandes comerciantes urbanos, inclinam-se em influir diretamente na máquina estatal. Passam a ver este espaço como um locus privilegiado para a manutenção de seus negócios e imprimem um direcionamento que passou a visar o poder político como garantidor de interesses particularistas”.

consideramos absolutamente necessário levar na devida conta esse movimento que opera numa escala tridimensional, ou seja, o monopólio da terra, do comércio e dos “negócios governamentais”. A ele estaremos nos reportando de forma recorrente neste e nos capítulos subseqüentes.

1.4. Expansão da fronteira agrícola para a Amazônia

Essa temática tem sido exaustivamente analisada nos últimos trinta anos. Como bem sintetizou Dutra (apud SILVA J., 1998:15), é possível identificar pelo menos quatro interpretações quanto à expansão da fronteira para a Amazônia: “a primeira, aponta o campesinato como elemento central”; a segunda coloca ênfase na absorção de mão-de-obra e produção de alimentos; “a terceira, analisa a aquisição de terras na fronteira como função de ‘reserva de valor’; e, a quarta, aponta a tendência para o desinteresse da fronteira como espaço de investimento, levando à concentração de recursos nas regiões mais desenvolvidas do país”. Contudo, se, por um lado, esse grande acúmulo de reflexões acerca do processo recente de expansão da fronteira para a Amazônia possibilitou uma compreensão mais geral da incorporação da região no curso da acumulação de capitais em escala internacional, existem, ainda, enormes lacunas no conjunto da historiografia regional. As razões são diversas, incluem desde as dificuldades de lidar com uma base muito precária de dados quantitativos e qualitativos até tentativas de generalizações a partir de estudos de casos, que muitas vezes tendem a subestimar a enorme heterogeneidade que

caracteriza o “mundo amazônico” circunscrito no território brasileiro.

Em linhas gerais, formou-se um consenso em torno da ideia de que a atuação do Estado – materializada em um conjunto de políticas e estratégias de cunho intervencionista – desempenhou papel decisivo no movimento de expansão capitalista para a região⁴⁰. Embora não existam razões para duvidar dessa interpretação, merece um reexame essa absolutização do poder do governo central nesse processo. Em outras palavras, estamos colocando sob questão o relativo menosprezo dispensado aos obstáculos políticos regionais interpostos às estratégias de expansão da fronteira comandadas pelo Estado em nível de governo federal, como o revela esta passagem em um dos estudos considerados clássicos sobre a temática: “a Amazônia nunca conseguiu criar interesses sociais de certa magnitude (classes e grupos radicados na região) que pudessem constituir-se em obstáculo ao tipo atual de penetração [...] nunca estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi sempre uma terra que assim como seus trabalhadores, uma vez usada, punha-se de lado.” (CARDOSO & MÜLLER, 1978:II)

Deve-se ressaltar preliminarmente que estas interpretações estavam referenciadas no estado da arte em relação aos estudos sobre a expansão capitalista na Amazônia existente naquele

40 — A esse respeito, consultar entre outros: Cardoso & Müller (1978); Martins (1984); Velho (1979); Sorj (1980). Este último destaca diversos fatores que na sua avaliação teriam confluído na formação desse movimento de expansão da fronteira para a Amazônia: a busca de soluções de tensões sociais no Nordeste, com a transferência de populações para a Amazônia; abertura de eixos rodoviários em direção a região; razões de ordem geopolítica etc. A política de incentivos fiscais é apontada pela maioria dos autores citados como um dos elementos determinantes nesse processo.

período. Portanto, o seu questionamento resulta, entre outros, do acúmulo de conhecimentos sobre a região produzidos posteriormente. Assim, uma análise mais atualizada de situações específicas como a do Acre – em que tanto as classes dominantes quanto as subalternas esboçaram fortes reações políticas ainda nos anos 70 – leva-nos a relativizar esse poder de intervenção do governo central. Ao que tudo indica, o curso da “modernização” não seguiu exatamente o seu script original, acabou passando por algumas modificações face ao conjunto de pressões exercidas inicialmente por forças políticas regionais e, posteriormente, nacionais e internacionais. Na tentativa de explicitar melhor essa questão, optamos por fazer nesta seção uma revisão bibliográfica indicativa dos contornos mais gerais da estratégia de “modernização” preconizada pelo governo federal para a Amazônia em geral e para o estado do Acre em particular.

O advento do golpe militar de 1964 repercutiu também decisivamente no agravamento da crise estrutural do extrativismo da borracha, à medida que as diretrizes governamentais passaram a centralizar-se na indução de um processo de modernização acelerado da economia nacional. Das suas diversas implicações pode-se destacar a redução e/ou suspensão temporária de subsídios e incentivos aos setores produtivos considerados mais atrasados, como o de produção de borracha natural na Amazônia. A inserção da economia regional no novo ciclo de acumulação em curso no país pressupunha, necessariamente, transformações na sua base produtiva, na estrutura de mercados e na sua configuração demográfica, como forma de “abrir novos mercados consumidores para produtos industrializados do Centro-Sul”, bem como “empregar os excedentes populacionais

produzidos em outras regiões do país”. (LOUREIRO, apud SILVA J., 1998:36)

É necessário lembrarmos, ainda, que de meados dos anos 60 até a metade dos 70 a floresta amazônica foi considerada ou percebida pelo núcleo dirigente do Estado e seus aliados internacionais, principalmente os norte-americanos, como um obstáculo a ser vencido. A expansão do progresso técnico para a região tinha como suposto fundamental a remoção de uma parcela substancial de suas florestas⁴¹. Assim, com a justificativa de resguardar as fronteiras nacionais, o Estado procura impor um projeto de modernização na Amazônia que, a exemplo das demais regiões do país⁴², caracteriza-se pelo agravamento das condições sociais de vida de uma significativa parcela da população e privilegia grandes grupos empresariais com diversos incentivos fiscais e financeiros no intuito de dirigir investimentos para essa nova fronteira. Em 1966, o governo Castelo Branco direcionou para a região um conjunto de medidas legais e institucionais denominado “Operação Amazônica”, que tinha a finalidade de reformular e transformar a economia regional. Foram criadas a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

41 — Os devaneios e obsessões para atingir esses objetivos eram ilimitados, como o revela a conhecida proposta dos norte-americanos do Instituto Hudson - com seu refinado pragmatismo - de represamento do rio Amazonas para a formação de um imenso lago que inundaria boa parte da floresta “e criaria um potencial para a geração de energia elétrica, além de comunicações mais fáceis com território rico em minerais” (VELHO, 1979:212).

42 — O Estado brasileiro assume o papel de promotor do desenvolvimento, expandindo o processo de acumulação capitalista para os limites das fronteiras nacionais e passa a atuar decisivamente, tanto nas condições externas de acumulação, quanto nas internas, promovendo a reprodução do capital. Através da expansão e multiplicação de empresas públicas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, o Estado acaba assegurando os suportes para o desenvolvimento dependente, isolando e reprimindo ao mesmo tempo as manifestações “que possam significar riscos aos padrões de crescimento” (SANT’ANNA, 1988:53).

– SUDAM – e o Banco da Amazônia S/A – BASA. Segundo Martins (1994:79), a criação desses instrumentos

[...] preconizou uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários, especialmente das regiões mais ricas, para que deixassem de pagar 50% do imposto de renda, desde de que o dinheiro fosse depositado naquele banco para financiar projetos de desenvolvimento na Amazônia, de cujo capital constituíram até 75%. Os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietárias de terras e empresários rurais. Em princípio, a aquisição de terras pelos grandes capitalistas do Sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por sua vez, a agirem como capitalistas.

No decorrer dos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar propôs-se, inicialmente através do Plano de Integração Nacional – PIN (junho de 1970), e, posteriormente, via I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)⁴³, a realização de investimentos de grande monta em infraestrutura na Amazônia, que englobavam desde a construção de extensos

43 — Maiores detalhes sobre esses e os demais planos de desenvolvimento implementados pelo governo federal entre 1963 e 1985, especialmente nos aspectos relacionados com a agricultura, consultar entre outros, Delgado (1985). Lessa (1978) elaborou uma análise crítica mais específica sobre o II PND.

eixos rodoviários⁴⁴ – como a Transamazônica, a Cuiabá-Rio Branco e a Cuiabá-Santarém – destinados à integração regional e nacional, modernização do sistema de navegação fluvial, implantação de sistemas de comunicação, ampliação da produção de energia elétrica etc. Desse modo, pretendia-se colocar em marcha o processo de modernização econômica da região. Assim, segundo Rêgo (1992:334), o Estado indicava as seguintes estratégias:

1. utilizar os eixos de penetração já definidos pelos fluxos migratórios como origem no Centro-Sul em direção a Mato Grosso, Rondônia e Acre [...];
2. ocupação seletiva de áreas com solos mais férteis e de maior dotação de recursos naturais, utilizando o critério de vantagens comparativas;
3. tendo em vista a direção dos fluxos migratórios e o critério de seleção de áreas para ocupação, seriam indicados três programas:
 - aproveitamento integrado de vales: Tocantins
 - Araguaia, Tapajós e Xingu;
 - programas setoriais de base empresarial: pecuária de corte, extração e industrialização de madeiras, mineração e indústrias eletrolíticas,

44 – A construção dessas estradas contou, entre 1968 e 1972, com financiamentos do Banco Mundial e BID, da ordem de 400 milhões de dólares, que significou o “maior empréstimo já feito a um país para construção de estradas”. (LINHARES, 1992:14)

- lavouras selecionadas, pesca empresarial, turismo e;
- programas de colonização ao longo dos eixos rodoviários [...];
- 4. conseguir um incremento de 25 por cento ao ano nas exportações de produtos com vantagens comparativas no mercado internacional: carnes, minerais, madeiras e celulose.

Para efetivar o processo de ocupação em conformidade com essas estratégias, continua Rêgo,

O Estado propõe utilizar os seguintes instrumentos de intervenção: o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)⁴⁵, o complexo Minero-metalúrgico da Amazônia Oriental (compreenderia mais tarde o Programa Grande Carajás), o Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais, com base no sistema de “florestas de rendimento” (uma forma de exploração auto-sustentada que não teve conseqüência prática) e produção de celulose, e ainda, a conclusão do distrito industrial da Zona Franca de Manaus. (II PND, 1975-79, 1974: 65-8, apud R GO, 1992, p. 334)

45 — Segundo Rêgo (1992:335), “[...] O POLAMAZÔNIA visava criar as condições para o grande capital explorar o potencial de recursos em áreas prioritárias. O Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974, que cria o POLAMAZÔNIA, é explícito em seus artigos 1º e 5º quanto a tais aspectos [...]”.

De acordo com as diretrizes do II PND, dever-se-ia promover uma redistribuição de terras nas áreas em que o sistema de propriedade fundiária fosse considerado obstáculo à modernização agropecuária. Na verdade, os programas de colonização previstos no II PND apoiavam-se no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que transferia dos governos estaduais para o controle da União as terras devolutas situadas nas margens das rodovias federais, numa extensão de cem quilômetros, “cabendo ao Conselho de Segurança Nacional decisões fundamentais sobre elas”. (MARTINS, 1984, p. 45)

Enfim, a atuação governamental consubstanciada nesses planos de desenvolvimento expressara, segundo Delgado (1985, p. 105), “a estratégia através da qual o regime tentará fomentar a modernização da agricultura ‘tradicional’ e das áreas novas de fronteira agrícola da Amazônia”. Nesse sentido, continua o referido autor, “a década de 70 assiste, com o I PND e o reforço do II PND, ao lançamento de um elenco de programas especiais, projetos de desenvolvimento rural integrado e programas de polos de desenvolvimento que serão os instrumentos por excelência da tentativa de integração dessas regiões e seus agricultores à modernização”.

1.4.1. O caso do Acre

O núcleo da estratégia de incorporação do Acre nesse projeto modernizante assentava-se na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte. Como será melhor explicitado no Capítulo II, a estrutura fundiária acreana era considerada bastante adequada a este modelo. No caso da opção pela pecuária de corte, as justificativas podem ser

encontradas nas pretensões de integrar o Brasil ao mercado mundial como um dos maiores exportadores de carne bovina. Segundo Shelton Davis (apud Linhares, 1992, p. 19), essas intenções explicavam-se em virtude “da inflação dos preços da carne a nível mundial e no interesse de corporações multinacionais de participar dos projetos, além da facilidade de obtenção de empréstimos internacionais para financiar a expansão da pecuária e da indústria de carne. Nessa época, inúmeras corporações multinacionais vieram se instalar na Amazônia”.

Essa estratégia do governo federal apoiava-se fortemente na oferta de incentivos fiscais, complementada por outros incentivos oferecidos pelo governo estadual⁴⁶. Esses atrativos, somados às possibilidades de especulação com o mercado de terras⁴⁷, abriram passagem para a expansão da frente agropecuária no início dos anos 70. Os seus impactos na estrutura agrária acreana foram imediatos. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no INCRA – aproximadamente 4 milhões de hectares – encontravam-se

46 – Numa conjuntura de crise da economia regional – marcado entre outros aspectos pela falência e endividamento dos seringalistas com o BASA – em 1971, é empossado pelos militares o novo governador do Acre, Wanderley Dantas. Para solucionar a crise, o governo Dantas procurou intervir prioritariamente na modernização do setor primário. Para isso, atuou de forma simultânea na criação de mecanismos destinados a incentivar inovações técnico-produtivas e na promoção de campanhas publicitárias orientadas para atrair investimentos de capitais. Os baixos preços da terra e as possibilidades de especulação financeira com esse ativo, somados aos incentivos fiscais, exerceram forte atração sobre os investidores do centro – sul do país, constituindo-se na principal alavanca para a expansão da fronteira agrícola para a região.

47 – A especulação com o mercado de terras foi interpretada inicialmente como o motor da expansão da fronteira agrícola para o Acre (Silva, 1982). Posteriormente, como demonstrou Silva J. (1998) essa posição foi refutada por diversos autores, entre os quais: Sant’ Anna (1988) e Duarte (1986), que mostraram a importância dos incentivos fiscais e creditícios diversos na determinação desse processo, que não excluía obviamente, as possibilidades de especulação imobiliária.

sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria oriundos do estado de São Paulo.

Para se ter uma dimensão da magnitude dos impactos sociais gerados por esse movimento expansionista, é preciso levar em conta que 72% da população do estado vivia na zona rural, em uma estrutura fundiária caracterizada, na época, por um alto índice de concentração da terra: 514 imóveis com áreas acima de 1.000ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas; 526 estavam na faixa de 101 a 1.000ha, equivalentes a 4,63%; 2.807 na faixa 1,0 a 100ha, correspondentes a 1,78% da área cadastrada (INCRA, 1998). Além da alta concentração da propriedade da terra, “85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietárias das terras que cultivavam” (SILVA, 1982, p. 48), isto é, um enorme contingente de “posseiros”, formado por seringueiros, ribeirinhos e colonos.

Sant’Anna (1988) procurou demonstrar, através de um excelente estudo da anatomia desse capital que se deslocou para o Acre, que a expansão capitalista para aquele estado segue rigorosamente as características ditadas pelo centro mais dinâmico – especialmente São Paulo – no ritmo da acumulação em curso no território nacional. Segundo ele, “a conquista do Acre não é uma corrida de pioneiros, nem a epopeia de idealistas e abnegados que a propaganda oficial e burguesa alardeia, mas a marcha batida do capital que se expande coletivamente, subordinando tudo a seu domínio”. Por esta razão, continua o referido autor “aí também se reproduzem, à moda local, relações capitalistas que rebatem a estrutura monopolista dos polos difusores, concentrando e centralizando a riqueza social, sobretudo a terra, e os recursos

coletivos administrados pelo Estado”. (SANT’ANNA, 1988, p. 169-170)

Para demonstrar essa afirmativa, o referido autor utiliza uma vasta base de dados, englobando registros de firmas na Junta Comercial do Acre, o Cadastro Rural do INCRA e os financiamentos da SUDAM. Valendo-se de uma amostragem de 53 empresas agropecuárias – todas elas iniciaram as suas operações no Acre a partir da década de 70 –, sendo 34 formadas por sociedades anônimas e 19 por sociedades limitadas, Sant’Anna conclui que no primeiro grupo entre os acionistas aparecem diversos conglomerados econômicos, como Varig-Cruzeiro, Consórcio Atlântica Boavista-Bradesco, Grupo Real etc. Outro aspecto relevante sobre esta questão é que entre os acionistas, 9,2% eram naturais do Acre e destes, apenas 38,7% residiam no estado, enquanto 45,4% eram naturais de São Paulo e 27% deles residiam no Acre. A composição dos quadros de administradores e conselhos fiscais, no que diz respeito à naturalidade de seus membros, possui uma proporção em termos percentuais similar à anterior. Quanto às profissões declaradas dos acionistas e membros dos conselhos administrativos e fiscais, as que apareceram com maiores percentuais foram as seguintes: 42,6% agropecuaristas; 10,6% comerciantes; 7,7% engenheiros; 6,5% advogados; 5,3% agrônomos; 5,2% industriais.

No que diz respeito às sociedades limitadas, a “estrutura societária apresenta traços muito semelhantes aos observados nas empresas de capital aberto [...] vale notar a pequena participação das pessoas jurídicas no capital das empresas [...]”. Uma característica que as distinguiria do primeiro grupo seria o fato de os empresários apresentarem um perfil

“menos profissional ou mais tradicional”. Enfim, reproduzia-se no Acre, a exemplo do que ocorria em outras partes do país, a intensificação da presença do capital financeiro na agricultura, como bem analisou Delgado (1985).

Outro aspecto destacado por Sant’Anna (op. cit., p. 202) é que, a exemplo do que foi constatado “nas sociedades anônimas, pode-se observar que várias designações profissionais encobrem, casual ou intencionalmente, a verdadeira identidade dos empresários, especialmente de políticos e homens de governo – Senador, Deputado, secretário estadual – o bastante para sugerir o nível de concentração de poder político-econômico”.

Quanto aos financiamentos e incentivos estatais alocados via SUDAM, até 1986 teriam sido aprovados 27 projetos. O número de projetos e o percentual de valores totais alocados por setor foram, respectivamente,: agropecuário, 18 e 77%; industrial, 5 e 12%; agroindustrial, 2 e 10%; serviços básicos, 2 e 1%. Seguindo a mesma ordem, a previsão de geração de empregos era: 454; 494; 279; 255. Ao analisar esses dados, Sant’Anna afirma que a SUDAM aplica, para cada emprego a ser gerado na agropecuária – leia-se pecuária extensiva de corte –, “13 vezes mais que na indústria, 7 vezes que na agroindústria e nada menos que 55 vezes mais que nos serviços básicos [...]”.

Assim, confirma-se também no Acre, a exemplo dos demais estados da Amazônia, o direcionamento de verbas públicas – via agências estatais – para grandes grupos de capitais privados. De acordo com Gasquez e Yokomizo (1986:82), os incentivos fiscais teriam sido dirigidos “principalmente para os grandes empreendimentos agropecuários”, uma vez que a

“área média dos projetos agropecuários implantados através dos incentivos fiscais é de 23.696ha, enquanto que a área média dos estabelecimentos agropecuários na Amazônia Legal em 1980 era de 124ha.”

Um último aspecto importante a ser ressaltado da análise de Sant’Anna (op. cit.) é que, embora a pecuária extensiva de corte apareça como carro chefe na captação de investimentos por parte das grandes empresas agropecuárias, “a exploração madeireira e seu aproveitamento industrial” acabam sendo incorporadas nesses empreendimentos. Tivemos oportunidade de corroborar essa afirmação mediante a leitura dos balancetes publicados por diversas empresas agropecuárias nos jornais do Acre entre 1975 e 1980⁴⁸.

Existem outros olhares sobre a expansão da fronteira para o Acre. Sob um viés antropológico, Aquino (1976) enfatiza a forma de expropriação violenta praticada pelos “novos proprietários rurais” contra os ocupantes das terras acreanas e as reações a esse processo que resultaram em inúmeros conflitos sociais no campo. Nesse confronto político acabariam sendo forjadas, segundo ele, duas identidades distintas: a dos “paulistas” e a dos “acreanos”. Os “paulistas” – denominação dada regionalmente aos “novos proprietários” de terras oriundos do Centro-Sul do Brasil -, vistos como os verdadeiros inimigos dos “acreanos” – seringueiros, colonos e índios -, que seriam as vítimas iniciais da expropriação em massa no campo. Assim, a dimensão cultural teria exercido enorme influência na conformação e definição dos conflitos

48 – Nesses balancetes aparecem por vezes, cerca de 70% do capital investido em máquinas agrícolas e equipamentos industriais destinados à exploração madeireira.

de terras. Aquino analisa, sobretudo, as implicações desse processo na vida dos índios kaxinawás, objeto de sua pesquisa.

Procurando enfatizar a combinação entre a política de incentivos fiscais e financeiros adotada e os aspectos ligados à especulação no mercado de terras na alavancagem do movimento de expansão da fronteira, Duarte (1985, p. 103) toma como um dos exemplos ilustrativos de sua argumentação o caso da aquisição de um seringal em Xapuri, no ano de 1972, por um investidor de São Paulo, que em apenas dois anos o fracionou em várias propriedades e as transferiu para outros proprietários, também do estado de São Paulo. Segundo o autor, os lucros exorbitantes dessas transações demonstram que a especulação no mercado de terras tornou-se um fantástico negócio na região.

Para Duarte, a expansão da fronteira teria produzido fortes reações que resultaram em conflitos marcados pelos antagonismos dos interesses de classes: “as lutas dos seringueiros, ao combater a propriedade capitalista da terra, assumiram características anticapitalistas, portanto de luta de classes” (DUARTE, 1985, p. 9). Em estudo anterior (PAULA, 1991) argumentou-se que as aspirações dos seringueiros não implicavam necessariamente em um questionamento do capitalismo, combatia-se uma forma de exploração capitalista da terra – substituição da floresta para fins de implantação da pecuária extensiva de corte - que colocava em risco a continuidade de sua reprodução social nos seringais.

Com o intuito de investigar a luta de resistência pela terra no Acre, destacamos dois fatos marcantes no seu momento inicial: 1) Diante do agravamento das tensões e conflitos sociais pela posse da terra e em sintonia com as

suas estratégias de desenvolvimento, em 1974, o governo federal substituiu no Acre uma antiga divisão estadual técnica do INCRA pela criação da Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental - CR 14, sediada em Rio Branco; 2) Em meados de 1975, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - instalou no Acre uma Delegacia Regional, com o objetivo de fundar sindicatos e organizar a classe trabalhadora no campo. A Igreja Católica, mais precisamente a Prelazia do Acre e Purus, sediada em Rio Branco, inicialmente através das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs - e, posteriormente, via Comissão Pastoral da Terra - CPT -, apoiou decisivamente a formação dos sindicatos na maioria dos municípios do estado. Pode-se dizer que nesse momento inicial do processo de luta e resistência na e pela terra no Acre o Estatuto da Terra constituiu-se no texto jurídico fundamental para orientação do trabalho de “conscientização” realizado tanto pela Igreja Católica quanto pela Contag. (PAULA, 1991)

De um modo geral, a emergência dos segmentos sociais subalternos no cenário político repercutiu de forma significativa na redefinição do projeto inicial de “modernização” previsto para o Acre. Ao representar e expressar os anseios da maioria absoluta dos trabalhadores do campo, o MSTR acabou protagonizando as modificações mais substantivas no regime de posse e uso da terra no estado, produzindo enormes inovações na luta pela reforma agrária no país, como a formulação da proposta de reservas extrativistas, que será analisada no Capítulo III.

Assim, não seria exagero afirmar que no Acre, diferentemente do que ocorreu no Território Federal de

Rondônia, o governo federal encontrou enormes dificuldades políticas para executar o projeto modernizante. Isso se deve, principalmente, à existência de um poder oligárquico muito vigoroso e articulado regionalmente e à emergência no cenário político dos segmentos sociais subalternos, via MST, que passam a travar intensas disputas em torno de outras “alternativas de desenvolvimento” para o estado. As distintas formas de atuação do INCRA nesses estados expressam com muita clareza esse fato.

1.5. Os rumos da “modernização” no agro acreano

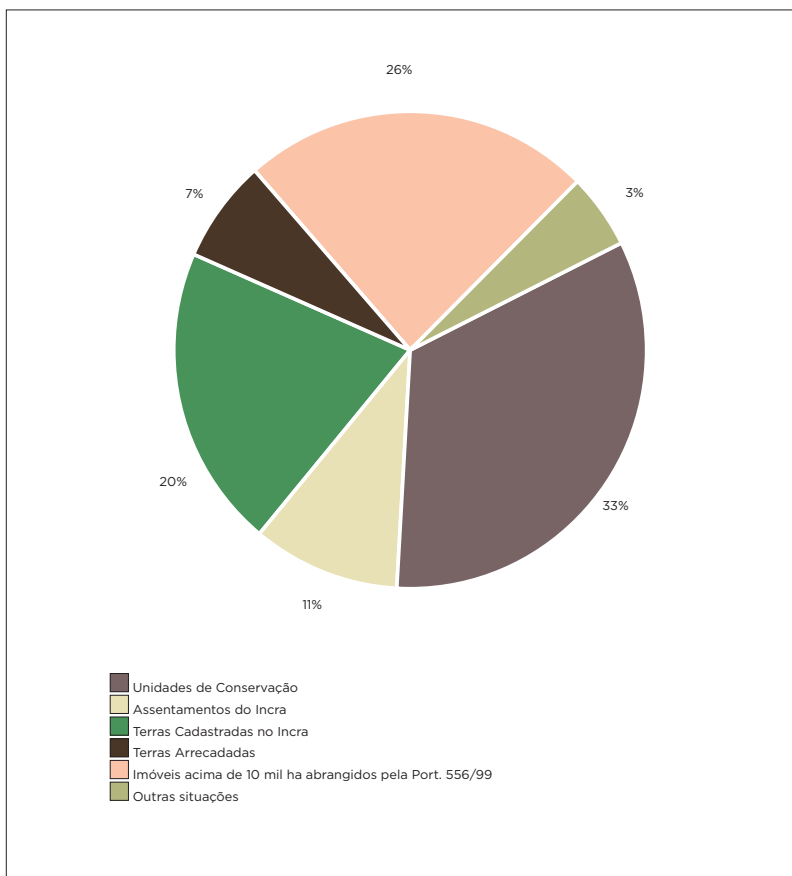
Consideramos esta parte como uma das mais complexas no decorrer de nossa pesquisa. As maiores dificuldades residem, de um lado, na enorme confusão existente nas fontes secundárias, resultantes de uma junção, na maioria das vezes acrítica, de bases de dados nem sempre compatíveis e comparáveis como são os casos do INCRA e IBGE⁴⁹. Ocorre, ainda, uma outra ordem de confusões no tratamento das categorias sociais que compõem os segmentos sociais subalternos no campo. Isso é constatado especialmente quando se estabelece uma relação direta entre “ocupantes” – na definição do IBGE –, ou “posseiros” – na linguagem jurídica e sindical –, e os seringueiros. Existe uma quantidade enorme de produtores diretos que não vivem da extração do

49 – Adverte neste caso Ferreira (1994) ao explicitar que o “INCRA e IBGE operam com esquemas conceituais próprios, raramente coincidentes, o que impossibilita que possam ser compatibilizados no sentido de comporem um quadro unívoco de referência analítica e mesmo servirem para análises comparadas [...]”. A despeito dessas dificuldades, a autora considera que para “uma análise abrangente da estrutura agrária, é imprescindível examinar um conjunto de informações dessas duas fontes [...]”.

látex e se enquadram nesta categoria, como o é o caso dos ribeirinhos e colonos.

Diante desses problemas, adotamos um procedimento relativamente simples para equacioná-los: tomar, para efeito de comparabilidade temporal, somente os dados de uma mesma fonte. Dito de uma forma mais objetiva, enquanto as informações disponíveis nos cadastros do INCRA, ilustradas no gráfico 1.1, a seguir, constituem-se na referência fundamental para analisarmos o processo de regularização jurídica da propriedade da terra, as do IBGE serão utilizadas preferencialmente para indicar a dinâmica mais geral das transformações operadas na produção e nas relações sociais de produção no agro acreano.

Gráfico 1.1: Situação Fundiária do Acre (2001).



Fontes: IncraSR/14; CH da grilagem ZEEAC.

O gráfico 1.1 ilustra bem a configuração recente da estrutura fundiária acreana. Uma observação preliminar necessária é que estas modificações no regime de propriedade da terra no Acre, só adquiriu este perfil porque ao longo da luta de resistência pela terra o MSTR foi capaz de conquistar, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no da sociedade política, o reconhecimento e a legitimação de um conjunto de demandas que exigiam uma solução diferenciada para o

problema fundiário no estado. Nos capítulos seguintes, esta questão será analisada de forma mais detalhada.

Um dado que chama a atenção no gráfico 1.1 é o elevado percentual de áreas de domínio estatal destinadas à preservação e à conservação ambiental – esta última modalidade via domínio e gestão das populações que nelas residem secularmente, como os índios e seringueiros –, que representa aproximadamente $\frac{1}{3}$ do território acreano. Não há dúvidas de que revela um grande avanço não só em termos quantitativos, visto que em 1970 elas não existiam, mas também em termos qualitativos, à medida que incorporou demandas de segmentos sociais subalternos, como as reservas extrativistas, cujo conteúdo prenunciava nos anos 80, uma ideia similar ao conceito de “multifuncionalidade da agricultura”⁵⁰, difundido pela Comunidade Europeia a partir dos anos 90.

No que diz respeito às terras de domínio privado, é preciso fazer alguns esclarecimentos. O Quadro 1.3, a seguir, mostra uma considerável redução no índice de concentração da propriedade fundiária em relação a 1970. O índice de Gini caiu no estado, de 0.96, em 1970, para 0.61, em 2001. Embora as variações regionais não sejam tão expressivas, entre alguns municípios, o são⁵¹. Deve-se considerar, contudo, que os 94 imóveis rurais enquadrados na Portaria do INCRA

50 – Formulado no âmbito da OCDE em meados dos anos 90, o conceito de “multifuncionalidade da agricultura” atribui, segundo Maluf (1999), um novo papel a esta atividade. Além de cumprir suas funções tradicionais no fornecimento de bens privados – alimentos, fibras etc. – passa a ser atribuída à agricultura uma função de caráter público, como a conservação dos recursos naturais, preservação de tradições culturais, segurança alimentar de longo prazo, conservação da paisagem natural etc.

51 – Em alguns municípios do Baixo Acre, como Senador Guiomard, Plácido de Castro e Acrelândia, esse índice varia de 0.24 a 0.47; em Rio Branco, na mesma região, é superior a 0.60.

Nº 558/99⁵² – excluídos dos cadastros do INCRA e, portanto, não considerados para efeito do cálculo do índice de Gini – ocupam uma área de 3.730.000 ha, superior àquela ocupada pelos 18.131 imóveis cadastrados que é de 2.921.489 ha.

52 — Essa Portaria determinou a Discriminação por via judicial, dos imóveis situados na faixa superior a 10 mil hectares. No Capítulo II será explicitada de forma mais detalhada a natureza jurídica desse instrumento.

Quadro 1.3: Situação das terras de domínio privado (2001)

Classe de área total em ha	Estado		Baixo Acre		Alto Acre		Purus		Juruá		Tarauacá/Envira	
	Imóveis	Área em ha	Imóveis	Área em ha	Imóveis	Área em ha	Imóveis	Área em ha	Imóveis	Área em ha	Imóveis	Área em ha
até 5	617	1.958.30	498	1.643.80	7	16.00	41	93.20	63	172.0	8	33.30
5 a 10	583	4.905.60	452	3.913.50	23	184.40	17	147.00	59	4.43.8	32	274.40
10 a 50	6095	200.853.20	3910	121.918.50	511	18.368.70	437	16.284.10	503	16.331.0	734	27.950.91
50 a 100	9172	688.012.20	5044	352.288.20	1168	90.864.30	914	66.130.70	1107	92.189.9	939	86.539.10
500 a 1000	160	121.325.90	74	55.313.60	20	15.337.10	23	17.546.90	5	3.487.0	38	29.641.30
1000 a 5000	331	786.480.60	134	319.481.20	37	91.323.60	96	206.816.70	15	34.195.1	49	134.664.00
5000 a 10000	112	787.889.60	37	249.333.60	15	108.848.80	25	185.375.0	10	64.295.5	25	180.064.00
10000 a 50000	4	82.055.80	2	24.862.90	1	13.700.00	-	-	1	43.492.9	-	-
50000 a 100000	1	61178.60	1	61178.60	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral	18131	2.921.489.40	10537	1.263.690.40	2035	383.081.50	1710	517.000.20	1925	27.697.6.1	1924	480.740.70
Índice de Gini		0.606		0.571		0.571		0.699		0.517		0.663

Fonte: Cadastro do Incra-SR/14

Logo, deve-se registrar que se trata de uma configuração provisória, que depende das decisões judiciais – a ser definida obviamente, ao sabor das relações de forças no âmbito das lutas políticas em torno da propriedade da terra em nível nacional – acerca do destino da legitimidade da posse daqueles 94 imóveis situados na faixa superior de 10.000 ha. Se houver decisão favorável aos grandes proprietários, essa configuração modifica-se totalmente, especialmente nas regiões do Purus, Juruá e Tarauacá/Envira onde estão situadas aproximadamente 80% desses imóveis.

É preciso, ainda, elaborar um questionamento sobre a forma de acesso à terra aos segmentos sociais subalternos via projetos de assentamento do INCRA. Ou seja, será que os problemas intrínsecos desses assentamentos, como dimensões dos módulos regionais e suas alocações, características físico-químicas dos solos, localização geográfica dos projetos de assentamentos, bem como os fatores de ordem sócioeconômica, política e cultural que interferem na sua dinâmica⁵³, permitem-nos considerá-los uma solução eficaz no reordenamento da estrutura fundiária acreana? No Capítulo IV procura-se responder a estas indagações.

Esse reordenamento da estrutura fundiária repercutiu decisivamente na modificação das relações sociais de produção no campo. No topo da pirâmide, as figuras dos seringalistas e arrendatários praticamente desaparecem do cenário, surgindo em seu lugar, outros agentes – proprietários diretos ou prepostos de grandes grupos empresariais – que passaram a comandar a exploração da pecuária extensiva e/

53 – Essas questões têm sido objeto de inúmeros estudos no Brasil. A esse respeito ver em especial: Neves (1997); Medeiros et al Org.(1994); Medeiros & Leite Orgs.(1999).

ou pecuária associada ao extrativismo, principalmente de madeiras nobres.

Na base do sistema produtivo, houve uma aceleração da diferenciação entre os produtores diretos. Além de surgirem novas categorias sociais como os “colonos” dos assentamentos do INCRA (constituídos de migrantes do Centro-Sul, seringueiros e outros posseiros do Acre), peões e demais assalariados permanentes e temporários das fazendas e/ou empreendimentos agropecuários, na categoria formada pelos seringueiros, desencadeou-se um processo de mudanças que vão muito além da oposição entre seringueiros “autônomos” e “cativos”⁵⁴. Entre os “autônomos”, existem diferenças tanto entre os que estão dentro e os que estão fora das áreas de reservas extrativistas e/ou Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), quanto internamente nestas áreas reformadas.

Essas transformações operadas no conjunto dos segmentos sociais subalternos acentuaram consideravelmente a diversidade sócio-cultural existente no estado. Nesse sentido, buscou-se saber como as lideranças sindicais percebem ou lidam com esse fenômeno. Dos diversos registros interessantes, destacaríamos o de Manoel Neri⁵⁵ Secretário Geral da Fetac, que nos revelou a sua surpresa ao constatar nas suas viagens pelos municípios do Baixo e Alto Acre que havia enormes diferenças entre eles. Como exemplos citou os casos de Acrelândia e Xapuri. No primeiro, o predomínio

54 — O seringueiro “cativo” é àquele que permanece subordinado ao patrão seringalista.

55 — Manoel Neri é natural de Cruzeiro do Sul. Foi presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais daquele município, pertence à primeira geração de sindicalistas formada pela Contag no Acre.

é nitidamente dos “colonos” originários do Centro-Sul, que desenvolvem atividades agrícolas e pecuárias; no segundo, ainda se conserva mais o “jeito do Acre”, tanto pela origem da maioria da população quanto pela permanência do extrativismo como atividade principal, apesar do constante crescimento da pecuária.

Maria Araújo (Leide)⁵⁶, presidente da Fetac, em sua fala na abertura do I Encontro dos Trabalhadores Extrativistas do Acre (julho de 2001), revelou as emoções e surpresas experimentadas na sua viagem ao Juruá: “Eu nunca tinha ido lá, não conhecia aquela região, é um outro Acre muito diferente desse que a gente está acostumado aqui”. Embora não tenha entrado em detalhes, o que interessa é o fato de ela ter percebido as diferenças, os contrastes existentes no interior acreano.

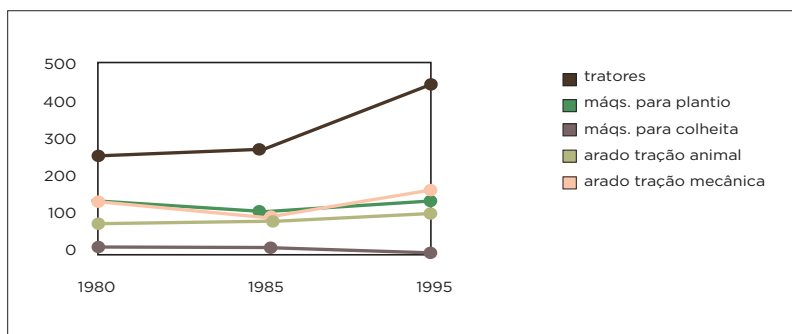
Para compreender as relações sociais existentes no agro acreano no final dos 90 é necessário levar em conta o papel desempenhado por uma gama diversa de agentes sociais: técnicos e extensionistas ligados às instituições governamentais e ONGs, professores, agentes de saúde, agentes pastorais, “marreteiros” etc. Ademais, a ampliação do acesso a aparelhos de rádio e televisão, o intercâmbio mais freqüente com os núcleos urbanos naquelas regiões mais beneficiadas pela implantação da malha rodoviária, tornaram o “mundo rural” acreano muito diferente daquele existente no início dos anos 70.

Os indicadores referentes à base técnica produtiva revelam, no geral, um baixo uso de tecnologias na agricultura acreana. Nos gráficos 1.2 e 1.3, a seguir, pode-se observar que os dados registrados pelos censos agropecuários indicam

56 — Maria Araújo nasceu em um seringal no município de Xapuri, pertence à geração de sindicalistas formada nos anos 90 sob a influência do Conselho Nacional dos Seringueiros.

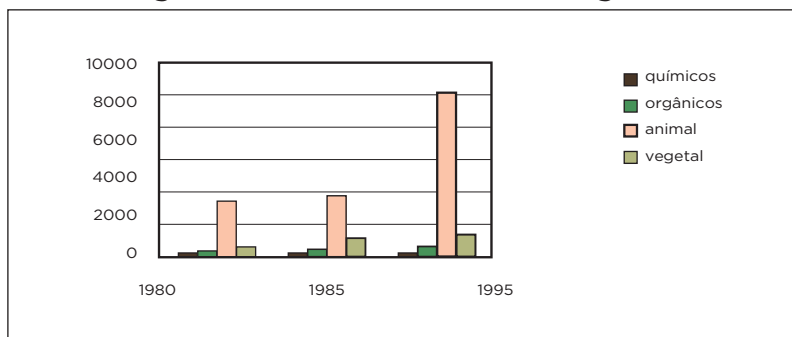
um baixo incremento da mecanização agrícola e do uso de fertilizantes químicos e orgânicos. Em contrapartida, o uso dos produtos veterinários vem crescendo de forma significativa. No que diz respeito à assistência técnica, de acordo com os dados do Censo Agropecuário (1995-96), somente 7,2% dos estabelecimentos rurais do estado do Acre tiveram acesso à assistência técnica e 2,1% ao crédito agrícola.

Gráfico 1.2: Gráfico de tratores máquinas e instrumentos agrícolas.



Fonte: Censos Agropecuários - IBGE

Gráfico 1.3: Uso de fertilizantes químicos, orgânicos e defensivos animal e vegetal



Fonte: Censos Agropecuários - IBGE.

Os dados indicados no Quadro 1.4, a seguir, ajudam-nos a compreender as modificações operadas na esfera produtiva. Embora o Censo Agropecuário 95/96 tenha registrado a predominância da utilização das terras (73%) para fins de exploração dos recursos florestais, os resultados apontados no Quadro 1.4 ilustram a decadência do extrativismo da borracha e castanha, contrastando com o aumento significativo da extração de madeiras e um incremento tímido dos principais produtos agrícolas. Somente a pecuária – considerada no referido Censo como a segunda atividade econômica mais importante no agro acreano – registrou crescimento mais expressivo. Em termos percentuais, o valor da produção agropecuária acreana é inexpressivo nacionalmente: passou de 0,4%, em 1970 para 0,2%, em 1996 (DINIZ, 2000).

Quadro 1.4: Demonstrativo da Produção Agropecuária (1970/1996)

Produção Vegetal	1970		1990	
	Área Colhida em ha	Produção	Área Colhida em ha	Produção
Arroz c/ casca	4.930	7.053 t	17.340	19.937 t
Feijão	2.530	2.571 t	10.113	5.368 t
Mandioca	4.637	102.000 t	3.892	124.841 t
Milho	4.800	7.284 t	22.817	27.796 t
Banana	619	367.000 ch	3.300	3445.000 ch
Produção Extrativista				
Borracha	9.286 t		3.732 t	
Castanha	11.951 t		3858 t	

Madeira	53.000 m	304.722 m
Carvão	2.907 t	2.275 t
Lenha	316.000 m	307.000 m
Pecuária		
Bovinos	90.000 cab.	847.298 cab.
Pastagens	71.000 ha	614.000 ha

Fonte: IBGE (1970, 1998).

É possível extrairmos desses dados algumas conclusões extremamente relevantes para nossos fins. Apesar da política fundiária e ambiental e de o extrativismo ter obtido uma certa valorização ao ser incorporado nas definições de regularização de posse e uso das terras, a produção de borracha e castanha – considerada sustentáculo da economia extrativista no estado – foi reduzida em dois terços, enquanto a extração madeireira foi incrementada em cerca de 600%. Desse modo, confirma-se uma situação paradoxal: enquanto, por um lado, aumentam-se as proporções de áreas destinadas legalmente à exploração “racional” dos recursos naturais (como as reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativistas), por outro, inviabiliza-se a reprodução social das famílias que vivem dessa atividade. Não é necessário muito esforço de imaginação para prevermos os efeitos dessa política em médio prazo.

Os dados indicam que tanto as áreas destinadas às pastagens quanto o rebanho bovino cresceram numa mesma proporção, cerca de 900% nos últimos vinte e cinco anos. Desse modo, é possível afirmar que a pecuária tem se consolidado economicamente como carro chefe da “modernização” no agro acreano. Esses indicadores revelam

ainda, no que diz respeito à taxa de lotação, que não houve alterações significativas nos índices de produtividade: em 1970, a proporção geral era de 1,26 cab/ha e em 1996 ela passou para 1,37, concorrendo, assim, para a persistência de um tipo de desenvolvimento predominantemente extensivo desse setor.

A Federação da Agricultura, por razões óbvias – para os pecuaristas que sempre se apresentaram como protagonistas do “progresso” no Acre, esses dados do IBGE revelam exatamente o oposto, ou seja, um estúpido atraso tecnológico –, contestou duramente esses dados. Segundo seus representantes, o IBGE teria subestimado⁵⁷ o efetivo do rebanho bovino no estado. Essa contestação da Federação foi considerada no diagnóstico elaborado recentemente pelo governo estadual (ZEE-AC, 2000, Vol. II, p. 113-115). Nesse documento estima-se, com base numa campanha de vacinação realizada pela Secretaria de Produção em 2000, que o rebanho seria de 1 milhão e duzentos mil cabeças e atesta-se que “os dados do Censo Agropecuário devem estar subestimados, mesmo considerando algum crescimento entre 1996 e 2000”. O documento recorre, ainda, aos dados fornecidos pela Embrapa para indicar alguns progressos técnicos, que resultaram em ganho de produtividade:

[...] em 1980, eram necessários em média, dois hectares de pastagem para alimentar uma unidade animal (1 ua = uma vaca com 450 kg de peso vivo). Hoje esta

57 — Se, por um lado, o rebanho foi subestimado, o mesmo pode ter ocorrido com a quantificação de áreas ocupadas por pastagens. Mas este segundo aspecto não é contestado. Ou seja, projeta-se o rebanho para quantitativos mais elevados e mantém-se inalterada a área de pastagens indicadas pelo IBGE.

mesma área de pastagem, utilizando toda tecnologia disponível (pastagem consorciada de gramínea e leguminosa + cerca elétrica com pastejo rotativo), pode alimentar até sete unidades animais. Isto já é realidade em algumas dezenas de propriedades. Mas os ganhos são ainda maiores. Em 1980, um boi só estava pronto para o abate com 18 arrobas, aos 48 meses de idade. Hoje alguns pecuaristas, já estão abatendo bois de 18 arrobas com menos de dois anos de idade. (EMBRAPA, 1999a)

Sabemos que os pecuaristas têm a intensão de apresentar resultados convincentes da sua capacidade de “modernização”, contudo não é menos verdadeira a suposição de que a Embrapa - implantada no Acre na década de 1970, com uma atuação direcionada prioritariamente para oferecer suporte à pecuária – tenha necessidade de “justificar-se” perante a sociedade, apresentando de forma positiva os resultados do seu desempenho institucional.

É muito difícil avaliar com precisão, a partir da base de dados existentes, os índices de produtividade exatos da pecuária acreana. A confusão é tamanha que nem mesmo as informações prestadas pelos proprietários ao INCRA por intermédio das Declarações de Propriedades – DPs conferem com suas críticas aos números registrados pelo IBGE. Numa análise das 78 propriedades (médias e grandes) consideradas pelo INCRA como produtivas, obtivemos o seguinte resultado: para uma área de 82.412,5ha⁵⁸ de pastagens existiam 45.553

58 – Consideramos somente aquelas propriedades que têm na pecuária sua atividade principal, mais precisamente, 64 dos 78 imóveis rurais analisados.

cabeças de gado com menos de dois anos e 70.702 acima de dois anos, o que dá uma taxa de lotação média de 1,41 cabeça/ha (INCRA, 2001).

De todo modo, de acordo com um diagnóstico recente⁵⁹ (SUDAM/PNUD 1997, p. 21),

Na média geral, a pecuária amazônica apresenta claras características impeditivas de concorrer frente a uma globalização da economia; tais como:

- a) baixa produtividade por animal e por hectare;
- b) baixa persistência das pastagens;
- c) baixo índice de natalidade;
- d) elevado intervalo entre partos;
- e) abate com idade elevada e peso baixo;
- f) baixa qualidade da carcaça.

Essas peculiaridades, continua o referido diagnóstico, “frente à competitividade de outras regiões do país e do exterior, levam a que este tipo de pecuarista se defronte com uma crise de mercado sem precedentes”. Merece destaque, ainda, que a pecuária, embora sob mecanismos diversos, continuou fortemente amparada nas políticas públicas setoriais. Podemos constatar que nos anos 90 ela passou a ser incentivada, via Fundos Constitucionais de Financiamento

59 — Esse diagnóstico tomou como referência o Sul e Nordeste do Pará, Rondônia, Acre, Mato Grosso e Tocantins (SUDAM/PNUD, op. cit.).

do Norte-FNO, também para aquelas propriedades de domínio da produção familiar. Neste caso, foi dado um maior incentivo à pecuária de leite. No período de 1989 a 2000 foram financiados, a título de investimentos, 8.800 projetos destinados à compra de 43.802 cabeças de gado. Esses “financiamentos foram para a pecuária de leite (60%), pecuária de corte (31%) e pecuária mista (9%)” (ZEE-AC, 2000, Vol II, p. 123).

Apesar de apresentar melhor desempenho econômico, se comparada com outras atividades no agro acreano, não se deve esquecer os efeitos negativos da expansão da pecuária extensiva de corte na região. Particularmente, as repercussões socioambientais imediatas, como a reconcentração de terras nas áreas reformadas, ampliação dos desmatamentos e degradação progressiva dos solos e aquelas refletidas na esfera política. Ou seja, como os porta-vozes consagrados da defesa dos interesses desse setor estiveram sempre articulados em torno da Federação da Agricultura, a ampliação dessa atividade para os pequenos proprietários cria enormes possibilidades de atração desse segmento para o projeto de “modernização” capitaneado politicamente pelos grandes proprietários rurais⁶⁰.

Comparando-se com o desempenho da atividade pecuária, na produção de grãos houve um incremento bem menor, variando no mesmo período, no caso do milho e arroz,

60 – Na entrevista que realizamos com um dos mais expressivos líderes do sindicalismo rural acreano nos anos 90, Sebastião Machado (Sibá), ele revelou-nos a sua surpresa ao ver uma grande quantidade de colonos dos assentamentos em um dos protestos promovidos pela Federação da Agricultura no ano de 2001, contra a Medida Provisória que reduz em 20% a permissão para os desmates na Amazônia. Essa frase, dita por Sibá, resume nitidamente o problema, “quando vi aquele povo todo aplaudindo o Assuero Veronez (presidente da Federação da Agricultura) fiquei espantado e pensei: o que aconteceu com o nosso pessoal para ficar do lado deles?”

de 500 a 650%, e no do feijão, somente 150%. Com relação a outros produtos principais, como a banana, o incremento foi de aproximadamente 550%. Os dados mais recentes divulgados no *Agriannual – Anuário da Agricultura Brasileira – (1998)*, indicam a persistência de baixa produtividade de produtos básicos como arroz (1,22 ton/ha) e milho (1,38 ton/ha), quando comparados com a média nacional, que registrou, respectivamente, 2,73 e 2,69 ton/ha. Somente a cultura da mandioca apresentou índice mais elevado que a média nacional: 15,57 contra 13,00 ton/ha.

No Acre, esses produtos agrícolas são originários em sua quase totalidade, das áreas sob o domínio da produção familiar, mais especificamente dos projetos do INCRA, antigas “colônias”, reservas extrativistas e aquelas áreas não regularizadas onde vivem os “posseiros” (ribeirinhos e demais “ocupantes”, que somam, segundo o IBGE, mais de 7.000). A maioria desses produtores diretos não dispõe de acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura social e produtiva adequada ou de qualquer instrumento de apoio vigente nas políticas públicas destinadas ao setor. Enfim, tanto estes quanto aqueles que se beneficiaram desses instrumentos enfrentaram ou enfrentam uma ordem de problemas resultantes não só do tipo de “modernização” em curso no estado como daqueles mais gerais, inerentes à lógica da acumulação capitalista, que, entre outras coisas, condena esses produtores a uma situação de exploração e instabilidade permanente. Como este tema tem sido tratado

exaustivamente por renomados especialistas no Brasil e no mundo, julgamos desnecessário retomá-lo aqui⁶¹.

O Quadro 1.5 oferece a complementação de um conjunto de indicadores econômicos que revelam a importância da produção agroextrativista de base familiar no estado do Acre.

Quadro 1.5: Indicadores econômicos da agricultura acreana (1995/1996)

Item	Tota (mil reais)	Grupos de Áreas			
		0 a 100	100 a 1.000	1.001 a 10.000	acima de 10.000
Investimento*	15.012	6.425	4.625	2.465	1.507
Crédito	3.910	2.158	1.394	359	-
Valor da Produção	107.200	66.275	28.123	8.757	4.045
Produção animal	40.180	16.377	13.543	10.268	2.716
Produção vegetal**	67.011	49.887	14.580	2.534	1.329
Receitas	62.935	33.412	17.989	8.983	3.143
Produção vegetal	19.030	13.098	4.947	898	86
Produção animal	27.539	9.263	9.264	6.788	2.225
Produção industrial	11.493	8.130	2.047	509	806
Despesas	24.140	10.229	7.338	5.218	1.356
Salários	6.076	1.974	2.153	1.374	576
Insumos	5.254	1.603	1.734	1.515	402
Combustíveis e lubrificantes	2.916	1.551	781	469	114

Fonte: IBGE (1998).

* R\$ 7.081.000,00, equivalentes a 48% dos investimentos foram destinados à compra de animais. Os imóveis situados na faixa a 100ha, responderam por 36% desse valor total.

** A extração vegetal responde por R\$ 6.282.000,00 ou 9,37% do valor total da produção vegetal.

A primeira observação a ser feita em relação ao Quadro 1.5 é que, em conformidade com o exposto anteriormente,

61 — Entre os autores brasileiros, consultar, especialmente, Moreira (1999), Silva (1999) e Abramovay (1992).

existe uma parte significativa da produção familiar situada no grupo de imóveis que variam de 100 a 1.000ha. O modo como o IBGE apresenta suas estatísticas não nos permite diferenciá-las, quanto ao volume de produção, daquele grupo de propriedades situadas fora da produção familiar. Com essa ressalva, se considerarmos apenas o grupo de imóveis situados na faixa de 0 a 100ha, perceberemos que ele tem um peso decisivo no conjunto das atividades econômicas no mundo rural acreano. Se tomarmos como referência, por exemplo, o valor total da produção, veremos que a produção familiar responde por 61,4 %, índice bem superior à média nacional, que gira em torno de 38%.

Vale ressaltar em especial as repercussões no âmbito do desenvolvimento regional de três indicadores: crédito, receitas e despesas. No caso do crédito – embora em volume percentual de abrangência irrisório –, expressa nitidamente uma extraordinária conquista desse segmento social no sentido de “incluir-se” nas políticas públicas, de obter o seu reconhecimento também na esfera da sociedade política. Quanto ao peso de sua participação nas receitas e despesas, sinaliza a significativa importância que passa a ter na expansão do mercado de consumo interno essa produção de base familiar.

Outro aspecto que deve ser assinalado é que o incremento da atividade pecuária nas áreas de domínio da produção familiar acabou interferindo no reordenamento do sistema produtivo em uma parte das grandes propriedades. Antes da expansão dessa atividade entre os “de baixo”, as grandes e médias propriedades realizavam o ciclo completo do processo produtivo – da produção de bezerros até o seu desenvolvimento final para o abate. Depois, muitos passaram

a especializar-se na “recria”, dispensando, assim, a necessidade de manter um plantel de matrizes e reprodutores. Isso só foi possível porque passou a existir oferta de bezerros, formando um mercado⁶² específico que envolve também uma série de intermediações.

No que diz respeito à ocupação da força de trabalho no agro acreano, de acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, das 93.586 pessoas acima de 14 anos ocupadas no setor, somente 20% (15.539) eram contratadas, as demais 80% eram compostas pelos integrantes das famílias dos produtores rurais. No Quadro 1.6 indicamos essa distribuição por atividade.

Quadro 1.6: Ocupação da Força de trabalho no Agro acreano (1995/1996).

Atividade	Nº Estabecimentos	Pessoas ocupadas
Lavoura temporária	11.708	46819
Horticultura e produção Viveiro	241	1103
Lavoura permanente	1472	5603
Pecuária	4597	18238
Produção mista	4128	16279
Silvicultura e expl. Flor.	1534	5058
Pesca e aquicultura	135	203
Produção Carvão vegetal	73	283

Fonte: IBGE (1998).

62 — Quando realizávamos a pesquisa de campo (2001) este mercado estava tão aquecido que já estava tornando-se prática comum a compra de bezerros antes do seu nascimento, a preços que em Rio Branco chegavam até R\$ 200,00. Nesse tipo de transação, o vendedor compromete-se a entregar o produto (bezerro) após a desmama, esse prazo é variável, pode ultrapassar 12 meses. Esse contrato é estabelecido informalmente, caso haja descumprimento da “palavra” pelo vendedor, a pistolagem entra em ação. Em última instância, o expediente das armas confere extrema segurança a esse tipo de negócio.

Os dados indicados no Quadro 1.6 não deixam margem de dúvidas a respeito das transformações operadas na ocupação da força de trabalho no agro acreano no curso da “modernização”. O extrativismo, que em 1970 ocupava 25.507 pessoas – aproximadamente 60% da PEA (população economicamente ativa) no setor rural – caiu para a quinta posição em 1996, pouco mais de 5% da PEA nesse setor. As atividades agropastoris passaram a ocupar a maioria absoluta dessa força de trabalho.

Os estudos realizados a partir dos anos 80, têm enfatizado variados aspectos das condições de reprodução social dos produtores que vivem em regime de economia familiar no campo, particularmente aqueles que residem nas áreas reformadas. Calaça (1983) realizou um estudo de caso no Projeto de Colonização Pedro Peixoto e em uma outra área desapropriada pelo INCRA, em Xapuri (Porvir Novo). O seu referencial teórico está centrado na teoria marxista, mais especificamente nas formulações de Kautsky acerca do lugar da pequena produção no processo de acumulação capitalista, como revela a sua definição conceitual de pequena produção:

[...] pode-se definir a pequena produção agrícola como aquela realizada por produtores rurais que detenham a posse ou a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, empregando mão-de-obra familiar [...], representa uma reserva potencial de mão-de-obra barata, a ser oferecida às empresas agropecuárias nos momentos em que não for totalmente absorvidas pela unidade de produção, ou quando se tornar necessária a venda dessa mão-de-obra para o complemento do

orçamento familiar [...], detém a posse e o controle de todo, senão de parte dos instrumentos de trabalho necessários ao cultivo da terra. Não deixa por isso de ser um proletário, um trabalhador para o capital [...].”
(CALAÇA, 1983, p. 57-58).

Com base nesse pressuposto, Calaça sustenta que a produção é orientada pela lógica do autoconsumo. O que se destinada ao mercado visa à apuração de renda monetária para aquisição de bens de consumo de primeira necessidade. A chamada “lavoura branca” (arroz, milho, feijão, mandioca) é predominante e seu cultivo é realizado em pequenas áreas com um baixo padrão tecnológico baseado no tradicional sistema de derrubada, plantio e rotação de terras, refletindo-se numa baixa produtividade. O autor constata, ainda, a expansão da pecuária nessas unidades produtivas. Para Calaça, o problema mais sério enfrentado pela pequena produção reside na sua subordinação ao capital mercantil e financeiro⁶³.

Outro aspecto importante das conclusões de Calaça está nas afirmações de que a pequena produção na área pesquisada se constitui em mercado consumidor apenas para os produtos industriais básicos para o consumo e de alguns instrumentos essenciais de trabalho. A mão-de-obra familiar representa, segundo ele, importante reserva que vem sendo vendida às empresas agropecuárias sediadas

63 – Ao analisar essa relação de subordinação, Wanderley (1979) afirma que a apropriação do sobretrabalho do camponês se efetua pela ação dos intermediários que compram a produção, através dos bancos que financiam o processo produtivo, pelos comerciantes e industriais que vendem insumos e bens de consumo, pelos proprietários fundiários ou o Estado, que vendem a terra e até pelos que eventualmente compram sua força de trabalho. Com a transferência do produto excedente para os setores capitalistas da economia o camponês torna-se um “trabalhador para o capital”, segundo a autora.

nas proximidades, funcionando como complemento do orçamento familiar. Os dados de pesquisas mais recentes (UFAC/CPDA, 1998) revelam variações importantes nesse quadro. Em primeiro lugar, a venda da força de trabalho para as grandes propriedades rurais é pouco expressiva; em segundo lugar, cresceu substancialmente a aquisição de eletrodomésticos: num universo de mil famílias do Projeto Pedro Peixoto, 77,5% dos assentados declararam que possuem algum tipo de aparelho eletrodoméstico.

Cavalcanti (1994) elaborou uma análise socioeconômica da situação dos colonos do Projeto de Colonização Pedro Peixoto. Em linhas gerais, ele confirma a existência de um baixo padrão tecnológico das atividades agropecuárias, o predomínio de uma economia de subsistência e uma considerável expansão da pecuária e redução das atividades agrícolas. Para Cavalcanti, a ausência de uma infraestrutura econômica e social adequada no Projeto Pedro Peixoto, somada à rudimentaridade das práticas agrícolas desenvolvidas pelos assentados, constitui-se fator determinante na definição dos níveis de vida e renda (2,21 salários mínimos mensais) dos assentados daquela área.

O I Censo da Reforma Agrária do Brasil (INCRA, CRUB, UnB, 1997) oferece uma ampla base de dados para análise das condições socioeconômicas de vida nos assentamentos do INCRA no estado do Acre. No item relativo à atividade principal dos beneficiários, a maioria (60,39%) ficou enquadrada na categoria agricultor/camponês; 7,55% como pecuaristas; 3,12% como trabalhadores rurais assalariados e o restante ocupado em outras atividades. No que diz respeito à forma de exploração dos lotes, a individual apareceu

absolutamente predominante, com 96,8% dos beneficiários, enquanto a coletiva ficou com apenas 2,25% e a exploração mista registrou 0,86%. No geral, os níveis de produtividade são muito baixos e 60% dos assentados não possuem acesso à assistência técnica.

Quanto ao destino da produção, a maior parte é comercializada via intermediação dos atravessadores (57,2%), apenas 1,2% é comercializada via cooperativas. A renda média dos assentados, incluindo o autoconsumo, ficou em torno de dois salários mínimos mensais. Nos aspectos relativos à participação dos assentados em organizações diversas, a Igreja apareceu na preferência de 52,85% dos entrevistados, as associações de agricultores com 31,3%, os sindicatos com 19,11% e as cooperativas com 4,07%. Embora não sejam excludentes (à medida que um assentado pode participar de mais de um tipo de organização), esse quadro revela-nos com clareza as preferências dos assentados. Finalmente, nos itens relacionados às condições sociais de vida mais geral desses assentados, em que pese o seu baixo padrão habitacional, sanitário, educacional etc., em alguns aspectos (como acesso à educação, serviços de saúde, transportes) o censo ainda apresenta indicadores mais positivos se comparados à média das populações que vivem no meio rural acreano.

O INCRA (SR 14/AC) realizou, em 2000, uma pesquisa em 61 dos 62 assentamentos criados por ele até então no estado do Acre. De acordo com essa pesquisa, existiam, na época, 15.766 famílias e aproximadamente 60 mil pessoas nos assentamentos (equivalentes a $\frac{1}{3}$ da população rural do estado). Desse total de famílias, 14.474 estavam devidamente regularizadas e as demais 1.292 estavam em situação irregular.

60% dessa população situa-se numa faixa etária inferior a 29 anos, 15% está entre 30 e 44 anos e os demais acima de 44. O índice de analfabetismo foi de 20,5%, a renda média R\$ 269,28 (1,78 salários mínimos da época). Além de concentrar boa parte da infraestrutura social existente no estado (8.516 casas de madeira beneficiada, 327 escolas, 46 unidades de saúde), parte substancial da malha rodoviária dos assentamentos propiciou a interligação e a formação de novos municípios. No município de Rodrigues Alves, por exemplo, 90% da população é formada pelos assentados.

Tivemos a oportunidade de analisar os impactos econômicos, sociais e políticos de alguns desses assentamentos em diversos municípios da mesorregião do Vale do Acre e Purus⁶⁴. Os resultados dessa pesquisa revelaram que, na esfera produtiva, esses assentamentos criados pelo INCRA seguem o padrão extensivo da agricultura em curso no estado, com forte incremento da pecuária mista. Aproximadamente 60% da produção total é destinada ao mercado (local e regional), com uma elevada participação dos intermediários na comercialização (45% na porteira das propriedades). A renda média familiar (incluindo o autoconsumo) ficou em torno de dois salários mínimos. Para mais de 70% dos entrevistados, as condições gerais de vida nos assentamentos (educação, saúde, habitação, transporte, segurança, etc) melhoraram.

Outro aspecto importante revelado na referida pesquisa diz respeito aos impactos políticos desses assentamentos.

64 — Referimo-nos a um Projeto de Pesquisa iniciado em 1997, "Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais". Esta pesquisa foi coordenada nacionalmente pelo CPDA e envolveu seis estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Sergipe e Acre, este último, sob nossa coordenação via DFCS/UFAC.s

Apesar de os aspectos qualitativos da participação dos assentados em geral ficarem comprometidos pela subordinação ao clientelismo, o fato de suas demandas serem incorporadas, ainda que parcialmente, pelo governo em diferentes níveis (federal, estadual e municipal) expressa transformação significativa em relação à situação anterior, quando esses segmentos sociais subalternos praticamente não “existiam” no cenário das políticas públicas.

Gonçalves (1998), desenvolve uma análise do surgimento das Reservas Extrativistas sob a perspectiva teórica da “geografia crítica”. As Reservas Extrativistas são percebidas como resultado de uma ação política que teve como protagonistas fundamentais os seringueiros, que na busca de afirmação da gestão de um espaço socialmente construído por eles ao longo de sua história nos seringais, lograram a conquista de um dispositivo jurídico constitucional adequado às suas reivindicações. Argumenta ainda, que as Reservas Extrativistas devem ser percebidas na sua dimensão mais ampla, como parte de um processo complexo de reorganização societário porque vem passando a sociedade contemporânea, onde o “Estado (territorial /nacional) forma geográfica por excelência da Sociedade Moderna, vem deixando de constituir a forma exclusiva de territorialidade”. Ou seja, o autor sustenta a ideia de que as Reservas Extrativistas como “territorialidade seringueira”, resultariam em última instância, de uma situação de crise profunda dos fundamentos do Estado nacional.

Franco (1993), analisou uma experiência de cooperativismo vivenciada pelos seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá no início dos anos 90. A autora identificou uma série de impasses e conflitos que permearam

as tentativas de conquista de “autonomia” por parte daqueles seringueiros. Nas suas conclusões ela destaca que a “cooperativa não logrou constituir-se como alternativa real e viável para os que vivem e trabalham na floresta. O não abastecimento contínuo dos núcleos com “mercadorias”, somado às ofensivas promovidas pelo ‘patrão’, frustrou a expectativa de que novas obrigações mútuas pudessem vir a se estabelecer.” (p. 198)

Costa Filho (1995) analisou a experiência de “desenvolvimento sustentável” protagonizada pela Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX)⁶⁵. Tomou como base empírica os diversos diagnósticos socioeconômicos realizados na Reserva Extrativista e no Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes. Teoricamente, situou sua referência nas formulações de Colby⁶⁶ sobre administração ambiental e em Chayanov – particularmente os aspectos relacionados ao equilíbrio entre trabalho e consumo – para analisar as características da produção dos seringueiros.

65 — Para situar o lugar, a importância dessa cooperativa no contexto regional, basta lembrar que ela figurou, nos anos 90, como uma espécie de “vitrine” do “modelo alternativo” de desenvolvimento resultante da luta de resistência dos seringueiros de Xapuri. É nesta condição que o CNS vendeu a imagem dessa cooperativa ao mundo e contribuiu para que ela se tornasse um dos principais núcleos de atração de investimentos de agências não governamentais e governamentais. No Capítulo IV, esta questão será retomada de forma mais sistematizada.

66 — Dos cinco paradigmas analisados por Colby, Economia de Fronteira, Ecologia Profunda, Proteção Ambiental, Administração de Recursos e Ecodesenvolvimento, Costa Filho (op. cit., p. 46) faz sua opção pelo último: “Nesse paradigma há uma maior significação do papel do conhecimento e das experiências nacionais na administração das interações dos ecossistemas humanos. Os regimes de propriedade comuns, ecologicamente apropriados, seriam mantidos e quizá ampliados. Nesse sentido, as Reservas Extrativistas criadas se encaixam perfeitamente nestes propósitos [...]. Para Colby, é possível que uma grande parte do que requer o codesenvolvimento surja de uma nova síntese econômica que envolva a integração dos três tipos de problemas: a alocação (neoclássica), a distribuição (neomarxista) e a escala (neomalthusiana). A economia ecológica se assemelharia, assim, mais com a economia clássica que os três paradigmas econômicos medianos, ainda que utilizando muito de seus conceitos e técnicas mais refinadas e poderosas”.

A análise das Reservas Extrativistas elaborada por Costa Filho está sustentada nos dados do Conselho Nacional dos Seringueiros e entrevistas realizadas por ele com dirigentes da CAEX e lideranças do Projeto Agroextrativista Chico Mendes. Com base nessas fontes, ele sustenta que as condições sociais de vida dos seringueiros têm melhorado significativamente após a criação das Reservas Extrativistas, justificando, dessa forma, a adequação desse modelo de desenvolvimento ao “ecodesenvolvimento, modelo de administração ambiental que prega a integração das preocupações sociais, ecológicas e econômicas. Inscreve-se também no conceito de desenvolvimento sustentável, pois satisfaz as necessidades atuais dos seringueiros, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.” (COSTA FILHO, op. cit., p. 140-141).

Costa Filho afirma, ainda, que a CAEX vem desempenhando papel fundamental para o êxito desse modelo de desenvolvimento, na medida em que sua atuação tem concorrido de forma direta e indireta na redução do nível de exploração dos seringueiros. Ele evita, porém, mencionar os problemas de ordem administrativa, econômica e política existentes no âmbito das relações da CAEX com seus cooperados e, fundamentalmente, dos mecanismos utilizados por ela para a integração ao mercado.

Ao abordarmos essa questão (PAULA, 1998), afirmamos que a CAEX “encontrava-se em irremediável processo falimentar”. Mesmo sem aprofundar uma análise mais geral da natureza do problema, sugerimos que as causas dessa falência estariam na complexidade de problemas internos de ordem política e administrativa, bem como aqueles

estritamente econômicos: sustentação de uma economia extrativista fundada em bases tecnológicas rudimentares, subordinada a uma estrutura de mercado altamente oligopolizada. Outro aspecto mencionado diz respeito às transformações operadas nos movimentos sociais no campo na década de 1990. Sustentamos que face à ação do Estado nos conflitos fundiários – particularmente a atuação do INCRA nas desapropriações para fins de assentamento – a luta pela terra perdeu sua centralidade, cedendo lugar a reivindicações voltadas para a dotação de infraestrutura social e produtiva nas áreas reformadas, bem como a busca de “alternativas de desenvolvimento” referenciadas na esfera do mercado. O MSTR tornou-se menos representativo e em seu lugar surgiram novos mediadores, que passaram a concorrer com o sindicato na mediação com instituições governamentais, organismos multilaterais (como o Banco Mundial e BID), Agências Não Governamentais – ANGs etc.

Enfim, existem, ainda, diversas pesquisas sobre as características socioeconômicas da produção familiar no Acre, realizadas, sobretudo, por profissionais ligados à UFAC e à Embrapa. Em linhas gerais, salvo raras exceções,⁶⁷ suas preocupações estão voltadas para uma análise de eficiência dos sistemas de produção existentes. Para tanto, procura-se investigar e estabelecer comparações entre o que são considerados “sistemas produtivos diferenciados”, isto é, áreas de predomínio dos “colonos” dos assentamentos do INCRA,

67 – Podem-se citar, por exemplo, as pesquisas realizadas pela professora Benedita Esteves (Departamento de História da UFAC). Ela tem pesquisado as relações de poder instituídas no Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes levando em conta a influência nas organizações representativas dos trabalhadores, dos troncos familiares mais numerosos e “articulados” politicamente nessa área.

dos seringueiros das reservas extrativistas e dos ribeirinhos. Nos capítulos seguintes, nos reportaremos eventualmente, aos resultados dessas pesquisas.

No essencial, pode-se concluir que a inserção do território acreano no processo de acumulação capitalista ao longo de um século (1870-1970), passou por duas fases bem distintas: a primeira (1870-1920) foi comandada diretamente pelos capitais privados com o intuito de suprir as demandas de matéria-prima dos países mais desenvolvidos industrialmente; na segunda (situada entre as décadas de 1940 e 70), o Estado passa a constituir-se no elemento decisivo. Do final da II Guerra até os anos 60, atua na regulação do mercado interno e subsidia o monoextrativismo da borracha natural, assegurando as condições gerais de reprodução das relações sociais de produção vigentes na região. Nos anos 70, adota políticas e estratégias destinadas a substituir o extrativismo pela pecuária extensiva de corte e exploração de madeiras nobres com base na grande propriedade. Pode-se afirmar que a “modernização” no agro acreano não concretizou integralmente as intenções iniciais. O reordenamento da estrutura fundiária em curso tem incorporado uma significativa parcela dos “de baixo” como proprietários e/ou usuários legais de uma expressiva faixa do território.

Quando comparadas a suas condições de reprodução social anteriores, percebe-se que houve uma melhoria significativa para uma parcela dos produtores diretos que lograram o acesso à propriedade e/ou o direito de uso (no caso dos PAEs e RESEX) da terra. Contudo a maioria permanece excluída dos direitos teoricamente adquiridos na condição de “beneficiários da reforma agrária”, a exemplo do que ocorre

nas demais unidades federativas do país, onde, de acordo com auditoria realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, apenas 3% dessa população obteve acesso a esses benefícios durante o governo de Fernando Henrique (cf. revista *Caros Amigos*, ano VI, nº 67, out. 2002, p. 16). Finalmente, como o INCRA, na esfera da sociedade política, e o MSTR, na sociedade civil, constituíram-se, no âmbito do Estado, nos protagonistas centrais desse processo, parece-nos que investigar as estratégias adotadas por ambos entre 1970 e 2000 pode propiciar uma explicação consistente para essa mudança no script da “modernização” no Acre.

CAPÍTULO II

O PROGRESSO COMO MISSÃO

Estamos tão imbuídos da ideologia autojustificada do progresso, forjada por esse sistema histórico, que temos dificuldade de reconhecer seus enormes malogros históricos.

*Immanuel Wallerstein*⁶⁸

Preende-se, neste capítulo, analisar o início das transformações operadas no agro acreano, com ênfase nas atuações do INCRA e da Delegacia Regional da Contag, uma vez que ambos desempenharam, no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, respectivamente, um papel de destaque na condição de portadores ou “missionários do progresso”. A “missão” do INCRA era, basicamente, a de regularizar juridicamente o regime de propriedade da terra a fim de assegurar, no Acre, as condições necessárias para a expansão do processo modernizante em curso no país. A Delegacia Regional da Contag propunha-se, como “missão” principal, fundar os sindicatos e lutar pelo cumprimento das leis que amparavam os direitos dos trabalhadores.

As ideias de “missão” e de “progresso” apareceram com muito vigor no estado nesse período. Os militares tinham a “missão” de “levar o progresso” para a região. A corrente progressista da Igreja Católica proclamava a “missão” de defender os pobres contra as mazelas sociais – resultantes, entre outros fatores, da violenta expropriação da terra que vitimava milhares de famílias que viviam no campo – produzidas por aquele tipo de “progresso” em curso na Amazônia. Os pecuaristas, que começavam a chegar, e os representantes dos interesses oligárquicos regionais procuravam marcar posições a respeito de sua visão de “progresso” e de suas prerrogativas como “missionários” desse ideal. Talvez por isso alguns dirigentes do INCRA e do MSTR tenham incorporado de forma tão forte essa noção de “missionários do progresso” no Acre.

2.1 O poder oligárquico regional e os “capitais forâneos”: afinidades e contradições

No primeiro capítulo, exploramos com muita ênfase a ideia de que a formação da sociedade acreana foi marcada pelo predomínio de um tríplice monopólio: o da propriedade da terra, o do comércio e do aparato governamental. Desse modo, diferentemente de outras situações ocorridas em diversas regiões do país e do mundo, onde o Estado toma a dianteira no processo de ocupação das “terras livres”, no Acre a expansão da fronteira agrícola tem que se haver com uma situação distinta: o domínio da terra e as relações de poder subjacentes estavam estruturados.

A respeito da inserção do Acre no novo ciclo de acumulação alavancado no país no pós-1964, existe um consenso na historiografia regional acerca da influência de dois governadores na condução política da “modernização” do estado. Wanderley Dantas (1971-1975) teria adotado integralmente e de forma bastante ativa as estratégias do governo federal para a transformação da base produtiva regional, especialmente os incentivos para a implantação da pecuária extensiva de corte, enquanto Geraldo Gurgel de Mesquita⁶⁹ (1975-1979) seria um dos responsáveis pelo

69 — Diferentemente de seu antecessor, aparece de forma recorrente na historiografia regional a afirmação de que Geraldo Mesquita teria mobilizado seus esforços para redirecionar o “modelo de desenvolvimento” em curso no Acre. Isso se explicaria em parte por sua trajetória política, “Mesquita vinculava-se a um antigo grupo político, surgido em Rio Branco na década de 50, os ‘acreanistas’, que se opunha aos coronéis e às pessoas que ‘vinham de fora mandar no território’. O grupo defendia o Acre para os acreanos, entendendo como acreano aquele que estivesse radicado há tempo na região e/ou fizesse oposição política aos coronéis Oscar Passos (PTB) e Guiomard Santos (PSD), exemplos de lideranças políticas ‘de fora’ [...]. Fiel à sua origem, Mesquita fez diversas restrições à desativação do extrativismo da borracha e da castanha”. (Paula, 1991:78)

“bloqueio” do processo inaugurado no governo anterior e pelo redirecionamento do curso da “modernização”, orientando-a para uma revalorização do extrativismo e da produção agrícola de base familiar.

Assim, embora os representantes dos “capitais forâneos” e da classe dominante local proclamassem velados compromissos com o “progresso” do Acre, inicialmente, apresentavam concepções nitidamente diferenciadas. Para os pecuaristas, a substituição dos antigos seringais por empreendimentos voltados para a exploração da pecuária extensiva de corte promoveria o “progresso” na região, tirando-a, segundo o presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, Mário Junqueira, do seu atraso, “pobreza e desencanto”. Aos seringalistas, continua Mário Junqueira, “endividados no Banco da Amazônia, sem condições de saudar seus compromissos, melhor será também enfrentar as novas estruturas, o novo desafio, a unir-se aos investidores que chegam, ou abandonar o campo da luta”. (O RIO BRANCO, 19/10/1974).

A concepção de “progresso” defendida por alguns setores da classe dominante local teve como principal porta voz o governador Geraldo Mesquita. Empenhado na defesa dos interesses oligárquicos vinculados ao extrativismo, posicionou-se contra a pecuarização como carro-chefe da “modernização” do Acre e reivindicou do governo federal políticas voltadas para a revitalização da produção de

borracha, como ele mesmo revela em uma das inúmeras entrevistas que concedeu⁷⁰:

[...] Não nos colocamos contra a política do governo federal em si, mas no trabalho de só se querer no Acre a pecuária e se excluir qualquer outra atividade numa terra onde se viveu do extrativismo. De um certo modo, nós contornamos ou procuramos fazer – não podíamos evitar que os investidores fossem levantar financiamentos e incentivos fiscais da SUDAM para aplicar aqui no Acre, ou não aplicar porque na verdade muito poucos aplicaram – ao mesmo tempo um trabalho de manutenção dos seringais nativos ao lado do nosso apoio entusiástico através da SUDHEVEA. [...] fiz essa opção e não tive nenhum embaraço do governo federal, pelo contrário, todas as minhas atitudes foram aprovadas, fui incentivado a seguir aquele caminho [...] partimos então para um trabalho de definição fundiária, trouxemos o INCRA ao Estado, pela primeira vez sua diretoria se reuniu fora de Brasília [...].

Ficam claras nesta entrevista as pretensões de assegurar a manutenção do extrativismo. Porém, preconizava-se a criação de políticas destinadas a sua “modernização”, que englobaria desde mudanças tecnológicas no “fabrico” da borracha nos seringais nativos até a implantação de seringais de cultivo. Ou seja, o que estava sendo reivindicado era um tratamento similar ao dispensado ao latifúndio em outras regiões do

70 – Cf. entrevista concedida a Freitas et al (1997).

país: a possibilidade de modernizar sua base produtiva sem alterar o regime de propriedade fundiária. Além de satisfazer os interesses oligárquicos vinculados diretamente ao extrativismo, expressava tanto uma tentativa de contornar os problemas urbanos decorrentes do repentino aumento do êxodo rural, quanto a possibilidade de desencadear novos conflitos pela posse da terra resultantes da “modernização”.

No que diz respeito aos inúmeros conflitos de terras existentes no estado, o governo Geraldo Mesquita apoiou-se também em alguns dispositivos do Estatuto da Terra (como os artigos 2º, 17, 18, 55 a 59)⁷¹, bem como em determinadas estratégias dos militares para a “ocupação” da Amazônia⁷², como a política de colonização oficial. A avaliação do então secretário de Fomento do seu governo, José Fernandes do Rêgo⁷³, é bastante elucidativa a esse respeito. Segundo ele, o governo Mesquita teria usado a “brecha da colonização oficial para alcançar o seu propósito”. Para isso, continua, J. F. Rêgo, o governador Geraldo Mesquita teria recorrido “primeiro ao presidente Geisel o qual lhe dá mais amplo apoio e depois ele consegue um apoio bastante grande nas instâncias superiores do INCRA e especialmente na chamada Secretaria do Conselho de Segurança Nacional onde se definia na época à questão da terra na Amazônia”.

A transferência para as terras do Acre de pequenos demandantes de terras no Centro-Sul, portadores de maior tradição agrícola, era vista como positiva e necessária para

71 — Esses artigos tratam, respectivamente, de: condicionamento da garantia de propriedade da terra ao cumprimento de sua “função social”; desapropriação por interesse social; colonização.s

72 — Como a transferência para a Amazônia Legal dos atingidos por barragens e outros contingentes de expropriados da terra do Centro-Sul.

73 — Cf. entrevista concedida a Ribeiro, Vieira e Kagi (1993).

alavancar uma produção agrícola de base familiar no estado. Uma das intenções era a de suprir as demandas internas da população acreana em relação aos produtos básicos importados de outras regiões (arroz, feijão, milho, etc) e ao mesmo tempo formar uma “classe média” no campo. Ademais, como o governo estadual não dispunha do domínio sobre as terras públicas existentes, a adoção de medidas nesta direção podia compatibilizar-se com a garantia de acesso à terra a uma parcela dos “posseiros”, minorando assim, os crescentes conflitos sociais em torno das disputas pela terra. Contudo, havia profundas divergências internas no governo Mesquita acerca dessa estratégia.

O ponto crucial das divergências situava-se em se conceder ou não acesso à propriedade da terra aos segmentos sociais subalternos e qual a sua dimensão. Enquanto o grupo liderado pelo governador Geraldo Mesquita propunha uma forma de regularização fundiária inscrita nos marcos do Estatuto da Terra – com o respaldo do MSTR e Prelazia do Acre e Purus⁷⁴ –, os seus opositores, dentro e fora do Governo (facção da Arena liderada pelo senador Jorge Kalume, Federação da Agricultura e grupos de “capitais forâneos”), opunham-se radicalmente a essa alternativa.

74 — Deve-se lembrar, contudo, que isso não implicou em alinhamento automático, como demonstramos (Paula, 1991:109), citando o depoimento de um ex-advogado da Contag, Arquilau Melo: “O governador Mesquita disputava espaços políticos com a Igreja e a Contag no próprio movimento. Em 1977, as manifestações do dia 1º de maio (dia do trabalhador) foram realizadas no salão paroquial, e o governador compareceu ao ato. Após alguns discursos de lideranças sindicais e do advogado da Contag, Pedro Marques, atribuindo à organização dos trabalhadores as conquistas obtidas pelo movimento, Mesquita tomou a palavra e disse ‘isso tudo aí é lero-lero, o pai de vocês sou eu, pai dos trabalhadores do Acre, se vocês conseguiram alguma coisa foi graças a mim’”. Tratava-se, portanto, no que diz respeito ao governo de Mesquita, de uma atuação política marcada por um populismo tipicamente conservador.

O que ainda não foi satisfatoriamente explicitado é como duas estratégias aparentemente tão diferentes em relação à “modernização” – substituição do extrativismo pela pecuária extensiva versus manutenção do extrativismo – encontraram sustentação interna entre as oligarquias regionais. Existe uma enorme lacuna no conjunto das análises existentes até o momento, em relação a esse problema. Nesta pesquisa vislumbramos a possibilidade de avançar um pouco mais nesse terreno.

O ponto de partida foi questionar uma forma de interpretação corrente na literatura regional: perceber os conflitos interclasses a partir da identificação de incompatibilidades aparentemente irreconciliáveis acerca da incorporação do território acreano no processo de modernização capitalista em curso no país. Esse tipo de olhar sobre a questão parece insuficiente para esclarecê-la, à medida que não incorpora, na devida conta, as necessidades e possibilidades de “pactuar por cima” os conflitos permanentes no seio da classe dominante. Wallerstein (2001, p. 56), oferece-nos uma valorosa contribuição para refletirmos sobre esse problema,

[...]o emprego de slogans ideológicos “universalizantes”, que anunciavam o progresso, foi politicamente útil. Foi um modo de associar a mobilização produzida pelas luta de classes com um dos lados das lutas travadas entre os acumuladores. Mas essa vantagem ideológica tem sido freqüentemente uma faca de dois gumes, desatando paixões e enfraquecendo restrições repressivas à luta de classes. Esse foi um dilema permanente entre os acumuladores de capital no capitalismo histórico. Ao mesmo tempo em

que lutavam entre si, incessantemente, nas esferas econômica e política, o manejo do sistema os obrigava a agir de forma solidária uns com os outros, contra os esforços da força de trabalho para alcançar objetivos que se opunham a todos. É isso que queríamos dizer quando mencionamos as contradições no interior do sistema.

Sob esta perspectiva é possível explicitar um pouco mais a lógica de ação política da classe dominante, seja no plano geral – busca de legitimidade e formação de um consenso em torno de uma determinada noção de “progresso” mais adequada a seus fins –, seja no interno, nas disputas para a satisfação de seus interesses particulares. Nesse sentido, um olhar mais atento sobre as evidências empíricas pode elucidar o modo como, ao longo do tempo, foram se consolidando as bases, nas esferas econômica e política, para a afirmação de um tipo de “pacto pelo alto” em nível estadual. Foi por meio do retorno a uma leitura mais minuciosa das 24 edições do jornal Varadouro (Box 2.1) que conseguimos compreender melhor os diferentes interesses em disputa naquele período.

Box 2.1: O jornal Varadouro e a luta de resistência pela terra no Acre

Esse periódico da chamada “imprensa alternativa” foi o principal divulgador no Acre, no período de 1977-81, das reflexões críticas sobre o processo de expansão capitalista na região. A exemplo do que ocorria em outros lugares do país no período de domínio da ditadura militar, onde a chamada “imprensa alternativa” passava a constituir-se num mecanismo importante para romper com a censura imposta nos grandes veículos de comunicação, no Acre o jornal Varadouro cumpriu esse papel no tempo em que circulou (1977-81). Segundo um dos seus principais editores, o jornalista Elson Martins, “Varadouro saiu com a intenção de marcar uma posição em defesa dos posseiros, que era a questão mais imediata da luta dos índios e organizações que começavam a surgir nas cidades [...] nós tínhamos que marcar uma posição em defesa desses segmentos mais explorados [...] conscientizar a população sobre o que ela estava passando”. (Cf. entrevista que nos concedeu em 1990)

Nas páginas do Varadouro, diz Costa Sobrinho (2001:15), “a questão indígena, a luta pela terra, a defesa do meio ambiente, os direitos humanos, as associações de bairros, os sindicatos tiveram um espaço privilegiado para veicular suas lutas e reivindicações”. Contando com a colaboração ativa de diversos intelectuais considerados progressistas e o apoio da Prelazia do Acre e Purus, o periódico constituiu-se num dos mais importantes instrumentos de luta contra-hegemônica, centrando suas críticas no modelo de desenvolvimento então em curso no estado e na Amazônia em geral. Para se ter uma idéia de sua influência na sociedade regional, sua tiragem variou de 5 a 7 mil exemplares (a tiragem dos jornais diários existente no Acre naquele período girava, segundo Costa Sobrinho, em torno de trezentos exemplares). “Era impressionante”, diz o então responsável pela distribuição do jornal, Alberto Furtado (apud, Costa Sobrinho, 2001:158). “No dia que saía, a cidade parava, sabe? Eram todas as categorias lendo o jornal”. Os sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações emergentes junto aos segmentos sociais subalternos da sociedade civil, recebiam e discutiam o conteúdo do Varadouro.

O Varadouro publicava artigos de intelectuais de outros lugares do país (Warwick Keer, Márcio de Souza, Alfredo Wagner, Horácio Martins de Carvalho, entre outros) e era enviado também para outras capitais (Porto Velho, São Paulo, Rio de Janeiro) sendo lido e admirado por influentes personagens da imprensa e da cultura no país, como revela essa carta de Henfil, transcrita por Costa Sobrinho: “Povo do Varadouro, recebi finalmente os 3 jornais. Só achei uma coisa que muito me emocionou: não tem cheiro de Rio de Janeiro nem de São Paulo. Tem cheiro de Acre! A paginação, a leitura, tudo tem a cara do Acre! Como é que vocês conseguiram?” Esse jornal tem se constituído em fonte obrigatória da maioria das pesquisas acadêmicas que envolvem a temática da “modernização” no Acre. Referências mais detalhadas sobre ele podem ser encontradas em Gonçalves (1998), Paula (1991) e, principalmente, Costa Sobrinho (op. cit.), que fez do Varadouro um dos seus objetos de estudo.

Para situar os interesses em disputa no Acre em meados dos anos 70 é preciso levar em conta as transformações ocorridas até então na estrutura socioeconômica do estado. O monopólio da propriedade da terra, assim como o comercial, exercido pelos “barracões” nos seringais, foi atingido por fortes revezes ao longo do tempo que abalaram profundamente suas bases de sustentação. Na tentativa de explorar outros fatores que não aqueles de natureza estritamente econômicas, até então predominantes na historiografia regional, demonstramos (Paula, 1991) que a luta de resistência travada pelos seringueiros no interior da empresa extrativista influenciou sobremaneira no agravamento da crise daquele tipo de exploração. Ao quebrar o monopólio do “barracão”, uma parte significativa desses produtores diretos foi consolidando, em princípio na região do Vale do Acre, a condição de seringueiros “autônomos”.

Essa “autonomia” expressava basicamente a quebra de alguns fundamentos “sagrados” da sustentação da empresa extrativista, como o monopólio comercial exercido pelo “barracão” e a proibição do desenvolvimento de outras atividades produtivas pelos seringueiros, como a agricultura de subsistência, no interior dos seringais. Além desse processo, ocorreu outro advindo da exploração das margens dos rios e da ocupação das terras dos seringais próximos aos núcleos urbanos, que foram sendo transformados em “colônias agrícolas” pelos governos do território, resultando na formação de um segmento social cuja reprodução estava

centrada numa produção agrícola mercantil destinada ao abastecimento do mercado interno⁷⁵.

Esse processo evoluiu de tal sorte que no início da década de 1970 a situação se colocava da seguinte forma: a crise era grave e profunda, sim, mas não atingia os detentores da grande propriedade de forma igual, como sugerem os estudos existentes sobre a questão. Ou seja, para aqueles que dependiam exclusivamente da renda extraída dos seringais e estavam endividados nos bancos, as chances de sobrevivência eram mínimas. A solução imediata para eles era a venda dos seringais. Em muitas dessas áreas, a maioria no vale do rio Acre, os seringueiros já haviam avançado bastante na afirmação de sua “autonomia” em relação aos patrões, mas a sua consolidação, só ocorreria após a luta travada pelo MSTR contra o pagamento da renda aos seringalistas, conforme ver-se-á mais adiante.

Deve-se lembrar que a conquista dessa “autonomia” significou a eliminação parcial de apenas um elo intermediário da cadeia mercantil: o seringalista. Ao assumir o papel de organizador da produção, o seringueiro “autônomo” obteve uma relativa liberdade de escolha para estabelecer suas trocas com os “marreteiros” (intermediários) que circulavam nos seringais. Contudo, as condições de exploração ainda eram fortemente determinadas pela permanência de uma estrutura

75 — Maiores detalhes a esse respeito, ver entre outros Cedeplar (1979) e Oliveira (1982).

comercial monopolizada por algumas das casas comerciais sediadas nos diversos municípios do estado⁷⁶.

Vale registrar, ainda, que a entrada do capital financeiro via bancos oficiais – em substituição ao domínio dos capitais privados exercido através das casas aviadoras – resultou no salvamento ou reforço da “dominação do capital mercantil na economia do Acre, e [que] no decorrer do tempo, o capital mercantil ligado à distribuição de mercadorias desvinculou-se parcialmente da compra de produção e da propriedade da terra”. (CEDEPLAR, 1979:201). O Quadro 2.1 possibilita uma melhor compreensão dos problemas relativos ao domínio das terras no estado em 1975.

Quadro 2.1: Condição do responsável pelo estabelecimento rural (1975).

Condição do Responsável	Proporção em nº %	Proporção da área em %
Proprietário	18,2	10
Arrendatário	35,6	24,8
Ocupante	45,1	41,7
Administrador	1,1	23,5

76 — Era comum nesses municípios dois ou três comerciantes controlarem o comércio. O jornal Varadouro cita um exemplo no município de Plácido de Castro onde “dois comerciantes dominam o mercado [...] os marreteiros aviados nessas casas comerciais percorrem os rios e compram a borracha produzida [...] Até os estivadores são aviados pelos comerciantes [...] Em Plácido de Castro não existe mais patrão como antigamente, hoje os seringueiros são sujeitos aos marreteiros”. (VARADOURO, nº 23, ago.-set. 81).

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 - IBGE (1998).

Gostaríamos de chamar a atenção para três aspectos extremamente relevantes indicados no Quadro 2.1. O primeiro, diz respeito ao monopólio da posse da terra: em termos efetivos não se configurava mais nos moldes anteriores. Os ocupantes – formados em sua maioria pelos seringueiros “autônomos” e “colonos” que se dedicavam a uma agricultura mercantil – respondiam praticamente pela metade dos imóveis rurais existentes, ocupando 41,7 % da área total. O segundo refere-se aos indicativos de um novo movimento de reconcentração da propriedade fundiária, capitaneado por grupos de capitais do Centro-Sul do país, representado, basicamente, pela figura do “administrador”. Note-se que apenas 1,1% dos imóveis ocupava 23,5 % da área total. O terceiro está relacionado com a expressividade em termos percentuais, da participação dos arrendatários, indicando uma situação singular no Brasil e por isso merece um maior esclarecimento. Esses arrendatários são, praticamente todos, da região⁷⁷. Eles passam a substituir a figura do seringalista no comando da empresa extrativista. Desse modo, sua presença não expressa uma transformação nas relações sociais de produção pregressas (do tipo mercantil), para aquelas tipicamente capitalistas.

No que diz respeito ao desempenho do conjunto das atividades econômicas no estado, deve-se levar em conta que em meados dos anos 70, 50% da renda interna do Acre era

77 – Esses arrendatários tinham origens diversas. Podiam ser tanto antigos gerentes de seringais quanto indivíduos pertencentes a outros laços de relações pessoais formadas em torno dos seringalistas e, em alguns casos, seringueiros que eventualmente eram enquadrados pelo IBGE na categoria de arrendatários. Como será explicitado nas seções seguintes, juridicamente, o seringueiro podia ser enquadrado tanto como “posseiro” quanto como “arrendatário”.

gerada pelo setor terciário (comércio, governo, transporte e prestação de serviços), um pouco mais de 40% pelo setor primário e pouco menos de 5% pelo secundário. O estudo de Oliveira (1983) mostra algumas características desse setor industrial emergente no Acre.

De acordo com a referida autora, o setor industrial no Acre começou a desenvolver-se na década de 1970. Entre 1975 e 1980, o número de indústrias passou de 294 para 370, ocupando, respectivamente, 1.342 e 2.857 pessoas nesse período. 49,8% desses estabelecimentos e 64,4% do pessoal ocupado estavam localizados em Rio Branco. Entre os principais ramos de atividade figuravam, inicialmente, a indústria madeireira, para o “aproveitamento das árvores derrubadas para implantação da pecuária e da lavoura. Posteriormente se desenvolveram as indústrias oleiro-cerâmicas, pela grande demanda do setor de construção civil [...]. Finalmente, apareceram as indústrias de beneficiamento de cereais, principalmente arroz [...]”. Mais de 50% da força de trabalho estavam ocupados nos dois primeiros ramos de atividade citados.

O governo estadual instituiu incentivos fiscais e criou instituições, como a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre (Codisacre), fundada em agosto de 1974, destinadas a promover a implantação de indústrias no estado. Assim, em 1975 foi criado o Distrito Industrial nas proximidades de Rio Branco, com três objetivos básicos:

criação de emprego direto e indireto; substituição de importações; diversificação de produtos industrializados.

A substituição de importações era essencial para o desenvolvimento do estado, haja vista seu elevado grau de dependência econômica. [...] importava-se produtos que poderiam ser obtidos com a utilização de matérias-primas locais. Os preços dos produtos importados tornavam-se altíssimos dado o isolamento do estado em relação aos centros fornecedores. (OLIVEIRA, op. cit., p. 133).

Em um ensaio publicado pelo Varadouro (nº 17, dez. 79), intitulado “Parasitismo: a raiz da fragilidade”, aparece um instigante diagnóstico sobre a inserção do Acre no curso da “modernização”. Seu autor⁷⁸ argumenta que o Acre configurava uma estrutura produtiva em que

[...] a única classe que desempenha uma função de relevo no mundo da produção é a camponesa [...] o comércio é desenvolvido de forma a viabilizar a canalização de todo o esforço da população trabalhadora para seus cofres. As taxas de lucro comercial continuam sendo as mesmas do tempo do “barracão” e de certa forma o comércio mantém a posição hegemônica que sempre desfrutou ao longo

78 — Para se ter uma ideia do alcance político desse tipo de interpretação crítica, esse ensaio não foi assinado, fato raríssimo no jornal Varadouro. No número seguinte, o artigo foi duramente criticado por dois economistas acreanos que eram também colaboradores do Varadouro, Mário Lima e Carlos Cavalcanti. No geral, contestou-se teoricamente o uso da noção de “parasitismo” e “trabalho improdutivo” presentes no texto.

de toda a história do Acre. É certo que o mesmo é o elo de articulação com a economia nacional ao realizar a produção industrial dos grandes centros. No entanto, não é menos verdadeiro que o comércio é o responsável mais imediato pelo desvio e transferência de recursos que poderiam ser investidos no campo e na cidade de forma produtiva. À primeira vista, a indústria poderia ter sido beneficiada pela abundante oferta de força de trabalho expulsa dos seringais [...] Entretanto, é ridículo o incremento do setor. Fatores como disponibilidade de matérias primas, magnitude do mercado de consumo local e outros argumentos técnicos podem ser evocados para justificar esse estado de coisas[...] Contudo, não pode ser perdida de vista a subordinação dos empreendimentos industriais a um comércio de 'barracão' e aos cofres públicos [...]. (Grifo de E. A. P.).

A rigor, esse tipo de integração da economia regional de forma subordinada ao núcleo mais dinâmico do processo de acumulação situado no Centro-Sul do país, como bem demonstrou Francisco de Oliveira (1987), expressa os traços mais gerais do “desenvolvimento desigual” comandado pelo Estado no Brasil no pós-1930. Essa subordinação, diz Oliveira (op. cit., p. 83), “não exclui contradições entre os interesses da burguesia industrial e os da das oligarquias agrárias, entre o latifúndio e a indústria, entre cidade e campo”.

Esse contexto lembra um pouco, também, guardadas as devidas proporções, aquele analisado por Gramsci (1987) acerca das desigualdades de desenvolvimento entre o Norte

e o Sul da Itália e a forma como interagem no processo de acumulação capitalista. Mais especificamente, o modo como a burguesia industrial e as frações da classe dominante vinculadas à grande propriedade rural pactuam seus interesses no âmbito do Estado nacional. As contradições entre o tradicional e o moderno tendem a ser absorvidas na formação de uma aliança de classes consubstanciada num “bloco industrial/agrário” que domina e dirige o Estado no seu sentido ampliado.

Essa questão é crucial para analisar o processo de “modernização” no Acre, no sentido de compreender as mudanças e, sobretudo, as permanências. Ou seja, enquanto todas atenções voltavam-se para os problemas relativos à posse e uso da terra, as estruturas oligopsônicas existentes no estado permaneciam intocáveis. Tanto no Varadouro quanto nos jornais diários que circulavam nesse período aparecem diversas denúncias contra o “monopólio” da carne, do peixe e dos hortigranjeiros⁷⁹, além de uma série de irregularidades e ações fraudulentas cometidas pelo comércio.

79 – Cf. jornal O Rio Branco (24/08/77; 29/07/77; 22/01/78). Outro exemplo é o do jornal Gazeta do Acre (de propriedade de um grupo empresarial de Rondônia), que começou a circular no estado em 31/03/78 e passou a publicar diversas reportagens sobre o monopólio do comércio da carne. O principal acusado pela manutenção desse monopólio, Wilson Barbosa, acabou adquirindo esse jornal, transferindo a responsabilidade editorial para conhecidos jornalistas do Acre. A partir daí o jornal poderia “falar de tudo, menos de monopólio da carne”. (Cf. informação do Prof. Dr. Jacó Piccoli, do DFCS/UFAC, em julho de 2001).

Segundo o advogado Pedro Marques⁸⁰, a quantidade de fraudes praticadas pelo comércio no estado era enorme: “O conceito do Acre em termos de comércio é o mais horrível [...] teve uma firma aqui que deu um prejuízo enorme, recebeu 3 bilhões de seguro, ficou devendo 15 bilhões na praça e botou nova firma em nome de um parente”. Esses e outros tipos de ações fraudulentas, diz o referido advogado, acabam acobertadas pela mais absoluta conivência da justiça estadual: “Existem 70 pedidos de falências há mais de 10 anos e nunca foi decretada uma falência porque os juizes se julgam impedidos”. (Varadouro, nº 12, set. 1978) Em suma, o núcleo do poder econômico no Acre situava-se nessas estruturas, sendo a partir dos seus interesses que os problemas relativos à regularização jurídica da propriedade da terra seriam tratados politicamente, no sentido de pactuar uma “alternativa” capaz de compatibilizar tais interesses com o dos “capitais forâneos”.

Em meados dos anos 70, a classe dominante no Acre apresentava a seguinte configuração: 1) comerciantes que controlavam as relações de trocas mercantis no estado. Parte desses comerciantes mantinha ainda vínculos diretos com a propriedade da terra; 2) seringalistas. Àquela época, já eram bem poucos os que viviam exclusivamente dessa atividade;

80 — Pedro Marques era natural do Ceará, chegou ao Acre em 1974 para participar de um concurso para juiz. Em sua avaliação, teria sido reprovado porque se tratava um “jogo de cartas marcadas”, em que os aprovados já haviam sido escolhidos previamente. Mesmo assim, decidiu permanecer no estado e em 1976 ingressou no departamento jurídico da Contag, onde teve uma importante atuação junto aos trabalhadores. Em fevereiro de 1982, depois de sofrer uma tentativa de assassinato, mudou-se para Santa Catarina. De acordo com matéria publicada no jornal Gazeta do Acre, citado por Fernandes (1999:89), “A motivação teria sido uma cobrança judicial e uma representação criminal por estelionato que o advogado havia impetrado contra Merchade, atendendo a um cliente”. Pedro Marques já havia sido indicado como candidato a governador do Acre pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1982 e acabou tendo que ser substituído.

3) médios e grandes pecuaristas que foram morar no estado, alguns deles também envolvidos em atividades comerciais, especialmente aquelas ligadas ao setor de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, em expansão na época; 4) proprietários de indústrias e empresas de construção civil. Poder-se-ia incluir, finalmente, uma parcela da alta burocracia estatal e dos parlamentares face à sua posição de classe dominante, que apesar de não serem proprietários dos meios de produção, cumpriam importante papel na realização dos lucros privados via transações com o setor governamental.

Em termos da sua representação política, as associações comerciais, que atuavam há décadas em todo o estado, e a Federação da Agricultura, fundada no final dos anos 60⁸¹, eram as mais expressivas e influentes, embora com pesos relativos muito diferenciados. Enquanto as associações comerciais exerciam grande influência sobre os políticos e a burocracia que comandavam as instituições governamentais, a Federação da Agricultura, além de ser extremamente frágil na sua base de sustentação – e talvez também por esta razão –, tinha maiores dificuldades de lidar com o governo estadual, particularmente na gestão de Geraldo Mesquita.

A rigor, a Federação representava basicamente uma parcela dos médios pecuaristas que foram atraídos de outras regiões do país para o Acre a partir da década de 1970. Ficavam de fora de sua órbita de influência tanto grande parte dos latifundiários do estado quanto os grandes grupos de capitais sediados no Centro-Sul do país que detinham propriedades de terras na região. Nenhum deles precisava dela para representar

81 – A Federação da Agricultura no Acre foi reconhecida pela Carta Sindical nº 106.228/68 (FAEAC, 1980).

seus interesses, pois tinham poder e influência suficiente para fazê-lo diretamente ou por intermédio de políticos influentes, junto ao aparelho estatal. Essa é uma das fontes da fraqueza que caracteriza, ainda hoje, essa organização patronal no Acre. Como mencionamos anteriormente, o setor industrial instalado no Acre era (e continua sendo) pouco expressivo na economia regional. Desse modo, no nível estadual, os proprietários de indústrias não ocuparam espaços relevantes nas disputas políticas em torno das definições da inserção do estado no processo de “modernização”.

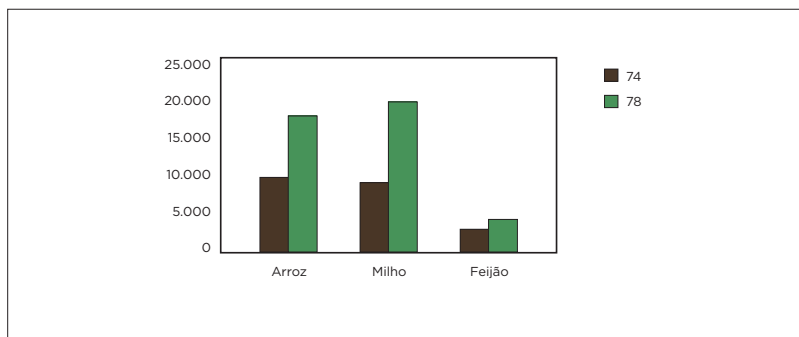
Estas disputas entre a classe dominante foram marcadas efetivamente pela contraposição inicial entre pecuaristas e setores oligárquicos ligados ao extrativismo. A prevalência da pecuária extensiva, nos moldes em que estava sendo implantada, representaria, em curto prazo, um golpe mortal no capital mercantil vinculado à produção extrativista e agrícola, enquanto a alternativa defendida por Geraldo Mesquita garantiria a sua reprodução. Não é por acaso que seu governo carrega o mérito da recuperação da produção extrativista, bem como o do incremento da agricultura no estado.

Numa matéria intitulada “O governador da borracha”, o jornal *Gazeta* (nº 1, 31/03/78) apresenta a transcrição de um trecho do discurso do governador Geraldo Mesquita, numa reunião de seringalistas do Vale do Purus, em que afirmava o desejo de “passar para a história de minha terra, do meu país, como o governador da borracha, embora eu queira, no meu estado, além de borracha, o boi de corte, o café, o cacau [...] mas, fundamentalmente, para não fugir à vocação

econômica deste estado, eu batalho e batalharei pelo aumento da produção de borracha”.

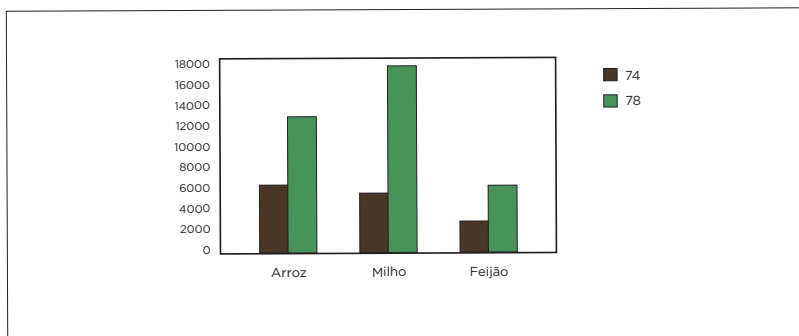
Ao compararmos os indicadores de produção do ano de 1974 (imediatamente anterior à posse de Geraldo Mesquita) com os de 1978 (último ano de seu governo), podemos constatar que houve um considerável aumento. A borracha passou de 6.490 toneladas, em 1974, para 8.352, em 1978 – a produção nacional foi, respectivamente, 18.606 e 23.708 toneladas –, registrando um incremento de aproximadamente 30% (Alves Pinto, op.cit, p. 156). Na produção agrícola, a mandioca e a banana tiveram, respectivamente, um incremento de 68 e 500%, no caso dos produtos graneleiros (arroz, milho e feijão), os gráficos abaixo ilustram essas variações, nesse período. Gráfico 2.1:

Gráfico 2.1: Produção de Grãos



Fonte: Governo do Acre (1979).

Gráfico 2.2: Área Cultivada.



Fonte: Governo do Acre (1979).

Os dados indicados nesses dois gráficos sugerem a seguinte indagação: que fatores influenciaram nesse revival da economia regional e como ele repercutiu politicamente na construção do “pacto pelo alto” em nível estadual? Para respondê-la, é preciso considerar que, além dos fatores de ordem interna mencionados acima – garantir a satisfação de interesses de parte das oligarquias do Acre –, havia aqueles mais gerais, resultantes das condições macroeconômicas que influenciavam no direcionamento das políticas setoriais do Estado.

A crise mundial do petróleo de 1973 (obrigando, entre outras medidas, a busca, no território nacional, de outras fontes alternativas de energia e a redução das importações de matéria-prima aqui disponíveis, como a borracha natural), adicionada aos sintomas iniciais de esgotamento da era do “milagre econômico”, em meados dos anos 70, acabaram interferindo no projeto inicial de “modernização” da Amazônia. Nessa conjuntura, as pressões junto ao governo federal de políticos comprometidos com os interesses das oligarquias ligadas ao extrativismo na Região Norte colocaram,

ao mesmo tempo, obstáculos e novas possibilidades para os grupos de capitais que adquiriram terras na região.

Os obstáculos estavam circunscritos aos efeitos da redução dos níveis de crescimento econômico e na retração dos generosos incentivos fiscais para investimento na Amazônia. As novas possibilidades estavam relacionadas com a abertura de outros canais de apropriação de verbas públicas, como as políticas de incentivo à reativação do extrativismo da borracha nos seringais nativos e implantação de seringais de cultivo, materializados por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) via Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal – PROBOR.

A SUDHEVEA foi criada em 1967 pela Lei nº 5.227 (a mesma que extinguiu o monopólio estatal da borracha) com o objetivo de incentivar a modernização do setor de produção de borracha natural no país. O PROBOR foi criado pelo Decreto-Lei nº. 1.232, de 17/7/72. Entre seus objetivos gerais constavam o incentivo ao plantio racional de seringueiras, “para a formação de seringais de cultivo”, e o estímulo à “produção dos seringais nativos através (i) da abertura de novas ‘estradas de seringa’, (ii) da recuperação de ‘colocações’ abandonadas e (iii) da introdução de melhorias técnicas quanto ao processo de extração do látex, além da substituição do processo de defumação da borracha pelo uso da técnica de borracha prensada [...]”. (CARVALHO, 2001)

Com uma duração que se estendeu até meados da década de 1980, esse programa passou por três fases distintas. Na primeira (PROBOR I), teve como metas prioritárias, no caso da Amazônia Ocidental, “a recuperação de dez mil colocações de seringa e a instalação de onze usinas de

beneficiamento da borracha nos centros de produção, sendo nove⁸² na região amazônica”; na segunda (PROBOR II), previa, além da recuperação das dez mil colocações, a abertura de outras cinco mil novas, bem como o financiamento de oito usinas de beneficiamento de látex; na terceira e última (PROBOR III), introdução de inovações tecnológicas em cinco mil colocações e implantação de 500 miniusinas e quatro usinas de beneficiamento. Além desses aspectos, o PROBOR abrangia outras atividades consideradas complementares, como construção de escolas e contratação de professores, assistência médica, incentivo ao associativismo etc. (PAULA, 1991, p. 64)

Entre os objetivos propostos e a sua concretização houve uma enorme distância. Uma das razões atribuídas ao não cumprimento de algumas metas do PROBOR diz respeito à malversação das verbas públicas a ele destinadas. Numa matéria publicada no jornal Varadouro (nº 20, abr. 1981), intitulada “Paulistas acham mapa da mina”, aparece a seguinte denúncia:

O Condomínio Tarauacá, do grupo Agapito Lemos (mais de 300 mil ha no município), descobriu um novo “mapa da mina” quando a SUDAM passou a reconhecer o fracasso de sua política de incentivos para a implantação de fazendas agropecuárias na região do Juruá. Animado com os financiamentos do PROBOR I e II, o grupo passou a explorar também o extrativismo de borracha em 65 seringais

82 — As outras duas usinas seriam instaladas na Bahia, uma vez que havia enorme expansão das áreas ocupadas com seringais de cultivo naquele estado.

adquiridos ou arrendados pelo grupo. A partir de 1978 o grupo passou a ser duplamente favorecido pelos financiamentos da SUDHEVEA, tanto para custeio anual da safra de borracha como para reabertura de novas colocações [...] Na safra do ano passado, de acordo com os financiamentos retirados do BASA, a produção deveria ter sido 300 toneladas, mas não chegou nem à metade [...] as razões do fracasso seriam a falta de mercadorias na maioria dos seringais [...] No Alagoas, por exemplo, arrendado ao grupo pelo ex-senador Altevir Leal, faltou inclusive a estiva para atender às necessidades imediatas dos seringueiros [...] Sem mercadorias não há patrão que consiga manter os seringueiros nos seringais [...] em Tarauacá o povo pergunta: “O que o Condomínio Tarauacá fez com o financiamento do PROBOR?” Logo se descobriu que da mesma forma como os “paulistas” fizeram com a maioria dos financiamentos agropecuários da SUDAM, o dinheiro da SUDHEVEA foi vergonhosamente desviado para atividades mais lucrativas na matriz de São Paulo. Provavelmente, foram aplicados no open marketing.

O trecho citado mostra tanto as diferentes formas de apropriação dos recursos materiais do Estado pelo capital no seu movimento expansionista para a Amazônia quanto a sua conciliação com os interesses oligárquicos regionais. Não importa, portanto, se esses fins sejam atingidos via projeto para implantação de pecuária ou para extração vegetal. Além desse movimento em direção ao extrativismo, ocorreu outro,

de setores tradicionais ligados ao extrativismo, em direção à pecuária. Numa matéria intitulada “A fortuna do Senador”, o jornal Varadouro (nº 12, set. 78) revela que entre os bens patrimoniais do então senador Altevir Leal – considerado na época um dos maiores latifundiários do Acre e do país –, figurava a sua participação na sociedade de duas empresas: a Agroindustrial e Comércio Zamir Paraná Ltda. e Agropastoril Leal Indústria e Comércio Ltda., esta última, proprietária de três seringais e mil cabeças de gado.

Em uma carta aberta⁸³ dirigida ao governador Geraldo Mesquita, o seringalista Guilherme Lopes (residente no município de Xapuri) revela seu entusiasmo com a escalada do “progresso” no Acre. Diz ele:

Os sulistas, apelidados de “paulistas”, já trouxeram tantos benefícios ao Acre e posso afirmar que dentro de pouco tempo seremos exportadores não só de gado vacum, como também de café, soja, algodão [...] oferecendo padrões de vida condigna como já a oferecem atualmente os proprietários dos seringais-fazenda (grifo de E. A. P.) Nova Promissão, Ponteio, São Judas Tadeu, Filipinas e outros, aos seus empregados, com moradias servidas de luz elétrica, água encanada escola etc.

Os exemplos pontuados acima ilustram esse movimento de acomodação de interesses econômicos. Existia no Acre um setor das oligarquias propenso a aliar-se aos grupos de capitais forâneos - e já o faziam, como demonstramos com alguns

83 — Publicada no jornal A Gazeta (01/04/1978).

exemplos. O seu representante mais expressivo era o ex-governador do Acre (1966-70) e então senador da Arena Jorge Kalume, que chegou a defender no Congresso Nacional a multiplicação na Amazônia de projetos semelhantes ao Jari,⁸⁴ porque “a região precisava de progresso” (jornal Varadouro, nº 16, out. 79). A interpretação de Delgado (1985, p. 67) ajuda-nos a compreender melhor o comportamento desses grupos oligárquicos representados por Kalume, quando ressalta que no curso da implantação das políticas de desenvolvimento os “interesses regionais impõem-se com vigor” nas disputas pelos recursos financeiros alocados para sua execução. Esse processo, afirma o referido autor,

[...] reflete, com efeito, uma luta política complexa no âmbito das oligarquias regionais, com o enfraquecimento de alguns de seus segmentos e o fortalecimento de outros, em função de sua capacidade política e econômica de influenciar e canalizar para seus interesses as medidas postas em prática para modernizar a atividade econômica regional e adequá-los às direções e padrões assumidos pelo crescimento econômico nacional e de aliar-se aos grupos e setores líderes desse crescimento.

Sob este ângulo, fica mais compreensível o modo de articulação concreta desses interesses regionais com os nacionais. Internamente, a rede de beneficiários diretos e indiretos dessa política de reativação da produção

84 — O Projeto Jari começou a ser implantado em meados dos anos 70 no território do Amapá. Tratava-se de um megainvestimento - abrangia produção agrícola e indústria de celulose - comandado pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig.

extrativista era muito abrangente. Envolvia desde grandes proprietários rurais até comerciantes que controlavam as cadeias de troca mercantis no mundo rural, políticos e parte da burocracia envolvida com o gerenciamento desse setor. Entre os favorecidos “externos” (além dos grupos empresariais detentores de grandes propriedades rurais) podem ser citadas também as indústrias de beneficiamento de borracha natural, que receberam financiamentos e incentivos da SUDAM para instalarem-se no estado.

O jornal Varadouro (nº 17, dez. 79) registrou, em diversas matérias, os artifícios utilizados na região para se desviarem os recursos destinados à produção de borracha. Vejamos uma delas, intitulada “Escravidão da dívida continua (Governo ajuda)”:

O PROBOR I e II jogou nas mãos de seringalistas e mesmo de empresários sulistas milhões de cruzeiros para reabrir seringais nativos ou seringais de cultivo. É verdade que os recursos do PROBOR I foram desviados a outras finalidades. Como o preço da borracha foi descongelado e passou a ser compensador para o patrão, agora se interessou pela produção [...] Como a cadeia mercantil foi desarticulada, não existe mais casa aviadora em Belém, o Governo entrou em ação para quebrar esse galho: lançou mão do sistema de comercialização da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) e tudo resolvido [...] seringalistas se abastecem nos postos espalhados pelos diversos municípios, comprando mercadorias abaixo do preço

do mercado local e as revendem aos seringueiros [...] com margem de 200 a 500% de lucros.

Nessa mesma matéria foi transcrito um trecho de uma carta enviada pelo STR de Tarauacá à Presidência da República denunciando as transações irregulares entre os seringalistas e a Cobal. Em vez de abastecerem os “barracões” com as mercadorias adquiridas do governo via Cobal, os seringalistas as estavam revendendo ao comércio da cidade, “deixando os seringueiros em falta”. Na edição de agosto de 1981, O Varadouro (nº 23) publicou outra matéria com esse teor: “Seringalistas ou seringueiros, a quem serve a Cobal”, onde denunciava, entre outras coisas, que no município de “Sena Madureira os produtos vendidos pela Cobal podem ser encontrados em muitas casas comerciais da cidade, onde são revendidos com uma fantástica margem de lucros [...] os seringalistas adquirem o produto da Cobal e vendem ao comércio local”.

A rigor, indiretamente, essas políticas governamentais de incentivo ao extrativismo da borracha passaram a compensar os efeitos corrosivos que o processo inflacionário e a elevação da taxa de juros produzia naquele tipo de estrutura mercantil. “Se, em última instância, o aviamento descansava sobre o financiamento do sistema bancário, é de se supor que a subida dos juros, decorrente da crise de acumulação que a partir de 1973 atinge as economias centrais e, a partir de 1981, a América Latina, tenha abalado bastante a força (creditícia) do aviamento [...] a inflação [...] também minou a solvência financeira dos produtores”. (Aramburu, op.cit., p. 86)

Enfim, as políticas do governo federal destinadas à recuperação do extrativismo, acabaram, por razões diversas, favorecendo a conciliação dos interesses imediatos de diferentes frações da classe dominante (“capitais forâneos” e oligarquias regionais). Aliás, esse fato não expressa nenhuma novidade no Brasil, como mostra Francisco de Oliveira (1981:93), ao analisar a atuação do Estado na implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento regional no Nordeste. Sob a égide do DNOCS, diz Oliveira, o Estado “terminou sendo capturado pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária, transformando-se ao mesmo tempo em resultado e pressuposto da hegemonia oligárquica”.

No caso das políticas definidas no âmbito do governo estadual destinadas ao incremento da produção agrícola, os seus resultados podem ser explicados pelo aumento dos investimentos no setor através da Secretaria de Fomento Econômico. Em 1974, os gastos dessa secretaria corresponderam a 2,92 % das despesas governamentais, enquanto no período de 1975 a 1978 ele foi, respectivamente, 5,21; 15,4; 9,2 e 8,25% (Governo do Acre, 1979). Na perspectiva de integrar a agricultura acreana ao processo de modernização em curso no país, o governo Mesquita tomou diversas iniciativas. Entre elas destacam-se: a) criação dos Núcleos de Desenvolvimento Rural Integrado (NARIs),⁸⁵ em 1976; b)

85 — Esses núcleos foram instalados em áreas formadas por antigas colônias e/ou desapropriadas pelo governo Mesquita. Seis deles localizavam-se nas proximidades de Rio Branco e um no município de Brasileia. Tinham, no total, aproximadamente 2.000 lotes com dimensões que variavam de 10 a 100 ha, sendo a maioria deles (63,8%) situados na faixa de 10 a 30 ha. A sua estrutura física comportava entre outros: escolas, postos de saúde, escritório de assistência técnica, postos de revenda da COLONACRE - com utensílios de trabalho, insumos agropecuários, alimentos industrializados etc.; tratores e maquinários agrícolas e uma malha rodoviária projetada para integrar as diversas unidades produtivas aos eixos rodoviários centrais. (GOVERNO DO ACRE, 1984).

instituição de linhas de crédito para os pequenos agricultores no Banco Estadual (BANACRE); c) Criação da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre – COLONACRE (1975), da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Estado do Acre – CAGEACRE (1976) e da EMATER/AC, em 1975. (SANT'ANNA, 1988).

Dadas as condições de domínio oligopsônicas, o incremento da produção agrícola acabou transformando a fração do capital mercantil que comandava as relações de trocas no setor rural, no seu maior beneficiário. Não podemos esquecer, ainda, no que diz respeito às políticas de incentivo ao extrativismo da borracha, que tanto os políticos - que as usaram, entre outros fins, para criar ou reforçar antigos laços de lealdades pessoais - quanto os setores da burocracia governamental – especialmente aqueles ligados às finanças, agricultura e extrativismo – foram amplamente beneficiados com a manipulação das verbas públicas alocadas naquele período.

No geral, as condições para a acomodação dos interesses da classe dominante estavam bastante avançadas. Porém, no que diz respeito à regularização da propriedade da terra, as dificuldades para a formação de um consenso ainda eram enormes. É, portanto, num cenário marcado por intensos conflitos sociais resultantes da disputa pela posse da terra que o INCRA e o MSTR começam a se estruturar e a definir suas estratégias de atuação no Acre, como ver-se-á nas seções seguintes.

2.2. INCRA: características institucionais e política de atuação

Antes de analisarmos a atuação do INCRA no Acre é necessário traçar um histórico da sua formação em nível nacional, pontuando algumas características de sua organização burocrática e objetivos⁸⁶.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, foi criado pelo Decreto-lei nº 1.110 de 9/07/1970. As origens do INCRA estão vinculadas aos desdobramentos da aprovação da Lei nº 4.504, de 30/11/1964, que instituiu o Estatuto da Terra⁸⁷. No seu Art. 37, o Estatuto da Terra criou, “a partir da incorporação de competências da Superintendência da Política Agrária – SUPRA, instituída em 1962, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária -IBRA, instituição autárquica

86 — Nossa pretensão inicial era, dada sua relevância política na mediação dos conflitos sociais que marcaram a luta pela terra nas últimas décadas, fazer um estudo mais sistematizado do seu perfil institucional, dos traços singulares que definem e marcam a atuação de seu corpo burocrático sob conjunturas diversas. Entretanto, no decorrer da pesquisa esta pretensão revelou-se pouco modesta e foi logo abandonada.

87 — Não se pretende deter em análises gerais sobre a instituição do Estatuto da Terra, mais adiante, retoma-se a ele nos aspectos que dizem respeito mais diretamente às condições específicas do Acre. Vale adiantar contudo, que entre as diversas análises existentes sobre a elaboração e aprovação do Estatuto da Terra, opta-se por tomar como referência a que parece mais abrangente, que é aquela formulada por Bruno (1997). A autora sustenta que o Estatuto da Terra expressou uma relação de forças existentes naquele período, resultou de difíceis negociações políticas com os “Senhores da Terra” - depois de passar por 14 reformulações - foi submetido a aprovação pelo Congresso Nacional. Ainda assim, os grandes proprietários rurais teriam concordado “com a convicção de que a lei não seria cumprida”. Nas suas conclusões, Bruno (1997:151-152) afirma que a importância desse dispositivo é inquestionável, “O fato de existir uma legislação agrária, marcou todo o ethos do sindicalismo rural...Na verdade é o Estatuto que vai fazer a relação entre o Estado e o sindicalismo na luta pela terra. É ele que abre o diálogo - tenso, difícil e com lutas - entre os trabalhadores rurais e o Estado [...] filtrou uma determinada concepção de reforma agrária e conceitualizou o que seria latifúndio, propriedade familiar, empresa rural, função social, desapropriação, tributação, etc., que desde suas origens já se encontravam permeados por uma dupla lógica. Uma distributivista, pela democratização da propriedade fundiária, incentivo à empresa familiar como modelo ideal de propriedade e penalização do latifúndio; e outra, produtivista, pela concentração da terra, capital e trabalho, e consolidação da grande empresa capitalista”

cujas competências envolviam a promoção e coordenação da Reforma Agrária [...] Subordinada diretamente à Presidência da República”. (Santos, 1998 p. 26). O conjunto das atividades atribuídas ao IBRA deveria ser complementado pela atuação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural – INDA, criado também após a aprovação do Estatuto da Terra, mas vinculado ao Ministério da Agricultura, que era um instrumento do Poder Executivo para implementação de uma política de desenvolvimento agrário.

Esse ato de criação do INCRA, em substituição as agências anteriores (IBRA e INDA), tem sido interpretado, nas mais diversas abordagens, como corolário de um retrocesso ocorrido justamente na fase mais autoritária da ditadura militar em relação à questão agrária em geral e ao Estatuto da Terra em particular. De acordo com Martins (1984:44-45),

[...] Enquanto o IBRA, que o novo órgão substituíra, estivera subordinado diretamente ao próprio presidente e tivera, praticamente, nível de ministério, o INCRA foi criado como autarquia subordinada ao Ministério da Agricultura. Isso fez da questão fundiária uma questão setorial, afastando-a dos poderosos ministérios, também relacionados com o problema da terra, como era o caso do Ministério do Interior e do Ministério do Planejamento, além do Conselho de Segurança Nacional, pelo menos desde 1967 envolvido, juntamente com os ministérios militares, na problemática da ocupação da Amazônia. Com a redução do INCRA a uma

autarquia do Ministério da Agricultura, a questão agrária passou a ser tratada como questão menor [...]

Um olhar mais atento, contudo, indica-nos a necessidade de levar em conta também fatores de natureza externa. A partir dos anos 70, a política externa dos Estados Unidos para o continente latino-americano muda o eixo adotado na década anterior⁸⁸, de estímulo à adoção de reforma agrária, para outro centrado numa estratégia de modernização que passa a incorporar a produção de base camponesa já existente. Segundo Alain de Janvry (1986), todo o aparato de Estado foi mobilizado para incrementar a difusão de tecnologias inscritas no “pacote” da chamada “revolução verde”. A partir desse período, agências multilaterais como o Banco Mundial passarão a financiar os chamados PDRIs em diversos países da América Latina.

Linhares (1992:16) cita as análises de François Falloux, enfatizando a mudança de enfoque do Banco Mundial, que “passava a ser o de intervir gradualmente em regiões específicas, dando-se ênfase à titulação e à formação de cadastros de terras, em substituição aos planos de reformas agrárias nacionais”, e as de Drumond, que apontam num sentido semelhante. Assim, julgamos mais apropriado caracterizar a formação do INCRA como momento de uma política de secundarização da política de reforma agrária na América Latina articulada e sustentada internacionalmente

88 — Em razão da confiança nas ditaduras, que haviam afastado temporariamente o perigo da “cubanização” do continente, e das preocupações com os impactos das transformações produzidas no capitalismo sob a égide da “Revolução Verde”, que produziu, entre outras conseqüências, um enorme e rápido êxodo rural.

pelos EUA, Estado Hegemônico⁸⁹ no ocidente naquele período.

Nessa linha de argumentação, Pinto (1983) mostra que desde a “Operação Amazônia” (1966) o governo federal teria tomado diversas medidas para assegurar o seu controle sobre um imenso estoque de terras. A crescente influência do Conselho de Segurança Nacional – CSN nos assuntos fundiários na região amazônica também evidenciaria essa intenção. A partir de meados dos anos 70⁹⁰, o CSN “passou a ser um órgão executivo operacional, no que se refere à política agrária, marginalizando, de certa forma, o INCRA”. (PINTO, 1983:12).

Como sabemos, uma das bases jurídicas de referência para a atuação do INCRA, o Estatuto da Terra, em princípio (referimo-nos explicitamente ao Capítulo II do Título III, que trata da colonização) respaldava amplamente um deslocamento da ênfase na reforma agrária para uma atuação governamental dirigida para a colonização, particularmente na Amazônia, dado o movimento de expansão da fronteira agrícola do país para aquela região. Ao contrário do que afirma Martins (op. cit.), que na prática o governo teria descomprometido a “Amazônia Legal como solução prevista

89 — O uso dessa expressão denota uma condição de subordinação dos Estados nacionais no processo mais geral de acumulação capitalista. “As regras do sistema interestatal não foram, é claro, definidas por consentimento ou consenso. Dependaram da disposição e capacidade dos Estados mais fortes de impô-las, primeiro aos Estados mais fracos e depois uns aos outros”. (Wallerstein, 2001:50)

90 — De acordo com Pinto (op. cit., p. 12, 16), o CSN teria conseguido “adequar a estrutura agrária aos seus propósitos”, com a aprovação de leis, como a 6.383 - que trata da discriminação de terras em áreas sob a jurisdição do governo federal - ou mediante a criação de estruturas de execução da política fundiária paralelas ao INCRA, diretamente vinculadas a ele, como o GETAT, que “seria um órgão forte; forte nos poderes legais que lhe foram conferidos [...] porque ele está diretamente vinculado ao CSN, que é hoje um dos órgãos ‘mater’ da estrutura de poder”.

no encaminhamento da proposta do Estatuto da Terra, para a questão agrária”, o governo acabou optando por um dos instrumentos do Estatuto da Terra no direcionamento de suas políticas.

A trajetória das instituições que precederam o INCRA foi marcada por sucessivas intenções ou tentativas de disciplinar a posse e uso da terra no Brasil. Como sabemos, a partir da edição da Lei de Terras de 1850, o Estado brasileiro criou diversos dispositivos destinados a colocar em prática o ordenamento jurídico estabelecido pela referida lei. No período imperial tais dispositivos seguiam o espírito da centralização e, durante a República Velha, o da descentralização, pelos quais os diversos estados da Federação passaram a dispor de maior autonomia para regulamentar a propriedade da terra e administrar os estoques de terras devolutas⁹¹. Sob a batuta dos “senhores da terra” pode-se dizer que o resultado mais eficaz desse período foi a continuidade da exclusão sistemática do acesso à propriedade da terra à grande maioria da população que vivia no campo.

É somente no pós-1930 que passa a existir uma atuação mais efetiva do Estado na questão fundiária, marcada pela alternância entre políticas de incentivo à colonização e tentativas de promoção de reforma agrária. As políticas de colonização tiveram início em 1934, através da instituição do Serviço de Imigração, Reflorestamento e Colonização, “quando a questão referente a colonização no Brasil passou a ser tratada definitivamente pelo Ministério da Agricultura” (Cardoso & Müller, 1978:119), e, posteriormente, pelo Instituto

91 — A esse respeito, consultar principalmente Silva (1996). Neste estudo, a autora realiza uma das mais completas e consistentes análises sobre essa temática.

Nacional de Imigração e Colonização – INIC (criado em 5 de janeiro de 1954 pela Lei nº 2.163), na forma de uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura. Quanto às políticas voltadas para a reforma agrária, como foi mencionado anteriormente, elas tomam maior impulso nos anos 60.

Curiosamente, ao se analisar o Relatório de Atividades “INCRA: 30 anos”, constata-se que entre 1970 e 1984 a autarquia teve uma atuação caracterizada pela política de discriminação de terras públicas e de colonização e, entre 1985 e 2000, pelas tentativas de promoção da reforma agrária. Essa passagem de uma estratégia para outra tem sido marcada por inúmeras modificações institucionais⁹², resistências, conflitos e tensões políticas de ordem diversa, como será indicado no decorrer deste livro. De todo modo, deve-se adiantar que a trajetória dessa instituição reflete uma enorme capacidade de lidar com suas ambigüidades.

Dadas essas considerações mais gerais acerca do processo de criação da instituição, dedicar-se-á a seguir aos seus aspectos organizacionais e administrativos. O INCRA foi estruturado segundo os princípios da administração indireta, como uma autarquia. Este tipo de organização era regido juridicamente segundo os preceitos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 200/67, que definia genericamente a autarquia como “o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para o seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (SANTOS, 1998:18).

92 — Da sua criação até o ano de 2000, o INCRA passou por cerca de oito modificações relevantes na sua estrutura administrativa, conforme mostra em detalhe Santos (1998).

No Regulamento Geral do INCRA⁹³, ele é definido como “uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional”. Como objetivos primordiais figuram: a) promover e executar a reforma agrária, visando corrigir a estrutura agrária do país, adequando-a aos interesses do desenvolvimento econômico e social; b) promover, coordenar, controlar e executar a colonização; c) promover o desenvolvimento rural através da coordenação, controle e execução, preferencialmente, das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural.

À semelhança do que ocorreu com a aprovação do Estatuto da Terra, a definição dos objetivos do INCRA anunciava que a promoção da reforma agrária era somente para “constar” no papel porque, na prática, não seria implementada. Como é sabido, o Ministério da Agricultura constituiu-se, desde sua origem, num instrumento de articulação e execução de políticas setoriais orientadas para a satisfação dos interesses dos “senhores da terra”, notoriamente refratários à ideia de realização da reforma agrária. Portanto, a subordinação do INCRA a esse Ministério sepultava, na prática, os seus objetivos formais em relação à reforma agrária.

No Título II são definidas, nos cinco capítulos que o compõem, as atividades e finalidades da autarquia, entre as quais figuram aquelas destinadas ao zoneamento, cadastro e tributação da propriedade rural, distribuição de terras, implantação de projetos de colonização e reforma agrária,

93 — Esse Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971.

desenvolvimento rural e outras atividades auxiliares. O Título III trata da organização e da administração da autarquia. O Capítulo I define a Estrutura Orgânica da seguinte forma: “Direção Superior”, composta da Presidência, Conselho de Diretores, Gabinete, Procuradoria Geral, Secretaria de Planejamento e Coordenação, os três últimos integrados por várias subdivisões. Os “Órgãos de Administração Geral” incluem as Secretarias de Administração, Finanças e de Pessoal. Os Departamentos de Cadastro e Tributação, Recursos Fundiários, Projetos e Operações e Desenvolvimento Rural formam os “Órgãos Centrais de Normatização, Coordenação e Controle”. Essa era a estrutura operativa da sede nacional da autarquia, em Brasília. Abaixo dela figuram os Órgãos Regionais, Estaduais e Zonais. Quanto à forma de escolha da direção superior da autarquia, ela obedecia ao que determina o Art. 49 do Decreto-Lei nº 1.110, que instituiu a criação do INCRA⁹⁴.

Por fim, o Título IV trata das “Disposições Gerais e Transitórias”. Ele trata basicamente das questões relativas ao Quadro de Pessoal e Patrimônio. A composição do seu Quadro de Pessoal é assim definida no Art. 47: I - Servidores integrantes de sua parte permanente; II - Servidores contratados sob o regime da Legislação Trabalhista⁹⁵; III - Servidores integrantes de sua parte especial. O Art. 48 determina a transferência para o INCRA dos cargos comissionados e funções gratificadas

94 — A nomeação do seu presidente e diretores é uma atribuição do Presidente da República, “por indicação do Ministro da Agricultura”. Da sua criação até o final da ditadura militar, a autarquia teve cinco presidentes, tendo o último deles permanecido apenas duas semanas no cargo.

95 — A Portaria nº 1264 de 23 de setembro de 1974, no intuito de promover maior descentralização administrativa, conferiu maiores poderes aos coordenadores regionais, entre eles, o de contratar e demitir funcionários, bem como de executar ações disciplinares e/ou concessão de benefícios constantes no regimento interno (INCRA, s.d.).

do IBRA e INDA, “ajustando-se à nova estrutura”. O Art. 49 estabelece que “O INCRA submeterá ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) os quadros e tabelas e pessoal dos institutos extintos para o seu ajustamento às diretrizes da classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais e às diretrizes da política salarial do Governo”. O Art. 49 transfere para o INCRA todos os imóveis e bens patrimoniais dos extintos IBRA e INDA.

Face ao recrudescimento dos conflitos sociais pela posse da terra no final dos anos 70, o governo federal, através do Decreto nº 87.457, de 16/08/1982, instituiu o Programa Nacional de Política Fundiária e dispôs sobre as atribuições do Ministério Extraordinário para Assuntos fundiários – MEAF. O INCRA deixou de ser vinculado ao Ministério da Agricultura para subordinar-se ao MEAF, tendo suas novas atribuições fixadas no Decreto nº 87.700, de 12/10/1982, que regulamentou o Programa. Foram transferidas para o MEAF “praticamente todas as funções de formulação, deixando a cargo do INCRA atribuições meramente operacionais e retirando a quase totalidade de sua capacidade normativa autônoma” (SANTOS, 1998:28).

Além desse esvaziamento institucional do INCRA, segundo Martins (1984:6), “O novo Ministério faz do problema da terra um problema de quartel. Esvazia o sindicato como instrumento de reivindicação e de negociação e a terra como tema da reivindicação sindical”. De acordo ainda com Martins, além componente militar, a federalização do problema fundiário facilitaria “a neutralização de um foco de tensões sociais e políticas incômodo para o regime militar e sua política econômica”.

Provavelmente, esse reforço da centralização dos assuntos fundiários na órbita da União, particularmente a militar, teve também um caráter preventivo. A aprovação do Programa Nacional de Política Fundiária e a criação do MEAF ocorreram pouco antes das eleições para os governos estaduais, a ditadura dava como certa a vitória das oposições em vários estados. Portanto, o esvaziamento do INCRA e a redução da margem de manobra nas esferas estaduais visavam à preservação do controle do poder central sobre as decisões relativas à política fundiária⁹⁶.

O MEAF durou somente dois anos, tendo sido extinto em fins de 1984, e o INCRA voltou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura. A Lei 7.231, de 23/10/1984, promoveu novas modificações na estrutura do INCRA⁹⁷, entre as quais o retorno à autarquia das “competências normativas e de formulação e articulação, sob a supervisão e diretrizes emanadas do Ministro de Estado da Agricultura”. (Santos, op. cit, p. 28). Quer dizer, mudou tudo para permanecer como era antes: o INCRA com relativos poderes, mas diretamente subordinado aos “senhores da terra”, via Ministério da Agricultura. Essa subordinação era facilitada, entre outros fatores, pela existência de um tipo de regime de pessoal na autarquia mais suscetível a controle direto dos interesses privados, como será indicado mais adiante.

96 — No caso do Acre, isto não era tão necessário, uma vez que o governo federal detinha o domínio completo daquelas terras, mas em outros estados da região a situação era diferente.

97 — O Decreto nº 90698 de 12/12/1984, que regulamentou a Lei 7.231, redefiniu também o regime de pessoal da autarquia “como de direito privado, afastando do seu pessoal as garantias do regime estatutário e descaracterizando suas atividades para efeito de regime de pessoal, como típica do Estado”.

O Decreto nº 90.698, de 12/12/1984, que regulamentou a Lei 7.231, redefiniu também o regime de pessoal da autarquia. Instituído “como de direito privado”, afastou “do seu pessoal as garantias do regime estatutário” e descaracterizou, desse modo, “suas atividades para efeito de regime de pessoal, como típica do Estado”. (Santos, *op. cit.*) Manteve-se, assim, a exclusão do pessoal do INCRA naquelas carreiras consideradas “típicas de Estado”. Afirma, ainda, o referido autor que, “na verdade, desde 1974 a Lei nº 6.185 já havia definido as atividades típicas de Estado. Dentre elas, as de fiscalização tributária a cargo do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização, dentre as quais, todavia, não foi considerada a atividade de fiscalização tributária então a cargo do INCRA”.

Em linhas gerais, a exemplo do que ocorria com os demais órgãos da administração direta e indireta sob a égide da ditadura militar, existia uma forte centralização das decisões na direção superior. Segundo Linhares (1992:64), “inúmeras prioridades para a escolha das áreas a serem discriminadas eram estabelecidas em Brasília, através de Programações Operacionais extraordinárias [...] a participação dos agentes regionais do INCRA na definição dessas políticas é restrita aos diagnósticos que repassam a Brasília”.

Ao analisar a estrutura de funcionamento do INCRA, Duarte (1988:109) enfatizou que a verticalização e setorialização configuram-se como traços marcantes da atuação de sua burocracia. Os diferentes setores (Planejamento, Cadastro, Fundiário etc.) existem como colunas isoladas, “encontrando-se no seu topo a Secretaria em Brasília, e na base a divisão correspondente do órgão regional, a comunicação se faria

apenas da base da coluna para o seu topo e não na horizontal”. Nas entrevistas que realizamos com ex-dirigentes da autarquia no Acre, esta característica ficou bastante evidenciada.

Palmeira (1994:54), reportando-se à sua experiência no INCRA – no momento inicial da transição da ditadura militar para os governos civis (1985-1986) – como Diretor de Recursos Fundiários, aponta outra característica relevante da estrutura de funcionamento da autarquia. Segundo ele, a forma de atuação da burocracia dessa agência não se enquadrava no conjunto de regras e condutas prescritas no modelo de Weber, “em que prevalecem regras abstratas e impessoais e onde a hierarquia administrativa é um princípio essencial”. O que encontrei, diz Palmeira,

[...] foi uma burocracia segmentada em verdadeiras facções, cujos recortes não se confundiam com divisões funcionais, nem tampouco com linhas político-partidárias, ou com eventuais diferenças de concepção do que fosse reforma agrária ou do que devesse ser a atuação do INCRA. O que existia eram redes de relações pessoais – pessoas que freqüentavam o mesmo clube, bebiam juntas, jogavam futebol, ajudavam-se mutuamente, articulavam-se para controlar determinados cargos – que se sobrepunham a questões ideológicas [...]

Existem ainda outros estudos que levam em conta a atuação do pessoal do INCRA nos âmbitos regional e local. Linhares (op.cit., p. 52) mostra, a partir de um estudo da atuação da autarquia no processo de discriminação de terras

públicas no estado do Acre (final dos anos 70 até 1984), que, no geral, os procedimentos de seu corpo técnico na arbitragem da “verdade” sobre a legalidade da propriedade da terra, revivificaram “um conjunto de práticas conhecidas no Estado brasileiro, tais como o empreguismo e o uso, no mínimo inadequado, de verbas públicas, além de reproduzir as também conhecidas alianças de ‘interesses e necessidades’ do pessoal que ocupa o seu aparelho e das classes dominantes regionais”. Neves (1995) analisa a atuação profissional dos técnicos responsáveis pela implantação e gestão dos assentamentos rurais no Norte Fluminense num momento posterior (quando as políticas de reforma agrária passam a substituir a colonização). A autora conclui que esses profissionais atuam sob uma lógica ordenada por uma racionalidade fundada na supremacia e domínio da técnica, onde “a reificação do saber técnico se reproduz no saber científico, o prestígio da ciência justificando as ações e intervenções, a prescrição e a conversão social imposta”. Tal lógica de atuação resultaria numa desvalorização ou subestimação por parte desses técnicos do saber dos assentados, desqualificando-os, portanto, para atuar de forma mais ativa na gestão dos assentamentos.

Em suma, as ambigüidades constitutivas da formação institucional do INCRA parecem manifestar-se de forma bastante intensa também no comportamento e atuação de seus funcionários. Assim, ao analisar as diferentes estratégias adotadas pelo INCRA, bem como as modificações no seu formato institucional ao longo de sua trajetória⁹⁸, deve-se levar em conta as tensões internas daí resultantes. Isto é,

98 — Existe um emaranhado enorme de decretos, portarias, instruções normativas, medida provisórias etc. destinadas a promover estas “adaptações”. Maiores informações a esse respeito, ver Santos (1998).

a atuação desses funcionários não se explica apenas pela clivagem dos conflitos de classes que atravessam a instituição, mas também pelas disputas e pactos firmados internamente em torno da satisfação de determinados objetivos e interesse particularistas dessa burocracia.

2.2.1. A implantação do INCRA

Na análise da implantação do INCRA no Acre optamos por abordar não só os aspectos históricos mais gerais mas também por explorar um pouco mais o processo de recrutamento e de formação da burocracia da instituição, seguindo um pouco a valiosa sugestão de Gouvêa (1994)⁹⁹. Embora o estudo da burocracia em si não se constitua no centro de nossas preocupações, ele é fundamental para analisar as estratégias adotadas pela autarquia ao longo dessas três décadas de sua trajetória.

A fase inicial de implantação do INCRA no Acre ocorre em 1972, com a instalação de uma Divisão Técnica Estadual em Rio Branco. Vinculada à Coordenadoria Regional 04 – sediada inicialmente em Brasília e posteriormente em Goiânia –, era, conforme avaliação do CEDEPLAR (1979:235-236), “constituída por um Projeto Fundiário mal-estruturado¹⁰⁰, por uma Divisão Técnica que na verdade não existia e por um Escritório de cadastro. Possuía apenas seis funcionários”. De acordo, ainda, com essa fonte, no intervalo entre 1972 e 1974 “o INCRA concedeu apenas 81 títulos definitivos sobre terras acreanas, compreendendo uma área de 7.737 ha”.

Diante da necessidade de efetivar as ações planejadas pelo Estado para a modernização capitalista na região e do

99 – Após sistematizar uma boa síntese sobre as principais interpretações teóricas que têm marcado os estudos sobre a burocracia no Brasil, a autora sugere, como forma de escapar de um “sincretismo teórico que caminha em círculos”, a adoção da “análise de contextos e conjunturas específicos, em que se devem privilegiar as relações de poder, bem como uma abordagem sociológica da trajetória dos atores e de suas características constitutivas. Nesta análise não devemos temer o movimento das variáveis dentro dos limites impostos por um quadro que se define num outro nível de abstração – no caso, o modo capitalista de produção”. (Gouvêa, 1994:74)

100 – Trata-se do Projeto Fundiário Acre, criado pela Portaria nº 1955 de 14.07.72, com sede em Rio Branco e abrangência jurídica em todos os sete municípios existentes até então no Acre. Ele foi extinto pela Portaria nº 1361, de 22.09.75 (Nascimento, 1995:65).

agravamento das tensões sociais no campo¹⁰¹, o INCRA acabou criando, em 23/08/74, a Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental – CR 14 (aprovada pela Portaria Ministerial nº 334, de 22/08/74), com sede em Rio Branco. Sua jurisdição se estendia por uma área de 39.508.900 hectares, pertencentes ao Estado do Acre e Território Federal de Rondônia (Nascimento, 1995). Na cidade de Porto Velho (RO) foi instalada a Divisão Territorial Técnica, responsável pela execução das ações da autarquia naquele Território.

Começa, assim, a segunda fase do processo de implantação do INCRA no Acre. Contudo, na avaliação de Vicente Freire¹⁰² Rondônia era considerada a “menina dos olhos” do INCRA. A sede da Coordenadoria Regional só teria sido instalada em Rio Branco por mera formalidade, ou seja, porque o Acre já havia sido elevado à categoria de Estado, enquanto Rondônia permanecia como Território. Ele afirma, ainda (em consonância com os demais entrevistados do INCRA), que a prioridade da autarquia sempre foi Rondônia, onde funcionava sua Divisão Territorial Técnica “com absoluta independência da Coordenadoria em Rio Branco”.

De fato, Rondônia constitui-se, sem sombra de dúvidas, na unidade da Federação mais impactada pelas ações do INCRA. Sua população passou de menos de cem mil habitantes, em 1970, para cerca de um milhão e quatrocentos mil, em 2000. No período, o número de municípios passou,

101 – Entre os inúmeros conflitos já instaurados, a reação de um seringueiro – matou em legítima defesa um preposto de um comprador de terras – despertou a atenção das autoridades governamentais.

102 – Vicente Freire é formado em Comunicação Social e Direito. Natural do estado do Ceará, integrou os quadros funcionais do INCRA-Ac ainda em meados dos anos 70. Exerceu vários cargos de chefia (como o setor de pessoal), respondeu temporariamente pela coordenadoria da instituição. Ele nos concedeu essa entrevista em julho de 2001.

em Rondônia, de dois para 52, a maioria absoluta deles surgida dos projetos de colonização do INCRA. Segundo o advogado Antônio Carlos Carbone¹⁰³, “lá as coisas estavam acontecendo”. Não é à toa que, segundo ele, “o Assis Canuto passava a maior parte de seu tempo em Rondônia, ele havia percebido que no Acre não teria o espaço político equivalente ao que poderia construir naquele Território. Lá, o INCRA possuía um peso político similar ao do Governo Territorial”¹⁰⁴.

A Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental começou a ser estruturada efetivamente num momento de transição política no comando do Poder Executivo estadual. Geraldo Mesquita já havia sido indicado governador como sucessor de Vanderley Dantas. Conforme assinalamos anteriormente, embora ambos pertencessem à Aliança Renovadora Nacional – Arena, percebiam de formas diferentes a “integração” do Acre no curso da “modernização”. Das conversações mantidas entre a Direção do INCRA e a

103 — Natural do estado de São Paulo (capital), Antônio Carlos Carbone ingressou no INCRA-AC em 1975, onde exerceu diversas funções importantes, entre as quais a chefia de projeto fundiário, com destacada participação nas comissões de discriminação de terras públicas iniciadas naquele período, bem como na elaboração de normas complementares para a aplicação da Exposição de Motivos 77/78. Entre 1983 e 1985 ocupou, também, o cargo de secretário de Desenvolvimento Agrário do governo do Acre. Segundo ele, sua motivação inicial para ir trabalhar no Acre era mais acadêmica. Ele havia concluído os créditos de uma pós-graduação em nível de Mestrado (era orientando do Prof. Fernando Pereira Sodero) e pretendia fazer um estudo sobre o caso do Acre, mas acabou envolvendo-se demasiadamente com os “problemas práticos” e não concluiu o Mestrado.

104 — Após a elevação do Território Federal de Rondônia à categoria de Estado, Assis Canuto acabou elegendo-se para diversos mandatos na Assembleia Legislativa, Câmara Federal e vice-governadoria do Estado. (Cf. Carbone, entrevista citada).

equipe de Geraldo Mesquita, que se preparava para assumir o governo estadual, resultaram as seguintes prioridades:

[...] titulação das grandes áreas a fim de possibilitar aos grandes empresários o acesso a créditos e incentivos fiscais; regularização dos imóveis em áreas de seringais que haviam sido adquiridas e distribuídas pelo Estado; arrecadação das terras através de ações discriminatórias, ou através de desapropriação por interesse social, para posterior distribuição a trabalhadores rurais egressos do extrativismo da borracha; e promoção do cooperativismo e sindicalismo rural (CEDEPLAR, op.cit, p. 236).

Com base nesse acordo pactuado inicialmente, a CR 14 iniciou sua estruturação interna. Além de providenciar instalações adequadas para o funcionamento da Coordenadoria, foram criados três Projetos Fundiários (Uaquiri, Alto Purus e Alto Juruá), que abrangiam, na época, todos os municípios existentes no Acre. Aos Projetos Fundiários cabiam as execuções das atividades finalísticas da autarquia e eram definidos internamente como “órgãos zonais encarregados de proceder ao tombamento dos imóveis rurais da União; promover a discriminação das terras devolutas; organizar o cadastro de terras públicas e regularizar os títulos de domínio dos legítimos ocupantes de terras públicas”. (INCRA, s.d)

Detalhe importante: a nomeação dos dirigentes da autarquia, diferentemente do que afirma Linhares (1992), não foi incluída nesse acordo com o governo estadual. Todos

os cargos de direção – do Coordenador Regional ao chefe de Divisão de Cadastro e Tributação – foram ocupados por pessoas de fora do Acre. Segundo Antônio Carlos Carbone, o IBRA já havia feito alguns estudos sobre a região que acabaram reforçando as desconfianças do governo federal com o “pessoal do Acre”. Por isso, a preocupação em nomear os “forâneos” para dirigir o INCRA no estado. Isso não evitou, contudo, que, no decorrer do tempo, dirigentes e ocupantes de chefia na instituição fossem “cooptados” pelo poder oligárquico regional¹⁰⁵.

Assim, no momento inicial de sua implantação, responderam pela Coordenadoria Regional dois civis: o advogado amazonense José Bernardes Martins Lindoso (irmão do governador do Amazonas na época), no período de 1974 a meados de 1975. O seu sucessor foi o agrônomo Assis Canuto (1975-1977), natural do estado de Goiás. Por razões diversas – o primeiro, por um aparente desinteresse e o segundo, pelo seu revelado interesse pelo Território Federal de Rondônia –, a participação deles teve pouca relevância na estruturação da autarquia.

Em contrapartida, talvez até mesmo em decorrência desse aparente desinteresse do coordenador da autarquia, as participações de outros agentes que ocupavam postos de comando intermediário acabaram tendo grande importância numa afirmação positiva da instituição junto aos segmentos

105 — Em 1983, o então coordenador do INCRA, general Fernando Moreno Maia, deixou a autarquia e foi ocupar o cargo de secretário de Segurança Pública do governo estadual. No mesmo ano, o advogado Antônio Carlos Carbone – que havia exercido, em meados dos anos 70, cargos de chefia no INCRA –, também passou a ocupar o cargo de secretário de Estado, respondendo pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

sociais subalternos¹⁰⁶. Referimo-nos basicamente, à contestação da legitimidade dos documentos de posse apresentados pelos grandes proprietários para legalizar a propriedade da terra. De acordo com o bispo D. Moacir Grechi (Prelazia do Acre e Purus), esse procedimento inicial de alguns técnicos do INCRA foi importante para reforçar a luta dos posseiros pela terra. (PAULA, 1991)

Contudo, face ao agravamento das tensões sociais e políticas na região, no dia 30 de janeiro de 1977 o INCRA nomeou, através da Portaria nº 77, o general Fernando Moreno Maia¹⁰⁷ para Coordenador Regional da CR 14. Empossado no dia 8/03/77, o novo coordenador introduziu mudanças significativas na instituição, em especial nos aspectos disciplinares do seu quadro de pessoal. Uma das marcas de sua gestão foi a imposição de uma rígida disciplina – semelhante às normas de funcionamento da hierarquia militar – sobre a burocracia da instituição. O funcionário do INCRA tinha que ter um comportamento exemplar dentro e fora da instituição, precisava se transformar num verdadeiro “incriano”, isto é, “vestir a camisa” da instituição. Como a maioria dos integrantes do quadro de pessoal era contratada

106 — Entre estes, destacaríamos os advogados Amir Lando (Procuradoria Regional, atualmente senador da República pelo estado de Rondônia) e Guilherme Campos de Aguiar (chefe do Projeto Fundiário Uaquiri).

107 — O general Fernando Moreno Maia, natural do Amazonas estava na reserva desde 1965. Havia ocupado o Comando em todos escalões do Exército, entre 1932 e 1965. Na vida civil exerceu diversas atividades: da gerência da “Agência Marítima e Afrotamentos da Carl Aune em Santos” a “Diretor comercial da Serauco S.A. no Rio de Janeiro” (jornal O Rio Branco, 6 de março de 1977). A partir da sua nomeação para a Coordenadoria do INCRA-AC, afirma-se a chamada “linha dura” na autarquia. Aqueles técnicos que manifestaram inicialmente intenções de buscar soluções para o problema fundiário que levassem em conta a situação dos segmentos sociais subalternos, acabaram na sua maioria, saindo do INCRA, ou transferindo-se para outro estado da Federação. O ex-Coordenador, Assis Canuto, foi dirigir o INCRA em Rondônia, que de fato o interessava mais.

pelo regime da CLT, essa modelagem era relativamente fácil de ser implantada. Como o diz Vicente Freire, “teve ano que renovamos em até 60% o quadro de pessoal dos projetos fundiários”¹⁰⁸.

Inicialmente, foram encontradas enormes dificuldades pela autarquia para suprir as demandas de pessoal qualificado. Num relatório detalhado sobre as ações desenvolvidas pela instituição em 1977 esse problema fica muito evidente. Nele, informa-se que somente 10% dos cargos e empregos previstos para o funcionamento da Coordenadoria (celetistas e pessoal permanente) foram preenchidos e que “Não raro, tem sido o profissional que se demite no primeiro mês de trabalho”. Entre os fatores considerados determinantes para a configuração de tal quadro figuram a localização geográfica e a precariedade da estrutura socioeconômica da região. Para tentar sanar o problema, o relatório apontava como alternativa a adoção de vantagens salariais diferenciadas para estimular a atração de profissionais qualificados de outras regiões.

Essas dificuldades somadas a uma casualidade, recolocou o Nordeste como solução para o problema de escassez de força de trabalho no Acre. Segundo Vicente Freire, “era muito difícil atrair o pessoal do Sul e, em razão de termos aqui no INCRA muitos nordestinos, como o Aldemir, chefe da Colonização na época, que era agrônomo formado em Mossoró-RN, acabou facilitando a vinda de outros agrônomos, e outros profissionais de nível superior daquela região”. Quanto aos profissionais de nível médio, especialmente os técnicos agrícolas, mais de 90% do quadro

108 — Cf. entrevista realizada em julho de 2001.

foi preenchido com pessoal do Acre¹⁰⁹. O mesmo ocorreu com o “pessoal de apoio” (motoristas, auxiliares de escritório, técnicos em contabilidade, agentes de portaria, serventes etc.): praticamente todos os contratados eram residentes no estado. Ao analisar o quadro de pessoal da autarquia Linhares (1992) mostra que a estrutura da autarquia reproduzia os vícios (como empreguismo, apadrinhamento político etc.) comuns no Acre e em outros estados da Federação. Dos 276 funcionários existentes nos três projetos fundiários em 1985, dois terços estavam lotados na administração.

[...] as estruturas regionais se multiplicam em mini-estruturas presentes nas menores cidades da região, que passam a contar com funcionários, máquinas, prédio próprio etc. É possível supor que a lógica que preside esta administração leve em consideração, mais do que os princípios da administração moderna, de custos/benefícios, as necessidades políticas de geração de empregos num estado totalmente dependente de verbas federais para sua sobrevivência. (LINHARES, 1992:57).

Ainda no que diz respeito à constituição do quadro de pessoal do INCRA, vale acrescentar outro detalhe importante: a formação de um corporativismo do tipo “incriano”. Seu traço distintivo, em relação às outras autarquias congêneres, reside

109 — Ao terminarem o 1º grau no Acre, muitos jovens cujas famílias dispunham de algum recurso para mantê-los optavam por fazer cursos profissionalizantes, em especial nas escolas agrotécnicas, mormente aquelas situadas no estado de São Paulo. Somente no ano de 1982 é que foi criada uma Escola Agrotécnica no Acre, mesmo ano em que, na UFAC, entraria a primeira turma do recém-criado curso de Agronomia.

na incorporação de padrões disciplinares de organização do trabalho – fundado, sobretudo, na obediência subserviente ao conjunto de regras e normas emanadas da estrutura hierárquica de poder – e de um estilo de convivência social similar aos que regem as instituições militares.

A configuração espacial da Sede da CR 14 lembra a de um quartel militar: nos arredores dos prédios administrativos foram construídas aproximadamente trinta casas para servirem de residências para as famílias dos ocupantes de chefias da autarquia. A sede administrativa e social da Associação dos Servidores do INCRA (ASSINCRA) também ficou situada nesse espaço. Desse modo, trabalho, moradia e lazer - principalmente daquele núcleo dirigente da burocracia - se confundiam, tornando-se coextensivos¹¹⁰. As eventuais divergências de natureza ideológica, ou até mesmo pessoais, eram (e continuam sendo) atenuadas sob esse manto do corporativismo “incriano”.

Sobre o perfil ideológico desses funcionários, de acordo com a análise de Linhares (op. cit, pp. 70, 72) este é influenciado, no nível mais geral, pela ideologia da classe dominante reproduzida nos aparelhos de Estado¹¹¹ e pelos “discursos oficiais produzidos a partir de Brasília para a questão fundiária nacional”; no plano mais específico,

110 – Alguns quadros dirigentes mais antigos da autarquia lembram com certo saudosismo, nas entrevistas que nos concederam, o tratamento especial e o incentivo dispensado pelo general Moreno Maia às atividades de lazer. Era uma forma de solidificar “a unificação da família ‘incriana”.

111 – A referida autora recorre às formulações teóricas de Poulantzas acerca do papel do Estado e das funções desempenhadas pela burocracia no exercício da dominação burguesa. No essencial, destaca os aspectos ideológicos voltados para a afirmação do Estado enquanto expressão dos interesses comuns e o modo como a burocracia lida com aparato jurídico institucional no sentido de reforçar essa aparente neutralidade do Estado e, ao mesmo tempo, atuar preferencialmente em favor da satisfação dos interesses das classes dominantes.

expressa as condições peculiares da formação da autarquia no Acre, “o conjunto de suas práticas, incluindo o modo de vida e as associações de seus agentes”. Enfim, podem-se perceber diversos traços na formação dessa burocracia, como o corporativismo e baixa “autonomia relativa” diante dos interesses das classes dominantes no exercício de suas funções, que são comuns na trajetória da formação da burocracia governamental no Brasil.

Finalmente, é possível afirmar que foi após a nomeação do general Fernando Moreno Maia para a chefia da Coordenadoria do INCRA-AC que a ideia de que a autarquia teria a “missão” de levar o “progresso” para o Acre ganhou mais força. Em vários documentos elaborados nesse intervalo de 1977-1982 aparece de forma recorrente essa ideia de “progresso como missão” da autarquia: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”; “Fique certo, Deus está conosco, a nossa missão será cumprida”¹¹².

2.2.2. Discriminação de terras públicas e regularização fundiária

A regularização jurídica da propriedade da terra no Acre esteve absolutamente negligenciada pelo Estado até a década de 1970. Somente a partir da expansão da fronteira agrícola para a região nesse período o problema passa a constituir-se em objeto de maiores atenções. Por um lado, a modernização requeria um ordenamento da posse e uso

112 — Cf. Relatório de Atividades de 1977. A primeira formulação figura como epígrafe do Relatório; a segunda é escrita pelo próprio punho do general Fernando Moreno Maia.

da terra nos moldes capitalistas; por outro, a expropriação em massa resultante desse movimento desencadeou graves conflitos sociais em todo o território. Embora o país estivesse sob um regime ditatorial, a resolução desses problemas fundiários deveria aparentar a observância das prescrições jurídicas e institucionais. As especificidades do caso do Acre são instrumentalizadas politicamente pela classe dominante tanto para dificultar o acesso à terra aos “de baixo” quanto para legitimar a propriedade latifundiária.

Ao analisar a política de discriminação de terras públicas¹¹³ no Acre, Linhares (1992:88-89) chama a atenção para um aspecto fundamental: “a tarefa dada ao INCRA e seus funcionários era de estabelecer a ‘verdade’ na sua investigação, descobrir e estabelecer, através do julgamento da aplicabilidade das leis e de normas administrativas, quais as propriedades eram legítimas, quem detinha quais direitos e quem os estava esbulhando”. Para compreender as

113 — As discriminatórias do INCRA, diz Linhares (op.cit, p. 124, 38, 41), “têm a mesma função ‘apofântica’ do inquérito judicial, isto é, de fazer aparecer a ‘verdade’. Para isso, montam-se processos, produzem-se ‘provas’ e são então julgados os ‘méritos’. Na luta pelo estabelecimento das ‘regras’ que vão funcionar durante o inquérito, as pressões são inúmeras, alterando-se na medida dos interesses da parte mais forte [...] o objetivo declarado do procedimento discriminatório é o de buscar identificar e separar as terras públicas das particulares. Nesse sentido, a verdade que busca estabelecer é a identificação da terra pública ilegalmente apropriada, que voltaria ao domínio da União [...] A ação discriminatória se desdobra em várias etapas: elas envolvem a identificação de terras devolutas, sua arrecadação e registro em nome da União, sua destinação através de processos de licitação e alienação, reconhecimento de posses e legitimação ou outorga de títulos [...] Em princípio, o processo discriminatório deve ser instaurado por via administrativa, cabendo o processo judicial quando: 1º) o processo administrativo for dispensado ou interrompido por presumida ineficácia; 2º) contra aqueles que não atenderem ao edital de convocação ou à notificação; 3º) quando, depois de iniciado o processo discriminatório administrativo, forem alteradas divisas na área discriminada [...]”. Ainda de acordo com a referida autora, a ação discriminatória passa por quatro fases, na seguinte ordem: eleição de área, caracterização fundiária, identificação fundiária e julgamento dos processos. Linhares mostra de forma bastante eficaz as “brechas” existentes nesse processo para o exercício do poder dos técnicos do INCRA no sentido de determinar os resultados da ação discriminatória.

estratégias adotadas pela autarquia no sentido de concretizar essas atribuições, devem-se levar em conta as peculiaridades jurídicas que permeiam a questão fundiária no Acre e o modo como a burocracia dirigente do INCRA e os diferentes agentes a interpelam.

O tipo de apropriação e uso da terra somado ao conturbado processo de anexação do Acre ao território nacional produziu um complicador a mais na questão fundiária naquela unidade da Federação. Os argumentos jurídicos mais completos sobre essa questão foram elaborados por dois advogados considerados no estado como os principais especialistas no assunto. Trata-se do “Parecer Jurídico da Estrutura fundiária do Acre”, elaborado em 1999 por Antônio Carlos Carbone, e uma análise elaborada pelo Procurador Jurídico do INCRA-AC, Vicente Brito, que compõe o “Relatório Final da CPI da Grilagem de Terras”, concluído em 2001. É fundamentalmente com base nesses documentos e na análise crítica elaborada por Linhares (op cit.) acerca da manipulação ideológica da legislação em favor dos interesses das classes dominantes e sua materialização por parte da burocracia do INCRA em termos de regularização fundiária que abordaremos esse problema.

Resumidamente, pode-se afirmar que os problemas jurídicos cruciais na conformação da estrutura fundiária acreana são originários de três fatores históricos fundamentais: 1) aqueles resultantes dos conflitos fronteiriços internacionais, que culminaram na anexação daquela faixa territorial ao Estado brasileiro; 2) do formato da apropriação e do regime de exploração econômica da propriedade fundiária na região; 3)

dos descasos do governo federal com a regularização fundiária no território. (CARBONE, 1999)

Em decorrência dos problemas inerentes à anexação do Acre ao território nacional o governo brasileiro admitiu reconhecer e acatar as determinações anteriores (bolivianas ou peruanas) no tocante às questões fundiárias vigentes até aquela data. Mas havia um outro problema a ser solucionado, uma vez que nesse conturbado período o território acreano foi governado pelo estado do Amazonas e pelo “Estado Independente do Acre”. Como não havia outro dispositivo legal para aplicar às decisões sobre as terras do recém-criado Território do Acre, diz Brito:

[...] utilizou-se a Lei nº 601 de 1850, e as disposições do próprio Tratado de Petrópolis [...] Após nove anos de Território legalmente constituído, foi sancionada a Lei nº 2.543-A, datada de 05.01.1912, pelo qual, algumas medidas importantes foram adotadas para a região. A primeira delas é que o governo mandaria proceder a discricção e, conseqüentemente, expedir títulos de propriedade para as posses reconhecidas dentro da área do Território; reconhecia os títulos expedidos pelos Governos do Amazonas, da República da Bolívia e do ex-Estado Independente do Acre (antes do Tratado de Petrópolis); e por fim, que a área máxima de cada lote seria de 10.000 ha [...] Esta Lei, sem dúvida foi inócua pois o governo não dispunha de uma representação oficial eficiente, e nem de técnicos para executá-la.

Diante desse Instituto, continua Brito:

[...] quatro situações fundiárias se estabeleceram nas terras acreanas: a - As terras já tituladas pela Bolívia; b - As terras tituladas pelo Estado do Amazonas; c - As terras tituladas pelo Estado Independente do Acre; e, d - As terras ocupadas sem documentos hábeis [...] Na prática, a situação não parecia tão simples assim. Por essa época, as áreas de terras que constituíam os seringais eram estimadas em função das “estradas de seringa” nelas existentes, não havendo a preocupação em se declarar a sua metragem oficial. Este fato contribuiu para que os seringais fossem se expandido, e com isso, imensas propriedades particulares se formando na presunção “AD CORPUS” de aquisição [...] Pelo Novo Regulamento de terras Devolutas da União (Decreto 10.105 de 05.03.1913), as terras devolutas, situadas no Território Federal do Acre, dentro dos limites declarados no Tratado de 17.II.1903, e de acordo com o Decreto nº 1915 de 02.05.1910, só poderiam ser adquiridas por títulos de compra, e mais uma vez reforçava que seriam reconhecidos como legítimos os títulos expedidos pelos Governos da Bolívia, do estado do Amazonas e do Ex-Estado Independente do Acre [...] em virtude da Lei nº 5.188 de 07.04.1904.

Os dois especialistas citados, afirmam que apesar de ter recebido atenção jurídica especial por parte do governo federal, este não desenvolveu nenhuma ação concreta no

sentido de regularizar a situação fundiária no Território. Segundo Carbone, os despachos dos governantes do Território até a década de 40, seguiam sempre o mesmo tom, nas questões relativas ao problema de fundiário: “estamos aguardando legislação adequada para regularizar a situação”¹¹⁴. Não se deve esquecer que no intervalo entre as duas guerras mundiais o território acreano amargava os efeitos da primeira crise do monoextrativismo da borracha e ficou praticamente abandonado à sua própria sorte. Ademais, naquele período a conjuntura nacional foi extremamente conturbada: a derrocada da República Velha e do pacto oligárquico que lhe deu sustentação e os adventos da Revolução de 1930 absorveram completamente as atenções na esfera do poder central.

O problema nesse período não reside somente na negligência do Estado com a regularização fundiária, mas também nas repercussões no regime de posse e uso da terra advindas da crise do monoextrativismo da borracha. Por um lado, a falência de inúmeros seringalistas e a execução de suas hipotecas por parte das casas aviadoras resultou numa considerável reconcentração da propriedade formal da terra. Por outro, a quebra temporária da rigidez de controle nos seringais somada à busca de alternativas de sobrevivência por parte dos produtores diretos (seringueiros) possibilitou algumas modificações na forma de ocupação e uso produtivo da terra. Refugiados nas margens dos rios ou nas proximidades dos núcleos urbanos, parte desses produtores começaram a dedicar-se a uma agricultura de subsistência que passou a ter crescente importância no abastecimento do mercado interno.

114 — Cf. Antônio Carlos Carbone, em entrevista que nos concedeu em agosto de 2001.

É neste novo cenário que se materializa o segundo boom da borracha, ocorrido na primeira metade dos anos 40.

Com a edição do Decreto-Lei nº 9.760 de 05.09.1946, o governo criou novos instrumentos que abrangiam as questões relativas ao problema da regularização jurídica da propriedade da terra no Acre. Esse dispositivo, diz Brito, “permitiu a justificação administrativamente de posses nos casos de: posse contínua e incontestada com justo título e boa-fé, por tempo superior a 20 anos; por se acharem em posse pacífica e ininterrupta, por 30 anos, independentemente de justo título e boa-fé; e por sentença declaratória amparada no art. 148 da Constituição de 1937”.

Dessa maneira, afirma o referido Procurador; “esta Lei enfatizou e valorizou a discriminação administrativa, e este, por ser um instrumento mais flexível no modo de apreciar as questões, fez respeitar as peculiaridades das terras acreanas”. A existência desse dispositivo, contudo, por si só não foi suficiente para tratar do problema. Novamente, o Estado manteve sua costumeira negligência e não fez praticamente nada para resolver a questão. Diferentemente do que ocorreu em outras regiões do país e da América Latina nos anos 50 e início dos 60 – período em que o problema da terra, em particular a luta pela reforma agrária, ocupou um lugar de absoluto destaque no cenário político –, no Acre não houve um movimento representativo dos segmentos sociais subalternos no campo nesse sentido¹¹⁵, o que só iria ocorrer a partir dos anos 70.

115 – As organizações inspiradas nas Ligas Camponesas que começaram a surgir nas proximidades de Rio Branco no início dos anos 60 não lograram repercussões relevantes no estado como um todo.

Por fim, ao contrário das demais unidades da Federação, então detentoras do controle sobre boa parte das terras devolutas nelas existentes, o Acre jamais adquiriu esta prerrogativa. Com a elevação do território à categoria de estado, afirma Brito, “ficaram atribuídas ao novo Estado e a ele incorporados os bens móveis, encargos e rendimentos, inclusive os de natureza fiscal direitos e obrigações relativos”. Porém, o advento do golpe militar de 1964 e, com ele, especialmente as medidas institucionais subjacentes à doutrina da “Segurança Nacional”, mantiveram sob o controle da União as terras devolutas do território acreano. É precisamente neste momento que o INCRA começa a atuar efetivamente no estado e passa a deparar-se com complicações aparentemente não previstas pelo governo federal.

Segundo Linhares (op.cit, p. 32) o governo federal considerava, no momento em que se desencadeou o processo de expansão da fronteira para a Amazônia, que no estado do Acre a sua estratégia de “modernização” via grande propriedade fundiária seria extremamente facilitada,

[...] uma vez que suas terras estavam grandemente registradas em Registros de Imóveis, descaracterizando-as como propriedades públicas e permitindo a execução de uma política de instalação de grandes empresas na região sem ônus para o governo. Não foram necessárias licitações de terras públicas no Acre como em outros estados do país, a sua apropriação foi simplesmente reconhecida como legal, sendo concretizada sua transferência do patrimônio público.

Na verdade, não se revelou tão fácil quanto parecia a adoção dessa estratégia no Acre. Quando o INCRA começa a atuar efetivamente, por volta de 1975, muita coisa havia mudado em relação às premissas que orientavam o diagnóstico do governo central. Ao contrário do que ocorreu no período imediatamente anterior, a propriedade da terra passou a ser revalorizada. Além dos incentivos financeiros destinados à implantação de pecuária extensiva, a reabertura de linhas de financiamento para o extrativismo da borracha, aliada, ainda, aos efeitos da especulação imobiliária no mercado de terras – entre 1973-77, atingiu a estupenda valorização de 2.000 % – transformou a posse da terra num excelente ativo financeiro. Ademais, como vimos anteriormente, a política fundiária do governo federal passou a priorizar a discriminação e arrecadação de terras, tornando o Estado em interessado direto na arbitragem dos processos de regularização fundiária¹¹⁶. Adicione-se, ainda, a esse quadro, a entrada em cena do MSTR, que passa a reivindicar o cumprimento Lei no sentido de regularizar a situação dos “posseiros”. De acordo com Linhares (op. cit., p. 91),

No caso acreano, a expectativa criada a respeito da ação discriminatória, levando todos os setores sociais a se mobilizarem em torno das regras para seu funcionamento, estabelece que o universo conceitual era o mesmo, pelo menos a princípio. Todos se

116 – Segundo Linhares (op.cit, pp. 124-125), “a disputa fundamental que se desenrola na arena administrativa do INCRA não é entre pretensos proprietários versus seringueiros e posseiros. Esta luta é real e extremamente violenta, envolvendo uma série de outros processos sociais [...] a disputa real se coloca entre os “proprietários de terras e a União”.

propunham a aceitar a lei como critério de verificação da verdade, ao 'inquerito' proposto pelo INCRA como linguagem legitimadora da busca pelo conhecimento da 'verdade'; patrões e seringueiros, empresários e posseiros disputavam também em outras arenas, indo até as formas mais violentas, para estabelecê-la.

Nesse ambiente que envolvia praticamente toda a sociedade regional inicia-se a primeira fase do processo de discriminação de terras públicas no Acre. Diz Carbone:

A primeira discriminatória de terras devolutas no Acre foi sobre todo o Estado. Foi uma loucura, mexer simultaneamente com aquela papelada em todos os municípios [...] Aí nós paramos, vimos que não dava para prosseguir daquele jeito. Uma coisa era fazer isso em São Paulo, que já tinha uma estrutura consolidada há mais de 400 anos, já dispondo de um organograma jurídico, outra era fazer no Acre, com apenas 70 anos e um descaso absoluto com a questão [...] Para enfrentar o problema, fizemos um levantamento em cada Cartório que estavam fraudando documentos, dilapidando o patrimônio, aí nós fizemos uma microfilmagem de toda documentação existente, antes que alguém adulterasse e dificultasse ainda mais as investigações sobre as cadeias dominiais. Outra atitude que tomamos foi iniciar a arrecadação nas áreas mais longínquas, situadas nas faixas de fronteira, onde a frente expansionista ainda não havia chegado.

Fica bem evidenciado nessa fala o elevado interesse pela arrecadação de terras e, ao mesmo tempo, em assegurar o controle da documentação existente para “fundamentar” o processo de arbitragem por parte da autarquia. Com base nesses levantamentos, os técnicos da instituição foram adquirindo maior conhecimento sobre a formação da propriedade da terra no Acre. Perceberam, por exemplo, que o tamanho médio dos seringais ficava em torno de 30 a 40 mil ha. Logo, quando apareciam títulos com área muito superior a isso¹¹⁷, eles já o colocavam sob suspeita. Essa questão dos limites máximos da propriedade fundiária constituiu-se, segundo Linhares (op. cit.), num dos grandes pontos de atritos entre os integrantes das Comissões de Discriminação e os advogados dos “pretensos proprietários”. A referida autora faz uma análise minuciosa do modo como esses advogados manipulavam a “complexidade jurídica” que envolvia a questão fundiária no Acre no sentido de legitimar a ampliação dos limites da propriedade¹¹⁸.

117 — Entre as tentativas mais esdrúxulas de fraude de que tem lembrança, Carbone cita uma em que foi apresentado um título de cerca de um milhão de hectares no vale do rio Chandles. Detalhe: como nessa área não existe seringueira, é absolutamente impossível a existência pregressa de uma propriedade nos moldes da que se formou no Acre.

118 — De acordo com Linhares, eles recorriam tanto à legislação boliviana quanto a outros expedientes, como o do ‘espichamento’, isto é, o ‘domínio por expansão’, onde se alegava que o domínio do seringalista não se restringia aos 2.000 ha em torno do “barracão”, mas sim ao conjunto das “colocações” que formavam o seringal.

Os títulos de seringais, quando existiam¹¹⁹, diz Linhares (op.cit, p. 103-108), “se limitavam às áreas de pomares e barracões, geralmente com 2.000, 3.000 ha, tendo mudado somente quando os seringais faliram e seus ‘proprietários’ quiseram aproveitar o ‘boom’ imobiliário na região”. Na primeira fase do processo de discriminação esses limites foram rigidamente observados, muito embora tenha seguido um tratamento nitidamente diferenciado em relação às partes envolvidas, enquanto a “posse do seringalista era reconhecida até o limite máximo permitido em áreas de fronteira (Lei nº 2597, 1955), de 2.000 ha e 3.000 ha nos 100 km de cada lado das rodovias federais (Lei nº 1164). As posses dos seringueiros eram reconhecidas até o limite do módulo regional rural, de 100 ha”.

Ainda no que diz respeito à discriminação de terras, “formou-se uma jurisprudência interna ao órgão, baseada no raciocínio de que terras públicas somente perdem esta condição, para conseqüentemente passarem ao domínio privado, caso tenham sido objeto de um ato legal de desmembramento do patrimônio público”. Esse desmembramento deveria estar em acordo com as normas vigentes na época. “Portanto, todas as terras acreanas não acobertadas por títulos de propriedade (aqueles expedidos

119 – A maioria dos seringais no Acre estava acobertada somente por registros públicos, como explica Linhares (op.cit, p. 99-100). “No início do século, os registros hipotecários estavam regidos pelo Dec. Nº 370, de 02/05/1890, que estabelecia em seu Art. 235, que a transcrição não induzia à prova de domínio. Em função disso, os oficiais de registro não exigiam dos declarantes os títulos ou outro certificado de propriedade para efetuar os registros. Segundo o Juiz Romeu César Leite, os registros dos seringais no início do século tinham o objetivo de tornar públicas as posses dos seringalistas sobre os seringais e a sua produção de borracha, que eram dadas em hipotecas aos donos de casa aviadoras de Belém e Manaus que os financiavam [...] A transcrição no Registro de Imóveis passou a constituir-se prova de domínio somente com o Código Civil de 1917, que estabeleceu normas para o seu funcionamento”.

anteriormente a anexação do Acre) eram vistas como terras públicas [...]”. De acordo, ainda, com a análise do CEDEPLAR (1979:237-238),

Em termos práticos [...] isto significou que o INCRA passava a contestar, como documentos de pleno direito, todas as escrituras de registro em cartório que não possuíssem por origem um título definitivo de propriedade, ou seja, a maioria dos registros em cartório que até então “regulavam” a propriedade de terras no Acre. Por outro lado, significou que o órgão fundiário passava a considerar que aqueles trabalhadores rurais que permaneceram ocupando e explorando a terra em seringais desativados e abandonados pelos “patrões”, tinham adquirido todos os direitos concernentes à condição de posseiro, pois a lei estabelece que o abandono da posse acarreta a perda da mesma para aquele que permanece ocupando-a e explorando¹²⁰.

Essa forma de interpretar a questão fundiária no Acre por parte de uma instituição governamental repercutiu de modo explosivo, gerando críticas e reações dos latifundiários contra o INCRA. Por intermédio do advogado João Tezza,

120 — As palavras de Assis Canuto são esclarecedoras a respeito dessa questão. De acordo com ele, nas crises que marcaram a história da empresa extrativista no Acre, muitos patrões abandonaram os seringais. Aqueles indivíduos que permaneceram nas “colocações” produzindo e comercializando sua produção sem a intermediação do patrão, transformaram-se em seringueiros “autônomos”, constituindo-se, portanto em “autênticos posseiros”. Mas, prossegue Assis Canuto, “Não podemos afirmar que todo seringueiro seja posseiro, porque aquele seringueiro que trabalha vinculado a um aviador, a um seringalista, não pode ser considerado, no sentido lato da palavra, um posseiro; mas aquele que trabalhou por conta e risco um período superior a quinze ou vinte, este é de fato um posseiro”. (Cf. CEDEPLAR,1980:238)

os proprietários rurais encaminharam aos Ministérios da Agricultura, da Justiça e a todos os órgãos de informações do país uma denuncia contra a CR 14 (PAULA, 1991). Outro advogado, Juraci Peres Magalhães, publicou diversos artigos no jornal O Rio Branco, onde apresentou uma versão sobre os problemas fundiários no estado orientada para contestar as ações judiciais movidas pelo INCRA¹²¹. O governador Wanderlei Dantas enviou ofício confidencial à Presidência da República (12/01/74, em 22 de agosto de 1974) informando que as ações ajuizadas pelo INCRA contestando o registro imobiliário de algumas propriedades rurais haviam prejudicado o “projeto de desenvolvimento” adotado por seu governo. (Folha do Acre, 09/08/1985)

Deve-se lembrar que esses conflitos instaurados no seio da classe dominante em torno da aplicação das leis não evidenciam nenhuma novidade. Ao analisar esse aspecto contraditório das leis e as tensões políticas daí resultantes na Inglaterra do século XVIII, Thompson (1987:356), argumenta que “a lei tornou-se um magnífico instrumento pelo qual esses dominantes podiam impor suas definições de propriedade, para proveito próprio ainda maior”, mas, por outro lado, continua o referido autor, “a lei mediava essas relações de classes através de formas legais, que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes [...] E não só os dominantes (na verdade a classe dominante como um todo)

121 — Em um dos artigos publicado em 31/03/77, o referido advogado asseverava que, além da urgência na regularização jurídica da propriedade da terra, era necessário acatar a decisão do Tribunal Federal de Recursos no sentido de reconhecer “a legitimidade do seringal como propriedade. Insistir em qualificar tal propriedade como terra devoluta, parece contrariar a realidade [...] há necessidade de zelo na apreciação dos documentos apresentados como títulos de propriedade. Mas isso não justifica de forma alguma o desaceleramento de nosso desenvolvimento econômico”.

estavam restringidos por suas próprias regras jurídicas contra o exercício da força direta e sem mediações”.

No caso do Acre, as tentativas iniciais de aplicação da legislação vigente por parte do INCRA, acabam instaurando “por cima” um impasse e uma crise de elevadas proporções nas relações da autarquia com as classes dominantes. Como bem observou Luzia G. Pinto (op.cit, p. 102), ao questionar a titularidade das terras, o INCRA criou enormes obstáculos ao acesso a financiamentos junto aos bancos oficiais como BASA e Banco do Brasil. No período de 1975-77, os financiamentos do BASA teriam sido reduzidos na ordem de 90% em decorrência desses problemas. Houve situações em que os financiamentos foram concedidos mediante “a garantia de terras do Sul do país, pertencentes a alguns grupos investidores”; em outros casos, a falta de regularização definitiva da propriedade fundiária, passou a ser amenizada provisoriamente através de concessões de “Cartas de Anuência” pelo INCRA¹²², que eram aceitas pelos bancos como garantia nos projetos de financiamentos.

Essa tensão política agrava-se à medida que os conflitos sociais em torno da disputa pela terra generalizam-se por todo o território acreano, através da organização da luta de resistência liderada pela Delegacia Regional da Contag. É nesta conjuntura que acabam sendo tomadas duas medidas, pelo governo federal, que alteram completamente a atuação do INCRA no estado do Acre. A primeira foi de caráter

122 — No ano de 1977, foram expedidas 207 Cartas de Anuência, referente a uma área de aproximadamente 1.220.000 ha de terras. Deste total, 70 (equivalente a uma área de 5.451 ha) foram destinadas a pequenos agricultores para contrair financiamentos junto ao BANACRE, as demais, foram destinadas à médios e grandes proprietários para contraírem financiamentos junto ao BASA e Banco do Brasil (INCRA, 1978).

político-administrativa: trata-se, como mencionamos anteriormente, do “endurecimento” na coordenação política da autarquia, com a nomeação para a sua chefia de um general reformado do Exército. A segunda foi de ordem jurídica e foi consubstanciada através da Exposição de Motivos 77/78, em conjunto com a Lei nº 6383, de 07/12/76¹²³. A sua elaboração resultou de uma intervenção direta do Conselho de Segurança Nacional e teve como objetivo principal, como mostra Linhares (op.cit), alterar a legislação em favor dos grandes proprietários rurais.

Os dispositivos provisórios criados através da Exposição de Motivos 77/78 e do Rol das Hipóteses de Convalidação¹²⁴ abriam maiores possibilidades para que o INCRA promovesse a regularização de posse, preservando essencialmente a grande propriedade. Entre esses dispositivos, Linhares (op.cit, pp. 115-116) destaca: a ampliação, para fins de regularização fundiária, dos limites de propriedade para 600 módulos (equivalentes, na época, a 33.000 ha no Vale do Acre e Purus

123 — Como bem sintetizou Linhares (op. cit, p. 41), “Historicamente, as leis que trataram da discriminação de terras devolutas alteraram os procedimentos administrativo e judicial. A Lei nº 9760, 05/09/46 previa os dois procedimentos e aplicava-se exclusivamente às terras devolutas federais; Lei nº 8081, de 22/12/56, veio revogar os procedimentos anteriores, adotando um único procedimento, aplicável também pelos estados e municípios. A lei nº 4504, de 30/12/64, restabeleceu a instância administrativa para as terras devolutas federais, tal como disposto na Lei nº 9760, e a Lei nº 6383 altera o processo discriminatório, preservando, no entanto, os dois procedimentos [...] em seu artigo 32, determina que os artigos 19 a 31, 127 a 133, 139, 140 e 159 a 174 do Dec. Lei 9760 não se aplicam a imóveis rurais”.

124 — Esse expediente foi largamente utilizado pela ditadura militar. A Exposição de Motivo era assinada pelo Presidente da República e tinha como objetivo conferir legitimidade a atos normativos “complementares” à legislação vigente. No caso da questão fundiária, foram editadas diversas Exposições de Motivos. A 77/78 dirigia-se, mais especificamente, para as “peculiaridades” do estado do Acre. Este dispositivo era complementado ainda pelo Rol das Hipóteses de Convalidação e pelo Roteiro de Aplicação, ambos preparados por funcionários do INCRA para fins de orientação dos procedimentos a serem adotados. Maiores informações a respeito dessa questão, ver especialmente Linhares (op. cit.).

e a 60.000 ha no Juruá), o reconhecimento das transcrições imobiliárias dos seringais acreanos como válidas, mesmo que sua origem fosse baseada na posse, desde que a cadeia dominial fosse ininterrupta desde o primeiro “ocupante”, a garantia do

[...] reconhecimento da posse desde que tenha sido exercida por trinta anos até 1946 [...] A existência de título na origem diminui a exigência para 20 anos. A existência do barracão, rancho ou casa passa a ser considerada prova de morada habitual, assim como os indícios de cultura efetiva ou exploração extrativa de castanhal ou seringal e campos de criar eram tomados como prova de exploração da terra, requisitos para a regularização da ocupação [...] Neste caso não se discutia o fato de que estas provas pudessem ser fruto da presença do seringueiro, ele próprio um ocupante de terras públicas. Suas colocações no seringal, as fruteiras, a roça que plantou e seu gado eram tomados como prova da exploração do seringal pelo seringalista, este sim com “animus” de dono.

Como mostramos anteriormente, em muitos seringais do Acre (especialmente na região do Vale do rio Acre) os seringueiros haviam conquistado nesse período significativos avanços na conquista de sua “autonomia” em relação aos patrões seringalistas. Era isso o que garantia, inclusive, a possibilidade de praticar uma agricultura de subsistência nas suas “colocações”. Todo esse esforço despendido por esse segmento social acabou sendo creditado na conta

do seringalista, revelando uma flagrante parcialidade do Estado na arbitragem dos direitos. Mas não para por aí: os técnicos do INCRA foram ainda mais longe na elaboração do “Roteiro de Aplicação”, ao considerar simplesmente a “prova de exploração em 1946”, eximindo, portanto, os “pretensos proprietários” de apresentar provas de domínio retroativas a 1916 ou 1926. A adoção desse expediente, segundo Linhares (op. cit.), teria facilitado “grande parte dos reconhecimentos realizados” durante as discriminatórias realizadas no estado.

Nesse sentido, o referido documento não pode ser interpretado, como sugere a análise do CEDEPALAR (1979:268), apenas como “uma síntese das determinações legais, contidas na legislação sobre terras [...] aplicáveis às situações de fato e de direito presumivelmente firmadas no processo de ocupação do território hoje correspondente ao Estado do Acre”. Ele é bem mais que isso. Enquanto aos seringueiros, que comprovadamente permaneceram ocupando os seringais durante décadas, foi fixado um limite máximo de 100 ha para o reconhecimento de suas posses – argumentava-se que esses limites não poderiam exceder as dimensões instituídas pelo “módulo rural” na região –, aos “pretensos proprietários” esses limites chegaram a 60 mil ha. Em suma, a Exposição de Motivos ⁷⁷/₇₈ e o Rol das Hipóteses de Convalidação mudaram substancialmente “a abordagem das discriminatórias na região e foi classificada por um advogado durante uma entrevista ‘como um reconhecimento por parte do poder público, de que os seringalistas acreanos tinham efetivamente os direitos que alegavam ter durante as discriminatórias anteriores’”. (LINHARES, op, cit, p. 122)

O balanço geral das discriminatórias realizadas pelo INCRA-AC até 1984, não deixa margem a dúvidas quanto à afirmativa citada acima, “de 5.067.643 ha em 6.611.079 apresentadas no mesmo texto como tendo sido discriminadas, vamos ter que 76,65% da área discriminada no Acre foram excluídos do Patrimônio Público, passando à iniciativa privada mediante reconhecimentos, ratificações ou convalidações”. (Linhares, op.cit., p. 213) Em 1985, o governo da Nova República suspendeu a política de regularização fundiária e nesse mesmo ano a Exposição de Motivos ^{77/78} foi “julgada inconstitucional pelos procuradores do próprio INCRA”. A inconstitucionalidade desse dispositivo constitui-se atualmente num dos principais argumentos de contestação jurídica da legalidade dos imóveis situados na faixa superior a 10.000 ha, que estão enquadrados na Portaria do INCRA n° 558/99, mencionados no Capítulo anterior.

2.3. A Delegacia Regional da Contag

Não pretendemos retomar em detalhes a formação do MSTR no Acre, uma vez que este tema já foi substancialmente abordado por diversos autores¹²⁵. Cabe, a título introdutório, registrar que existe um consenso em torno da ideia de que a decisão de organizar os sindicatos no Acre partiu da Direção Nacional da Contag, sediada em Brasília. O agravamento dos conflitos de terras na região constituiu-se na motivação fundamental dessa atitude. Desse modo, em 1975, ano seguinte à criação da Coordenadoria Regional do INCRA

125 — Pinto (1978); Paula (1991); Costa Sobrinho (1992); Gonçalves (1998); Esteves (1999); Silva (2001).

– CR 14, no estado, a Contag desencadeou, por intermédio da instalação, em Rio Branco, de uma Delegacia Regional¹²⁶ abrangendo o Acre e Rondônia, o processo de organização sindical.

Assim, o recorte que elaboramos sobre a atuação da Delegacia Regional da Contag no Acre privilegia os elementos que permeiam suas relações com o INCRA, as afinidades e os conflitos gestados no âmbito do Estado (no sentido ampliado) no decorrer desse processo. Nesse sentido, tentamos sublinhar os aspectos mais singulares na sua atuação como protagonista da “modernização” na esfera da sociedade civil. Antes, porém, procuramos situá-la no escopo da estrutura sindical brasileira, lembrando que nessa estrutura estão enquadrados tanto trabalhadores quanto patrões¹²⁷, como bem sintetizou Pinto (1978:6).

A estrutura sindical brasileira compõe-se de três níveis distintos: o sindicato, órgão de base e circunscrito a nível municipal; as federações, únicas para cada Estado, congregando todos os sindicatos de cada unidade da Federação; as confederações, de âmbito nacional, coordenadora das federações e seu órgão de mais alto nível. Entre estes três níveis não existe uma subordinação hierárquica, possuindo cada entidade autonomia em relação à sua orientação. As federações

126 — Segundo Luzia G. Pinto (op.cit., p. 7), as delegacias são órgãos de apoio que podem ser criados temporariamente em apoio à estrutura sindical em qualquer nível, ou seja, “Quando a organização sente necessidade de um trabalho maior na área, em geral ainda não coberta por sua ação, estrutura ali uma delegacia. Esta funciona até o momento em que àquela área passa a se integrar à organização interessada. Assim encontramos delegacias mantidas por sindicatos, federações e confederações [...]”

127 — Nessa estrutura, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA representa o patronato rural.

e confederações coordenam, mas não têm o poder de impor uma orientação.

É com base nessa estrutura que se forma a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. Ela foi fundada no início de 1964, no decorrer das lutas camponesas por reforma agrária, extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, direito de organização sindical etc., intensificadas no Brasil naquele período. Depois de passar por um período de intervenção (1964-67) decretada pela ditadura militar, até meados da década de 1970, a Confederação passou por uma fase de estruturação interna. Segundo Medeiros (1989:92), no momento da emergência desse sindicalismo duas questões estavam postas: “a divulgação dos direitos, de forma mais ampla possível, de maneira a torná-los conhecidos pelos trabalhadores e dirigentes sindicais e a organização para sua conquista. Tratava-se, pois, de tornar a lei, em suas diversas formas, em campo de disputa e, assim, ampliar os espaços de organização.”

Ao analisar a formação da Contag, Pinto (1978:1-2) afirma que, a exemplo das demais organizações existentes na estrutura sindical brasileira, essa Confederação “possui uma natureza ambivalente: é órgão de representação e também de colaboração com os poderes públicos. Assume, simultaneamente, duas características que se opõem e se negam”. Posteriormente, a referida autora procura explicitar esse caráter contraditório dessa representação sindical:

[...] É órgão de representação por ser a representante, a nível nacional, dos trabalhadores rurais; de

colaboração com o Estado, por subordinar-se a ele. Sua estrutura obedeceu às normas ditadas pelo Governo e não pelos próprios trabalhadores rurais. Isto colocou a possibilidade de ser utilizada pelos poderes públicos a serviço do estado. Esta utilização pode ocorrer em vários sentidos, tanto como aparato que executa funções que seriam do próprio Governo como para difundir a ideologia do Estado e garantir a dominação e controle dos trabalhadores.

A interpretação de Gonçalves (1999:370) é bastante esclarecedora a respeito da relevância do lugar ocupado pelo sindicato no âmbito do Estado e acaba complementando aquela formulada por Luzia G. Pinto. De acordo com ele, a estruturação do sindicato baseia-se em dois eixos, “um horizontal, que procura formar uma identidade de iguais”, e outro vertical,

[...] entre os que representam aquela comunidade de interesse e, assim, tal como um signo, têm sempre a possibilidade de ganhar vida própria, pois, seu fazer já é o intermediar, fazer presente o que não está presente. Esse eixo vertical organizador-organizado, característico da Organização sindical ou não, reproduz a estrutura característica do Estado, sobretudo do Estado Territorial Moderno que, por suas dimensões espaciais, acaba por impor as diversas comunidades de interesses, esse eixo vertical de poder, naturalizando.

As interpretações dos autores acima são bastante oportunas para uma melhor compreensão da natureza ambígua das relações estabelecidas entre o MSTR e o INCRA no Acre: a organização sindical dos trabalhadores rurais é incentivada e ao mesmo tempo combatida pelo governo. Deve-se lembrar que esse é um período marcado pelo início da “política de distensão” implementada pelo Governo Geisel, cujos reflexos serão logo sentidos no campo. “Essa política passará a reconhecer a existência de conflitos de terras em diversas regiões do país e a necessidade de estabelecer o controle do Estado sobre eles” (PAULA, 1991:107). Sob a égide da doutrina da “Segurança Nacional”, especialmente naquela região de fronteira, o Estado deveria dispensar um tratamento “especial” aos conflitos sociais no sentido de evitar a formação de novos focos de guerrilha, tal qual tinha ocorrido no Araguaia-Tocantins.

Sob este ângulo, torna-se mais compreensível a importância do sindicato no âmbito do Estado, especialmente a sua função como difusor e “defensor” das leis. Como nos lembra Medeiros (1989:92), naquele período, a orientação da linha sindical assumida pela Contag pautava-se essencialmente na observância das leis, isto é, partia-se do princípio de que os “direitos existiam mas não eram respeitados”. O diagnóstico da Coordenadoria Regional do INCRA-AC “Ação do INCRA no Acre 1977” é bastante esclarecedor a respeito da importância atribuída pelo governo a organização sindical:

Em todo o Estado existe um total de 14 sindicatos, sete patronais e sete de trabalhadores rurais. Dos sete patronais, apenas o de Rio Branco está em

funcionamento. O mesmo não ocorre com os sindicatos de trabalhadores rurais que estão todos funcionando satisfatoriamente, com um número crescente de associados exercendo suas funções, em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores dentro dos critérios legais e sob a coordenação da Delegacia da Contag no Acre.

Logo a seguir, nesse mesmo documento, aparece um quadro com um demonstrativo de verbas destinadas a contribuir para o “desenvolvimento” da organização sindical. Nele, aparecem especificadas atividades como: campanha para fundação de sindicatos, campanha para documentação, curso de dirigentes e administração sindical, curso de conselheiros sindical etc. Informa, ainda, que “A atividade apresentou 100% de execução das metas programadas”. Ou seja, além da existência de condições objetivas expressas na ameaça iminente de expulsão da terra e aquelas mais subjetivas, como a ação pastoral desenvolvida pela Prelazia do Acre e Purus, esse sindicalismo contou também com alguns suportes institucionais relevantes no momento inicial de sua implantação.

Em 1976, um ano após a sua instalação no Acre, a Delegacia Regional da Contag já havia fundado quatro sindicatos, que já contavam com 6.090 filiados (CONTAG, 1976). Em 1977, os sete municípios existentes no estado até 1976¹²⁸ contavam com seus sindicatos organizados.

128 — Até 1976 existiam sete municípios no Acre. Nesse ano houve uma nova redivisão e estes passaram para doze. Contudo, de imediato esse fato não interferiu na base da organização sindical. Somente nos anos 80 começariam a ser fundados sindicatos nesses novos municípios.

Aproximadamente 20 mil trabalhadores filiaram-se a essas organizações até meados dos anos 80¹²⁹. Diferentemente do que ocorria em outras regiões do país – em 1976 havia no Brasil 20 federações, 2.608 sindicatos, com aproximadamente 4 milhões e meio de trabalhadores sindicalizados (CONTAG, 1976) –, não o faziam em busca de acesso a programas assistencialistas do tipo Funrural¹³⁰, mas sim com a expectativa de garantir seus direitos, em especial, o da propriedade da terra.

Esse processo de organização sindical no Acre ocorre num período em que a Contag mostrava maiores inclinações para assumir uma postura mais ofensiva, a “Contag percebe que a realização da Reforma Agrária depende da decisão política do Estado, mas também da organização dos trabalhadores rurais” (PINTO, 1978:86). Obviamente, de nada adiantaria essa “disposição” da direção da Contag se não houvesse disposição dos “de baixo” para organizarem seus sindicatos. Neste sentido, existe outro detalhe não menos importante para entender o fenômeno da organização sindical no estado: trata-se das qualidades pessoais do então assessor da Confederação, João Maia Filho¹³¹, nomeado para organizar os trabalhadores e fundar os sindicatos no Acre.

Na condição de representante da Delegacia Regional da Contag, João Maia revelou desde o início o raro domínio

129 — Cf. Anais do Congresso de Fundação da CUT-AC, agosto de 1984.

130 — De acordo com a interpretação de Medeiros (1989:97), “em diversos locais, os sindicatos se tornaram apenas uma agência assistencial, espaço de arregimentação de votos e favores, numa reedição do clientelismo”.

131 — João Maia Filho é natural do estado de São Paulo. Foi seminarista durante dez anos, bacharelou-se em Filosofia e fez pós-graduação em Ciências Sociais Rurais. No final dos anos 60, sob a indicação de José Gomes da Silva, começou a assessorar a Contag. Ideologicamente, autodefine-se como simpatizante de uma “linha meio democrata-cristã”. Quando chegou ao Acre (1975), tinha cerca de 34 anos. (Cf. entrevista, 1990)

de quatro habilidades essenciais naquele tipo de conjuntura: 1) apesar de ser um estranho, conseguiu rapidamente “mergulhar” naquele universo social e em pouco tempo adquiriu enorme confiança e respeito tanto das bases quanto das lideranças sindicais que foram se formando; 2) impressionante capacidade de articulação na esfera da “sociedade política”, onde era igualmente respeitado e, não raro, admirado; 3) dominava o conteúdo do Estatuto da Terra e tinha uma boa formação teórica sobre a questão agrária em geral; 4) coragem para enfrentar as pressões do latifúndio¹³² – escapou de várias tocaias – e muita disposição física para percorrer aquela imensa floresta. Além de reunir essas qualidades, João Maia contava com grande apoio da direção da Contag e de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação.

Em uma entrevista que nos concedeu em 1990, João Maia afirmou que a “missão da Delegacia Regional da Contag era em primeiro lugar fundar os sindicatos, divulgar os direitos dos trabalhadores e lutar pelo cumprimento da lei. O passo seguinte seria coordenar esse movimento até que completasse sua estruturação no estado, ou seja, criasse a Federação”. Embora a expressão “missionário do progresso” não apareça de forma tão explícita quanto no INCRA, a ideia de cumprir uma “missão” aparece nesta e em diversas entrevistas concedidas por João Maia. De todo modo, como será visto mais adiante, o Delegado da Contag atribuía aos sindicatos um papel de portadores do “progresso”, à medida que eles passavam a substituir a “lei dos patrões” pelas “leis

132 – Conforme o demonstra uma das denúncias da Contag, “No Acre [...], a Delegacia tem sofrido pressões, tendo sido impedida de passar por uma estrada que a levaria a determinada área onde pretendia fazer um levantamento”. (Contag, 1976)

do Estado” e abriam as portas para aplicação do Estatuto da Terra. Sob a perspectiva da Contag, nos marcos do Estatuto da Terra poder-se-ia estender aos trabalhadores da região o acesso a algumas políticas modernizantes na agricultura.

Reportando-se às dificuldades enfrentadas naquele período, João Maia revela que além da confusa situação fundiária acreana, outro grande problema foi a posição assumida inicialmente pelos “posseiros” no sentido de tentar “transferir para a Contag a responsabilidade pela luta por seus direitos”. Uma das explicações para este tipo de comportamento pode ser buscada na trajetória desse segmento social no Acre. Como mostramos no Capítulo 1, até o limiar dos anos 70 ele permanecia ainda desprovido de representação política própria, submetido a um regime de dominação que coibia suas iniciativas e o mantinha subordinado aos “donos do poder” através de fortes laços de dependência pessoal.

2.3.1. A Delegacia Regional da Contag e os conflitos de terras

A estratégia central adotada pela Delegacia Regional da Contag no Acre foi articulada em torno da luta pelo respeito à legislação. O modo como a Delegacia da Contag interpelou a legislação para ser aplicada ao caso do Acre aparece nos debates realizados em Brasília durante o encontro interestadual promovido pela Confederação em outubro de 1976. Nesse encontro foi traçado um diagnóstico da questão agrária de cada um dos estados participantes, bem como uma

estratégia de atuação sindical naquelas situações. Em linhas gerais, o diagnóstico do Acre destaca os seguintes problemas:

1) Elevadíssima concentração da propriedade da terra. Os latifúndios correspondiam a 20% dos imóveis cadastrados e detinham 94% das terras, enquanto nos minifúndios essas proporções eram, respectivamente, 78 e 2%. As empresas rurais ocupavam apenas 2% da área cadastrada. Em contrapartida, o rendimento médio dos minifúndios era 29 vezes superior “àquele obtido pelos latifúndios” e 12 vezes superior ao das empresas rurais;

2) Fraudes, irregularidades diversas na titulação dos latifúndios. “Existe grande falsificação dos títulos de terras pelos cartórios da Bolívia, assim como de municípios do Acre e Amazonas. Alguns títulos já forma anulados pelo INCRA, através do Juiz federal”;

3) Crescimento da violência no campo e conivência de autoridades locais. “A expulsão dos trabalhadores vem se dando com a ajuda da polícia, de juízes e promotores”¹³³;

4) Efeitos perversos da especulação imobiliária. Depois de terem abandonado por vários anos consecutivos os seringais – somente os seringueiros permaneceram trabalhando sob sua conta e risco nessas áreas –, “Com a valorização dos terrenos, os seringalistas ambiciosos passaram a expulsar os trabalhadores com a condescendência das

133 — O advogado da Delegacia Regional da Contag, Pedro Marques, denunciava permanentemente esse comportamento do poder judiciário no estado. Em uma de suas denúncias (Varadouro, nº 12, set. 1978), ele cita um exemplo em que um juiz de Cruzeiro do Sul devolveu ao STR daquele município uma ação movida contra uma empresa agropecuária sediada em Tarauacá. O argumento foi de que embora os trabalhadores tenham sido contratados em Cruzeiro do Sul, a ação deveria ser encaminhada no município sede da empresa. Contudo, o mesmo juiz, em um único dia (23 de junho), providenciou todos os trâmites de uma ação movida contra um grupo de seringueiros, de sorte que no mesmo dia foi expedido mandado judicial para expulsar esses seringueiros de suas áreas.

autoridades”, em absoluto desrespeito aos direitos adquiridos por esses “posseiros”, conforme prevê a legislação;

5) Ampliação e precarização do trabalho assalariado no campo. Os grandes fazendeiros levam para o Acre, através da intermediação dos “gatos”, centenas de “peões” de outros estados sem nenhum tipo de garantia prevista na legislação trabalhista vigente.

Pode-se dizer que nesse diagnóstico a questão central para a Contag era definir uma estratégia para enfrentar na arena jurídica o problema dos “posseiros”, particularmente o dos seringueiros, que formavam a maioria absoluta. Conforme demonstramos (Paula, 1991), o enquadramento desse segmento social na categoria de “posseiros” era considerado mais conveniente¹³⁴ do que no de “arrendatário” porque lhes assegurava o direito à posse de uma porção das terras ocupadas por eles. Em razão disso, uma das primeiras lutas travadas pelo MSTR foi contra o pagamento da renda aos patrões, não só porque era considerada aviltante como também para evitar que o seringueiro fosse enquadrado juridicamente na categoria de “arrendatário”. Enfim, acreditava-se que nos marcos do Estatuto da Terra, especialmente em relação ao dispositivo da “desapropriação por interesse social”, poder-

134 — Embora fosse carregada de ambigüidades e problemas, Conforme o demonstra o depoimento de Arquilau Melo, ex-advogado da Delegacia da Contag no Acre, “Se os patrões davam entrada na justiça dizendo que o seringueiro era posseiro, a gente contestava dizendo que era arrendatário, se diziam que era arrendatário, a gente dizia que era posseiro [...]”. (PAULA, 1991:99).

se-ia solucionar a questão¹³⁵. Caberia, portanto, definir uma estratégia sindical capaz de levar adiante tal propósito.

Assim, além de fundar os sindicatos, cabia a Delegacia da Contag incentivar os trabalhadores para lutarem pelo cumprimento da Lei. Para isso, era necessário, em primeiro lugar, que estes tomassem conhecimento da legislação, dos seus direitos nela assegurados. Com o apoio da Prelazia do Acre e Purus¹³⁶ promoveu-se uma ampla campanha com esse objetivo. A forma como esse processo foi percebido por esses trabalhadores aparece nitidamente num poema de autoria de um seringueiro da região, conforme o demonstram as seguintes passagens: “Está aqui meu povo, o sindicato que veio para nos ajudar, Que veio mandado por Deus para nos libertar [...] Que nos deu o direito e nos livrou dos “paulistas” e dos “patrões” (VARADOURO, nº 13, dez. 78).

Sob o manto dessa “autoridade moral”, o sindicalismo não só promove a difusão, como a legitimação das leis do Estado numa terra até então dominada pela “lei do patrão”. Como não havia disposição dos “de cima”, especialmente dos latifundiários, para aceitá-las – pelo contrário, mostravam-

135 — Em ofício datado de 12-11-1974, enviado ao Secretário das Relações do Trabalho, a Contag faz uma exposição da “problemática dos posseiros”. Nesse documento, denuncia as violências praticadas contra os “posseiros” na Amazônia Legal e para solucionar os problemas apontados, reivindica entre outros: “1) observância da filosofia da Constituição Federal e do Estatuto da Terra, nos princípios da função social da propriedade [...]; 2) Aplicação dos decretos de área prioritária de reforma agrária com o assentamento de famílias e titulação de posseiros [...]; 3) Que a aprovação dos projetos de grandes empresas por bancos e entidades oficiais esteja condicionada ao direito adquirido dos posseiros pela cultura efetiva e residência habitual, bem como da obrigatoriedade de reassentamento em condições favoráveis, das famílias porventura deslocadas.

136 — Num documento intitulado “Catecismo da Terra” procurou-se traduzir em “linguagem popular” os direitos que amparavam a permanência dos trabalhadores rurais (seringueiros e demais “posseiros”) em suas posses. Foram impressos milhares de exemplares e distribuídos amplamente em todo o estado, acompanhado de inúmeras reuniões nas diversas “comunidades” para explicar o conteúdo do documento.

se absolutamente refratários a elas –, isso acabava refletindo num aparente imobilismo das instituições governamentais, especialmente do INCRA. Desse modo, a luta dos trabalhadores pelo cumprimento da lei passa a ter uma conotação contestatória, o que naquela conjuntura, era interpretado como sinônimo de “subversão”. O sindicato passa a ser combatido pelo governo e pelos grandes proprietários não por transgredir, mas por reivindicar a observância da Lei na regularização jurídica da propriedade fundiária.

Diante dos impasses políticos e institucionais e do aumento da violência praticada pelos “pretensos proprietários” de terras, agravam-se os conflitos pela posse da terra no estado. Os trabalhadores radicalizam a luta: em março de 1976, no Seringal Carmem – município de Brasileia – os “posseiros” da área decidiram resistir às ameaças de expulsão de suas áreas que se concretizaria com o início dos desmatamentos comandados pelo novo proprietário da área. “Durante três dias, cerca de 60 seringueiros (armados com suas espingardas de caça) mantiveram cercado o acampamento dos peões”. Realizava-se, assim, sob a liderança do STR de Brasileia, o primeiro “empate” no estado do Acre. Ele “representou um passo importantíssimo para a luta dos seringueiros, na medida em que afirmou a eficácia da ação coletiva como forma de pressão para conquistar seus direitos e, ao mesmo tempo, inaugurou outra linha de ação no sindicalismo emergente na região”. (PAULA, 1991:119).

Essa forma de ação foi inventada pelos seringueiros e demais posseiros no decorrer de suas lutas de resistência

pela posse da terra no Acre¹³⁷. Ela consistia basicamente na mobilização de grupos de posseiros armados para “empatar”, ou seja, impedir que se realizassem os desmatamentos e, por conseguinte, consumasse a expulsão daqueles que viviam na e da floresta. Os “empates” possuíam amplo respaldo jurídico, seja na sua motivação – o corte de castanheira e seringueira eram proibidos na legislação pertinente ao Código Florestal –, seja na ação, uma vez que legalmente, no Art. 502 do Código Civil, previa-se o direito à defesa de posse, com armas se necessário.

Essa “descoberta”, por parte dos seringueiros e demais “posseiros”, de que eram portadores de direitos e não somente de obrigações perante a lei, tornou-os mais confiantes. Tal percepção teria sido facilitada graças à habilidade com que o advogado da Contag no Acre, Pedro Marques, tratou o problema. Segundo o jornalista Elson Martins¹³⁸, “o seringueiro tem pavor de leis, ele respeita muito a palavra escrita”, e isso teria sido largamente usado pelos advogados dos latifundiários, que mostravam as escrituras e diziam que eles tinham que desocupar as terras.

O Pedro Marques invertia essa situação, ele chegava na área reunia o pessoal e dizia: olha você está dizendo que chegou o jagunço lá na sua casa, mexeu com a tua mulher, ela desmaiou, teus filhos ficaram

137 — De acordo com os “depoimentos de Chico Mendes e João Maia, fica claro que o empate, enquanto forma de resistência, foi gestado no conflito, nas discussões entre os seringueiros e as lideranças sindicais”. (PAULA, 1991, p. 120)

138 — Cf. entrevista realizada com Elson Martins em julho de 1990 (PAULA, 1991:97). Pedro Marques foi advogado da Contag, no período de 1976 a 1982, teve um papel imprescindível na formação desse sindicalismo, conforme demonstramos no trabalho supracitado.

chorando [...] pois olhe tem um artigo na constituição que diz o seguinte: se isto acontecer você pode pegar uma arma e dar um tiro, você pode matar, isso é invasão domiciliar. Agora eu não vou defender tua mulher não, a minha eu defendo, lá em casa ninguém entra, porque se entrar eu dou um tiro.

Em linhas gerais, pode-se dizer que esse sindicalismo forjou uma estratégia de ação que além de inovadora nacionalmente, mostrou-se extremamente eficaz para enfrentar os desafios regionais. Até o final dos 70, foram realizados diversos “empates” que produziram enormes repercussões, inclusive na imprensa nacional. O STR de Brasileia, sob a liderança de Wilson Pinheiro, exerceu nesse período, o papel de condotieri desse movimento em nível estadual. Além do mais, a presença do MSTR, contribuiu efetivamente para que as questões relativas a definição da posse da terra passassem a ocupar um lugar central nos debates acerca do desenvolvimento regional. O apoio de uma parcela do Clero vinculado à Prelazia do Acre e Purus¹³⁹, somado à presença de um núcleo de intelectuais orgânicos articulados em torno do jornal Varadouro, favoreceu entre outros, a formação de uma “vontade coletiva” (materializada fundamentalmente na ação sindical) que inspirou um forte movimento de resistência política contra os “paulistas”, no campo e na cidade. (PAULA, 1991)

139 — Referimo-nos principalmente àqueles que passaram a atuar sob a inspiração da Teologia da Libertação.

O ambiente cultural forjado nesse período¹⁴⁰ esteve fortemente influenciado pela crítica aos efeitos sociais, econômicos e ambientais resultantes do modelo de “modernização” capitalista em curso, tanto no estado quanto no país. A grande questão que se colocava era a de formular e implementar uma alternativa de desenvolvimento capaz de evitar a reedição no Acre da marcha destrutiva do “progresso”. Nesse debate, manifestam-se elementos ideológicos que vão do “romantismo” – expresso na idealização do extrativismo como meio de preservação da floresta e da “cultura acreana” – até aqueles fundamentados na teoria marxista¹⁴¹. Neste caso, criticava-se tanto o sistema de exploração do trabalho vigente no passado quanto a expropriação dos meios de subsistência do trabalhador (terra) praticada pelo capital no presente.

140 — Esse ambiente foi marcado entre outros, como mostra Costa Sobrinho (2000:144-145) pela formação de grupos teatrais, de música, abertura de bibliotecas, Museu da Borracha, cineclubes (que exibiam clássicos do cinema nacional e de outros países), ampliação dos cursos de graduação na UFAC. “Na literatura e poesia, jovens contistas e poetas se revelaram. O caderno literário, ‘Contexto Cultural’, o Varadouro e outras publicações deram escoamento a esta produção que estava represada. O ensaísmo acadêmico já começava a se manifestar através das primeiras dissertações e teses de professores da UFAC. A literatura, história, geografia, demografia, economia, religião popular, Igreja, índios e demais aspectos da realidade acreana passaram a ser objeto regular de estudo com a Universidade”.

141 — O instrumental teórico marxista é mobilizado nesse período por intelectuais ligados à Teologia da Libertação, organizações clandestinas de esquerda e demais intelectuais sem vínculos diretos com essas organizações que de algum modo colaboravam com esse movimento de resistência.

Nas edições do Varadouro é possível identificar pelo menos três concepções¹⁴² nitidamente diferenciadas acerca das alternativas de desenvolvimento na região amazônica. A primeira centraliza seu foco na autonomização regional via desenvolvimento de uma “tecnologia amazônica” capaz de impulsionar a formação de “comunidades autossustentáveis”, geradoras de “seu próprio desenvolvimento”. (Varadouro, nº 1, maio 77) A segunda assemelhava-se àquela defendida pelo governo Geraldo Mesquita: manter o Estado como indutor do desenvolvimento, redirecionando-o para incentivar a modernização do extrativismo e da agricultura, “uma economia mais nossa, centrada no extrativismo, que poderia ser viabilizada através do governo via políticas de incentivo do setor, possibilitando assim a reorganização dos seringais nativos”, sem descartar as outras atividades. (VARADOURO, nº 4, nov. 77).

A terceira, formula suas críticas às duas anteriores (a primeira por seu conteúdo “romântico” e a segunda pelo seu

142 — Essas concepções já foram objeto de análise anterior (PAULA, 1991). Das três mencionadas, a primeira expressou-se nas entrevistas e ensaios escritos por Warwick Keer - na época Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas da Amazônia - INPA - e era partilhada também por diversos intelectuais ligados à Igreja Católica; a segunda aparece claramente num ensaio escrito pelo economista acreano Mário Lima, e a terceira, num ensaio escrito por Césare Galvan, professor da Universidade Federal do Ceará. Como foram publicadas nas primeiras edições do Varadouro e expressavam de algum modo as diversas opções ideológicas presentes na linha editorial do jornal, acabaram tornando-se referência nas questões relativas ao debate sobre desenvolvimento regional.

“legalismo”), apoiada na concepção marxiana¹⁴³ acerca do desenvolvimento das forças produtivas, do movimento de expansão do capitalismo em escala mundial. Sustenta que é nesta dinâmica, no movimento das classes sociais que devem ser pensadas alternativas de desenvolvimento, “as culturas locais não podem impedir uma invasão capitalista, mesmo sendo ela destruidora, desarrumadora da economia e da própria cultura [...] o capitalismo não se pode impedir: pode-se porém superar. Essa superação [...] não se faz no casulo das culturas isoladas e sim na interação participativa em todas as classes”. Será preciso, portanto, “gerar uma contribuição local que se articule com outras, diferentes, de outros lugares até tornar possível a proposta alternativa do sistema vigente” (VARADOURO, n° 7, fev. 78). Como ver-se-á nos capítulos seguintes, a gestação da proposta de Reserva Extrativista no âmbito do MSTR teve fortes inspirações teóricas nesse virtuoso debate provocado e difundido pelos editores do Varadouro.

Em síntese, o que distingue a luta pela terra no Acre em relação a outras unidades da Federação não é somente o questionamento por parte dos “posseiros” da legitimidade dos títulos de propriedade da terra apresentados pelos “pretensos proprietários”, como afirma Linhares (op. cit p. 80), mas a sua inserção obrigatória na temática do desenvolvimento

143 — Como sabemos, Marx depositou uma enorme confiança no desenvolvimento das forças produtivas, na força do processo desencadeado pelo movimento de acumulação capitalista que, ao expandir-se universalmente, tenderia a liquidar o “atraso”, a exemplo do que ocorreu no caso inglês, que, para ele, indicava a imagem do futuro a que todos os países chegariam algum dia. São conhecidas também as dificuldades que Marx teve para analisar situações diversas do seu caso paradigmático, como os da Rússia e da Índia. Apropriada em contextos diversos, a obra de Marx acabou propiciando a formulação de novas interpretações acerca das diferentes possibilidades de “transição” para a modernidade capitalista, como revelam, entre outras, as formulações de Lênin, Trotsky e Gramsci.

regional com o envolvimento ativo de uma crescente parcela da sociedade civil nesses embates. A polarização “acreano/paulista” que passa a marcar politicamente esse movimento de resistência confere significados peculiares à disputa pela propriedade da terra: os “paulistas” são identificados como os “novos colonizadores” do território que, em nome do “progresso” e apoiados por segmentos da classe dominante local (seringalistas e comerciantes), expulsam o homem do campo, devastam a floresta e subjagam a cultura regional. Os “acreanos” são os seringueiros e demais “posseiros” que se revoltam com a invasão de suas terras e buscam a afirmação de seus valores morais e culturais para reverter a ofensiva do inimigo (PAULA, 1991:83-84).

Nesse contexto, marcado por intensa polarização política na sociedade do Acre em geral e por fortes pressões do MSTR e dos grandes proprietários rurais em particular, o INCRA, juntamente com o Conselho de Segurança Nacional, procura alinhar algumas estratégias de conciliação. Enquanto, em 1976, adotou os procedimentos iniciais para a implantação dos projetos de colonização oficial no Acre, mediante a edição de dois decretos de desapropriação por interesse social de aproximadamente 700.000 ha, em 1978 formulou uma diretriz especial (Exposição de Motivos ⁷⁷/₇₈ e Rol das Hipóteses de Convalidação, analisados na seção anterior) para orientar as ações do INCRA nos processos de regularização da posse da terra no estado.

No que diz respeito aos decretos de desapropriação por interesse social, apesar de não haver recursos jurídicos para a sua contestação, os proprietários das áreas atingidas usaram diversos subterfúgios legais e políticos na tentativa de

inviabilizá-los. Ao mesmo tempo em que promoviam ações judiciais contestando os valores fixados para o pagamento da terra nua e benfeitorias, acionavam seus mecanismos de pressão política junto ao poder político central em Brasília.

As resistências maiores foram contra o Decreto nº 79.049/76, que desapropriou 15 imóveis com uma área de aproximadamente 500 mil hectares, situada numa região privilegiada estrategicamente¹⁴⁴. Segundo depoimentos dos profissionais que trabalhavam no INCRA naquele período, as pressões eram efetivadas através dos políticos influentes da região e/ou organizações representativas e agentes especializados na defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais, como o escritório de advocacia de Fábio Luchesi, sediado em São Paulo.

Existiam, ainda, segundo essas mesmas fontes, outros meios de pressão comumente utilizados: aqueles que se valiam de relações familiares com autoridades políticas de expressão nacional. O exemplo mais citado foi o da família Vilela¹⁴⁵, que possuía parentesco com Aureliano Chaves – governador do estado de Minas Gerais na época e vice-presidente da República (1979-1985) – e passou a usar esse

144 – Situada entre os municípios de Rio Branco e os recém-criados (1976) Senador Guimard e Plácido de Castro, esta área é cortada pelos eixos das BR-364 (trecho Porto Velho-Rio Branco), 317 (Boca do Acre-AM-Assis Brasil, na fronteira com o Peru) e as AC-90 (Rio Branco-Plácido de Castro) e 401, estrada de ligação entre Plácido de Castro e a BR-364, mais precisamente com o km 96, do trecho Rio Branco-Porto Velho.

145 – Natural de Minas Gerais, a família Vilela adquiriu alguns milhares de hectares de terras no Acre no auge do movimento de expansão da fronteira para a região. Alguns de seus membros mudaram-se para o território acreano. Os sindicalistas mais antigos de Xapuri contam que os Vilelas tinham fama de “brabos”. Montados em seus cavalos, andavam nas ruas da cidade usando botas de cano longo, chapéu de feltro, armas na cintura... enfim, portavam-se mais ou menos como “cowboys” – no melhor estilo dos filmes de “bang bang” produzidos pelo cinema americano. Afinal de contas, tinham ido “desbravar aquelas terras selvagens”, implantar grandes fazendas para criação de gado zebu.

trânsito privilegiado em Brasília no sentido de impedir que o INCRA contrariasse seus interesses no Acre.

Somente um ano após a edição desse decreto de desapropriação, o INCRA criaria, através da Resolução nº 176 de 31/10/77, o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Pedro Peixoto, com uma área de 317.588 ha. Inicialmente, pretendia-se efetivar o assentamento de 3.000 famílias originárias da própria região do projeto e migrantes de outras regiões. Contudo, as pressões políticas foram tão eficazes que a autarquia esteve em vias de suspender a efetivação do projeto. Só não o fez porque o clima de tensão social era crescente, com conflitos generalizados em todo o estado. Em 1977 já contava com um sindicalismo rural com grande poder de mobilização. A delegacia da Contag manifestou sua disposição de promover uma ocupação total da área caso não fosse efetivado o projeto¹⁴⁶.

Outra estratégia utilizada pelo INCRA para amenizar os conflitos sociais pela posse da terra foi incentivar, com base na Exposição de Motivos 77/78, a negociação direta entre “proprietários” e “posseiros”. Aos primeiros interessava este tipo de negociação porque só teriam como regularizar as áreas pretendidas se concordassem com a regularização da “situação dos posseiros existentes na área”, cujas dimensões mínimas giravam em torno de 20 ha. Empenhados nesses acordos, os funcionários do INCRA reduziam “constantemente as exigências feitas aos ‘proprietários’ durante a regularização fundiária”. (Linhares, op. cit, p. 118, 126) Como representante dos “posseiros”, a Delegacia da Contag empenhou-se nessas

146 — Especula-se, no Acre, com a ideia de que este intento teria sido pactuado secretamente com o governador Geraldo Mesquita e alguns membros de seu secretariado.

negociações porque as julgava como o meio mais rápido de resolver os conflitos sociais pela posse da terra¹⁴⁷. As suas recomendações eram para que os “posseiros” não aceitassem “indenizações em dinheiro” e optassem sempre pela demarcação e regularização de lotes de terras. Não existem dados concretos sobre os quantitativos desse tipo de transação – cujo auge foi entre 1978 e 1980. Estima-se que mais de um mil títulos tenham sido expedidos em favor dos “posseiros” a partir desses acordos¹⁴⁸.

Como veremos no capítulo seguinte, a participação da Contag nesses acordos foi duramente criticada no âmbito do MSTR nos anos 80. Em primeiro lugar, essa aceitação teria conferido legitimidade às fraudes praticadas pelos “usurpadores” da terra, tanto que os seringueiros de Xapuri passaram a recusar esse tipo de acordo, como mostra esse depoimento de Chico Mendes: “O sindicato sabia que não havia títulos, que a propriedade não era legítima e que a terra pertencia de direito e de fato aos seringueiros”. (Citado por LINHARES, *op.cit.*, p. 105) As outras críticas dirigiam-se tanto ao não cumprimento dos acordos por parte dos “pretensos proprietários”, quanto a inviabilidade de sobrevivência dos “posseiros” nos lotes a eles destinados, devida a falta de infraestrutura geral.

147 — A morosidade e as incertezas que envolviam o futuro dos decretos de desapropriação destinados a criar os primeiros projetos de colonização no Acre faziam com que a Delegacia da Contag depositasse cada vez menos confiança nas ações governamentais voltadas para a promoção do acesso à terra aos “posseiros”.

148 — Esse dado está referenciado numa entrevista que realizamos em julho de 2001 com uma das pessoas mais bem informadas sobre essa questão no INCRA-AC, o advogado Valdir Pamplona. Ele trabalhou por mais de vinte anos no INCRA e acompanhou diretamente esse processo, na condição de chefe de Projeto Fundiário e em outras funções que exerceu na instituição.

Enfim, procurou-se demonstrar ao longo deste capítulo que os anos 70 terminavam sinalizando, de forma amplamente favorável, a preservação de uma estrutura fundiária marcada por uma elevada concentração da propriedade da terra no estado do Acre. As classes dominantes e a agência governamental responsável pela regularização fundiária no estado, o INCRA – em que pesem os diversos conflitos nas suas inter-relações –, definiram estratégias capazes de assegurar a legitimação da grande propriedade rural latifundiária. No essencial, essas estratégias basearam-se numa flagrante transgressão da legislação vigente (consubstanciada, sobretudo, na aprovação da Exposição de Motivos 77/78), legitimada ideologicamente como uma necessidade de “adaptação das leis” à “complexidade jurídica” da questão fundiária.

O grande problema era firmar na esfera da “sociedade política” um consenso para sacramentar o “pacto pelo alto”. Essa dificuldade foi potencializada pela entrada das classes subalternas, via MSTR, nesse campo de disputas políticas. Ao legitimar politicamente as suas demandas por terra – respaldado por fortes mobilizações coletivas –, esse sindicalismo impediu que as classes dominantes excluíssem os segmentos sociais subalternos do acesso à propriedade da terra. Contudo, se no momento inicial de sua atuação a luta pelo cumprimento da legislação foi fundamental para questionar a legitimidade da propriedade latifundiária e afirmar os direitos dos “posseiros”, no momento seguinte, após a aprovação da EM 77/78, essa situação inverteu-se, isto é, ao continuar lutando pela aplicação das leis, o MSTR acabou avalizando a adoção de um mecanismo jurídico fraudulento.

Pode-se afirmar que esse procedimento levaria o MSTR no Acre a sofrer sua primeira derrota política relevante.

CAPÍTULO III

NOS LABIRINTOS DA “MODERNIZAÇÃO” : DE “INFERNO VERDE” A “PARAÍSO DOS VERDES”

Nós entendemos, os seringueiros entendem, que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. Por outro lado, entendemos, também, que há uma necessidade muito urgente de se evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e com isto está ameaçando até a vida de todos os povos do planeta.

*Chico Mendes*¹⁴⁹

No limiar dos anos 80, as denúncias contra a destruição da floresta amazônica para desenvolvimento de atividades agropastoris passam a ocupar um lugar de destaque na pauta de organizações e movimentos ambientalistas internacionais. Governos e organismos multilaterais sentem-se cada vez mais pressionados para suspenderem financiamentos a programas e projetos que impliquem no desmatamento na região. Além do mais, as políticas destinadas a promover os “reajustes estruturais” ganham força e passam restringir seriamente a atuação dos Estados nacionais na “indução” do desenvolvimento. Internamente, face à nova conjuntura vivida no país nesse período (marcada, sobretudo, pelo acirramento dos debates em torno da democratização do país e pela recessão econômica), tanto as políticas de desenvolvimento quanto o papel do Estado passam a ser revistos. O ciclo de acumulação impulsionado sob a égide do “Estado desenvolvimentista” parece chegar ao fim. Aquela noção de “progresso” que orientou a expansão capitalista na Amazônia nos anos 70 passa a ser questionada de forma mais ampla por diversos segmentos da sociedade nacional.

Assim, a Amazônia, antes interpretada nas políticas de desenvolvimento como “inferno verde” que precisava ser “desbravado” para integrar-se à marcha do “progresso” da nação, passa a ser enfocada por movimentos ambientalistas como “paraíso” que deveria, por razões diversas, manter-se preservado, para o “bem” do planeta. Nessas circunstâncias, INCRA e MSTR passam a deparar-se com os labirintos de um mundo que desafia a racionalidade que orientou as estratégias adotadas anteriormente. Para movimentar-se

nesses labirintos ambos defrontam-se com o enorme desafio de redefinir suas estratégias de atuação, a fim de procurar uma saída para os novos impasses. As palavras de Chico Mendes utilizadas como epígrafe neste capítulo sintetizam de forma magnífica os dilemas daquele período. O objetivo deste capítulo é analisar o modo como eles (INCRA e MSTR) procuram “reencontrar-se” nesse período de transição e como isso repercute na formulação de suas estratégias de atuação.

3.1. Os anos 80: década perdida ou década achada?

A redução dos níveis de crescimento econômico registrada pelos indicadores que orientam a avaliação macroeconômica do desempenho das atividades produtivas¹⁵⁰ acabou suscitando a formação de um certo consenso em torno da ideia de que os anos 80 representaram uma “década perdida” para a maioria dos países do continente, inclusive para o Brasil. Na interpretação de Boron (1994:11), “O triunfo da democracia foi torpemente interpretado como a derrota da economia nas mãos da política, quando na realidade o que se havia produzido era a bancarrota do ‘economicismo’ em todas as suas variantes”.

Numa crítica genial à ideia de “tempo perdido”, José Saramago (2000:20) considera-a uma “expressão absurda com a qual supomos enganar a dura realidade de que nenhum tempo perdido é recuperável, como se acreditássemos ao contrário desta verdade, que o tempo que criamos para

150 — De acordo com Cano (1999:297), entre 1980 e 1985 a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 0,6%, e entre 1985 e 1990 subiu “para um medíocre 1,9%”.

sempre perdido teria, afinal, resolvido ficar lá atrás, esperando [...]” Inspirados nessa ideia e na crítica ao economicismo formulada por Boron (op. cit.), procuraremos lançar um olhar sobre os anos 80 destoante dessa noção de “década perdida”. Como veremos a seguir, tanto na Amazônia quanto no país em geral esse período é fortemente marcado pela procura de transformações substantivas no “modelo de desenvolvimento” em curso e pela emergência de diversos movimentos sociais no cenário político. Nessa procura, os “achados” são incomensuráveis.

No caso da Amazônia, as críticas formuladas aos efeitos socioambientais da “modernização” implementada na região sob a égide do Estado desenvolvimentista adquirem uma enorme amplitude. Elas passam a ter, a partir dos anos 80, maior ressonância no bojo da sociedade civil, em nível regional, nacional e internacional. Trata-se, sobretudo, de um período marcado por uma mudança de enfoque nas abordagens sobre a temática do desenvolvimento na região: ela passa de “inferno verde” a “paraíso” dos verdes.

A ideia de modernização em geral e, no caso da agricultura, aquela associada à revolução verde, passa a se constituir em objeto de inúmeras críticas, que acabam repercutindo na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional. Os impactos ambientais produzidos pelo uso intensivo de agroquímicos, poluição e esgotamento de recursos hídricos, desmatamentos etc., somados, no caso dos países latino-americanos, ao agravamento da concentração de terras e expropriação dos segmentos sociais subalternos no campo, tornaram-se, no plano mais estrito, as bases da crítica a esse modelo. No plano

mais geral, ele passa a ser questionado por não corresponder às transformações operadas no mundo objetivo da produção, a chamada terceira revolução industrial, que acabou modificando substancialmente os rumos das inovações, dos mercados e de um certo padrão de consumo de massas, sobre o qual se assentavam os fundamentos da revolução verde (MALUF, 2000).

As influências dessas ideias, os efeitos socioambientais perversos da expansão capitalista para a região amazônica e o conjunto de críticas¹⁵¹ imputadas aos responsáveis por sua implementação, bem como o crescente interesse de organizações e movimentos ambientalistas pela região colocariam em xeque o processo de “modernização” vigente. A Amazônia passa a ocupar um lugar privilegiado no debate internacional sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento, particularmente nas questões relativas à conservação e/ou preservação do meio ambiente. A hipótese de que as bruscas alterações no seu ecossistema – via desmatamentos em larga escala – estariam produzindo impactos negativos na biosfera, sobretudo na deterioração da camada de ozônio, passou a fundamentar os argumentos em torno da imprescindibilidade de sua preservação para o futuro da vida no planeta.

151 — A configuração de um modelo de desenvolvimento regional centrado na grande propriedade capitalista, gerou, dentre outras, as seguintes distorções: (1) desregionalização da propriedade do capital; (2) baixo grau de geração de emprego devido a os projetos serem intensivos de capital ou terra; (3) elevados custos de criação de emprego; (4) frágil integração intra-regional da indústria; (5) predominância de projetos agropecuários sobre os industriais; (6) ganhos especulativos com a terra; (7) geração de violentos conflitos sociais decorrentes da luta pela terra; (8) territorialização burguesa da terra por não residentes; (9) expulsão de camponeses de suas terras; (10) aceleração do processo de destruição ambiental. (CARVALHO, 1995:428)

No plano da ação política, o fato marcante na Amazônia, nesse período, foi a conquista de espaços mais amplos nas esferas da sociedade civil e política por parte das representações de determinados segmentos sociais subalternos, particularmente dos seringueiros e índios. A partir daí, não eram somente os “ecologistas da zona Sul do Rio de Janeiro” ou aqueles da Europa e Estados Unidos que condenavam a devastação da floresta amazônica, mas aqueles diretamente afetados por esse processo que passavam a denunciar as mazelas sociais e ambientais produzidas no rastro da “modernização”. Mais ainda, além das críticas, as representações dos seringueiros e índios apresentavam propostas concretas – como a criação das reservas extrativistas e demarcação das terras indígenas – para bloquear o processo de exploração predatória em curso e definir a partir de suas demandas um outro tipo de desenvolvimento na região, conforme ver-se-á com maiores detalhes na seção 3.4.

Enfim, diferentes atores sociais em lugares diversos passam a somar forças e aumentar o poder de pressão da sociedade civil sobre governos e agências multilaterais como BIRD e BID. Destas últimas, consideradas co-responsáveis pela devastação da floresta amazônica¹⁵², passa-se a exigir o bloqueio ou suspensão dos financiamentos para projetos de “desenvolvimento” naqueles moldes. Essas pressões acabaram interferindo de forma significativa no reordenamento das

152 — Um dos projetos financiados pelo BIRD que se tornou objeto de maiores críticas foi o POLONOROESTE. A rápida devastação das florestas no estado de Rondônia, acompanhada de extermínio das populações indígenas, passou a ser denunciada intensamente na Europa e EUA, por intermédio das mais variadas formas de manifestações.

políticas de financiamento para a região. Como observou Sachs (2000:125),

O Banco Mundial, por exemplo, após sua reputação ter sido seriamente abalada pelas críticas devastadoras da parte de ambientalistas, vê novamente um fio de esperança: “No próximo ano”, declarou seu vice-presidente, David Hopper, em 1988, “o Banco vai abordar toda a gama das necessidades que irão do técnico ao institucional, dos projetos microdetalhados aos macro-requisitos de formulação, implementação e reforço das políticas ambientais”. Os protestos, após finalmente penetrarem nos escritórios refrigerados de Washington, provocaram uma resposta um tanto contraproducente: as próprias exigências para deter as atividades do Banco Mundial estimularam - sua expansão!

Nestas circunstâncias, diferentemente do que havia sido desenhado na política de expansão capitalista para o Acre nos anos 70 - apoio à grande propriedade via incentivos à pecuária extensiva e extrativismo da borracha -, nos anos 80 essa matriz parecia condenada, seja pelos efeitos socioambientais destrutivos da primeira, seja em razão do questionável desempenho econômico da segunda. Lembre-se, ainda, que a atuação do Estado brasileiro no período anterior esteve ancorada em um acelerado crescimento da economia e na predominância da coerção política no aparelho estatal. Nos anos 80 já não existiam mais as mesmas condições

econômicas e políticas para dar sustentação àquele estilo de “modernização”.

A crise de acumulação no “centro” do capitalismo nos anos 70 afetou duramente os países situados na “periferia” do sistema. De acordo com Wilson Cano (1999:295), com a elevação das taxas de juros nos EUA, “aumento da inflação e das desvalorizações cambiais” houve um repentino crescimento do endividamento de “empresas e bancos privados que haviam contraído dívida externa [...]. Nos casos em que o Estado não assumiu os passivos do setor externo privado houve quebra de empresas e instituições financeiras”. Além desse processo de “estatização da dívida externa”, adotou-se uma série de medidas destinadas a promover o “ajuste” nas economias dos países “periféricos”, como os da América Latina.

Na política fiscal, promoveram-se cortes radicais, tanto nas despesas governamentais – particularmente nos “salários, gastos sociais e subsídios diversos” – quanto nos investimentos públicos¹⁵³; a política monetária orientou-se por uma “contenção drástica da expansão dos meios de pagamento, do crédito interno e elevação das taxas reais de juros reais”; a política salarial foi marcada pela contenção dos reajustes e “queda do salário real”; finalmente, na política cambial e de comércio exterior, adotou-se a desvalorização cambial, os “incentivos às exportações e restrições às importações”. (CANO, op. cit., p. 297)

No plano político, depois de experimentar uma série de golpes militares acompanhados de implantação de governos ditatoriais, diversos países da América Latina,

153 – Segundo Carvalho (1995:434), “entre 1974 e 1979, a taxa de investimento caiu de 26% para 16%, particularmente os investimentos públicos, promovendo uma forte deterioração no capital social básico do país”.

especialmente Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai, ingressaram no chamado período de transição, que resultou no restabelecimento dos regimes comandados por governos civis. No caso brasileiro, cuja originalidade do autoritarismo do Estado “foi ter sido desenvolvimentista, ao contrário do resto da América Latina” (FIORI, 2001:274), esse período de transição quase sempre aparece associado à ideia de “redemocratização” do país.

Ao observar-se tanto o reforço das práticas repressivas e da militarização do aparato estatal vinculado à questão fundiária no início dos anos 80 quanto a persistência dos procedimentos autoritários no regime comandado pelos governos civis que sucederam a ditadura militar, percebem-se algumas das dificuldades de lidar com essa noção de “redemocratização”¹⁵⁴. Tomada nesta dimensão, tornam-se mais compreensíveis as dificuldades de associar essa transição a um compromisso efetivo dos governantes no sentido de promover uma “democratização” progressiva do Estado.

154 — Aliás, esse aspecto vem sendo ressaltado no período recente por diversos autores, como lembra Rudá Ricci (2001): “autores, como Leonel Itaussu, propõem que a passagem do regime militar para o regime democrático em nosso país não chegou a ser uma redemocratização, mas uma liberalização, na medida em que o processo de abertura política se deu através de algumas concessões entre o setor brando do regime militar e o setor moderado (eleito pelos primeiros como interlocutores) da oposição formal. Outro elemento destacado é a definição de uma agenda política de transição, limitada pelos próprios militares”.

Apesar de essa transição ter sido “empurrada” pela irrupção de vigorosos movimentos de massas¹⁵⁵ em todo o país, acabou operando-se sob a “tutela dos militares” e hegemonia das forças conservadoras no governo da “Nova República”. Sob a presidência de José Sarney, a reedição do pacto “pelo alto” assegurava a continuidade no poder das frações de classe dominante que deram sustentação à ditadura militar. O aspecto central dessa fase da transição foi a substituição dos militares pelos civis no comando do governo. Essa mudança de regime, concordando com Petras (1995:95-96), não implicou necessariamente em uma democratização e/ou em transformações substantivas imediatas na estrutura do Estado.

[...] pelo contrário, levaram a transformações no governo ou regime. Os militares, oficiais policiais e judiciais, na imensa maioria dos casos permaneceram em seu lugar, com os mesmos controles sobre a “segurança”, com os mesmos valores e ideologias, e sem terem sido processados pelo seu comportamento terrorista. E mais: as mesmas vinculações de classes que definiram o Estado, antes das mudanças políticas,

155 — A ampliação dos movimentos grevistas entre assalariados urbanos (principalmente no polo industrial mais avançado do país, a região do ABC paulista) e rurais, inicialmente na zona canavieira nordestina, bem como a luta de resistência pela terra, acabariam impulsionando a formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT (1983), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1985), do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS (1985), entre outros. A formação do movimento pelas “Diretas Já”, que mobilizou milhões de pessoas em todo o território nacional na luta pelas eleições para a Presidência da República em 1984; o debate político em torno da Constituinte; a organização, crescimento do Partido dos Trabalhadores e a “quase” vitória eleitoral de Lula - candidatura que unificou as chamadas “forças populares” do país - à presidência da República em 1989 constituem alguns dos exemplos mais notáveis.

continuum sob os novos regimes. As continuidades das estruturas básicas do Estado definem a natureza essencial do sistema político: os limites e mediações da ação social. O novo regime político exerce suas prerrogativas, iniciativas executivas e legislativas dentro do marco estabelecido pela configuração de poder pré-existente [...].

Não foi por acaso que após uma certa euforia com o retorno dos civis ao comando dos governos de diversos países do Continente renomados intelectuais latino-americanos passaram a rever suas interpretações iniciais sobre este processo¹⁵⁶. Para Guillermo O'Donnell (1997) esses regimes que substituíram as ditaduras militares se distanciariam em vários aspectos das democracias liberais clássicas. Ele destaca, entre outros, o predomínio de uma institucionalidade informal, baixa transparência nas formulações/implementações de políticas públicas, os esforços permanentes para manter a população despolarizada. Enfim, o que ele denomina “democracia delegativa”¹⁵⁷ se caracterizaria, sobretudo, por uma prática segundo a qual delega-se ao Poder Executivo, por

156 — Referimo-nos em especial às análises formuladas por Guillermo O'Donnell sobre a transição dos regimes autoritários na América Latina editadas a partir de meados dos anos 80. Nas suas críticas a estas interpretações, Petras (1995:95-99), afirma, entre outras coisas, que elas acabam exagerando “as mudanças políticas de procedimento relacionadas com o comportamento do regime e subestimam a importância das comunidades institucionais autoritárias e os limites e normas que impõem ao primeiro”. O que O'Donnell, descreveu como “processo de democratização”, continua Petras, “tem o caráter dual de reconsolidar o poder estatal autoritário”.

157 — “Con el término ‘delegativas’ me refiero a una concepción y práctica del poder ejecutivo según la cual por medio del sufragio se le delega el derecho de hacer todo lo que parezca adecuado para el país. También demuestro que las democracias delegativas son intrínsecamente hostiles a los patrones de representación normales de las democracias establecidas, a la creación y consolidación de las instituciones políticas y, especialmente, a lo que denomino ‘accountability horizontal’”. (O' DONNELL ,1997:261).

meio de sufrágio universal, poderes para decidir em nome da nação.

Situando-se também numa perspectiva crítica em relação ao restabelecimento dos governos civis na América Latina, Boron (1994) traça uma análise teórico-interpretativa em que aparece como fio condutor um questionamento dos pressupostos liberais afiançados na ideia de que a edificação da democracia está condicionada pelo desenvolvimento econômico. Para o referido autor, não existem bases sólidas que sustentem a afirmação de que a democracia constitua-se num ideal burguês, numa meta do capitalismo. Entre outros argumentos em favor deste ponto de vista, Boron (op. cit, pp. 96-97) indica a seguinte formulação de Therborn:

Na história da democratização, dois traços brilham por sua ausência. Em primeiro lugar, o fato de que nenhuma das grandes revoluções burguesas estabelecesse realmente a democracia burguesa. Isto não só é certo no caso das prematuras revoluções inglesa e holandesa: a constituição democrática surgida da Revolução Francesa ficou como letra morta desde o começo até o fim de sua breve existência [...] a república americana foi estabelecida pelos fazendeiros brancos e os únicos negros com direito a voto no começo da Guerra Civil eram homens do Norte. A Itália unificada fez seu o regime eleitoral extremamente restrito do reino da Sardenha. E quando, apesar da desconfiança dos liberais burgueses, Bismarck introduziu o sufrágio universal masculino nas eleições do Reich, nem o resultado nem

o objetivo da medida forma o estabelecimento de um regime de democracia parlamentar.

Sob este ângulo, Boron sustenta que a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos, que tiveram seus auge nos anos “dourados” do capitalismo com a edificação do Welfare State em alguns países localizados no seu núcleo mais avançado, não pode ser interpretada como resultado de concessões de “cima”, mas sim como expressão de violentas lutas sociais e mobilizações coletivas empreendidas pelas classes subalternas contra as restrições do Estado liberal. Portanto, cabe a elas, e não à burguesia, os créditos de certas conquistas sob a chamada democracia representativa.

Deve-se lembrar, finalmente, que a expansão mundial do capitalismo não resultou na reprodução na periferia do sistema de uma institucionalidade típica das democracias dos países de “desenvolvimento originário”. No caso dos países que ingressaram na “terceira onda” industrializante, como muitos da América Latina, o capitalismo acabou fixando limites muito restritos à construção de sociedades democráticas. Essas limitações se processaram internamente, segundo

Boron, de forma variada, condicionadas pelos diferentes tipos de transição e Estado¹⁵⁸ a elas correspondentes.

Enfim, com o exposto nesta seção pode-se concluir que no essencial, as atuações do INCRA e MSTR passam a ser influenciadas por uma conjuntura muito diversa daquela anterior. Por um lado, os segmentos sociais subalternos até então excluídos do processo decisório reivindicam maiores espaços de participação na esfera da sociedade política. Por outro, essa participação acaba sendo bastante restringida por condicionamentos de natureza estrutural (bases autoritárias da formação do Estado nacional) e conjuntural, como os arranjos institucionais utilizados pelo governo da “Nova República” para “reformatar” a ordem política nacional.

3.2. O INCRA procura se “achar” no governo da “Nova República”

Com o início do governo da “Nova República”, o INCRA mergulharia no seu período de maior instabilidade institucional desde a sua criação. No plano institucional, a autarquia foi desvinculada do Ministério da Agricultura e

158 — De acordo com Boron, nos países latino-americanos - Brasil, Argentina, Chile - que vivenciaram uma transição “por cima”, ou, nos termos de Gramsci, uma “revolução passiva”, esses limites foram fixados através de uma série de restrições à participação das classes subalternas no processo político em geral. Em linhas gerais, Boron (1994:249) assim define Estado: da mesma forma que o mercado “realmente existente” - e não o que imaginam os teóricos liberais -, o Estado é o lugar onde os sujeitos formalmente livres e iguais, mas profundamente desiguais, estabelecem relações políticas de superordenação e subordinação. Esta assimetria está arraigada, em primeira instância, na posição e funções que os distintos sujeitos desempenham no processo produtivo. No entanto, a efetivação do predomínio político da classe dominante no capitalismo requer algo mais: a intervenção de uma densa rede de mediações - estruturas estatais, tradições políticas e ideologias, organizações e práticas sociais de diferentes tipos - sem as quais a supremacia que a burguesia detém no plano econômico não pode projetar-se ao âmbito mais global da sociedade civil em seu conjunto.

passou a vincular-se ao Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD), por meio do Decreto nº 91.214, de 30/04/1985. Além de inédito na história do Brasil, tratava-se de um “ministério específico destinado à tarefa, levando em conta a experiência disponível tanto no país como no exterior”. Constituído por uma “estrutura administrativa única, específica e ligada diretamente ao Presidente da República”, mais recomendável para lidar com reforma agrária e problemas fundiários. Nessa nova estrutura, o INCRA foi submetido “ao regime de autarquia especial, condição capaz de conferir, na situação de então, capacidade para organizar seu quadro de pessoal sem sujeição à legislação do Plano de Classificação de Cargos vigente” (Santos, *op. cit.*, p. 29)¹⁵⁹. Em suma, havia uma intenção de reforçar institucionalmente o INCRA.

Aconteceu exatamente o oposto, como bem o demonstrou Duarte (1988:110), ao analisar o desempenho do INCRA e do MIRAD nesse período: “Ambos possuíam, por exemplo, setores de orçamento e execução financeira autônomos, departamentos de administração, de pessoal e de controle interno também independentes, bem como setores jurídicos com atribuições específicas”. Além disso, a estrutura interna do INCRA¹⁶⁰ representava, por si, um

159 — O referido Documento, informa ainda que “Em abril de 1987 esta autonomia foi reforçada através do Decreto nº 94.235, que autorizou o INCRA a contratar até 1.250 servidores de nível médio e superior para suas atividades finalísticas, mediante concurso público. Acima destes quantitativos, no entanto, o INCRA necessita de autorização expressa do Presidente da República”.

160 — Entre outros, Duarte (*op.cit.*, p. 108) aponta no “sistema rígido, de direção única e centralizada, estabelecida em Brasília, com uma excessiva autarcização dos procedimentos administrativos e executivos”, e as conseqüências daí decorrentes, como um dos principais.

enorme obstáculo à implementação de qualquer política de reforma agrária.

A nomeação de José Gomes da Silva – identificado nacionalmente com a causa da reforma agrária – para a Presidência da autarquia, somada às de outros intelectuais igualmente comprometidos com essa causa¹⁶¹, desencadearia uma série de modificações (ou tentativas de) na sua gestão administrativa. Palmeira (op. cit., p. 55), reportando-se a esse período, revela que, dadas as características da burocracia do INCRA,

O desafio que se colocava então para nós era o de simultaneamente restabelecer a hierarquia nas decisões, afastando o lobby patronal, e assegurar a agilidade necessária aos procedimentos burocráticos, viabilizando as medidas de reforma agrária [...] Só ao abriremos as portas do INCRA aos trabalhadores é que esse quadro foi alterado. Inicialmente tímidos, limitando-se aos contatos com aqueles diretores e assessores que conheciam, os trabalhadores foram aos poucos descobrindo os meandros da burocracia, e aprendendo a exercer sua pressão até sobre os escalões mais baixos. Então ocorreu um fenômeno curioso: se a presença dos representantes dos proprietários não assustava, a visita de grupos de trabalhadores rurais, alheios aos mecanismos de convivência que associavam proprietários e burocratas e às regras “diplomáticas” da casa, causava medo. Com medo,

161 – Entre outros, destacam-se Moacir Palmeira e Ivan Ribeiro. Este último compunha o grupo que assessorava o então Ministro do MIRAD, Marcos Freire.

os próprios funcionários vieram se queixar dessa nova presença [...].

Esta avaliação de Palmeira revela que, além da dimensão estrutural, o modo de atuação da burocracia interna da autarquia representava sérios entraves à implementação de uma política de reforma agrária. Interessante notar que, se, por um lado, a tentativa de alterar esse quadro através da contratação de pessoas “de fora da instituição” acabava gerando também novos conflitos, segundo Duarte (op. cit, p. 92), “Essa atitude realimentou o sentimento corporativista e a insegurança de grupos de funcionários do órgão, muitos dos quais, contratados através de favores, se sentiam inseguros quanto a sua competência profissional e marginalizados quanto a sua participação na implementação da nova política fundiária do órgão”.

A falta de autonomia na indicação das chefias nas regionais representava outra ordem de problemas internos que dificultavam a implementação de uma nova diretriz na autarquia por parte de sua Direção Nacional. Essas indicações obedeciam a critérios político-partidários definidos de acordo com as relações de forças da base governista nos estados. O caso do Acre ilustra bem essa situação: enquanto a Direção Nacional esforçou-se pela indicação de João Maia¹⁶² para a Coordenadoria Regional, o nome escolhido foi o de Othília Melo¹⁶³.

162 — João Maia nessa época já havia saído do PT e se filiado ao PMDB.

163 — Cf. entrevista que realizamos com Othília Melo (junho de 2001).

Apesar da implementação de algumas modificações setoriais importantes – implementação do Procera¹⁶⁴, valorização da participação dos assentados na gestão dos assentamentos e maior autonomia das coordenadorias regionais nas decisões sobre desapropriações para fins de reforma agrária –, até 1987 INCRA e Mirad estiveram longe de atender as expectativas geradas inicialmente. Com o acirramento dos conflitos internos e a agudização dos conflitos de classes no campo, o governo respondeu com a extinção do INCRA e a fragilização de um dos mais importantes instrumentos do Estatuto da Terra: a desapropriação por interesse social¹⁶⁵. A fim de evitar maiores delongas, parte-se da hipótese de que este ato teve como intenção primordial paralisar a atuação governamental neste setor, aguardar os resultados da Constituinte. Àquela época já era possível prever que esses resultados seriam amplamente favoráveis aos interesses dos latifundiários e grandes grupos de capitais privados¹⁶⁶, no sentido de se preservar a histórica concentração da propriedade fundiária no país.

O governo resistiu a todas as pressões políticas das forças contrárias à extinção da autarquia¹⁶⁷. Somente em março de 1989, através de decisão do Congresso Nacional, o decreto que extinguiu o INCRA foi revogado, devolvendo

164 — O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - Procera foi instituído em janeiro de 1986 (Duarte, op. cit.).

165 — Maiores informações sobre esse decreto ver, em especial (Duarte, op. cit.), posicionamento da diretoria da ABRA intitulado “A Reforma Agrária às Avestas” (Revista da ABRA, ano 17, nº 3, dez. 87). Duarte analisa em especial as repercussões institucionais da incorporação da estrutura do INCRA pelo MIRAD, enquanto a direção da ABRA se detém numa análise mais minuciosa dos diferentes aspectos do decreto.

166 — Maiores informações sobre essa questão, ver, entre outros, Delgado (1985) e Bruno (2002).

167 — Entre essas forças políticas destacaram-se as organizações representativas dos funcionários do INCRA, Contag, ABRA, CUT, parlamentares de oposição.

as prerrogativas anteriores da instituição. Porém, “Em vista disso, e da posterior extinção do MIRAD, em 19 de julho de 1989, é editado o Decreto nº 97.978, que dispõe sobre a administração do INCRA. Sinteticamente elaborado, dispunha sobre a vinculação do INCRA – novamente – ao Ministério da Agricultura”(SANTOS, 1998:29).

Nesse conturbado período (1985-89) responderam pelo MIRAD seis ministros diferentes e pelo INCRA dez presidentes (entre 1970 e 1985 foram apenas cinco presidentes). Essa alta rotatividade dos titulares desse setor governamental foi acompanhada por uma progressiva ascensão das forças mais conservadoras nesses cargos, especialmente no MIRAD, que começou com Nelson Ribeiro e terminou com um político conservador do PFL de Minas Gerais, Leopoldo Bessone. Em razão desse quadro institucional, dos pífios resultados do PNRA, das derrotas na Constituinte, formou-se um certo consenso em torno da avaliação de que os setores empenhados na luta pela reforma agrária teriam saído derrotados politicamente nesse processo. As suas causas, contudo, são interpretadas de maneiras divergentes.

Apesar do extraordinário crescimento da luta pela reforma agrária de Norte a Sul do país¹⁶⁸, as classes dominantes mais uma vez lograram êxito no seu propósito de manter intocada a concentração da terra e do capital. A conjugação de uma estratégia apoiada na ação institucional

168 — Resultante das mazelas sociais produzidas pela histórica concentração de terras no país, agravadas ainda mais pelos efeitos da “modernização conservadora” desencadeada no pós-64. O processo de transformações na base técnica produtiva ampliou a exclusão social no campo e a concentração da posse da terra. Os segmentos sociais subalternos no campo passaram a reagir de formas diversas a essa situação, através da organização sindical e de outros movimentos de luta pela reforma agrária articulados nesse período, como o MST.

(obstrução do PNRA¹⁶⁹, imobilização do INCRA e MIRAD, pressões contra a aprovação de leis que permitissem avanços significativos em matéria de reforma agrária na Constituinte) e na intensificação do uso da violência privada (particularmente através da organização da União Democrática Ruralista – UDR¹⁷⁰ contra lideranças e organizações dos trabalhadores rurais) explica em parte esse êxito.

A debilidade das organizações dos trabalhadores e sua falta de unidade interna, em contraste com o alto poder de coesão das classes dominantes, tem sido considerada como um dos fatores explicativos mais relevantes¹⁷¹. Contudo, dado o seu grau de generalidade, acaba dizendo tudo e nada ao mesmo tempo. A rigor, esse não seria um problema apenas dos trabalhadores rurais no Brasil. Como bem demonstrou Offe (1984), no capitalismo as ações coletivas obedecem a lógicas distintas na esfera do capital e do trabalho, tanto nas suas relações internas quanto naquelas estabelecidas com o Estado. De uma maneira geral, a classe dominante detém inúmeras vantagens e maiores facilidades para se organizar e atingir seus fins.

169 — O Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA foi concebido no âmbito de uma estratégia política para firmar um grande “pacto social” em torno do governo da “Nova República”. Sua versão preliminar, que contou com a participação de lideranças sindicais e intelectuais comprometidos com a reforma agrária, apesar de restrita aos marcos definidos pelo Estatuto da Terra, sofreu 12 modificações (Silva, 1996:59), destinadas a restringir seu alcance. Ainda assim, até o final de 1988, haviam sido cumpridas apenas 7% das metas previstas para os assentamentos de famílias de trabalhadores rurais no período (DUARTE, 1988:36).

170 — Maiores detalhes sobre a organização e prática da UDR, em particular e sobre a reação dos grandes proprietários rurais e grupos empresariais ligados à propriedade fundiária em geral no período de 1985-98, ver, especialmente, Bruno (1997 e 2002).

171 — Existem, ainda, duas linhas de interpretações divergentes: uma que debita na conta dos trabalhadores uma parcela de responsabilidade nessa derrota e outra que faz esse débito na conta dos intelectuais orgânicos que aderiram ao governo da “Nova República”. Maiores informações a esse respeito, ver, entre outros, Silva (1996) e Carvalho (1989).

Em resumo, nessa conjuntura o INCRA não se “achou”. A substituição da estratégia que marcou a atuação da instituição no período da ditadura militar – discriminação de terras e colonização – por outra centrada na promoção da reforma agrária, ao invés de redefinir o seu papel, acabou imobilizando-o. Essa imobilização atravessou o governo da “Nova República” e agravou-se no governo Collor (1990-92). É sob esses condicionamentos de ordem mais geral, somados àqueles resultantes das disputas de interesses em nível regional, que analisaremos a seguir a atuação da autarquia no Acre.

3.3. O INCRA-AC: o “missionário” e a “missão”: a procura de um lugar no “paraíso dos verdes”?

Aparecem com frequência na literatura especializada regional afirmações de que o agravamento dos conflitos de terras nos anos 80 teria resultado, em grande medida, devido à negligência da instituição responsável pela regularização fundiária, o INCRA. Um olhar mais atento, contudo, indica que não foi bem assim, há que separar o “joio” do trigo. Como vimos no capítulo anterior, a aprovação da Exposição de Motivos ^{77/78} pavimentou um vasto caminho para a atuação do INCRA no sentido de promover a regularização jurídica dos imóveis cujas áreas excediam os limites fixados pela legislação. Assim, pode-se afirmar que suas ações foram incipientes sim, mas no que se refere à satisfação das demandas sociais dos de “baixo”.

Efetivamente, desapropriou 500 mil hectares de terras para iniciar os projetos de colonização oficial no estado, garantindo o acesso à terra para uma parcela dos “posseiros” do Acre a partir de 1979. Contudo, em que pesem as lamentações dos representantes dos latifundiários, a autarquia foi muito atuante para atender aos seus interesses. A evolução dos dados cadastrais indicados no Quadro 3.1, a seguir, mostra que houve um aumento da concentração da propriedade fundiária nesse período. Em 1970, os imóveis situados na faixa superior a 10.000 ha ocupavam 69,61% da área total, enquanto aqueles situados na faixa inferior a 100 ha ocupavam apenas 1,8% da área total. Em 1980, esses números índices foram, respectivamente, 77,42 e 2,74%.

Quadro 3.1: Terras cadastradas no Acre (1970-1980)

Área (ha)	1970				1980			
	Nº de Imóveis		Área Cadastrada		Nº de Imóveis		Área Cadastrada	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
1 a 100	2.807	72	71.946,4	1,77	7.591	68,89	325.667,4	2,74
101 a 1.000	526	13,67	187.767,2	4,63	2.229	20,23	630.372,2	5,32
1.001 a 9.999	396	10,29	971.348,6	23,97	990	8,98	1.717.723,3	14,50
Acima de 10.000	118	3,06	2.820.608,9	69,61	208	1,88	9.169.134,9	77,42
Total	3.847		4.051.671,1		11.018		11.842.898,2	

Fonte: Cadastro do INCRA (SR 14).

Apesar de o cadastramento em si não indicar que a posse da terra esteja em situação regular, ele não deixa de ser um ato de legitimação por parte do Estado de uma situação

factual. Ele assegurava, por exemplo, a concessão das Cartas de Anuência por parte do INCRA, que eram utilizadas pelos latifundiários como garantias para a contração de financiamentos bancários.

Assim, não seria num suposto “imobilismo” do INCRA, mas na sua atuação dirigida para satisfazer preferencialmente os interesses dos latifundiários¹⁷² que poderíamos compreender o agravamento dos conflitos sociais pela posse da terra no Acre. Conforme mencionamos anteriormente, enquanto amplos setores da sociedade civil fustigavam a ditadura militar no sentido de esgarçar o processo de “abertura” política, no campo ocorria um movimento inverso, marcado pela intensificação da repressão aos movimentos sociais e pela “militarização da questão agrária”¹⁷³. Ficava claro, portanto, que o núcleo hegemônico das classes dominantes não estava disposto a fazer concessões que implicassem na desconcentração da propriedade da terra no país.

Vale lembrar, ainda, que a morosidade no processo de discriminação de terras iniciado pelo INCRA, seja por deliberação de ordem interna ou por obstáculos advindos de ações judiciais, também favoreceu os latifundiários, no sentido de ganhar tempo para fazer seus lobbies na esfera governamental e tentar quebrar a resistência dos trabalhadores, seja pelo uso da violência física contra suas

172 — Apesar de em determinados momentos, como demonstramos no Capítulo anterior, ter criado alguns obstáculos à satisfação plena desses interesses.

173 — Martins (1984) indicou os instrumentos que o Estado criou para esses fins (como o GETAT e o GEBAM) e a forma como este passou a intervir nos conflitos de terras. “[...] A criação do Ministério Extraordinário para assuntos fundiários, instituindo a coordenação federal das políticas de terras dos Estados, praticamente federaliza a questão fundiária e a coloca inteiramente sob controle militar”. (p. 25)

lideranças (através de milícias privadas e, muitas vezes, pela própria polícia), seja pelo “cansaço”.

O jornal Varadouro registrou de forma incomparável a escalada de violência no campo¹⁷⁴, que culminaria com o assassinato de Wilson Pinheiro, Presidente do STR de Brasileia, em 21 de julho de 1980. Este ato resultou de uma decisão firmada entre fazendeiros e seringalistas de combater a organização sindical dos trabalhadores através da eliminação de suas lideranças mais expressivas, conforme o externou publicamente um de seus articuladores, Guilherme Lopes, na Rádio Seis de Agosto de Xapuri. Segundo as palavras desse seringalista, a solução para os conflitos de terras no Acre era matar os presidentes dos sindicatos, os padres e delegados sindicais (Varadouro, n^o 20, abr. 81). A Federação da Agricultura, num documento “confidencial” de 11 de abril de 1980, após um breve diagnóstico que, segundo seu presidente, evidenciaria uma “ação subversiva” no meio rural, exige providências urgentes: “é necessário, melhor diria, urgente que o governo federal, Estadual e as entidades representativas ofereçam uma reação, à altura, à poderosa frente subversiva que Igreja Católica (Prelazia do Acre Purus) e a Contag, conseguiram montar no Acre.”¹⁷⁵

Enfim, o assassinato de Wilson Pinheiro – e outros que o sucederiam em escala crescente no país – marcou uma estratégia do latifúndio no sentido de intensificar o uso da

174 — As diversas formas de violência praticadas pelo latifúndio contra posseiros e seringueiros, bem como os inúmeros “empates” e outras formas de resistência encontradas pelo sindicalismo para reagir a essas situações publicadas no Varadouro podem ser encontradas, ainda, em diversos estudos acadêmicos: Gonçalves (1998), Costa Sobrinho (1992, 2001); Paula (1991).

175 — O referido documento traz a assinatura do presidente da Federação à época, Francisco Diógenes de Araújo.

violência privada contra as organizações dos trabalhadores. Porém, no caso de Brasileira, defrontou-se com uma reação imediata da base sindical, que resultou na emboscada e “justiçamento” de “Nilão”, considerado um dos responsáveis pelo crime. A rapidez com que a polícia agiu para prender os homens que supostamente teriam realizado a emboscada já foi suficientemente comentada em trabalhos anteriores¹⁷⁶, por isso nos deteremos em outros aspectos menos explorados.

Dos desdobramentos desse episódio, dois nos chamaram maior atenção: o modo como as classes dominantes o exploraram a seu favor e a rapidez com que o governo atuou na região do conflito. No primeiro caso, o empresariado paulista tratou de pressionar o Estado para enquadrar Lula, Jacó Bittar, João Maia e Chico Mendes na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de terem incitado os trabalhadores a vingarem a morte de Wilson Pinheiro, num ato público realizado em Brasileira. O pedido formal para o enquadramento partiu da Federação da Agricultura, cujo presidente, Francisco Diógenes de Araújo, era também proprietário de uma concessionária da Volkswagen no Acre. Pretendia-se, assim, unir o útil ao agradável, isto é, punir e imobilizar lideranças sindicais de ponta do núcleo industrial mais avançado, bem como aquelas de uma região mais “atrasada”, que contrariavam, de formas distintas, os interesses do capital industrial e financeiro e o latifúndio. Ficou bastante evidenciado o entrelaçamento desses interesses da classe dominante e o seu nível de articulação nacional nesse episódio.

176 — Especialmente aqueles que abordam a organização sindical no Acre, citados anteriormente.

No que diz respeito à atuação governamental, foram tomadas medidas imediatas nas esferas federal e estadual. Por determinação do Conselho de Segurança Nacional, o Acre passou a ser considerado um dos estados prioritários para a ação fundiária do governo. Com isso, o INCRA¹⁷⁷ desapropriou 198.600 hectares de terras, destinada a promover o assentamento rápido de 1.068 famílias no eixo Brasileia-Xapuri-Rio Branco, onde os conflitos sociais apresentavam maior gravidade política. Além destas ações, o governo federal lançou, através da SUDHEVEA, “um programa de apoio ao seringueiro, através da instalação de mini-usinas¹⁷⁸ e de postos de comercialização da Cobal para vender mercadorias por preços mais baixos a essa população”. (PAULA, 1991:26)

Além da rapidez que marcou o processo de desapropriação de terras, outro dado que chama a atenção é que pela primeira vez os seringueiros recebem o reconhecimento oficial da sua condição de produtores “autônomos”. Até então todas as políticas e programas orientadas para manter e/ou incentivar o extrativismo da borracha eram dirigidas aos seringalistas, como vimos nos capítulos anteriores. Como toda a execução do programa era coordenada pela esfera governamental, teoricamente instituía “de cima para baixo”, uma ruptura na histórica relação de domínio pessoal centrada na figura do patrão seringalista, a exemplo do que havia ocorrido com a

177 — Num Relatório interno da autarquia, advertia-se que se não fossem tomadas “decisões enérgicas e radicais” a situação poderia agravar ainda mais as tensões sociais na região. (PAULA, 1991:126)

178 — Um dos objetivos dessas mini-usinas era modernizar o “fabrico” da borracha. Ao invés de passarem pelas formas tradicionais de processamento pelos seringueiros, o látex seria transportado até as mini-usinas e processado na forma de “folha defumada”, de onde sairia diretamente para as indústrias pneumáticas e demais ligadas à produção de artefatos de borracha. Com isso se encurtaria a cadeia de produção, visto que pelo método tradicional a produção dos seringueiros passava pela fase da usinagem antes de ser destinada à industrialização final.

criação dos sindicatos na década anterior, que promovera essa ruptura “de baixo para cima”.

No âmbito do governo estadual, procurou-se, em caráter emergencial, arrefecer os conflitos com tentativas de conciliação dos interesses entre o capital e trabalho no campo. Através da criação de uma “comissão de alto nível”¹⁷⁹ procurou-se materializar esse intento ou pelo menos criar expectativas em torno das possibilidades de “entendimento” entre as partes. Vejamos o diagnóstico elaborado pela Comissão, em que são apontados “14 temas” considerados como principais “geradores de conflitos fundiários”. Eles aparecem na seguinte ordem:

o problema da posse; mudança brusca do modelo de exploração da terra [...]; falta de estrutura adequada e suficiente do Poder Judiciário e da Segurança Pública Estadual; tensão social; morosidade do processo de regularização fundiária; incapacidade para implementação da colonização oficial; sindicalização do trabalhador do campo, como realidade e frágil organização patronal; desmatamento; falta de entendimento prévio e acordo honesto entre as partes envolvidas no problema fundiário; diretrizes de política agrária conflitantes; radicalização das partes envolvidas no procedimento discriminatório; deficiência de infra-estrutura de apoio ao meio

179 — Criada pelo governo estadual - Decreto nº 111, de 6/08/1980 - essa comissão era composta por dois representantes do governo estadual, o delegado da Contag e o presidente do STR de Rio Branco, o presidente da Federação da Agricultura e o do sindicato patronal de Rio Branco, um representante da Prelazia do Acre e Purus, do INCRA, IBDF, e três jornalistas (editores dos jornais O Rio Branco, Gazeta do Acre e O Jornal). (Cf. atas das reuniões da Comissão).

*rural; retenção de áreas como reserva de valor; a preocupação do seringueiro com a preservação do seringal nativo como forma de sua sobrevivência*¹⁸⁰.

Resistindo à tentação de comentar em detalhes esse diagnóstico – como a suposição da existência de um desequilíbrio de forças a favor dos trabalhadores –, nos fixaremos naquilo que julgamos essencial, isto é, o reconhecimento implícito da responsabilidade da esfera governamental no agravamento desses conflitos, da necessidade de um tratamento diferenciado aos seringueiros no processo de regularização fundiário e, finalmente, da fragilidade das negociações diretas em razão da falta de “acordo honesto” entre as partes. Em suma, se o pressuposto era o de que estes problemas deveriam ser equacionados de comum acordo, dificilmente ele se viabilizaria sob aquela conjuntura, marcada pelo aguçamento dos conflitos de terras e acirramento da luta de classes no campo, em nível regional e nacional. As possibilidades de consagração de um “pacto social” nestas condições eram muito remotas. Não foi por acaso que, no geral, as sugestões¹⁸¹ formuladas por essa comissão não saíram do papel.

No plano político partidário, a organização do Partido dos Trabalhadores e a vitória do PMDB nas eleições para o governo estadual (1982) foram decisivas nos rumos da “transição” no Acre. Se a modernização comandada pelo

180 — Cf. Ata da segunda reunião da Comissão, realizada no dia 14/08/1980.

181 — Verdade, o que consta nas Atas das reuniões da Comissão é uma série de recomendações largamente conhecidas no que diz respeito à necessidade de uma atuação “mais eficiente” do aparato governamental, bem como uma tentativa de normatizar as negociações diretas entre latifundiários e “posseiros” através da definição de um conjunto de regras que deveriam ser seguidas pelas partes envolvidas.

capital esteve identificada ou personalizada na figura dos “paulistas”, curiosamente, o seu “antídoto”, isto é, a crítica fundada nas aspirações do mundo do trabalho, partia também de São Paulo. O PT inicia sua estruturação no bojo dos conflitos entre capital e trabalho no campo, ancorado no sindicalismo rural e nas comunidades eclesiais de base da Igreja. Como expressão política do proletariado industrial moderno e com a “bagagem” das greves e lutas sindicais travadas no ABC paulista, procura afirmar-se como portador de um projeto de sociedade voltado para os interesses das classes subalternas, genericamente definido como socialista. Nesse sentido, a luta pela terra passa a ser tratada como parte integrante de uma estratégia de ascensão das classes subalternas ao poder político.

Pode-se imaginar a reação dos “donos do poder” a essa nova iniciativa das lideranças dos trabalhadores¹⁸². Se nos anos 70 um setor das oligarquias percebia nos “paulistas” a principal ameaça ao monopólio do poder político, nos 80 o sindicalismo rural e o PT passam a representar outra ameaça potencial, um novo concorrente a ser combatido, uma vez que os trabalhadores queriam mais que a posse da terra, pretendiam, também, disputar o poder político. Até então pouquíssimos indivíduos nessa condição¹⁸³ haviam ingressado na política partidária, e quando o fizeram, foi nos partidos dominados pelas oligarquias, que, sob o ponto de vista da

182 — Fernandes (1999:68) indica, através uma série denúncias veiculadas na imprensa local, as mais variadas formas de pressão contra aqueles que se filiavam ao PT. Prefeitos mandavam invadir convenções do partido, juizes procuravam intimidar lideranças chamando-as para explicar “por que eles haviam entrado para o PT”, ameaças de morte etc.

183 — Chico Mendes foi uma dessas raras exceções. Em 1978, disputou uma vaga na Câmara dos Vereadores de Xapuri e foi eleito pelo MDB.

ideologia geral “são na realidade frações de um mesmo partido orgânico”, cuja função é assegurar a direção sob o domínio das classes dominantes (GRAMSCI, 1978:168).

Nesta perspectiva, a vitória eleitoral do PMDB em 1982 não pode ser interpretada como impulsionadora de mudanças substanciais na direção do governo estadual. Contudo, a necessidade de reordenar as relações entre sociedade política e sociedade civil, dada a substituição gradual da coerção pelas formas consensuais de dominação, acaba obrigando essas oligarquias a abrir espaços para a incorporação de algumas demandas sociais dos “de baixo”. Em outras palavras, a necessidade de alterar a “divisão do bolo” abre novos focos de conflitos políticos, tanto entre as oligarquias, quanto entre essas e os subalternos.

Durante o governo de Nabor Júnior (1983-86), a exemplo do que ocorreu em outras unidades da Federação, as pressões sobre os executivos estaduais aumentaram bastante. Além de lidar com as disputas internas no PMDB¹⁸⁴ e o agravamento dos conflitos sociais no campo, esse governo era fortemente pressionado no sentido de cumprir suas promessas eleitorais, especialmente no que diz respeito à garantia do acesso à educação, assistência médica, habitação, saneamento, emprego, considerados como problemas básicos da maioria da população do estado. Enfrentava, ainda, as reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e reajustes salariais por parte dos servidores públicos, principalmente das áreas de educação e saúde, que avançavam na sua organização sindical.

184 — Como bem o registrou Silva (1998), além das acirradas disputas entre conservadores e progressistas no interior do PMDB, houve, ainda, intensas disputas internas nesses grupos pelo controle e influência no aparato governamental.

O modo como as oligarquias lidaram com esse processo definiu os rumos da transição no Acre. Ele consiste basicamente na conjugação dos seguintes procedimentos políticos: I) repressão às lutas dos trabalhadores; II) cooptação de lideranças sindicais e intelectuais considerados progressistas; III) isolamento e/ou exclusão do governo dos quadros progressistas não cooptáveis¹⁸⁵; IV) destinação de uma parcela do orçamento de governo para o atendimento seletivo de determinadas demandas sociais, cuja aplicação, via de regra, opera-se de acordo com os esquemas clientelistas. Esses procedimentos interferem substancialmente nas atuações do INCRA e MSTR no estado.

A implantação de cinco projetos de colonização em uma área de aproximadamente 800 mil ha e o assentamento, até 1984, de cerca de 6 mil famílias nessas áreas aumentou substancialmente a importância do INCRA no estado. Além de modificar o contexto sócio-cultural acreano, via assentamento de migrantes¹⁸⁶ do Centro-Sul do país, ao viabilizar o acesso à terra, o INCRA acaba produzindo a “jusante” desse processo, o desencadeamento de um conjunto de demandas sociais, que, dada a pressão crescente das mobilizações coletivas nessas áreas, precisam ser respondidas nas esferas governamentais no âmbito do governo federal ou do estadual.

185 — Pelo menos dois casos podem ser considerados exemplares nesse sentido: as demissões do Secretário de Saúde, José Alberto, e do Presidente da Emater, Hélio Pimenta. Ambos combateram as fraudes administrativas, a utilização eleitoreira ou para fins privados do aparato governamental por parte das oligarquias e seus prepostos. Maiores informações sobre este processo em geral - repressão dos trabalhadores e cooptação de lideranças e intelectuais orgânicos -, ver Sant'Anna (1988); Paula (1991); Silva (1998); Gonçalves (1998); Fernandes (1999).

186 — Aproximadamente quatro mil famílias originárias do Centro-Sul foram assentadas entre 1979 e 1984, período em que teve início a implantação dos projetos de colonização oficial no Acre.

Ainda que o façam de forma seletiva e restrita, a satisfação dessas demandas repercute significativamente nos setores: 1) da construção civil, via abertura e pavimentação e/ou conservação de centenas de quilômetros de estradas vicinais, edificação de escolas, postos de saúde, armazéns etc; 2) comercial, através do incremento das vendas de utensílios agrícolas e outros produtos industrializados; 3) de ampliação dos serviços públicos, via implantação e ampliação da rede educacional, de saúde, dos serviços de extensão rural e assistência técnica, de transportes etc. Ou seja, as políticas destinadas a promover a modernização produtiva da região, que antes beneficiavam quase exclusivamente os grandes grupos de capitais privados, passam a incorporar certas demandas sociais dos segmentos sociais subalternos.

Desse modo, na proporção em que vai aumentando a sua influência na economia regional, o INCRA passa a se constituir também politicamente como uma das agências governamentais mais importantes do estado do Acre. Além de manipular grandes somas de recursos financeiros, passa a ter influência, também, no controle de um expressivo contingente de eleitores. Com o fim da ditadura militar, que mantinha oficiais reformados do Exército na chefia dessa agência, as disputas por esse cargo entre as forças políticas da base governista no Acre serão acirradíssimas.

Em agosto de 1983, o general Fernando Moreno Maia foi substituído na Coordenadoria do INCRA pelo coronel Marne de Paiva Silva. Foi durante a gestão do general que a autarquia se consolidou no estado, através da ampliação da estrutura física e de pessoal, bem como na execução

das atividades finalísticas¹⁸⁷. O tipo de disciplina vigente nesse período – rigidez hierárquica, nos moldes do regime de caserna – marcou de forma profunda a formação da burocracia da instituição, conforme veremos mais adiante. O coronel ficou menos de dois anos no cargo, que passaria a ser ocupado, em maio de 1985, por Othília Batista Melo Sampaio, que nele permaneceria até 1990.

Na gestão de Othília definiram-se os rumos da desmilitarização da autarquia em nível regional, isto é, as adaptações institucionais no sentido de incorporar a sociedade civil no processo decisório. O tipo de relações estabelecidas entre Chefia e a burocracia interna e entre a instituição e a sociedade política e sociedade civil em nível estadual, a distinguem de forma singular do movimento operado inicialmente na Direção Nacional do INCRA.

Ao contrário do ocorrido na Direção Nacional, a Coordenadoria do Acre permaneceu praticamente sob o comando do “pessoal da casa”¹⁸⁸. Somente o Coordenador Adjunto (João Maia), o Chefe da Divisão de Colonização (Hamilton Melo) e um assessor da Coordenadoria (João Fleming) indicados por diferentes facções do PMDB, não faziam parte do “pessoal da casa”. Ora, no essencial, esse procedimento resultou na preservação praticamente inalterada de uma estrutura autoritária, voltada basicamente

187 — Particularmente no que diz respeito à discriminação de terras (aproximadamente um terço do território foi submetido a esse processo), desapropriações e implantação de cinco projetos de colonização com uma área total de 803 mil ha e assentamento de aproximadamente seis mil famílias.

188 — Expressão utilizada correntemente pela burocracia da instituição para designar aqueles profissionais originários do quadro de pessoal permanente. Marca a diferença com o “pessoal de fora” isto é, pessoas que ocupam temporariamente, por indicações políticas, cargos de chefia na instituição. Estas expressões aparecem em praticamente todas entrevistas que realizamos com o “pessoal da casa”.

para a colonização, com toda ordem de problemas internos indicados por Palmeira (op. cit).

Por um lado, o fato de pertencer ao “pessoal da casa” garantiu a Othília Melo maiores facilidades para lidar com a burocracia da instituição, por outro, em razão de seus vínculos políticos com uma facção do PMDB, criava enormes problemas. Além de a instituição ser considerada na época “um antro do PDS”, era extremamente difícil atuar sem contrariar os interesses das diferentes facções do PMDB. Portanto, as relações da chefia com a burocracia interna devem ser analisadas levando-se em conta uma permanente tensão resultante dessa situação política.

Diferentemente do período da ditadura militar – o poder decisório era mais centralizado em Brasília – as decisões da autarquia estavam mais sujeitas a interferências diretas das forças políticas estaduais. Não estavam em jogo somente as questões relativas à posse da terra, mas a manipulação dos recursos materiais disponíveis na autarquia no sentido de satisfazer a interesses econômicos e político-eleitorais muito bem definidos. Também neste aspecto, a posição política de Othília Melo era ao mesmo tempo fortalecida e fragilizada. No primeiro caso por contar com o apoio político do partido governista e no segundo, pelas limitações advindas das interferências das facções mais poderosas do comando partidário. Isso produziu um certo imobilismo na sua gestão, uma vez que determinados procedimentos administrativos, que porventura contrariasse os interesses dominantes, acabavam inviabilizados.

Este arranjo institucional por si, sugere a magnitude dos obstáculos para a participação da sociedade civil – referimo-

nos particularmente aos segmentos sociais subalternos – na gestão da autarquia. Ou seja, por um lado os “de baixo” defrontar-se-iam com as restrições advindas da permanência de uma burocracia autoritária, refratária à participação dos trabalhadores, por outro, com as fortes pressões e interferências da sociedade política estadual, não menos autoritária e reacionária, na condução política do INCRA.

Dividido politicamente, o MSTR adota dois comportamentos distintos em relação à direção do INCRA. O grupo ligado à Contag, representado pela direção da Fetac, priorizou uma estratégia de negociações “por cima”, inscrita nos limites impostos pela instituição, enquanto o sindicalismo ligado à CUT, optou pela intensificação das mobilizações coletivas para forçar a direção do INCRA a atender suas demandas mais urgentes, como desapropriações de terras para fins de reforma agrária e implantação de infraestrutura nos projetos de colonização existentes. Essas pressões perturbavam ainda mais as complexas relações entre coordenadoria, burocracia interna e a sociedade política estadual, seja na forma seja no conteúdo das decisões acordadas.

Em síntese, sob tais circunstâncias os obstáculos interpostos à democratização da agência em nível regional são enormes. É sob a prevalência de uma estrutura autoritária que se opera na Coordenadoria Regional do Acre um lento processo de institucionalização da participação da sociedade civil. Instituída em 1986 (em conformidade com as prescrições

do Estatuto da Terra), a Comissão Agrária¹⁸⁹ no Estado do Acre, marcou efetivamente o início dessa participação no âmbito do INCRA, donde resultaram diversos indicativos para orientar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária - PRRA-AC. Nesse plano, foram fixados os objetivos e metas a serem cumpridos pelo INCRA no estado.

3.3.1. Considerações sobre o PRRA-AC

Apesar do PRRA-AC não ter logrado destino mais nobre do que o alcançado pelo PNRA, ele expressa o resultado do que se pode chamar de “momento inaugural” da participação da sociedade civil nas instâncias deliberativas do INCRA no Acre. O seu conteúdo indica, embora de forma muito genérica, que houve incorporação de algumas reivindicações do MSTR naquele período. As modificações admitidas formalmente na concepção inicial de modernização na região amazônica, no sentido de incorporar demandas dos “de baixo”, e as indicações de medidas paliativas para solucionar os conflitos sociais pela posse da terra, compõem o seu núcleo orientador.

O conteúdo do PRRA ficou subdividido em seis partes: I) Justificativa; II) Objetivos e metas; III) Área (zona) prioritária e áreas de ação; IV) Programas de ação; V) Infraestrutura básica, ações de apoio e estimativas de custos; VI) Situações emergenciais. Na justificativa, procura-se destacar a reforma

189 — Artigo 42 da Lei 4.504 (Estatuto da Terra) define a composição e as competências da Comissão Agrária. Constituída por um representante da instituição responsável pela reforma agrária, três representantes dos trabalhadores rurais e três do patronato rural, indicados pelas suas respectivas representações sindicais, um representante de entidade pública vinculada à agricultura e um representante de estabelecimento de ensino agrícola. Entre suas atribuições figuram a indicação de sugestões para elaboração e execução dos planos regionais de reforma agrária.

agrária como instrumento capaz de reordenar o “espaço e a organização da estrutura produtiva”, modificar a estrutura fundiária, reconhecida oficialmente como muito concentrada,

Descartadas eventuais omissões, foram cadastradas, em 1978, 23 latifúndios por dimensão, reduzidos para 12 em 1984. Em contrapartida, em 1978 existiam 1.505 latifúndios por exploração, que passaram a 2.825, em 1984. Assim, a área abrangida pelos latifúndios no Estado alcança 81,3% do total cadastrado, restando apenas 18,7% para os minifúndios e as empresas rurais, essas ainda assim de constituição duvidosa.

Apesar desse reconhecimento, não aparecem no escopo do PRRA-AC medidas concretas para desconcentrar substancialmente a propriedade fundiária. Nos seus objetivos, a reforma agrária é percebida como indutora de desenvolvimento – seguindo parcialmente o modelo preconizado pela CEPAL em meados do século XX¹⁹⁰ –, e instrumento de pacificação social “no meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão”. Ou seja, o foco de ação permaneceria centrado nos efeitos e não nas causas dos conflitos fundiários. As metas estabelecidas para o período 1986-1989, assentar 8.200 famílias, ratifica essas intenções.

Sobre a delimitação das áreas territoriais prioritárias para efetivar-se as desapropriações, a exemplo das edições dos decretos anteriores, o Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986, declarou toda “área rural do Estado do Acre como

190 — Mais precisamente no que diz respeito aos seus presumíveis efeitos na expansão do mercado de consumo interno, aumento da oferta de alimentos e matérias-primas destinadas também ao mercado interno.

zona prioritária para efeito de execução e administração da Reforma Agrária”. (MIRAD/INCRA, 1986:5) Contudo, define-se apenas os quantitativos de áreas a serem desapropriadas em 1986 (49.000 ha), para os anos subseqüentes fica em aberto.

Na definição dos “Programas de Ação” aparecem os indicativos de mudanças nas diretrizes de “modernização” adotada pelo INCRA na era da ditadura militar, particularmente no que se refere à organização espacial e as formas de exploração da terra e dos recursos naturais. Os projetos de colonização que a tudo serviam – assentamento de migrantes do Centro-Sul, seringueiros, colonos e ribeirinhos do Acre – são substituídos por diferentes modalidades de assentamento e regularização fundiária diferenciadas. O chamado “Programa Básico”, destinado ao assentamento de trabalhadores rurais, define quatro modalidades distintas de assentamentos: I) Assentamento de agricultores; II) Assentamento de produtores extrativistas; III) Assentamento de produtores ribeirinhos; IV) Projetos de reassentamento.

Nos projetos de assentamento de agricultores, aparecem algumas inovações, como resultado das pressões do MSTR, em relação ao uso da terra, posse e gestão nos assentamentos. Anteriormente, um dos pré-requisitos essenciais para o assentado garantir a posse do lote era a implantação de atividades agropastoris, que implicava obrigatoriamente na derrubada de florestas. Isso foi revisto e a “busca de alternativas paralelas de renda, como aproveitamento racional da floresta através da extração de madeiras e adensamento florestal com espécies de interesse econômico já pesquisadas” (MIRAD/INCRA, 1986:9), passou a ser incorporada ao conjunto de atividades previstas no desenvolvimento dos assentamentos.

Quanto a forma de titulação dos lotes, propunha-se o “redirecionamento do sistema de titulação, optando-se pela concessão de uso, com prazo de cinco anos, com ônus obrigacionais, além do preço, evitando-se a especulação imobiliária e a reconcentração territorial”. Por último, transferir “paulatinamente” aos agricultores a responsabilidade pela gestão dos núcleos comunitários formados nos assentamentos rurais, aparecia como uma das medidas previstas para promover a descentralização administrativa da autarquia nas atividades finalísticas (MIRAD/INCRA, op.cit.).

Assim, no caso dos projetos de assentamento de agricultores, parte das críticas ao modelo de gestão do INCRA começa a ser reconhecidas oficialmente. Contudo, esse reconhecimento não resultou na sua tradução em termos de reorientação administrativa. Como mostramos no capítulo anterior, a burocracia da autarquia no Acre teve sua trajetória fortemente influenciada pela disciplina militar e por uma ideologia que valoriza o saber técnico e tende a desqualificar o conhecimento não especializado. Esse aspecto somado a interferência crescente dos esquemas clientelistas nas diversas instâncias administrativas da agência, constituem-se ainda hoje em fortes obstáculos a democratização no processo de gestão nos assentamentos.

No caso dos assentamentos extrativistas, eles expressam uma revisão mais substantiva dos critérios de promoção do acesso a terra aos “de baixo”. Começa pela criação de uma nova modalidade de assentamento que prevê a manutenção do extrativismo, porém, com os direitos de posse e uso – conseqüentemente, todos os desdobramentos advindos

deste ato, como formulação de políticas públicas específicas para esse segmento social de produtores – assegurado aos seringueiros. Isto não estava no script do INCRA e nem dos “missionários do progresso”, em geral, no estado. Como vimos no Capítulo II, as classes dominantes admitiam no limite, a conservação do extrativismo sob a batuta dos seringalistas ou em associação com a pecuária, enquanto o MSTR, considerava suficiente a garantia ao acesso a terra segundo as dimensões fixadas pelo “módulo rural”, que no Acre, variava de 55 a 100 ha.

A justificativa para a criação dos assentamentos de produtores extrativistas começa assim: “A figura do seringueiro-castanheiro, por sua importância social, cultural e econômica, deve ser valorizada através da nova perspectiva de exploração e uso da floresta”. Mais adiante, sintetiza os fundamentos econômicos, sociais e ecológicos sobre os quais estariam apoiados os argumentos favoráveis a criação dessa nova modalidade de assentamento.

No econômico, destaca-se em especial o peso das atividades extrativistas na economia regional; no social, indica a existência no estado de “aproximadamente 15 mil famílias de seringueiros que têm na exploração extrativa sua principal fonte de sobrevivência. Em vista disso, o PRRA-AC preocupa-se em viabilizar política de valorização do seringueiro, principalmente nas áreas de maior concentração extrativista”, o que atenderia, ainda, segundo o referido documento, as orientações contidas no PNRA no sentido “de respeitar sempre que possível, as distintas formas de posse e uso das terras”; no ecológico, afirma-se que a conservação do extrativismo seria uma forma eficaz de garantir a defesa do

meio ambiente, “até que sejam definidos manejos adequados dos recursos naturais na região, esta atividade há de ser rigorosamente preservacionista”. (MIRAD/INCRA, op. cit., pp. 9 e 10)

Não é necessária uma análise mais rigorosa para perceber que não existe nenhuma novidade nos argumentos que justificam a criação dos projetos de assentamento extrativista. Como mostramos anteriormente, essas questões estavam sendo amplamente debatidas desde meados da década de 1970. O que há de novo, efetivamente, são as motivações para que o INCRA passasse a reconhecê-la de forma que traduzisse em políticas diferenciadas da “matriz” modernizante.

Entre essas motivações, pode-se apontar como determinante a necessidade de a autarquia, que atravessava um momento de extrema instabilidade política e institucional, obter maior legitimidade e respaldo junto à sociedade civil. Nesse sentido, responder às pressões de uma corrente do MSTR identificada com o “novo sindicalismo”, que àquela época já contava com apoio de organizações ambientalistas internacionais (conforme ver-se-á mais detidamente na seção 3.3.), seria um bom começo. Deve-se considerar, ainda, que na Direção Nacional da autarquia essa proposta contava com o apoio de alguns intelectuais historicamente comprometidos com a luta pela reforma agrária que haviam se envolvido com a elaboração e implementação do PNRA.

Sobre os assentamentos de ribeirinhos, argumentou-se que a inexistência de estudos sobre a situação desse segmento social no estado dificultava a formulação de propostas mais objetivas para as ações fundiárias. Desse modo, acaba

apresentando uma série de recomendações genéricas como “regularização da situação fundiária e readequação das áreas minifundiárias”, realização de pesquisa agrícola para orientar o sistema produtivo, “implantação de núcleos de reforma agrária, com estruturação mínima para beneficiamento e armazenamento da produção, transporte fluvial, saúde, educação”. (MIRAD/INCRA, op. cit., p. 10)

A rigor, estas indefinições em relação aos problemas dos ribeirinhos refletem em parte o “abandono” dessa categoria pelo sindicalismo rural. Ou seja, naquele período, os colonos dos projetos de colonização do INCRA e os seringueiros do Vale do rio Acre formavam a base mais representativa e mobilizada do movimento sindical. Além de conseguir um certo grau de unidade em torno de um conjunto de reivindicações comuns, detinham também o controle das direções sindicais. Portanto, as desigualdades de tratamento das demandas dos “de baixo” no momento da formulação do PRRA-AC refletem não só as relações de forças entre classes antagônicas mas também aquelas resultantes desse processo de representação dos segmentos sociais subalternos, materializadas pelos sindicatos.

No caso dos projetos de reassentamento, o tratamento dispensado no Plano é similar ao dos ribeirinhos. Na verdade, como se trata basicamente da retirada de posseiros das terras indígenas, essa questão foi incorporada ao PPRA-AC para responder as pressões das organizações representativas dos índios. Neste caso, a situação deles difere dos ribeirinhos porque acabam sendo duplamente excluídos, isto é, a sua condição de “posseiros não índios” é, simultaneamente,

indesejável, sob o ponto de vista dos movimentos indígenas, e praticamente ignorada pelo sindicalismo rural.

Por último, destacaríamos no PRRA-AC a parte que trata dos “Programas Complementares”, onde aparecem as proposições em relação à “Regularização Fundiária” e à “colonização”. No tocante à regularização, apesar de reconhecer que “As ações fundiárias desenvolvidas através da discriminação administrativa não têm alcançado seu objetivo principal”, não apresenta nenhum indicativo que evidencie a disposição de alterar esse quadro. Insiste na necessidade de respeitar os “limites de titulação permitidos pela legislação vigente, seja através de discriminação judicial, seja pela via administrativa”, obedecendo a sete diretrizes básicas.

No geral, essas diretrizes reafirmam a necessidade de mais estudos fundados nas “peculiaridades da propriedade fundiária no Acre” e admitem a possibilidade de “redefinir critérios para a implantação de projetos agropecuários em áreas tradicionais de extrativismo”, bem como a de adotar um procedimento jurídico diferenciado para regularização fundiária, isto é, “aplicar, tratando-se de posse extrativista sobre terras públicas, o instituto de concessão de uso, como forma de ampará-la”. Esse era um dos pontos centrais da proposta de reserva extrativista defendida pelo STR de Xapuri e CNS. A diferença é que deveria ser extensiva às áreas de terras de domínio privado, cuja legalidade era questionada.

Sobre a “Colonização”, propõe-se o assentamento, em 1986, de mais 200 parceiros nos projetos existentes e o redirecionamento das diretrizes do INCRA nos mesmos. Além da adoção de medidas destinadas a dotar esses projetos de infraestrutura social e produtiva, indica-se a necessidade de

uma ação mais “rigorosa para a erradicação e fiscalização de transferências ilegais de lotes”, considerada, já naquele tempo, um dos grandes problemas nas áreas reformadas (no próximo capítulo esta questão será analisada). A gestão desses projetos, contudo, permanecem centralizadas pela direção do INCRA, contrariando as orientações da autarquia em nível nacional no sentido de incorporar a participação dos assentados.

Apartir desta exposição, com certo grau de detalhamento, do conteúdo PRRA-AC, pode-se extrair uma conclusão fundamental: aquele “mundo” que o INCRA pretendia transformar impunha, pouco mais de uma década depois, a necessidade de transformação do INCRA¹⁹¹ e do projeto de modernização por ele representado. É possível notarmos em diversos pontos do PRRA-AC – redefinições do regime de posse e uso da terra, preocupações com a conservação ambiental e com a participação dos trabalhadores no processo decisório – a incorporação daquelas críticas a que nos referimos na primeira seção (3.1).

O problema é que nem a burocracia do INCRA aparentava predisposição para operar essas mudanças internas, tampouco o sindicalismo rural ligado à CUT acreditava que a instituição fosse capaz ou demonstrasse interesse em implementar aquelas orientações, consideradas muito tímidas diante da gravidade do problema agrário no estado, contidas no PRRA-AC. Um balanço da gestão de Othília Melo, que coincidiu com a vigência do PRRA-AC, pode esclarecer um pouco mais essa questão.

191 – Mudanças de diretrizes em relação ao desenvolvimento regional implicavam obrigatoriamente em modificações no funcionamento da instituição.

Assim como o Estatuto da Terra teve sua aprovação na perspectiva de não ser executado, referimo-nos especificamente aos aspectos favoráveis aos trabalhadores, o PRRA-AC parece ter seguido o mesmo espírito. As frações mais poderosas do capital, cujos interesses associavam-se a preservação da estrutura fundiária concentrada na grande propriedade, concentrou suas pressões em Brasília para obstruir tanto o PNRA quanto a atuação do aparato estatal vinculado á questão agrária. Portanto, embora a Federação patronal tenha participado da elaboração do PRRA-AC, o fez com a convicção de que aquela não era arena decisória fundamental, ou seja, mesmo que fossem incorporadas algumas demandas dos “de baixo”, elas estavam sujeitas à obstruções futuras. Para a Direção Regional do INCRA, o PRRA-AC representava ao mesmo tempo o cumprimento de uma determinação da Direção Nacional e uma resposta aos segmentos sociais subalternos no estado, que reivindicavam a participação nos processos decisórios da autarquia.

A entrevista com Othília Melo foi muito esclarecedora a esse respeito. De acordo com ela, a dotação de infraestrutura social e produtiva nos projetos de colonização existentes era considerada prioritária na sua gestão. Esse teria sido um dos principais pontos de divergência com a Direção Nacional do INCRA, uma vez que “em Brasília a meta era outra: arrecadar terra e assentar. Havia um compasso diferente”, afirma Othília Melo.

A opção por essa prioridade – dotação de infraestrutura nos projetos de colonização – propiciaria a construção de uma ampla base de apoio político à Coordenadoria da agência. A burocracia interna ficaria satisfeita em dar continuidade às

ações nos projetos de colonização, satisfaria também àquele setor das oligarquias defensores tradicionais dessa política, os grandes proprietários rurais – com a diminuição dos riscos às desapropriações – e as bases do sindicalismo rural situadas nessas áreas de colonização. Isso não era pouca coisa, ficava de fora naquele momento, basicamente o STR de Xapuri, envolvido com os conflitos de terras de maior intensidade no estado.

A predominância desta diretriz indicada por Othília Melo, pode ser dimensionada nos dados relativos ao número de famílias assentadas nesse período: 3.389 nos projetos de colonização¹⁹², contra menos de 800 nos novos assentamentos (INCRA, 1998). Os investimentos em infraestrutura foram concentrados também nos projetos de colonização. Foi o agravamento dos conflitos sociais pela posse da terra e o crescimento das pressões sindicais que impediram com que o PRRA-AC se tornasse “letra morta”. Entre 1985 e 1990, foram noticiados pela imprensa 36 conflitos de terras no Acre (GONÇALVES, 1998: p. 475), sendo a maioria (33) na região do vale do rio Acre. Na tentativa de minimizar esses conflitos, uma das medidas adotadas pelo INCRA foi desapropriar algumas áreas para implantar assentamentos, como indica o demonstrativo indicado no Quadro 3.2 a seguir,

192 — Segundo a avaliação de José Graziano da Silva (1996:21), “pode-se dizer que o PNRA da Nova República deu continuidade aos programas de colonização da Amazônia tão festejados pelos regimes militares que a antecederam”. Nesse sentido, o que ocorreu no Acre não foi diferente dos demais estados da Amazônia.

Quadro 3.2: Assentamentos criados pelo INCRA no Acre (1985-1989).

	Projeto	Acesso	Município (sede)	Área (ha)	Ato de Criação Portaria Resolução	Forma de Aquisição	Total Famílias*
01	P.A ** Figueira	AC 090 - Km 60	Rio Branco	25.937	Port. 083 29.01.87	Desapropriação	343
02	P.A Espinhara	BR-364 - Km 24	Bujari	1.480	Port. 730 23.09.86	Desapropriação	33
03	P.A Vista Alegre	BR-364 - Km 25	Rio Branco	997	Port. 167 25.02.87	Desapropriação	24
04	P.A São Pedro	BR-364 - Km 05	Rodrigues Alves	27.698	Port. 887 24.06.88	Arrecadação	314
05	P.A Pavão	Rio Juruá - 40 km	Rodrigues Alves	5.474	Port. 263 24.04.89	Arrecadação	50
06	P.A Remanso	BR-317 - Km 100	Capixaba	39.570	Port. 472 04.06.87	Desapropriação	115
07	P.A.E. St* Quitéria	BR-317 - Km 96	Brasileia	44.205	Port. 886 24.06.88	Desapropriação	207
08	P.A.E. Chico Mendes	BR-317 - Km 70	Epitaciolândia	24.898	Port. 158 08.03.88	Desapropriação	68
09	P.A.E. Riozinho	BR-364 - Km 75	Sena Madureira	35.896	Res. 39 20.10.89	Desapropriação	70
10	P.A.E. Porto Dias	BR-364 - Km 15	Acrelândia	22.145	Res. 40 20.10.89	Desapropriação	83

Fonte: INCRA-SR 14 (1998)

*Referente ao número de famílias existentes em 1998.

**Foi criado na categoria de PAE, nos anos 90, foi transformado em PA.

A maioria dos assentamentos criados nesse período enquadrou-se na modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista – PAE, instituída pelo INCRA mediante a Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987. As principais inovações introduzidas com os PAE foram: a) reconhecimento das formas de ocupações pré-existentes e, por conseguinte, a indivisibilidade da terra mantendo-a sob regime comunal, nas modalidades associativa, condôminial ou cooperativa; b) substituir o regime de propriedade privada da terra por contratos de concessão de uso em conformidade com o

Instituto de Direito Real de Uso¹⁹³; c) o extrativismo antes considerado um obstáculo à modernização, passa a ser valorizado como uma forma de exploração econômica compatível com a conservação ambiental na Amazônia.

Essa nova modalidade de assentamento parecia eficaz para contemplar as demandas dos seringueiros e enfrentar aquelas peculiaridades reconhecidas pelo INCRA em meados dos anos 70. Cabe ressaltar que a possibilidade de adoção do Instituto de Direito Real de Uso como instrumento de regularização fundiária pelo INCRA, estava sendo debatida há algum tempo entre os especialistas, conforme o demonstram artigos publicados na Revista de Direito Agrário editada pela autarquia (mais especificamente nos números 8, 9 e 10, publicadas entre o segundo semestre de 1982 e 1983). Ou seja, os PAE foram criados no bojo dos conflitos sociais pela posse da terra e de um rico debate teórico que perpassou tanto a sociedade civil quanto à sociedade política.

A decisão de criar essa modalidade de assentamento não resultou, contudo, na sua aceitação por parte da maioria do corpo burocrático da autarquia¹⁹⁴. Além de não ter sido tomada nenhuma iniciativa no sentido de regularizar juridicamente a situação dos moradores dessa área, – que em virtude disso, permaneceram até 1997 alijados de todos os benefícios previstos para os outros assentados, como

193 — O Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, “que dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo, expõe em seu art. 7º: “É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social” (ROSAS, 1983:35).

194 — Referimo-nos especificamente à SR 14, embora seja presumível que em nível nacional a situação não tenha sido diferente, dada a ausência desses PAE nas dotações orçamentárias destinadas a crédito e infra-estrutura de apoio nos projetos de assentamento.

obras de infraestrutura, créditos oficiais, assistência técnica etc. – o setor mais refratário da burocracia desencadeou uma ação sistemática em algumas áreas como no PAE Figueira, com o intuito de convencer os moradores a rejeitar este tipo de assentamento¹⁹⁵. A divisão política gerada entre os moradores (seringueiros) somadas aos conflitos resultantes das ocupações de terras nas bordas desse PAE por parte de trabalhadores sem terra da região, fizeram com que em meados dos anos 90 a área fosse loteada e transformada em Projeto de Assentamento.

Essa postura de um setor da burocracia da SR 14, não foi diferente daquela adotada pelas superintendências do estados do Amazonas e Amapá, onde fora criado também essa modalidade de assentamento. Este fato, somado a uma trajetória marcadamente autoritária da autarquia na região, fez com que o sindicalismo rural articulado com o CNS, passasse a desconfiar das possibilidades de efetivação desses PAE. Por esta e por outras razões que a luta pela criação das reservas extrativistas passou a ocupar um lugar central na estratégia do CNS, conforme será analisado mais detalhadamente na próxima seção.

A rigor, ao levar-se em conta o grau de instabilidade e incertezas reinante na Direção Nacional do INCRA nesse período, as realizações da SR 14, chegam a serem

195 — Na condição de assessor do CNS, tive, na época, oportunidade de acompanhar diretamente esse processo. Os argumentos mais utilizados pelos técnicos da instituição que se empenharam nesse “trabalho sujo”, era o de que na modalidade de PAE, os moradores da área não teriam direito ao título de propriedade da terra (o que é verdade) e por conseguinte, não poderiam vendê-las se o desejassem (o que não é correto, uma vez que podem transferir a terceiros o direito de uso, desde que em conformidade com os demais moradores). Argumentavam ainda, que permaneceriam “abandonados” porque o INCRA nada faria para “ajudá-los”. Além disso, encorajaram as ocupações de terras nas bordas da área do PAE.

surpreendentes. A nossa hipótese é de que isso foi possível graças a conjugação de dois fatores determinantes: 1) poder de mobilização e pressão demonstrado pelo sindicalismo rural nesse período; 2) o substantivo apoio dispensado à Othília Melo por parte do governo estadual e bancada parlamentar em Brasília, que embora pouco numerosa, compunha a base de sustentação política do governo Sarney, o que facilitava as barganhas ministeriais. Da análise dessas questões nos ocuparemos a seguir.

3.4. O MSTR e os novos desafios da “modernização”

Ao longo dos anos 80 houve uma transformação substancial na estruturação das classes sociais no mundo rural acreano, especialmente na região do Vale do Acre e Purus¹⁹⁶. A figura do seringalista (proprietário direto ou arrendatário de seringais) foi praticamente extinta, surgindo em seu lugar uma nova classe dominante formada majoritariamente por grandes e médios pecuaristas. No âmbito das classes subalternas, ocorreram também mudanças significativas, que passam a expressar-se numa diferenciação social mais nítida entre e (n)as três categorias sociais existentes anteriormente. Referimo-nos aos “posseiros”, “colonos” e assalariados rurais.

Os conflitos sociais no campo tinham, ainda, como epicentro a luta de “posseiros” versus latifundiários em torno das disputas pela posse da terra. Entre os “posseiros” podia-se perceber a delineação de um processo de diferenciação

196 — No Vale do Juruá esse processo tem sido mais demorado. Embora em número mais reduzido, a figura do seringalista ainda permaneça em alguns recantos daquela região.

interna entre os seringueiros, “ribeirinhos” e outros pequenos agricultores que viviam de uma agricultura predominantemente de subsistência ao longo do território. Também entre os seringueiros começaram a ficar mais nítidos os resultados da ampliação da conquista de “autonomia”, que acabou diferenciando-os entre “autônomos” e “cativos”. Pode-se dizer que o universo sociocultural que permeia a reprodução desse segmento é fortemente influenciado/tensionado, por um lado, pela visão de mundo difundida pelas oligarquias no decorrer da formação da sociedade regional e, por outro, pelos valores difundidos pelo sindicalismo e especialmente, a rejeição aos fazendeiros (“paulistas”) por expressarem uma ameaça constante a sua existência.

No segmento formado pelos “colonos”, a criação dos Projetos de Colonização pelo INCRA, além de ampliar quantitativamente essa categoria, modificou substancialmente o seu perfil sociocultural no estado, uma vez que a maioria das famílias assentadas era originária do Centro-Sul do país. Essas áreas de colonização, ao reunir assentados com trajetórias distintas – “acrianos” e os migrantes do Sul –, passaram a interferir significativamente no âmbito da organização sindical no campo. A pesquisa realizada por Nascimento (1985) junto a um grupo de migrantes do Paraná¹⁹⁷ no Projeto de Colonização Pedro Peixoto aponta um conjunto de questões de largo alcance para uma reflexão sobre a dinâmica desse

197 — Muitos desses migrantes haviam perdido suas terras após a inundação provocada pela construção da Hidrelétrica Itaipu, outros, pelo processo de expropriação resultante da “modernização conservadora” naquela região (NASCIMENTO, 1985).

processo em nível estadual¹⁹⁸, entre as quais destacaríamos três: 1) tipo de trajetória; 2) estranhamento com a realidade; 3) sentimento de revolta contra o INCRA.

A trajetória desse contingente social guarda diferenças significativas com a dos “acreanos”. Segundo Nascimento (op. cit, pp. 61e 69),

O migrante rural do Sul, hoje assentado no Acre, traz uma história de enfrentamento muito diversa da dos seringueiros/posseiros do Acre. Sua identidade como trabalhador não se referencia a um Estado e menos ainda um espaço determinado, como no caso do seringueiro. Enquanto este luta contra a expropriação que anula sua identidade, aquele tem à expropriação na história e a busca de terra é o caminho para a liberdade, segurança e reafirmação de identidade. A terra é, portanto, o valor máximo. Nesta busca ele segue os rumos traçados pelo capital e vivencia as diferentes formas de exploração e expropriação [...] A história da expropriação dos colonos pode ser vista, numa primeira impressão, como de passividade. Não há na história de vida deste grupo, nos momentos de expropriação por que passavam no Sul, nenhum relato de participação em movimentos organizados [...] As ações da resistência individual aparecem quando a “injustiça” é muito grande, quando a subsistência

198 — Essa afirmação está referenciada no conhecimento que adquiri tanto nas andanças que fiz em todos os projetos de colonização no Acre – especialmente no período de 1984-86, na condição de supervisor do PDRI – quanto no contato com as lideranças dos colonos via PT e movimento sindical (1984-98).

da família é comprometida. Ela se configura para o próprio colono como ação desesperada.

Com o exposto acima, interessa-nos evidenciar não só as diferenças marcantes de trajetórias sociais, mas suas conseqüências imediatas na organização sindical. Enquanto para os “acreanos” (“posseiros”) o sindicato teve um papel decisivo na conquista da terra, os migrantes do Sul a obtiveram diretamente através do INCRA. Além do mais, entre os migrantes do Sul, aqueles que tiveram algum vínculo anterior com o sindicalismo o fizeram com um tipo de sindicato “essencialmente prestador de serviços” (NASCIMENTO, op. cit., p. 113). Em síntese, ao MSTR colocase como principal desafio conquistar sua legitimidade política junto à nova base social, sob condições mais complexas que a do período imediatamente anterior, conforme demonstrar-se-á doravante.

No que diz respeito ao estranhamento dos migrantes do Sul com a realidade, ele começa logo que é apresentada pelo INCRA, no Paraná, a proposta para assentamento nas terras do Acre. A perplexidade de um dos entrevistados por Eloísa Nascimento (op.cit, p. 84) ficou bem sintetizada na seguinte frase: “Acre? Mais meu Deus, onde é que fica isso?”. Por esse tipo de reação pode-se imaginar o quanto aquele mundo era desconhecido por esses migrantes. Esse desconhecimento, somado à propaganda do INCRA acerca da alta fertilidade das terras, boas condições climáticas e dotação de infraestrutura adequada à sua exploração, acabou contribuindo para motivá-los a partir rumo ao Acre.

Ao chegarem no estado, encontraram uma realidade totalmente adversa, diferente daquela imaginada ou prometida pelo INCRA. Eles foram “jogados na mata” pela autarquia, sem casa para morar e nenhuma infraestrutura social e produtiva de apoio, passaram a experimentar um novo momento dramático em suas vidas. As frustrações com o padrão de subsistência vigente, “tanto ao nível do trabalho propriamente dito, como de habitação e hábitos alimentares” (Nascimento, op.cit, p. 60), acabou gerando um desânimo que resultou, em muitos casos, no abandono dos lotes, tal como ocorreu em outras áreas de fronteira, conforme demonstra o estudo de Santos (1993).

A sensação de regresso no tempo fazia-se presente em todas as dimensões de um mundo considerado primitivo, a mata¹⁹⁹. Esta era considerada como obstáculo ao desenvolvimento das práticas agrícolas, as relações de trocas permeadas ainda pelo “escambo”²⁰⁰ e o modo de vida dos “acreanos” percebido como rudimentar, atrasado. Como bem interpretou Nascimento (op. cit., pp. 130 e 135),

No estereótipo que o colono oriundo do Sul do país faz do seringueiro/posseiro as relações são também de negatividade. O seringueiro não compreende o valor da terra, ele não tem acesso à educação nem o reivindica, a inexistência de estradas é uma marca de sua condição, ele é isolado [...] Em todos os níveis os

199 — Segundo Nascimento (op.cit, p.132), “[...] A mata lhe é hostil, ela o assusta. Tanto que até hoje, após quatro anos de vivência na região, eles mantêm uma série de temores em relação à mata [...] muitas mulheres de colonos não chegaram ainda a conhecer até o fim do lote [...] por causa dos perigos da mata [...]”.

200 — Os entrevistados por Nascimento relatam que as trocas se davam via de regra entre produtos: “um saco de milho por uma lata de óleo” e assim por diante.

hábitos, maneira de falar, a maneira de criar os filhos, do colono vindo do Paraná é considerada por estes como o certo, o legítimo. O acreano aprende, assimila. Assim, há um confronto de culturas embora seja entre trabalhadores eles não percebem como em relações igualitárias. Há uma nítida posição autoritária por parte dos migrantes do Sul, lídimos representantes do progresso.

Em resumo, introjetou-se “por baixo”, na base social dos sindicatos, a ideologia do colonizador. Contudo, a ação do INCRA (em que pese o reconhecimento pelo acesso à posse da terra), ao ser “vista por muitos como enganadora, ilusória”, fragiliza o Estado naquilo que lhe é essencial: aparência de neutralidade na observância da Lei e garantia da satisfação do bem comum (Poulantzas, 1977). Tal aparência começa a ser questionada face à conjugação de três fatores relativamente fáceis de serem percebidos por esses colonos: 1) assim que chegaram ao Projeto perceberam que foram ludibriados, que havia uma distância enorme entre o prometido pelo INCRA e o que (não) encontraram; 2) depois de algum tempo de expectativa a respeito de possíveis soluções, ficava claro o flagrante descumprimento da Lei – Estatuto da Terra –, que estabelecia um conjunto de ações complementares no sentido de dotar as áreas reformadas de infraestrutura social e produtiva; 3) a diferença de tratamento dispensado aos “colonizadores”: enquanto os fazendeiros recebiam financiamentos subsidiados e outras benesses, os colonos permaneciam “jogados na mata”. Ou seja, o fato de apresentarem-se na condição de portadores do progresso não

implicava no cumprimento de papéis comuns; pelo contrário, havia uma nítida distinção entre os detentores do capital e os do trabalho.

Enfim, ao entrarem em cena os colonos do Centro-Sul do país, instaurou-se uma outra ordem de problemas a ser enfrentada pelo sindicalismo: recriar na diversidade cultural um coletivo articulado em torno de interesses comuns. Nesse processo concorreram de forma positiva a ressocialização forjada espontaneamente no cotidiano desses colonos²⁰¹, a atuação de outros mediadores, em especial a CPT (o catolicismo era predominante entre os migrantes, o que facilitava uma aproximação religiosa com os “acreanos” e, principalmente, a identificação do INCRA como a fonte dos “males” comuns, o que, diga-se de passagem, contou com uma “mãozinha” da autarquia).

Quanto aos assalariados rurais, houve também nesse período algumas modificações no seu perfil. Nos anos 70, a força de trabalho empregada na implantação da pecuária extensiva²⁰² era em grande parte formada por trabalhadores arregimentados em outras regiões do país. Na década de 80, passa a ser composta majoritariamente por um “exército de reserva” formado no Acre por milhares de trabalhadores expulsos da terra que passaram a aglomerar-se nas periferias dos principais núcleos urbanos.

201 — Nos depoimentos transcritos por Heloísa Nascimento aparece, com riqueza de detalhes, o processo inicial de integração, de trocas de experiências entre os colonos do Sul e os “acreanos”. Ou seja, vão se constituindo nas capilaridades desse universo social maneiras diversas de lidar e superar o estranhamento. A sobrevivência de ambos nesses projetos do INCRA dependia dessa superação e é provável que tenham percebido isso com o tempo.

202 — Tanto nas tarefas ligadas ao desmatamento quanto naquelas relacionadas com o manejo da pecuária (peonagem).

Esses assalariados estiveram sempre à margem da organização sindical no Acre. Não há registro na história desse sindicalismo da presença de um assalariado na sua direção. Inicialmente, a Delegacia Regional da Contag manifestou sua preocupação com as precárias condições de vida e trabalho daqueles trabalhadores contratados temporariamente pelos fazendeiros para realizar os desmatamentos. Nesse sentido, divulgou diversas denúncias na imprensa local, moveu ações judiciais contra os patrões e cobrou da Delegacia Regional do Trabalho providências para garantir o cumprimento da Lei.

O “abandono” posterior desses trabalhadores deve ser compreendido a partir das especificidades da luta sindical na região. Além de representar um segmento social minoritário, eles passaram a situar-se praticamente no front adversário do Sindicato. Nos “empates”, o confronto inicial era entre as lideranças sindicais e o grupo de trabalhadores que realizavam o desmatamento, marcado sempre por fortes tensões. Afinal, a sobrevivência de ambos os lados estava em jogo. Quanto aos “peões” das fazendas, por razões óbvias²⁰³, era inimaginável uma aproximação com o sindicalismo. Em síntese, os assalariados ficaram praticamente excluídos da esfera de ação sindical nesse período.

Interfere ainda nesse universo formado pela base social dos sindicatos, a atuação de múltiplos agentes intermediários. Na esfera econômica, as relações de trocas se processam por intermédio de uma rede mais numerosa de “marreteiros” (atravessadores) que passam a recompor a

203 — Além de os patrões não admitirem tal possibilidade, a maioria desses “peões” assimilava ideologicamente a “causa” do patronato. É nessa condição, de defensores dos patrões, que são percebidos pelas lideranças sindicais, ou seja, há uma rejeição mútua.

cadeia de intermediação mercantil e tecer, sob o comando do capital comercial, os vínculos de exploração e subordinação no campo²⁰⁴. À medida que as transações comerciais se processam por meio de relações contratuais informais, recompondo o sistema de “aviamento” e novos vínculos de dependência pessoal, esses agentes tendem a ocupar um espaço que se projeta além das relações estritamente mercantis.

Nesse sistema, diz Aramburu (1994:83), “A relação entre o comerciante e o freguês é uma relação social central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência da produção mercantil, mas constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em casos de perigo [...] em troca de uma relação comercial monopolista”. Apesar de esse sistema ter se modificado a partir dos anos 50, com o aparecimento dos “marreteiros”, continua Aramburu (op.cit.), “o aviamento continuou existindo em seus traços fundamentais [...] Os marreteiros flexibilizaram e fragmentaram em grande medida o sistema comercial, mas a necessidade de crédito para a produção mercantil fez com que acabassem entrando no sistema de aviamento [...] entendido como fornecimento de mercadoria a crédito para viabilizar a produção [...]”. Sob um contexto marcado pela precariedade de infraestrutura

204 — É claro que parte da base dessa rede, ou seja, aqueles indivíduos que “embrenhavam-se” nas matas para realizarem as trocas com os produtores diretos, existia anteriormente. Contudo, especialmente até os anos 70, ela atuava clandestinamente, nas “bordas” do monopólio comercial centralizado nos “barracões” pelos seringalistas. Além do mais, com a ampliação do transporte rodoviário, aquela figura do “batelão” – barco que funcionava como transporte e entreposto de trocas – foi cedendo lugar aos veículos de carga automotivos. A alteração no padrão de transporte certamente implicou em modificações na estrutura desse circuito mercantil, aumentando consideravelmente a importância da figura do “marreteiro”.

produtiva e social básica, a maioria desses produtores diretos mantém-se dependente ou potencialmente sujeita à integração nesse sistema.

Além desses intermediários, amplia-se a partir desse período a presença de outros agentes sociais: 1) profissionais ligados aos serviços de assistência técnica e extensão rural da Emater, de técnicos do INCRA e às diversas secretarias estaduais de governo, professores, agentes de saúde etc., que passam a exercer influências diversas no processo de mediação; 2) membros da hierarquia e leigos da Igreja Católica, que coordenam, via CPT, os grupos de evangelização na zona rural (começam a marcar presença, também, agentes pastorais ligados a seitas evangélicas que, em parte, foram levadas por alguns os migrantes do Centro-Sul); 3) finalmente, marca também esse novo cenário uma atuação mais permanente dos políticos e das organizações partidárias. É nesse transformado contexto que se desenvolve a ação sindical nos anos 80.

Esse maior grau de complexidade aumenta as dificuldades para assegurar a coesão dessa base em torno da representação sindical. Além do mais, deve-se lembrar que não é só “em baixo” que estão ocorrendo transformações, mas também “em cima”. Ou seja, com a queda da ditadura militar, os mecanismos de dominação antes ancorados predominantemente em práticas coercitivas passam a se deslocar com maior intensidade para afirmação da supremacia das formas consensuais e, por conseguinte, a esfera da sociedade civil recobre-se de maior importância no palco das disputas pelo poder político.

Vale ressaltar, contudo, que a valorização dos mecanismos consensuais no processo de dominação não

quer dizer que a coerção - o uso sistemático da força - tenha sido extirpada. Ao contrário, a presença do aparato policial nos conflitos de terras foi muito mais intensa nos anos 80 do que na década anterior. Além do mais, foi também no âmbito da sociedade civil que a classe dominante organizou a União Democrática Ruralista - UDR²⁰⁵, que, no Acre, a exemplo de outros estados da Federação - como bem demonstrou Bruno (2002) -, cumpriu exemplarmente a função de milícia privada destinada a reprimir e intimidar o movimento de resistência, de luta pela terra, liderado pelo sindicalismo. Entre os seus feitos, podem ser contabilizados, por exemplo, os assassinatos de Ivair Higino e Chico Mendes (ambos em 1988), líderes do STR de Xapuri.

Enfim, o sindicato, além de se defrontar com novos concorrentes, que disputam com ele espaços de poder junto à sua base social, acaba também, enquanto ator social - recoberto de legitimidade na esfera da sociedade civil -, tornando-se objeto de "desejo" e de "ódio" das diferentes forças política preocupadas em conquistar ou assegurar o seu poder nos postos de comando situados no âmbito da sociedade política.

205 - Nasquelas conjunturas em que o monopólio legítimo da violência por parte do Estado é considerado ineficaz para a satisfação de seus interesses imediatos, não há problema para a classe dominante em promover uma "pequena" violação nesse sagrado ou consagrado atributo do Estado moderno, segundo a interpretação weberiana. Maiores informações sobre a constituição da UDR no Brasil, ver, especialmente, Bruno (1997).

3.4.1. As disputas pela hegemonia na direção sindical

Se o cenário descrito até aqui sugere a magnitude dos novos desafios para o sindicalismo assegurar nos níveis anteriores a coesão de sua base sindical, os mesmos não são menores para garantir a unidade da sua direção. Enquanto nos anos 70, sob o “guarda-chuva” da Igreja Católica, ancorada na sua versão crítica do modelo de expansão capitalista na região²⁰⁶, foi possível unificar essas lideranças, nos anos 80, a situação mudou substancialmente. O monopólio da Igreja enquanto intérprete e articuladora dos diversos movimentos sociais acabou, segundo Mourão (1988), sendo “quebrado” nesse período. De fato, diz Gonçalves (1998:420), “já em 1980 se torna mais notória a presença no Acre de vários partidos clandestinos de esquerda [...] Cada um desses agrupamentos tinha seus próprios jornais e procurava afirmar sua própria verdade”.

A efervescência política que se espalhou nacionalmente despertando corações e mentes para a luta contra a ditadura militar, bem como os efeitos em nível estadual da “chegada

206 — Segundo Martins (1994:124-125), “A Amazônia pôs a Igreja diante da evidência de que o capital e o desenvolvimento capitalista maciços, ao contrário do que se supunha, podiam criar problemas sociais de tal gravidade, que se equiparavam ou superavam os gravíssimos problemas da miséria rural no Nordeste. Até então, o conjunto das ideias que norteavam as concepções e a ação da Igreja em relação à questão agrária estavam centralizadas no princípio de que o progresso promoveria a equitativa distribuição dos bens, isto é, o próprio capital poderia resolver a questão agrária. A dificuldade estava em que o progresso era lento, não se dava no nível adequado à urgência dos problemas. Nesse sentido, a intervenção do Estado, para promover essa aceleração era necessária”. Dada a inércia política no comportamento do Estado, no sentido de intervir nesse processo para romper com o “círculo vicioso da pobreza”, continua Martins, “[...] A Igreja destacava, assim, a importância da consciência crítica dos cristãos e dela própria. Nesse âmbito é que a doutrina social da Igreja ganhava consistência como alimento dessa consciência crítica [...] Mais importante historicamente do que a intervenção da Igreja nas questões sociais foi a disseminação de um método de pensar crítico, sobretudo entre os intelectuais católicos [...]”.

do PT”, resultaram no aprofundamento do debate ideológico subjacente a essa conjuntura e influenciaram sobremaneira os rumos do sindicalismo rural. Em março de 1980, por iniciativa de João Maia e parte da Igreja Católica²⁰⁷, o Partido dos Trabalhadores inicia sua organização no estado do Acre através da criação de uma Comissão Regional. O MSTR constitui-se inicialmente na sua base de sustentação política mais importante. Suas principais lideranças – João Maia, Wilson Pinheiro, Chico Mendes – filiaram-se ao partido e passaram a organizá-lo no estado.

Antes de analisarmos o significado desse fato na sociedade regional deve-se esclarecer uma dúvida: havendo uma orientação da Contag em nível nacional no sentido de manter os sindicatos afastados da política partidária (Medeiros, 1989), por que o homem de confiança dela no Acre adotou uma postura diferenciada? Apesar de João Maia afirmar em uma entrevista que ligar-se ao PT foi uma iniciativa pessoal - “Fui eu que direcionei a organização sindical todinha para o PT, de 79 a 82”²⁰⁸ -, é difícil de acreditar que o faria sem o consentimento da direção da Contag. Uma hipótese plausível é a de que o envolvimento da Contag no Acre com o setor da Igreja Católica ligado à Teologia da Libertação era mais forte do que aparentava, seja em virtude da trajetória de João Maia – seminarista durante dez anos –, seja devido a

207 – Houve uma divisão política entre os intelectuais (tanto os da hierarquia da Igreja quanto os leigos) que se articulavam em torno dessa corrente progressista. Muitos deles, como o padre Manoel Pacífico e integrantes do jornal Varadouro permaneceram no PMDB, mais precisamente na chamada “Tendência Popular” do partido, que possuía maior influência junto às comunidades eclesiais de base situadas na cidade de Rio Branco.

208 – Cf. entrevista de João Maia (Seringueiro - memória, história e identidade. CDIH, s.d., p. 528).

possíveis compromissos firmados entre ambas (Igreja Católica e Contag) para a fundação dos sindicatos no estado.

O modo como se iniciou o processo de organização do PT no Acre aparece bem explicitado nesta fala de um dos seus fundadores, Marcos Montysuma (citado por FERNANDES, 1999:62),

[...] Numa só noite, ou numa tarde, fazíamos três reuniões diferentes com o mesmo povo e não tinha ordem para se começar primeiro por uma ou outra não?! Um dia se falava primeiro do PT, outro dia se falava primeiro do evangelho e, em outro, se falava primeiro do sindicato [...] Então fazia-se três reuniões diferentes, discutindo em cada uma delas sua pauta específica [...] Nesse tempo as mesmas pessoas faziam, praticamente, três movimentos políticos distintos: o político/religioso dentro do grupo de evangelização; o político/partidário, que era a discussão petista; e o político/sindical, que era a atividade do sindicato naquele momento ali. Isso era muito interessante, porque as pessoas, por mais que se achassem alheias a um daqueles assuntos, devagarinho, ela começava a se “converter” em um deles [...].

As implicações teóricas e práticas desse tipo de entrelaçamento entre as dimensões religiosa, sindical e partidária constituem-se num objeto de tese. Interessa-nos destacar dois aspectos essenciais, no bojo da modernização, dessa entrada de forma ativa da organização partidária junto aos “de baixo”: o primeiro é o de que a presença do PT teria

contribuído positivamente no sentido de imputar um caráter mais “universalizador” às lutas empreendidas pelo sindicato; o segundo seria sua face negativa, uma vez que produziria uma maior concentração de poder entre algumas lideranças e limitaria a projeção e/ou formação de outras.

Parece-nos, contudo, que a principal consequência desse tipo de entrelaçamento de relações foi instituir uma espécie de naturalização da presença ou da intervenção partidária nos diferentes espaços de organização da sociedade civil. Por um lado, pensando essa questão nos termos propostos por Gramsci (1978) – No sentido de pensar que o Partido pode exercer tanto uma função progressista quanto conservadora –, pode-se perceber o papel do Partido tanto como um elemento impulsionador quanto como um obstáculo à organização dos “de baixo”. Dependendo da conjuntura, pode sobressair um outro elemento. Por outro, é preciso ressaltar que isso abre um enorme flanco para a legitimação das práticas clientelistas instituídas pelos partidos de sustentação do bloco dominante. Assim, enquanto nos anos 80 o PT contribuiu para dinamizar o processo de organização de base, nos anos 90, a sua atuação concorre para cerceá-los, conforme ver-se-á no capítulo seguinte.

A frustração de algumas lideranças sindicais com o desempenho eleitoral do PT nas eleições de 1982 (obteve 5% dos votos válidos e elegeu apenas um deputado estadual²⁰⁹)

209 — O deputado eleito, com 968 votos, foi Ivan Melo. Ele não possuía nenhum vínculo anterior com a luta dos trabalhadores no Acre, era proprietário de uma farmácia na cidade de Cruzeiro do Sul. Antes de cumprir a metade do mandato, transferiu-se para o PMDB. Chico Mendes obteve 857 votos e “ficou na 1ª suplência do partido à Assembleia Legislativa do Estado” (FERNANDES, 1999:95). Os presidentes dos STR de Rio Branco e Brasileia também disputaram uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PT. Vale lembrar que o índice de votação obtido no Acre foi o segundo maior do país, só tendo perdido para o estado de São Paulo.

acabaria repercutindo decisivamente nos rumos do sindicalismo rural. A exemplo do que ocorreu em outras partes do país, os votos da base sindical não foram transferidos para o PT. Mais ainda, os das comunidades eclesiais de base também não o foram. Isso revelou, entre outras coisas, que sindicato e setores “progressistas” da Igreja não tinham a influência política eleitoral tão forte quanto imaginavam, tampouco os laços de subordinação que atavam os segmentos sociais subalternos às oligarquias estavam tão enfraquecidos quanto se supunha.

Derrotada sua candidatura à Câmara Federal²¹⁰, João Maia, revelando um súbito descontentamento com os “radicais” do PT e maior zelo na obediência da orientação da Contag, posiciona-se contra o apoio do partido à formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em meados de 1983, transfere-se para o PMDB e leva consigo a maioria dos diretores de seis sindicatos. A Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura no Acre - FETACRE, fundada naquele ano²¹¹, passa a ser hegemônica por esse grupo. Sob a liderança de Chico Mendes, a direção do STR de Xapuri foi a única que se manteve coesa em torno do PT (PAULA, 1991).

À medida que o “grupo de João Maia” ingressa no PMDB, abrem-se as portas para a cooptação e subordinação dessa ala do sindicalismo à lógica dos interesses governamentais. Com o processo de descentralização iniciado no governo da “Nova República”, os governos estaduais passaram a influir

210 — Apesar de ter recebido expressiva votação em termos dos padrões locais (3.549 votos), a legenda não obteve quociente eleitoral mínimo necessário para ocupar uma vaga na Câmara Federal (Fernandes, op. cit.).

211 — Cumprida sua missão, a Delegacia Regional da Contag encerrou suas atividades no Acre em 1984.

mais diretamente (via indicações para os postos de comando de pessoas ligadas aos partidos da base governista) no interior de agências do governo federal instaladas nos estados. Entre 1984 e 1986 João Maia ocupou, respectivamente, os cargos de Delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF²¹² e de Coordenador Adjunto do INCRA. Em 1986, candidatou-se e elegeu-se à Câmara Federal pelo PMDB.

Ao aliar-se de forma subordinada às forças políticas dominantes no governo estadual naquele momento, essa corrente do sindicalismo liderada por João Maia cumpriria, na esfera da sociedade civil, importante papel para legitimar e reproduzir os valores e interesses hegemônicos das classes dominantes. Na outra ponta, com um discurso centrado na necessidade de assegurar a independência política das organizações representativas das classes subalternas, de fortalecer as organizações de base e as mobilizações coletivas e de vincular a luta pela reforma agrária a objetivos estratégicos – transformação socialista da sociedade –, lideranças do STR de Xapuri, juntamente com outras lideranças sindicais ligadas ao PT e à CPT, passam a organizar um movimento de oposição sindical no Acre.

No bojo da organização do movimento pela formação da CUT, essa oposição sindical no Acre articula-se nacionalmente

212 — Durante o governo da “Nova República” o IBDF seria substituído pelo IBAMA.

com as correntes ligadas ao “novo sindicalismo”²¹³. As ideias difundidas pelo “novo sindicalismo” encontraram terreno extremamente fértil no estado, uma vez que o tipo de solução adotada até então para amenizar os conflitos sociais no campo, sob a batuta da Contag, não contemplava as aspirações do conjunto das lideranças sindicais. Em 1984 realiza-se o Congresso de fundação da CUT Estadual com participação majoritária dos trabalhadores rurais – a maioria vinculada às oposições sindicais²¹⁴ –, que elegem o presidente do STR de Xapuri, Chico Mendes, para a presidência da CUT/AC. Mais unificado, o movimento de oposição à Fetac passa a disputar a hegemonia com o sindicalismo contaguiano, procurando afirmar suas diferenças.

Assim, o sindicalismo rural no Acre passa a adotar duas estratégias nitidamente diferenciadas. O “pessoal da Contag”, valendo-se de sua posição de “aliados” do bloco governista, passa a privilegiar as negociações da sua pauta de reivindicações “por cima”, isto é, no âmbito da cúpula, enquanto o sindicalismo ligado à CUT coloca-se numa

213 — De acordo com a interpretação de Novaes (1989:53), “As ideias centrais do ‘novo sindicalismo’ (combatividade e participação) foram explicitadas no bojo do movimento operário do polo mais avançado do capitalismo brasileiro. As articulações de oposições sindicais e a organização sindical (CUT) que daí resultaram tiveram uma ‘marca metalúrgica’ mas [...] as propostas do “novo sindicalismo” decolaram em locais e situações onde as formas de desenvolvimento do capitalismo no campo explicitaram conflitos e demandavam novos meios de encaminhá-los. Por outro lado, foi o lastro de experiências concretas de lutas e organizações preexistentes que impôs para uma parcela de trabalhadores mais avançados a necessidade de construir uma alternativa (oposta ou complementar) às concepções e práticas sindicais e/ou comunitárias existentes [...]”.

214 — Participaram apenas dois STRs: o de Xapuri e o recém-fundado STR de Plácido de Castro (25/07/83), cuja base social era constituída majoritariamente pelos colonos dos PADs Pedro Peixoto e Redenção e sua direção composta por lideranças ligadas à CPT e ao PT. Das categorias de trabalhadores urbanos que participaram, a mais expressiva foi aquela representada pela oposição da Associação dos Professores do Acre-ASPAC. Maiores detalhes sobre este Congresso, ver Paula (1991).

postura de oposição ao governo e prioriza as mobilizações coletivas como instrumento essencial de pressão na luta pelo atendimento das demandas sociais de seus representados.

Vale destacar, todavia, no que diz respeito à questão agrária, que é em torno de uma bandeira de luta nacional bastante genérica – “reforma agrária sob o controle dos trabalhadores” – que se constrói o consenso no interior desse bloco oposicionista. No momento em que se procura explicitar como seria, sob contextos regionais específicos, essa reforma agrária, o consenso começa a se desconstruir, conforme veremos a seguir.

3.4.2. MSTR e a “modernização”: da luta pelo cumprimento da lei à luta pela mudança da lei

A heterogeneidade mais acentuada da base social e a ruptura política na direção do sindicalismo repercutiram substancialmente na formulação das diferentes estratégias adotadas pelo MSTR no Acre. Anteriormente, a luta sindical pautava-se predominantemente nas demandas dos “posseiros”²¹⁵. Nos anos 80, além de dar continuidade a ela, era preciso lidar com os seus desdobramentos, isto é, enfrentar uma outra ordem de novos desafios (dotação de infraestrutura social e produtiva nos projetos de colonização e regularização jurídica das áreas de domínio dos seringueiros “autônomos”, com a extensão de serviços sociais básicos a essa população), que, em princípio, pareciam estar, para as

215 — Orientadas, conforme o exposto no Capítulo II, em dois eixos bem definidos: luta pela posse da terra e contra o pagamento da renda.

principais lideranças, além da órbita de atuação sindical. Em uma entrevista concedida ao jornal Folha do Acre em 20/01/84, João Maia afirma que

A grande luta do posseiro é a luta pela terra. E a grande luta do pequeno produtor é a economia rural. Na luta pela terra o sindicato dos trabalhadores rurais evitou que o posseiro continuasse sendo expulso. Mas na luta da economia rural o sindicato já entra em luta maior com o sistema, pois preço justo, estradas, escoamento de safras, são bandeiras que entram em choque com a fina flor do sistema e não é função do sindicato resolvê-las.

Reportando-se à criação do Conselho Nacional do Seringueiros – CNS, em 1985, Chico Mendes declarou que não pretendia criar um sindicato paralelo,

[...] mas uma entidade de seringueiros, porque os seringueiros nunca foram reconhecidos como classe. Os sindicatos surgiram com uma importância muito grande, num momento muito importante. Mas os sindicatos dos trabalhadores rurais congregam seringueiros e ao mesmo tempo os agricultores, os peões, os trabalhadores de fazenda, diaristas, qualquer que seja o trabalhador rural. As outras classes todas têm o seu reconhecimento como classe, o seringueiro não. Parece que foi uma coisa do passado e que não existia mais. Então, uma das razões do Conselho Nacional dos Seringueiros é fazer

*reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu a sua contribuição, que luta e que tem uma luta importante, luta por um objetivo muito importante que é a defesa da Amazônia [...]*²¹⁶.

Essas duas falas indicam com muita propriedade as diferentes percepções de enfrentamento dos efeitos da modernização sobre a base social do sindicalismo. Enquanto na fala de João Maia percebe-se uma certa tendência conservadora, no sentido de restringir a atuação do sindicato aos seus limites estruturais, na de Chico Mendes parte-se da necessidade de superação, no sentido de transformar e ampliar os horizontes da luta sindical, via articulação dessa luta com o CNS, com o objetivo de responder às demandas dos seringueiros e, ao mesmo tempo, “afirmar sua identidade política” (PAULA, 1991).

Por um lado, constatava-se que o tipo de acesso à terra ofertado aos segmentos sociais subalternos – particularmente na forma dos projetos de colonização criados pelo INCRA – gerava mais problemas²¹⁷ do que soluções. Por outro, tornavam-se mais visíveis os efeitos destrutivos, tanto sociais quanto ambientais, que a pecuária extensiva de corte estava produzindo na região. Dispostas a trilhar novos caminhos, as lideranças do STR de Xapuri abandonavam uma das principais estratégias adotadas pelo sindicalismo acreano até então, qual seja a de garantir, sob o modelo de “modernização” vigente, um espaço para a pequena propriedade fundiária, nos moldes prescritos no Estatuto da Terra.

216 – Grzybowski (org.) (1989:26).

217 – Comprovadas por uma taxa de evasão dos lotes que ultrapassava a marca de 50% (Cavalcanti, 1994).

A questão para eles era, a partir daquele momento – mais precisamente, a partir do final de 1982, quando Chico Mendes assume a presidência do STR de Xapuri –, criar condições políticas para impedir a continuidade daquele modelo e buscar simultaneamente uma alternativa de reforma agrária que atendesse aos interesses da categoria majoritária da base social do sindicato, os seringueiros “autônomos”. Então, diz Chico Mendes (apud Paula, 1991:203), “chegou o momento em que começamos a nos preocupar, porque a gente tinha uma luta, uma resistência contra o desmatamento, mas ao mesmo tempo não tinha uma proposta alternativa a apresentar, um argumento mais forte para justificar porque queríamos defender a floresta”. É nessa perspectiva que é gestada a proposta de Reserva Extrativista (RESEX).

A rigor, o conteúdo original da proposta das RESEX²¹⁸ não apresenta qualquer diferença em relação aos PAEs. É na institucionalização e regulamentação jurídica que ambas modalidades diferem. Ou seja, enquanto as RESEX foram criadas via Decreto-Lei na forma de unidades de conservação ambiental, com a finalidade de garantir “a exploração autossustentável e conservação dos recursos renováveis, por populações extrativistas” (vinculadas, portanto, às agências

218 – As reservas extrativistas foram instituídas através do Decreto-Lei Presidencial nº 98.987/90. Como foi analisado anteriormente (Paula, 1991), no essencial, as reservas extrativistas foram pensadas inicialmente como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas. Essas terras deveriam ser incorporadas ao patrimônio da União, sendo a regularização do uso mediante critérios estabelecidos de comum acordo pelos moradores dessas áreas. Não existem juridicamente os títulos individuais de propriedade privada, eles são substituídos por outro instrumento jurídico denominado Contrato de Concessão Real de Uso, firmado entre esses moradores e a União, por intermédio de suas organizações representativas. No caso do Acre, seria uma forma de reconhecer o *animus domini* dos seringueiros, isto é, os direitos adquiridos sobre as terras que ocupavam há várias décadas.

governamentais ligadas ao meio ambiente), os PAEs foram instituídos mediante Portaria Interna do INCRA, na forma de instrumento de reforma agrária. Portanto, teoricamente, as RESEX possuem um amparo legal mais sólido.

As RESEX passaram a ser consideradas, particularmente pelos seringueiros de Xapuri, como a “reforma agrária dos seringueiros”. Tanto no plano político quanto na sua dimensão simbólica, os inúmeros e freqüentes “empates” realizados nos seringais daquele município na década de 80 expressaram uma vontade de bloquear aquele tipo de “modernização”. Foi a sua face ecológica, a de conservação e/ou preservação das florestas, que abriu as fronteiras nacionais e internacionais para a divulgação da luta daqueles seringueiros e conquistou simpatizantes, principalmente entre organizações e movimentos ambientalistas (PAULA, 1991). Pode-se afirmar que o MSTR no Acre, ao incorporar a dimensão ambiental, conseguiu, naquele momento, superar em parte o anacronismo²¹⁹ do Projeto de reforma agrária defendido pela Contag.

O novo sindicalismo acaba, sob esse contexto modificado, reordenando sua pauta de reivindicações e suas formas de luta. Solução para os conflitos de terras via desapropriações – para fins de regularização de posse e uso na forma de reservas extrativistas e/ou assentamento –, dotação de infraestrutura social e produtiva nas áreas reformadas e

219 — Tal anacronismo expressou-se, segundo Ricci (1990:77), na medida em que a concepção de reforma agrária em que se apoiava esse projeto defendido pela Contag “entrou como componente de um modelo de desenvolvimento nacional, baseado na pequena e média propriedade, sem contudo, absorver a nova realidade da base produtiva, profundamente tecnificada, e o surgimento de complexos agroindustriais, o projeto de reforma agrária proposto não incorporava ainda a realidade do mercado agrícola, altamente oligopolizado, onde o abastecimento e definição de preços não se davam apenas pelo aumento da produção”.

criação de políticas públicas diferenciadas para lidar com as demandas dos seringueiros e colonos passam a se constituir nos eixos fundamentais dessa pauta. Os “empates” e os acampamentos no INCRA passam a representar as principais formas de mobilização coletiva e de luta sindical no Acre.

Deve-se ressaltar, ainda, que o novo sindicalismo tem que lidar com profundas contradições e divergências quanto ao modelo de “modernização”. Enquanto a luta dos colonos das áreas reformadas era motivada essencialmente por reivindicações voltadas para a dotação de infraestrutura social e condições para a adoção de tecnologias agrícolas modernas (nesse sentido, aproximando-se mais do sindicalismo contaguiano), a dos seringueiros era exatamente o oposto. Isto é, partia-se da crítica àquele modelo de “modernização” por considerá-lo incompatível com o ambiente regional (físico e social)²²⁰. A criação das reservas extrativistas seria o ponto de partida para a exploração do potencial extrativo – ainda desconhecido – dos recursos naturais não madeireiros²²¹.

A difusão das ideias desse movimento para outros estados da Amazônia via fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, e os desdobramentos daí resultantes

220 — Ideologicamente, reproduziam-se as disputas internas existentes no PT, entre as tendências moderadas (ligadas à Igreja) e aquelas identificadas com a chamada “esquerda revolucionária”. A primeira era hegemônica na condução da luta dos colonos, a segunda (mais expressiva em Xapuri), na direção das lutas dos seringueiros. Maiores detalhes sobre esta questão ver: Paula (1991); Gonçalves (1998); Fernandes (1999); Silva (2001).

221 — Até meados dos anos 90 não se admitia, em muitos sindicatos e no CNS, a possibilidade de se incluir a exploração comercial de madeira como alternativa de desenvolvimento nas Reservas Extrativistas. Essa posição aparece de forma bem explícita em um documento elaborado pelo CNS em 1993 (Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia). “Nesse momento o CNS se posiciona contra a exploração dos recursos madeireiros. Tanto a legislação quanto os mecanismos de fiscalização do aparelho do Estado não oferecem nenhuma garantia de controle das atividades das indústrias madeireiras” (CNS, 1993:18).

influenciariam de forma decisiva os rumos do sindicalismo no Acre. Em vez de lutar pelo “cumprimento das leis”, a questão passa a ser a de mudar as leis para garantir a satisfação dos interesses da base social do MSTR. Inverte-se a lógica anterior, bem sintetizada nessa fala de João Maia: “testemunho de que os sindicatos estavam sendo eficientes, foi que, depois de cinco anos, em 1980, a ‘turma’ percebeu que não estava mais conseguindo fazer a lei dos patrões do jeito que eles queriam, mas que havia uma lei, havia o sindicato e a Contag. E nós éramos assim, esses que faziam cumprir a lei”²²².

3.4.3. CNS: a “modernização” em três atos

A criação do CNS foi analisada por diversos autores²²³. Por isso, não faz sentido retomá-la de forma mais detalhada. Mas interessa explorar um de seus aspectos centrais: o de ele ter surgido essencialmente de uma estratégia destinada a ampliar o movimento de resistência dos seringueiros liderado pelo STR de Xapuri. Portanto, é enquanto parte de uma estratégia do MSTR que será analisado. A formação do CNS coincidiu com a emergência de outros movimentos sociais no campo nos anos 80, cujas singularidades são determinadas, segundo a interpretação de Grzybowski (1987:17-18),

[...] pela diversidade de contradições e modos de viver e enfrentá-las. As bases do dos movimentos estão implantadas nas diversas formas de inserção

222 — Cf. entrevista (op. cit., pp. 523, 524).

223 — A esse respeito, ver, entre outros: Grzybowski (1987; 1989); Almeida (1989); Paula (1991); Aymone (1996); Gonçalves (1998); Esteves (1999); Silva (2001).

dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária [...] Na origem dos movimentos, portanto, é necessário ver a variedade das formas assumidas pelas contradições do capital. Mas as estruturas precisam ser fecundadas pela vontade, para gerarem movimentos [...] a identidade em torno dos movimentos comuns, as ações coletivas de resistência, etc. são um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca das relações vira movimento.

Em um de seus depoimentos, Chico Mendes deixa bem claro que a criação do CNS deveu-se ao reconhecimento tanto das limitações do sindicato quanto da necessidade de afirmar uma identidade política dos seringueiros. “Uma das razões do CNS é fazer reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu a sua contribuição, que luta e tem uma luta importante” (Grzybowski, 1989,18). Contudo, ao mesmo tempo em que abriu maior espaço para uma articulação com organizações da sociedade civil não vinculadas à esfera sindical, acabou marginalizado pela Contag, por desconfiar que o CNS poderia transformar-se numa estrutura de representação paralela ao sindicato.

Ao analisar as relações dessas “unidades de mobilização” com o MSTR, Almeida (1989:13), afirma que

[...] a relação desses movimentos com as entidades sindicais dos trabalhadores rurais apresentam-se, pelo menos, sob dois aspectos: suplantaram-nas na sua condução e orientação das lutas, onde elas

se mostram frágeis e subordinaram-se ou têm sido conduzidos por elas onde se mostraram eficazes nas mobilizações. Afinal, também nas estruturas sindicais são detectados níveis de contradição que podem inibir ou não a capacidade mobilizatória [...]

O modo como o CNS logrou a ocupação de um espaço político na representação dos trabalhadores na região amazônica confirma as observações de Almeida. Inicialmente em Xapuri e posteriormente no Sudeste do Pará e Maranhão, o CNS apoiou-se no sindicalismo mais mobilizado. Em alguns municípios como Brasileia, Sena Madureira etc., articulou-se com as oposições sindicais e estabeleceu como meta conquistar as direções dos respectivos sindicatos. Em regiões onde não havia organização sindical (como Rondônia) ou a sua presença era pouco expressiva (Vale do Juruá, Acre) procurou estruturar outras formas organizativas como associações de seringueiros e comissões (municipais e regionais) do CNS.

Como fuge aos nossos objetivos elaborar uma análise mais exaustiva do processo de organização do CNS na Amazônia, procuramos pontuar os traços mais marcantes de sua trajetória e as diferentes estratégias utilizadas para fazer frente ao modelo de “modernização” em curso na região. Desde a sua criação até o momento, o CNS passou por três fases políticas, adotando, em cada uma delas, estratégias de atuação nitidamente diferenciadas.

Na sua fase inicial (1985-88), o CNS não contava ainda com nenhuma infraestrutura e nem tampouco expressava uma organização com perfil político e ideológico definido. Sua estratégia inicial teve como núcleo central a tentativa

de “universalizar”²²⁴, a partir de Xapuri, a luta de resistência dos seringueiros. Na certeza de que aquele modelo de “modernização” implicava necessariamente no extermínio dos seringueiros – dado que seu meio de reprodução social, a floresta, estava sendo destruída de forma acelerada –, as RESEX passaram a ser percebidas como o seu contraponto fundamental. Isso fez com que despertasse simpatias e apoios diversos de outros setores da sociedade civil, principalmente de ONGs e movimentos ambientalistas²²⁵, que protestavam contra a devastação da Amazônia.

Deve-se ressaltar que a ideia de que os desmatamentos na Amazônia deveriam ser contidos, constituiu-se no consenso mais amplo que unia todos esses atores e agentes sociais. Contudo, havia enormes polêmicas quanto ao destino que deveria ser dado à região. Enquanto para as correntes dos movimentos ambientalistas inspiradas no antropocentrismo se deveria pensar formas de uso compatíveis com a conservação do meio ambiente, para as de inspiração ortodoxa²²⁶, o

224 — Ao analisar esse processo de “universalização” a partir de experiências locais, Almeida (1989:11) sustenta que “o caráter universal que rompe com o localismo, é, pois, imposto pela própria dinâmica das mobilizações que se estruturam a partir de lutas específicas e realidades localizadas. Universalizam e concomitantemente dialogam com os interlocutores oficiais um a um sem perder de vista o conjunto dos centros de poder. Há, sim, uma globalização de lutas localizadas, que num tempo único exigem interlocutores distintos, mas que simultaneamente tratam os aparelhos de poder em bloco e procuram ampliar suas redes de apoio e pressão”.

225 — Os movimentos ambientalistas passaram a adquirir maior influência política nos países centrais a partir de meados dos anos 60. Movidos pela crítica aos danos ambientais provocados pela “marcha destrutiva do progresso”, passaram a pressionar, em escala crescente, governos, corporações transnacionais e organismos financeiros internacionais responsáveis pelo financiamento de projetos ambientalmente destrutivos. Maiores informações sobre esses movimentos, ver, entre outros, McCormick (1992); Acselrad (1992); Vincent (1995); Aymone (1996); Sachs (2000).

226 — Enquanto do ponto de vista do antropocentrismo a relação com a natureza é percebida a partir de critérios utilitaristas, definidos a partir das necessidades humanas, entre os ortodoxos a percepção é inversa, isto é, a humanidade deve submeter-se aos imperativos da ordem cósmica. Maiores informações sobre o conteúdo ideológico dessas correntes de pensamento, ver especialmente Vincent (1995).

fundamental era preservar o ambiente natural. Logo, é entre essa primeira corrente que a proposta de RESEX obtém maior receptividade porque, em última instância, circunscreve-se em critérios utilitaristas. Para a segunda (ortodoxa), as reservas biológicas, parques nacionais e outras modalidades de preservação que excluíssem a interferência humana no meio natural eram as que mais interessavam.

A progressão dessa proximidade com os movimentos ambientalistas, por um lado, e a repercussão negativa da atuação do INCRA na região, por outro, acabaram motivando o STR de Xapuri e, posteriormente, o CNS, a buscar na esfera da sociedade política, outros espaços de interlocução (especialmente nas instituições ligadas ao meio ambiente, como o IBAMA), para canalizar suas demandas sociais²²⁷. Desse modo, pode-se compreender porque a criação dos Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs) pelo INCRA, em 1987, não tenha despertado interesse significativo entre as lideranças das referidas entidades. O problema é que no setor governamental ligado ao meio ambiente as perspectivas, ao contrário do que se imaginava inicialmente, não eram mais alentadoras. Segundo Acsehrad (1992:121),

[...]A disputa intragovernamental pelo poder de administrar a política ambiental é agravada pelo considerável imbróglie em que se encontra seu arcabouço institucional. Constituído pela

227 — Deve-se lembrar ainda que na Constituição aprovada em 1988, como bem demonstrou Acsehrad (1992, 30), as preocupações com a proteção do meio ambiente passaram a ser incorporadas de forma mais abrangente, “as políticas ambientais do Estado estão, em grande parte, articuladas às opções de desenvolvimento que dizem respeito ao conjunto da sociedade”.

fusão de órgãos provenientes dos Ministérios da Agricultura (IBDF) da Indústria e Comércio (SUDHEVEA) e da Presidência da República (SEMA), o IBAMA, além de buscar ainda estabelecer sua coerência interna, defronta-se com um considerável conflito de competências técnicas e jurídicas com os órgãos ambientais dos estados. Estas ambiguidades favorecem com frequência, a omissão do Poder Público em diversas áreas onde se prevê formalmente sua intervenção regulatória.

Apesar dessas restrições, o setor governamental vinculado ao meio ambiente passou a ser requisitado em escala crescente pelo CNS no processo de interlocução. Deve-se lembrar que após o assassinato de Chico Mendes (dezembro de 1988) o CNS passou a ocupar um lugar de destaque no cenário político regional, obtendo significativa projeção internacional. Inicia-se, assim, a sua segunda fase,

que se estende de 1989 e 1995²²⁸ ou, mais precisamente, que compreende o intervalo entre o II e IV Encontros Nacionais. Face ao aumento das pressões internacionais sobre o governo brasileiro e à criação das primeiras RESEX, em 1990, o CNS passou a defrontar-se com a necessidade de apresentar propostas de desenvolvimento “mais concretas”. No caso do Acre, ele transformou-se em um dos principais catalisadores dos debates sobre desenvolvimento na região – sua presença tornou-se obrigatória em todos eventos dessa natureza – e

228 — Essa segunda fase (1989-95) é marcada inicialmente pela tentativa de instrumentalização do CNS por parte de algumas organizações ligadas à questão ambiental. São elas que fazem a intermediação entre o Conselho e as ANG's, tanto para divulgar a “luta de Chico Mendes” quanto para arrecadar fundos destinados a apoiar as “organizações comunitárias” e implementar “alternativas de desenvolvimento”. As mudanças operadas no Estatuto do CNS no II Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, realizado em 1989, atribuindo maior ênfase à sua face ambientalista, resultou da iniciativa e influência dessas organizações ambientalistas. Desse Encontro resultou também a formalização da Aliança dos Povos da Floresta, que pretendia unificar os movimentos de seringueiros e índios. Não houve a concretização dessa aliança por razões de ordens diversas: política, cultural etc. Entre o II e o III Encontros, um grupo de lideranças sindicais e assessores diretos do CNS ligados à CUT pela Base (corrente sindical formada por sindicalistas ligados à organizações de esquerda marxista e de extração católica) procuram imprimir uma reorientação política ao CNS. Ela apoiava-se em três eixos fundamentais: 1) afirmação da autonomia do CNS; 2) priorização de uma política de alianças com organizações e movimentos envolvidos na luta pela reforma agrária; 3) fortalecimento da organização sindical de base. No III Encontro (1992) houve a consagração dessa estratégia política. Diferentemente dos Encontros anteriores, em que a participação nos debates era livre, com a palavra franqueada a todos participantes, neste, só o faziam os delegados eleitos e a sua condução foi centralizada pelas principais lideranças do movimento, a exemplo do que ocorre nos congressos da CUT e Contag. Foi uma espécie de recado dirigido aos representantes de diversas ONGs e outros observadores presentes, isto é, a partir daquele momento a direção do CNS pretendia assumir o controle do processo de mediação, seja com instituições governamentais, seja com as não-governamentais, diretamente, sem intermediações. Essa atitude, somada ao perfil da “nova aliança” entre seringueiros e trabalhadores agroextrativistas da Amazônia Oriental, teve repercussões profundas nas relações externas do CNS. Muitas ONGs afastaram-se, algumas ONGs, como a Fundação Ford, começaram a fazer restrições quanto a seus projetos de financiamento, enfim, houve uma reconfiguração das relações instituídas até então. Procurou-se estabelecer uma aproximação maior com movimentos ambientalistas como o Greenpeace, que participou ativamente da mobilização coletiva mais expressiva da História do CNS: o Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta Amazônica, realizado em meados de 1993.

possibilitou a participação das mais variadas correntes de pensamento, que passaram a opinar sobre as “alternativas de desenvolvimento”.

A reivindicação de políticas públicas específicas para seus representados, articuladas com incentivos à adoção de “alternativas de desenvolvimento” apoiadas em financiamentos externos provenientes de diversas ANGs²²⁹, constitui-se na marca fundamental das estratégias adotadas nessa fase pelo CNS. No plano institucional, as “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia” (1993) sintetizam bem as demandas sociais desse segmento endereçadas ao governo, centralizadas basicamente em torno de quatro eixos: 1) Resolução dos conflitos fundiários e criação de novas RESEX; 2) Dotação de infraestrutura social e produtiva nas áreas reformadas; 3) Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias apropriadas para as RESEX; 4) Subsídios e garantia de mercado para borracha natural oriunda dos seringais nativos.

No caso do incentivo aos “projetos alternativos” de desenvolvimento, acabou transformando Xapuri em uma de suas principais “vitrines”. A primeira metade dos anos 90 é caracterizada, sobretudo, pela tentativa do CNS, em conjunto com outras organizações dos trabalhadores, de implementar algumas dessas “alternativas de desenvolvimento”. No

229 — As Agências Não-Governamentais (ANGs) repassam esses financiamentos (via de regra, a fundo perdido) através de complexos circuitos transnacionais de intermediações que envolvem as ONGs, os movimentos sociais e/ou “comunidades locais”. Houve nesse período um crescimento da influência das ONGs (locais, nacionais e internacionais) no cenário político regional. Com discursos pautados na defesa da participação comunitária nas estratégias de “desenvolvimento sustentável” e nas críticas ao papel desempenhado pelo Estado no curso do desenvolvimento na região, afirmam que as organizações da sociedade civil devem cumprir um novo papel tanto na reorientação quanto na implementação das políticas públicas, através das chamadas “parcerias”.

capítulo seguinte essa questão será retomada de forma mais sistemática.

A terceira fase apresenta os contornos mais nítidos no IV Encontro Nacional do CNS, realizado em Brasília no ano de 1995. As estratégias definidas ratificam a progressiva aproximação da direção do CNS com as políticas governamentais para a Amazônia, particularmente aquelas implementadas pelas instituições ligadas ao setor ambiental. Havia chegado a hora, diziam as principais lideranças do CNS, de “mudar as estratégias e apostar nos grandes projetos”, como o Projeto Reservas Extrativistas, instituído no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PP G7 (financiado pelo G7 por meio do BIRD), em fase inicial de implantação.

Diferentemente do período anterior – que era financiado basicamente por algumas ANGs internacionais –, a partir de 1995 o CNS passou a ser mantido financeiramente de forma majoritária, pelo governo federal e Banco Mundial. Essa adesão foi justificada por razões políticas e econômicas. No primeiro caso, acreditava-se que no governo Fernando Henrique haveria maiores espaços de participação e a questão agrária e ambiental na Amazônia receberia um tratamento diferenciado dos governos anteriores. No segundo, sentia-se tanto os efeitos da retração dos financiamentos das ANGs “a fundo perdido” quanto a insuficiência dos “pequenos projetos” para responder às crescentes demandas dos trabalhadores.

Este movimento de aproximação expressa, por um lado, a reprodução de um fenômeno recorrente nas situações de conflitos sociais gerados nos processos de desenvolvimento, como bem demonstrou Hirschman (1996). Segundo o

referido autor, esses “conflitos derivam de desigualdades e declínios setoriais ou regionais recém surgidos; essas desigualdades e declínios são precisamente a contrapartida de vários desenvolvimentos dinâmicos em outras partes da economia”. As principais características desses conflitos, continua Hirschman (p. 274), seriam, em primeiro lugar, o fato de ocorrerem “com considerável freqüência e assumem uma grande variedade de formas”; em segundo lugar, “São predominantemente do tipo divisível e, portanto, prestam-se a soluções conciliatórias e à arte de negociação”; finalmente, “Como resultado dessas duas características, as soluções conciliatórias obtidas jamais dão margem à ideia ou ilusão de que elas representam soluções definitivas”.

Para Hirschman, o êxito da ação pública ao lidar com esses desequilíbrios e conflitos gerados pelo desenvolvimento estaria diretamente relacionado com sua capacidade de envolver e mobilizar os diversos atores em torno de determinadas políticas. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no caso do CNS, essa ação pública tem se revelado bem sucedida.

É preciso considerar, por outro lado, que esse movimento de aproximação não é motivado somente por um consenso momentâneo em torno da resolução de determinados problemas. Trata-se de um processo matizado também por uma política de cooptação²³⁰ de lideranças sindicais largamente utilizada no âmbito do Estado brasileiro no pós-1930. A análise dos resultados mais gerais das estratégias

230 — Não foi por acaso que após cumprir dois mandatos consecutivos na presidência do CNS (1992-1998), Atanagildo Matos passou a ocupar o cargo de Chefe do CNPT (divisão interna do IBAMA responsável pela gestão de projetos nas reservas extrativistas).

adotadas pelo CNS, no Acre, deve levar em conta esses dois fatores supra.

Em linhas gerais, pode-se dizer que para aqueles grupos familiares que de algum modo passaram a beneficiar-se das subvenções oriundas de doações internacionais ou de algumas políticas públicas, as suas condições de existência, pelo menos temporariamente, receberam um novo alento. Para aqueles que mantiveram-se à margem desses benefícios – por estar fora das áreas reformadas ou excluídos do seu alcance mesmo vivendo nessas áreas – e representam a maioria dessa população, suas condições de reprodução social permanecem muito precárias.

Obviamente, dada a magnitude dos problemas enfrentados por esse segmento social, não caberia imaginar que nesse intervalo temporal fossem equacionados de forma satisfatória. Mas a questão é outra. Deve-se indagar se as estratégias pautadas em “soluções conciliatórias” que têm sido adotadas serão capazes de responder a essa expectativa. Conforme será demonstrado no capítulo seguinte, existem fortes razões para duvidar da sua eficácia. Como bem argumentou Hirschman (1996), as “soluções conciliatórias” não devem ser interpretadas com a “ilusão” de que possam representar “soluções definitivas”, elas expressam pactos temporários, conjunturais, estão sujeitas portanto, a frequentes modificações na sua forma e conteúdo.

No plano político-institucional, a conquista de status na mediação direta dos interesses dos trabalhadores com as esferas de poder decisórias (junto ao governo federal ou aos organismos multilaterais) parecia inaugurar um novo tempo. As mediações diretas entre esta parcela “organizada”

da população e o mundo “exterior”, por intermédio de suas próprias representações, progrediam e ameaçavam ainda mais o monopólio da representação política exercido pelos patrões e/ou políticos a eles vinculados. No caso do Acre, a vitória do PT nas eleições para a Prefeitura de Rio Branco aumentou a confiança nessa “marcha progressiva” dos “de baixo” rumo à democratização do poder na esfera da sociedade política e o otimismo em relação às novas possibilidades de implementação de “alternativas de desenvolvimento”²³¹.

Deve-se lembrar que a Carta Constitucional aprovada em 1988 atribuiu um caráter mais descentralizado à gestão do poder governamental e abriu novas perspectivas jurídico-políticas para o exercício da autonomia municipal²³². Ao conferir maiores responsabilidades administrativas aos municípios, a Constituição tornou-os mais importantes nas estratégias de desenvolvimento. Pode-se afirmar que, no Brasil, a emergência do município como lugar de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento, em estilo similar às experiências europeias e norte-americanas, teve início no período mais recente, de forma localizada e descontínua, como demonstram os casos pioneiros de “Lages (SC), Boa Esperança e Vila Velha (ES), Toledo (PR), Recife (PE), entre outros, e as experiências ocorridas a partir de 1988.” (Coelho, 1994:24).

231 — A implantação dos Polos Agroflorestais – um tipo de cinturão verde – pela Prefeitura de Rio Branco na gestão petista foi considerada uma das experiências de desenvolvimento inovadoras no país.

232 — A Constituição impôs uma nova divisão no bolo tributário e o município teve sua fatia de participação aumentada. Além do mais, o município passou a ter poderes para elaborar sua própria Carta, a Lei Orgânica Municipal, sendo-lhe permitido legislar sobre assuntos de interesse local (Coelho, 1994). Como coincidiu com o receituário determinado pelos agentes financeiros internacionais, essa determinação constitucional foi preservada.

Nos últimos anos, ampliou-se o número de executivos municipais eleitos com o respaldo das mobilizações populares e de movimentos representativos dos interesses das classes subalternas. Além de se constituírem em locus de formulação e execução de políticas de desenvolvimento, essas administrações passaram a desenvolver esforços no sentido de desprivatizar o poder público²³³, mediante a ampliação das esferas de participação popular nos processos decisórios. Nessa perspectiva, a Prefeitura de Porto Alegre – sob a administração do PT desde 1989 – tem-se constituído no exemplo brasileiro de gestão municipal de maior destaque internacional.

Deve-se lembrar, ainda, que esse otimismo em relação ao novo lugar atribuído aos municípios nas estratégias de desenvolvimento é influenciado também pelo ambiente ideológico²³⁴ dominante nos anos 90. Este período é marcado pela ascensão ideológica do pensamento pós-moderno, cujas características centrais podem ser resumidas no hiperdimensionamento da “heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou totalizantes”. (HARVEY, 1989:19).

233 — Para um maior aprofundamento sobre a questão do público/privado nas relações de poder local constituídas no Brasil, ver, especialmente, Leal (1975) e Franco (1997).

234 — Parece um contrassenso falar em “ambiente ideológico” numa década marcada, entre outros fatores, pelo anúncio ou decretação do “fim”, em particular, da ideologia e da modernidade fundada na razão iluminista, em geral. Porém, de acordo com Wood (1999:7), o anúncio do “fim” da era moderna não seria uma invenção original do pensamento pós-modernista que emergiu no período recente. No decorrer da I Guerra Mundial Oswald Spengler já havia anunciado que a “civilização ocidental e seus valores dominantes chegavam ao fim [...]”. Quatro décadas depois, C. Wright Mills proclamou: “Estamos no fim do que é denominado de A Era Moderna”.

Enfim, dadas essas considerações mais gerais, pode-se dizer que no Acre, a exemplo do que ocorreu em outras partes do país e do mundo, ao longo dos anos 90, as referências a projetos de transformações sociais totalizantes deslocaram-se para a valorização de experiências de “desenvolvimento sustentável” de base local e/ou regional. Ao contrário dos modelos de desenvolvimento que almejavam uma padronização e homogeneização dos processos produtivos - embora pareça paradoxal, na era da “globalização” -, passou-se a valorizar a fragmentação resultante das diferenças regionais, locais, culturais etc., que aparecem como determinantes na formulação de diversas “alternativas de desenvolvimento”.

Ao analisar a proliferação dessas “alternativas de desenvolvimento” no período recente, Pieterse (1998) rejeita a ideia de interpretar essas formulações como um paradigma alternativo a ser aplicado às ciências sociais, uma vez que não expressam no seu conteúdo uma ruptura paradigmática. Embora cada vertente apresente distinções no modo como se constroem as argumentações em favor do “desenvolvimento alternativo” – via de regra, relacionadas com os diferentes lugares ocupados socialmente pelos seus proponentes –, acabam por guardar algum tipo de relação com o mainstream do desenvolvimento. Assim, Pieterse afirma que a perspectiva de análise deve basear-se em critérios relacionais, no sentido de perceber as influências que as diferentes “alternativas” sofrem mutuamente. Para tanto, propõe uma tipologia centrada em quatro enfoques de desenvolvimento:

a) O “mainstream do desenvolvimento” teria evoluído de uma perspectiva centrada no crescimento econômico para uma que procura incorporar e valorizar o desenvolvimento

humano, o que a colocou num permanente dilema no sentido de conciliar, de um lado, a satisfação das crescentes demandas sociais e, de outro, cumprir as metas de “ajustes estruturais” impostas pelo monetarismo global, representado pelas instituições financeiras internacionais;

b) O “desenvolvimento alternativo”, gestado principalmente no campo de atuação dominado pelas ONGs, valoriza uma atuação política verticalizada de “baixo” para “cima”, privilegiando critérios ligados à equidade social, sustentabilidade ambiental, participação comunitária etc. As críticas desta vertente em relação ao papel centralizador do Estado acabaram sendo apropriadas pelos defensores do “mainstream do desenvolvimento” para justificar a retração do Estado e a sobrevalorização da esfera dos mercados;

c) O “pós-desenvolvimento” está centrado basicamente nos pressupostos do pós-modernismo e, por conseguinte, não representaria uma corrente homogênea de pensamento. No geral, é caracterizado pela recusa a programas de desenvolvimento projetados para transformações do futuro e a valorização de atuações locais e pontuais, seguindo sua lógica de percepção do mundo como fragmentado socialmente, desprovido de uma lógica coerente de articulação do todo que possa condicionar tanto o presente quanto o futuro. Em outras palavras, reafirma o ceticismo dos pós-modernistas em relação à humanidade e ao seu futuro;

d) No “desenvolvimento reflexivo”, a crítica à ciência não é percebida de modo negativo, mas no seu sentido positivo como elemento integrante do processo de desenvolvimento. Dessa forma, revaloriza-se o acúmulo histórico do saber como “conhecimento tecnológico nativo” e “conhecimento local”;

rejeita-se, ainda, toda a noção de “desenvolvimentismo” e de progresso linear. O desenvolvimento pode se tornar reflexivo em um sentido social e político como resultado de uma ação participativa e popular. Neste caso, o papel do Estado não é negado, mas reinterpretado criticamente como dimensão indispensável do processo de desenvolvimento (PIETERSE, 1998).

É possível identificar uma clivagem dessas quatro vertentes nas diferentes “alternativas de desenvolvimento” experimentadas no Acre, como ver-se-á no capítulo seguinte. Contudo, pode-se adiantar que o modelo de “desenvolvimento sustentável” difundido pelo Banco Mundial – que é o equivalente à alternativa do “mainstream do desenvolvimento” analisada por Pieterse – logrou afirmar a sua hegemonia nas estratégias políticas adotadas pelo Estado (no sentido ampliado).

Mostramos ao longo deste capítulo que o INCRA e o MSTR acabaram esboçando um conjunto de estratégias capazes de indicar diversas saídas para os labirintos da “modernização” no Acre. No essencial, houve nesse período de transição uma feliz coincidência de agendas (crítica ao “progresso” destrutivo e luta pela democratização) que acabou reabrindo novos horizontes para a luta de resistência pela terra no estado. Enquanto nos anos 70 a exposição de motivos 77/78 pavimentou o caminho para legalização da grande propriedade fundiária, no decorrer da transição, além de esse dispositivo ter sido suspenso, criaram-se novos mecanismos legais – como os PAEs e RESEX – que acabavam suplantando

enormes barreiras jurídicas²³⁵ interpostas anteriormente ao reconhecimento da legitimidade dos direitos dos seringueiros, o seu *animus domini* sobre as “colocações” ocupadas há décadas. Mais ainda, esse segmento social deixou de ser interpelado como expressão do “atraso” e passou a ser considerado como um dos suportes fundamentais para a construção de novas “alternativas de desenvolvimento sustentável” na região.

Esses avanços, contudo, encontraram enormes obstáculos para serem traduzidos em termos de realizações práticas. Isso porque se defrontaram com fortes reações das classes dominantes, que custaram, entre outros revezes, a vida de várias lideranças sindicais, como Chico Mendes. Ou seja, além de não haver um ambiente político favorável à sua implementação, nem o INCRA e muito menos o MSTR como um todo demonstraram efetiva disposição de modificar de forma substantiva as suas práticas e concepções anteriores. Portanto, como ver-se-á no capítulo seguinte, é nos marcos de uma conjuntura bastante desfavorável aos segmentos sociais subalternos - no Brasil e no mundo em geral - que essas “alternativas de desenvolvimento sustentável” passam a ser reapropriadas e implementadas.

235 — Refere-se em especial à política de módulos rurais, que limitava as dimensões de áreas máximas a serem concedidas aos “posseiros”, que no Acre variava de 55 a 100 ha.

CAPÍTULO IV

ENIGMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A NATUREZA MERCANTILIZADA

*Logo também o sol não brilhará de graça. E
quando virá a privatização do ar que se respira?*

*Robert Kurz*²³⁶

236 — Citação extraída de um artigo de autoria de Kurz - Modernidade autodevoradora - publicado pelo Jornal Folha de S. Paulo (Caderno Mais, p. 11 - 14/7/2002).

Nos capítulos II e III demonstrou-se que não se vislumbrava no horizonte perspectivas políticas animadoras para a solução dos impasses em torno da questão fundiária. Entretanto, como foram anunciados, em fins dos anos 90, grandes avanços na resolução dos problemas relativos a esta questão, cabe indagar o que teria acontecido de tão extraordinário para que esse quadro tivesse mudado em tão curto prazo. Assim, neste capítulo, procura-se decifrar o enigma anunciado na introdução: a despeito de um cenário macropolítico mais adverso às classes subalternas, no Acre anuncia-se um suposto êxito dos movimentos sociais no que diz respeito à implementação de estratégias alternativas de “desenvolvimento sustentável”. Formou-se um consenso em torno da ideia de que os anos 90 marcam as iniciativas mais notáveis da concretização do “sonho de Chico Mendes”. Ou seja, estabelece-se uma linha de continuidade entre as críticas e proposições elaboradas nos anos 80 e as “práticas do desenvolvimento sustentável” em curso no estado.

Pretendemos demonstrar ao longo deste capítulo que houve uma ruptura radical entre os pressupostos que orientaram a elaboração da proposta de reservas extrativistas (RESEX) e outras “alternativas de desenvolvimento” gestadas no âmbito do MSTR no Acre, nos anos 80, e a “prática do desenvolvimento sustentável” vicejada no decorrer dos anos 90. O traço fundamental dessa ruptura pode ser identificado na inversão do conteúdo definidor das relações entre público e privado, mais especificamente entre natureza e mercado: anteriormente, partia-se do suposto de que a conservação da natureza poderia compatibilizar-se com formas de

exploração mercantis não predatórias, o que requeria uma forte participação do Estado²³⁷. Posteriormente, as “práticas do desenvolvimento sustentável” passaram a ser orientadas pelas “determinações” ou “contingências do mercado”, resultando numa instrumentalização cada vez maior da apropriação dos bens naturais para fins de mercantilização e, conseqüentemente, na maior valorização da esfera de “mercado” nas estratégias de desenvolvimento. Com isso, embora tenham ocorrido mudanças na forma do desenvolvimento na região, o conteúdo geral da sua insustentabilidade não foi superado, seja nos seus aspectos políticos, seja pelos aspectos socioeconômicos e ambientais.

4.1. “Reformas estruturais”: a “modernização” do país sob os imperativos do “mercado”

Enquanto nos anos 70 procurou-se “integrar” a Amazônia a um processo de “desenvolvimento nacional” comandado pelo Estado, na década de 1990 a “matriz” passa a ser outra: o “mercado”. As referências não são mais o Estado, o desenvolvimento ou a nação, que passam a ser consideradas noções superadas, incompatíveis com a “globalização”. Caberia, a partir de então, potencializar as capacidades dos diversos agentes sociais no sentido de estes integrarem-se à

237 — Como vimos no capítulo anterior, ao Estado era atribuído um papel fundamental na viabilização de alternativas como aquelas expressadas na proposta de Reserva Extrativista. Ou seja, considerava-se como obrigação do Estado ofertar os meios necessários à defesa do patrimônio natural e simultaneamente a elevação dos níveis sociais de renda e de vida das populações residentes nessas áreas protegidas.

lógica dos “mercados globalizados”. Na primeira metade dos anos 90, diz Benjamin [et al.] (1998:60-61):

[...] pela boca de nossas próprias autoridades e de muitos intelectuais bem-pensantes, aceitamos eliminar do nosso imaginário a própria ideia de país, recebendo como orgulho a classificação de mercado emergente [...]. A mensagem é clara: o conceito de país - aparentado com nação, cidadania, república - expressa um imaginário ligado a integração (no plano interno) e à soberania (no plano externo), ideais que deviam ser valorizados e buscados, mesmo que ainda estivessem mais ou menos distantes. A predominância da ideia de que somos um mercado, ao contrário, inscreve na ordem natural das coisas a desigualdade e ausência de soberania.

O eixo orientador das formulações elaboradas pelos principais defensores da “via dos mercados”, como Milton Friedman, sustenta-se, por um lado, na suposição de que o mercado é dado aprioristicamente, como resultado “natural” da ação racional do indivíduo e, por outro, na crítica a toda e qualquer forma de constrangimento que perturbe esse “livre funcionamento”. Existem diversas críticas²³⁸ que refutam as bases teóricas desse tipo de interpretação e não cabe retomá-las aqui na sua devida amplitude. Vale a pena, contudo, indicar uma boa síntese formulada por Wallerstein (2001:57). Segundo ele, “O ‘mercado’ capitalista nunca foi um dado, e

238 — Entre as quais destacaria especialmente Polanyi (1980); Hirschman (1996); Wallerstein (2001) e Mézaros (2002).

muito menos algo constante. Ele é uma criação que precisa ser constantemente recriada e ajustada”.

No Brasil, embora as chamadas “reformas estruturais” tenham se iniciado com Fernando Collor de Mello (1990-92), é com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que serão implementadas de forma mais abrangente e profunda. Entre os objetivos proclamados, figurava a retomada do crescimento - via redirecionamento do padrão “desenvolvimentista” - com ênfase na modernização da estrutura econômica no sentido de torná-la mais competitiva internacionalmente, assegurando, assim, ao Brasil condições para enfrentar os novos desafios do “mercado” sob o contexto determinado pela “globalização”. Renunciar a esse desafio implicaria, necessariamente, a “exclusão” do país do acesso aos “benefícios da globalização” e, fatalmente, a “condenação ao atraso”, diziam os seus proponentes e defensores.

Para alcançar esse objetivo - retomada do crescimento econômico e manutenção da estabilidade monetária - era considerado indispensável criar mecanismos para atrair e estimular investimentos privados de capitais externos²³⁹. Mas para isso era preciso que se promovessem o quanto antes as “reformas estruturais”, que englobavam desde a modernização do setor produtivo - via abertura e liberalização da economia, “flexibilização” das leis que regulamentam as relações de trabalho, criação de incentivos fiscais etc. - até as reformas do “setor público” (privatização de empresas estatais rentáveis, redução do “tamanho” do Estado, reestruturação das suas relações com o setor privado). Segundo Fiori (2001:283), a

239 — Apostava-se na possibilidade de aproveitar uma conjuntura favorável, marcada, sobretudo, pela “extrema liquidez internacional” (LEITE, 1999:176).

orientação dessas reformas seguiu “as teses e as políticas” prescritas no “Consenso de Washington”²⁴⁰, implementadas e sustentadas politicamente

[...] numa coalizão de forças de centro-direita que reuniu praticamente todos os setores da burguesia e das oligarquias regionais de poder que haviam apoiado o ciclo e os governos desenvolvimentistas e deles usufruído. Por isso, mesmo quando a coalizão foi arbitrada depois de 1994 - por um grupo de intelectuais modernizantes (que se propôs explicitamente, a “virar a página varguista”) e levou a frente um projeto radical de transnacionalização da economia brasileira, ela manteve, em última instância, as mesmas regras e estruturas básicas do velho e permanente “pacto conservador”.

No essencial, o governo Fernando Henrique logrou alinhar argumentos centrados em razões de natureza externa e interna que justificavam as reformas pretendidas. Com isso, tornou mais difícil para os setores oposicionistas - movimentos sociais, intelectuais, parlamentares etc. - denunciar o conteúdo ou sentido dessas reformas como indicativo de uma “submissão automática” aos interesses do “capital globalizado”. Não se deve esquecer, ainda, que, por um lado, o uso de instrumentos autoritários do aparelho

240 — Denominação dada em 1989, pelo economista americano John Williamson, a um pacote de reformas inspiradas na doutrina neoliberal.

estatal²⁴¹, somado à manipulação dos meios de comunicações - que promoveram uma enorme campanha em defesa das “reformas” e restringiram ao máximo a difusão de posições divergentes -, corroboraram para aplacar as resistências às “reformas”.

Por outro lado, a ativação dos mecanismos necessários à obtenção do “consenso ativo” passa a ser primordial para a aceitação das “reformas” pela sociedade em geral. O uso de tais mecanismos pressupõe a resolução de uma equação complicadíssima: oferecer pouco e receber muito. Isto é, compatibilizar as restrições advindas dos cortes nos gastos governamentais destinados às áreas sociais com um aumento crescente das demandas de investimentos nessas áreas - resultantes de carências do passado, agravadas pelas políticas do presente - e ao, mesmo tempo, convencer os signatários dessas políticas que a “situação melhorou”.

A formação desse “consenso ativo” é favorecida por um ambiente marcado por uma maior valorização da sociedade civil - associada à emergência do mercado como centro das relações políticas e não aos valores da democracia - nas estratégias para a implementação das “reformas estruturais”. Nessa perspectiva, multiplicaram-se os mecanismos de

241 — Como bem demonstrou O’Donnel (1997), a legalidade desse processo tem sido assegurada através do reforço do autoritarismo do núcleo do poder, que tem contado com a cumplicidade do Parlamento.

mediação e representação, formaram-se as “redes”²⁴² que, via de regra, passaram a concorrer com organizações tradicionais de representação - sindicatos, partidos políticos etc. - e a influenciar significativamente o comportamento político dos diversos segmentos sociais das classes subalternas.

Reportando-se a essa nova forma de interpelação da sociedade civil no período recente, Canclini (2001: 57) afirma que,

[...] hoje se usa sociedade civil para legitimar as mais heterogêneas manifestações de grupos, organismos não-governamentais, empresas privadas e até indivíduos. Apesar dos variados interesses e estratégias que animam estes setores, todos concordam em acusar o Estado pelas desgraças sociais e supõem que a situação melhoraria se este cedesse iniciativas e poder à sociedade civil. Mas como cada um entende de forma diferente este nome, esta entidade amorfa aparece como uma típica comunidade imaginária [...]

242 — Rhodes e Marsh (1995:43) analisaram a formação das “redes” e as classificaram em cinco tipos característicos: 1) Comunidades de Políticas Públicas; 2) Redes Profissionais; 3) Redes Intergovernamentais; 4) Redes de produtores; 5) Redes temáticas. Segundo Le Galés (apud Romano, 1999), “Para uns, as redes de ação pública permitiriam mostrar que o Estado tem perdido substância e, conseqüentemente, sua centralidade na sociedade. Para outros, as redes, em suas diferentes formas, seriam atualmente uma das estruturas fundamentais de constituição dos Estados. Enfatizando tanto as inter-relações entre as diferentes redes, bem como o papel do Estado na estruturação das redes, ressaltam - apesar de sua fragmentação - o papel central do Estado na sociedade”. Na perspectiva teórica aqui adotada - considerar o Estado na sua dimensão ampliada - as “redes” inscrevem-se no universo dos aparelhos privados de hegemonia que formam a sociedade civil. São, portanto, elementos constitutivos do Estado. Nesse sentido, elas mesmas são compreendidas como espaço político de disputa de hegemonia no âmbito do poder estatal.

Em resumo, dessa exposição sumariada sobre os fundamentos teóricos e práticos mais gerais que permeiam a realização das “reformas estruturais”, interessa-nos destacar dois traços fundamentais que diferenciam o processo de “modernização” na Amazônia nessa fase de maior valorização da “via de mercados” em relação ao período dominado pelo Estado desenvolvimentista: 1) A Amazônia deixa de integrar uma estratégia de “desenvolvimento nacional” e passa a subordinar-se mais diretamente aos interesses de capitais privados transnacionais. Agências multilaterais, como Banco Mundial e Banco Interamericanos de Desenvolvimento, passam, nesse contexto, a exercer um papel de coordenação de investimentos setoriais na região, antes exercidos por instituições do governo federal, como era o caso da SUDAM; 2) Adoção de uma política de descentralização administrativa que preconiza um maior envolvimento de governos estaduais, municipais e das diversas organizações representativas da sociedade civil na formulação e implementação de políticas setoriais. A seguir, procura-se analisar mais detalhadamente esses traços.

4.2. “Jogando o jogo” do “mercado”: a redefinição do lugar da Amazônia no processo de acumulação do capital

No período de maior intensidade das queimadas na Amazônia – normalmente, entre os meses de julho e setembro - a densa cortina de fumaça que se forma na atmosfera provoca, além de uma elevação nas doenças respiratórias, outros transtornos. Em algumas capitais (como Rio Branco

e Porto Velho) a interrupção nos aeroportos das operações de pouso e decolagens de aeronaves ocorre com enorme freqüência nesse período. Ao examinarmos com um mínimo de senso crítico o mosaico de informações difundidas pelos meios de comunicações diversos, tem-se a impressão de que formou-se também uma “cortina de fumaça” - neste caso, envolta nas especulações em torno da imprescindibilidade da conservação do ecossistema amazônico para o equilíbrio climático planetário, ou, mais especificamente, para a proteção da camada de ozônio - que tem dificultado enormemente uma “aterrissagem” sobre os problemas reais enfrentados pela maioria dos habitantes da região.

Enquanto no período anterior - meados dos anos 70 até o final da década de 1980 - era possível identificar duas posições bastante nítidas em relação ao processo de expansão capitalista na região amazônica, nos anos 90, isso fica bem mais difícil. Houve um deslocamento da controvérsia fundamental: não se tratava mais de opor exploração econômica versus preservação, mas sim, de definir escolhas entre ‘alternativas de desenvolvimento’ capazes de compatibilizar interesses econômicos com a conservação ambiental. Essas pretensões começaram a materializar-se através de políticas públicas setoriais que tem resultado em “recortes territoriais” diversos, como “as terras indígenas, as reservas extrativistas e reservas ecológicas que poderão ser futuras ilhas de experimentos biotecnológicos avançados”(BECKER: 1995, 94).

Sobressai na busca de legitimidade - por parte dos diversos atores sociais, agentes econômicos locais e grandes corporações de capitais transnacionais - para as diferentes estratégias de exploração econômica da região amazônica

a construção de argumentos que procuram apoiar-se nas “contingências do mercado” e nos aportes da ciência como garantia para o uso “sustentável” dos recursos naturais. Como bem interpretou Santos (1995:137),

Os esforços de justificar a preservação em termos utilitários e enfatizar as vantagens materiais para o bem-estar das pessoas, criaram um problema difícil para os biólogos, botânicos e zoólogos. Pediam-lhes que estabelecessem o valor da biodiversidade enquanto “capital natural”. Alguns descartaram de imediato tal demanda; muitos ambientalistas e economistas decidiram, no entanto, jogar o jogo e avaliar a riqueza da biodiversidade tropical em termos econômicos [...]

Assim, torna-se mais fácil compreender porque ao mesmo tempo em que divulgam-se “experimentos científicos” e iniciativas “comunitárias” que procuram demonstrar as possibilidades de exploração “racional” da floresta, anunciam-se resultados de pesquisas mostrando que a “ciência sabe muito pouco ou quase nada sobre a floresta” e “quanto mais ela aprende, mais conclui que a Amazônia é complexa demais e está num equilíbrio muito frágil a ponto de alterações muito pequenas a algum ponto do sistema poderem causar danos a todo ele. E, de quebra, ao resto do Globo”²⁴³. O difícil é saber

243 — Folha de S. Paulo (21/07/2002), caderno Mais, pp. 20-21. Numa matéria intitulada “Cuidado: frágil” apresentam-se resultados de pesquisas apresentadas durante a 2ª Conferência Científica do LBA (sigla em inglês para Experimento em grande escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), que reuniu, entre 7 e 10 de julho de 2002, em Manaus, mais de 300 pesquisadores do Brasil e do exterior.

exatamente quem não está “jogando o jogo”. Isto é, com que tipo de interesses uma ou outra posição pode eventualmente estar comprometida. Não se pode esquecer, como adverte Mészáros (2002:254), que sob a lógica da acumulação capitalista, o “terreno da ciência e tecnologia” precisa estar

[...] rigorosamente subordinado às exigências absolutas da expansão e acumulação do capital. Por esta razão, ciência e tecnologia sempre tiveram de ser utilizadas com enorme seletividade, conforme o único princípio de seletividade à disposição do capital [...] Assim, mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital; para não mencionar a recusa em dar andamento aos projetos científicos e tecnológicos que, se tivessem a necessária escala monumental, compensariam a piora de toda a situação. A ciência e a tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuírem diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema [...].

Desse modo, a complexidade “em si” da Amazônia - nos aspectos econômico, sócio-cultural, político e ambiental -, somada ao desconhecimento dos múltiplos interesses que pairam sobre a região, dificultam substancialmente a compreensão do processo em curso. Apesar de tantas

dúvidas, através de um olhar mais atento sobre o que tem sido divulgado a respeito de experiências e pesquisas diversas é possível admitir a hipótese de que está em curso a elaboração de um novo desenho de estratégias para a exploração das reservas potenciais de matéria-prima que em linhas gerais indicariam o início de uma quarta fase²⁴⁴ na história da ocupação econômica da Amazônia Continental.

Nessa quarta fase, parte das bandeiras empunhadas por diversos movimentos sociais no campo - MSTR, movimentos indígenas etc. - e das pressões dos movimentos ambientalistas contra a devastação da floresta acabam sendo incorporadas sob a lógica da acumulação capitalista, mais especificamente, sob os imperativos da reestruturação do capital resultante da crise de acumulação nos anos 70 e das novas demandas desencadeadas no bojo da terceira revolução industrial²⁴⁵. Ou seja, o reservatório de matéria-prima estratégica²⁴⁶ estocado na região amazônica e suas formas de exploração passam a orientar-se de acordo com as

244 — A primeira se estende do século XVI aos fins do XIX (busca de especiarias); a segunda, do séc. XIX a meados do XX (extração da borracha natural); a terceira teria se iniciado após o golpe militar de 1964, via implantação de grandes projetos agrominerais na região. Reis (1981); Kowarick (1995).

245 — Essa expressão tem sido usada freqüentemente para designar uma nova fase de acumulação capitalista sob o comando da indústria eletro-eletônica, informática, química, dos novos materiais e da biotecnologia, nucleada essencialmente no eixo formado pelos EUA, Japão e Alemanha. A “terceira revolução industrial” teria desencadeado uma complexa reestruturação na divisão internacional do trabalho e na gestão do capital.

246 — A esse respeito, ver, em especial, Bautista Vidal (1994); Santos (1995); Becker (1994); Acselrad (1992); Kowarick (1995); Benjamin (Revista Caros Amigos, nº 69, dez. 2002). O estoque potencial de energia renovável, bem como de matéria-prima para indústria farmacêutica, de cosméticos e o enorme banco genético disponível para experimentos na área de biotecnologia são alguns dos exemplos. Não foi por acaso que na Rio+10 (conferência da ONU realizada em 2002 na África do Sul) que as corporações ligadas ao setor petrolífero - representadas, entre outros, pelo Estado norte-americano - bloquearam, entre outras, as tentativas de se instituir o uso de 10% de energia renovável (defendida pelo governo brasileiro).

conveniências políticas - incorporação seletiva de algumas demandas voltadas para a proteção das florestas tropicais e do meio ambiente - e os interesses estratégicos das grandes corporações transnacionais. É principalmente como estoque de matéria-prima para as biotecnologias, afirma Benjamin (revista Caros Amigos, nº 69, dez. 2002) “que a biodiversidade assume um caráter estratégico, tornando-se a questão que evidencia hoje, com particular clareza, os nexos entre ciência, tecnologia, meio ambiente e geopolítica. Cerca de 60 por cento do estoque de material genético está concentrado na Amazônia”.

Essa nova fase da acumulação foi bem sintetizada por Robert Kurz (Folha de S. Paulo, 14/07/2002, Caderno Mais, p. 12),

No âmago, trata-se de uma crise do próprio capital, que, sob as condições da terceira revolução industrial, esbarra nos limites absolutos do processo real de valorização. Embora ele deva, segundo sua lógica, expandir-se eternamente, em seu próprio chão ele está cada vez menos em condições para tal. Daí resulta um duplo ato de desespero, uma fuga para a frente: de um lado, surge uma pressão assustadora para ocupar ainda os últimos recursos gratuitos da natureza, de fazer até mesmo da “natureza humana” do ser humano, de sua alma, de sua sexualidade, de seu sono o terreno direto da valorização do capital e, com isso, da propriedade privada. De outro, as infra-estruturas públicas administradas pelo Estado

devem ser administradas, também no vai ou raça, por setores do capitalismo privado.

Essa dimensão apontada por Kurz é fundamental para analisar criticamente a nova fase no processo de exploração econômica na Amazônia. Ou seja, em vez de focalizar apenas os aspectos considerados positivos - as aparentes preocupações com a proteção ambiental - é preciso atentar para a sua contraface mais perversa: o aprofundamento da mercantilização da natureza. A apropriação do discurso ambientalista pelo capital diluiu em torno da “defesa do patrimônio amazônico” uma suposta convergência de interesses entre “Povos da floresta, ambientalistas nacionais e mundiais, governos estrangeiros e firmas detentoras da tecnologia moderna” (BECKER, op.cit.).

A diversidade desses interesses, como se sabe, está associada a disputas de capitais pelo controle dessa nova fase de exploração econômica da região. Essas disputas ocorrem num contexto marcado por uma tentativa de reestruturação da ordem mundial, sob a batuta do império norte-americano. Nela, procura-se garantir, através da instrumentalização de mecanismos de regulação internacional (OMC, FMI, BIRD) - e intervenções militares, de acordo com as conveniências do momento -, a continuidade da reprodução ampliada do capital, removendo o máximo possível, os obstáculos à mobilidade das grandes corporações que operam em escala planetária.

Na Amazônia Continental, as duas estratégias mais perceptíveis são as seguintes: 1) Intervenção direta dos EUA via implantação de bases militares em diversos pontos da

região (Equador, Colômbia e possivelmente no Brasil²⁴⁷); 2) Imposição, via instrumentos de regulação internacional (como os BMDs - Grupo Banco Mundial - BIRD e Corporação Financeira Internacional - CFI e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), de políticas²⁴⁸ destinadas a promover o “desenvolvimento sustentável”. No caso do Acre, a combinação entre retração de gastos governamentais, ausência de investimentos privados relevantes e redução das doações a “fundo perdido” via ANGs internacionais transformaram os BMDs nas principais fontes de financiamento. Portanto, para compreender efetivamente os objetivos do capital em relação ao “desenvolvimento sustentável” na Amazônia é necessário um exame das proposições formuladas no âmbito dos BMDs a esse respeito, o que Pieterse (1998) denominou de “mainstream do desenvolvimento sustentável”. Antes de entrar no mérito específico delas, deve-se explicitar preliminarmente o modo como se percebe as relações dessas organizações multilaterais com os Estados nacionais.

Como sabemos, o Estado nacional não exerce como antes o “monopólio da função de governabilidade”, seu poder torna-se mais reduzido face às maiores interferências impostas pelos mecanismos multilaterais de regulação que definem um conjunto de regras destinadas a disciplinar o

247 — Mais precisamente na Ilha de Alcântara, no estado do Maranhão. Neste caso, sob o disfarce de “programa de cooperação espacial”.

248 — Tais políticas visam a combinar: a) a proteção dos interesses das grandes corporações numa perspectiva de aprofundamento da internacionalização da economia (a entrega da exploração mineral de Carajás, no estado do Pará, a algumas dessas corporações, via privatização da Companhia Vale do Rio Doce, é um pequeno exemplo); b) descentralização das “políticas de desenvolvimento” ao nível da sociedade civil (via incentivos financeiros a ONGs, associações comunitárias etc. e sociedade política, através de financiamentos diretos para governos estaduais e municipais pelos BMDs).

ordenamento das relações internacionais. De acordo com Muzio (1999:153),

[...] a maioria dos Estados nacionais está progressivamente perdendo toda a capacidade de agir com autonomia, de implementar sua própria legislação e, em geral, de utilizar seu sistema jurídico original. Tal perda de “capacidade” dos Estados e de seus governos se traduz em uma perda da legitimidade interna, que contribui para o processo de substituição de tomadas de decisões, passando do âmbito nacional para o global. Isto é normalmente implementado através do sistema multilateral de legislação e imposição de normas (OMC, FMI, Banco mundial, Sistema das Nações Unidas).

Desse modo, a tendência é reduzir cada vez mais a capacidade econômica dos Estados nacionais, até mesmo aquela voltada para a geração de recursos financeiros com vistas ao financiamento de suas atividades convencionais. A sua própria legitimidade para disciplinar a arrecadação fiscal dos cidadãos e empresas começa a ser questionada. Com isso,

o Estado torna-se cada vez mais dependente do mercado de capitais que opera em escala “global”²⁴⁹.

A partir das questões supracitadas, gostaríamos de enfatizar a seguinte ideia: assim como a edificação dos Estados nacionais se constituiu, até praticamente meados da década de 1970, nas bases fundamentais para a expansão planetária do capitalismo, atualmente sua presença nos moldes anteriores passou a configurar um obstáculo à nova divisão internacional do trabalho. Cabe ressaltar, contudo, que a erosão do poder dos Estados nacionais não ocorre de maneira simétrica. Ela ocorre de acordo com o lugar que estes ocupam nas relações de poder e dominação internacional. Segundo Batista Jr. (1997:96-97), “Os Estados nacionais, sobretudo nos países mais bem sucedidos, não estão indefesos diante de processos econômicos ‘globais’ incontrolláveis ou irresistíveis. Ao contrário do que sugere o fatalismo associado à ideologia da globalização, o desempenho das economias e o raio de manobra dos governos continuam a depender crucialmente de escolhas nacionais”. Assim, parece pouco plausível a ideia de que nos Estados Unidos e nos demais países que compõem o núcleo dominante da ordem “imperial” haja a intenção de dismantlar seus respectivos Estados nacionais. Portanto, a questão é muito mais complexa do que aparentam as

249 — Para Muzio (op.cit., p. 154), esse processo pode ser explicado basicamente por três razões principais: “1. os interesses globais precisam de um sistema unificado de regulamentação a fim de simplificar suas operações, maximizar o alcance de suas economias de escala e reduzir os custos [...]. 2. para não ter de lidar com 1.001 governos nacionais diferentes, cada um com suas próprias regras específicas, os interesses globais estão criando uma superestrutura jurídica que torna o estado nacional redundante. 3. Ao tomarem o lugar do Estado em inúmeras funções estratégicas - do fornecimento de serviços públicos à administração de aposentadorias, à educação, à assistência médica, e assim por diante - as corporações globais se aproveitam de novas oportunidades de negócios e da possibilidade de aumentarem seu poder e sua liberdade de movimento”.

afirmações simplistas que apregoam a “morte dos Estados nacionais”.

4.2.1. Considerações sobre a concepção de “desenvolvimento sustentável” dos BMDs

Devem-se tecer inicialmente algumas considerações sobre a construção teórica e o uso do conceito de “desenvolvimento sustentável” adotado pelos organismos multilaterais. Um dos aspectos enfatizados por Sachs (1997:17-18) na construção do conceito de “desenvolvimento sustentável” adotado pelo Banco Mundial - definido sinteticamente como “aquele que dura” - é a passagem das preocupações relativas à conservação da natureza para aquelas voltadas para assegurar o crescimento. O novo conceito diz o autor “mudou sutilmente o locus da sustentabilidade da natureza para o desenvolvimento. Antes, “sustentável” se referia à produção da natureza, agora se refere ao desenvolvimento”. Segundo o autor, como “desenvolvimento” é “conceitualmente uma casca vazia, que pode envolver qualquer coisa”, pode-se compreender por que “todos os tipos de atores políticos, mesmo fervorosos protagonistas do crescimento econômico podem hoje expressar suas intenções em termos de “desenvolvimento sustentável”.

A rigor, tal como a “democracia”, o “desenvolvimento sustentável” acabou constituindo-se numa unanimidade, contra a qual ninguém se posiciona. Ambas adjetivações (democracia e desenvolvimento sustentável) acabam banalizadas, confusas, se desprovidas das substâncias que

definem suas diferentes formas de materialização concreta. Como bem observou Paul Hirst (1992:31),

[...] a democracia é apresentada como uma noção única: se alguém é democrata, é a favor da democracia. Mas quando começamos a perguntar para que serve a democracia, pomos a nu o problema espinhoso que é a democracia. Não existe “democracia” no singular, o que existe é uma variedade de doutrinas da democracia e uma variedade de mecanismos políticos e processos de decisão ditos democráticos.

É possível constatar na literatura especializada que o uso da noção de “desenvolvimento sustentável” é igualmente “espinhoso”, quando especificado²⁵⁰. Contudo, parte-se da constatação de que no caso do Acre - conforme demonstrar-se-á nas seções seguintes - as referências são fortemente determinadas pelo modelo de “desenvolvimento sustentável” adotado pelos BMDs. Esse “modelo” inspirou-se de forma

250 — A esse respeito, ver, entre outros, Carvalho (1995). Citando Becker, o referido autor revela que na Amazônia poder-se-iam perceber pelo menos três concepções diferentes de desenvolvimento sustentável: a primeira incluiria o uso da terra por pequenos agricultores; a segunda rejeita essa alternativa e propõe o “uso de ‘bens e serviços’ gerados pela floresta”; para a terceira, “o ecodesenvolvimento se configura como um autoconceito, propondo o uso de biomassa como fonte de desenvolvimento sustentável”.

mais substantiva nas conclusões do Relatório Brundtland²⁵¹ (1987), que, por sua vez, expressou os limites aceitáveis pelo núcleo dominante do capital às tentativas ocorridas no âmbito da ONU, no decorrer dos anos 70/80²⁵², de criar mecanismos regulatórios destinados a conter a escalada do uso dos recursos naturais de forma destrutiva ambientalmente.

Resulta, portanto, de debates realizados nos fóruns internacionais num momento em que os sintomas da crise de acumulação capitalista tornam-se objeto de embates políticos mais intensos nos países centrais. Enquanto os movimentos ambientalistas dirigiam suas críticas ao padrão de consumo e do desenvolvimento industrial - considerado destrutivo, insustentável sob o ponto de vista ambiental -, expoentes da doutrina neoliberal (Hayek e Friedman) direcionaram suas baterias contra o Welfare State e todo o legado keynesiano (Anderson, 1995).

A busca de um “modelo” capaz de compatibilizar “desenvolvimento” – orientado segundo as “contingências do mercado” - com medidas de proteção ao meio ambiente ancoradas em critérios de “sustentabilidade” resultou num tipo de síntese peculiar, interpretada de forma muito sagaz por Sachs (2000:121), “Não há desenvolvimento sem sustentabilidade;

251 – Esse Relatório resultou do trabalho de uma “comissão independente” criada pela ONU em 1983, “encarregada de abordar a questão da relação entre meio ambiente e desenvolvimento, e de compilar propostas ‘inovadoras, concretas e realistas’ para lidar com essa questão” (McCornick, 1992:188). Como bem sintetizou Kowarick (1995:308), “O diagnóstico dos problemas relativos ao desenvolvimento e ao meio ambiente é apresentado no relatório sob o título geral de ‘Futuro ameaçado’, em seis enfoques básicos [...] crescimento populacional, segurança alimentar, espécies e ecossistemas, energia, indústrias e crescimento urbano [...]. A solução e a apresentação de políticas correspondem, em cada um dos seis enfoques, a proposta particular de desenvolvimento sustentado”.

252 – Particularmente no período compreendido entre 1972 (conferência de Estocolmo) e 1987 (conclusão do Relatório Brundtland), quando, enfim, definiu-se um padrão de “sustentabilidade” aceitável pelo capital.

não há sustentabilidade sem desenvolvimento' é a fórmula que instituiu o recém-criado vínculo. Desenvolvimento emerge rejuvenescido dessa ligação, o conceito agonizante recebendo outro sopro de vida". Isto nada mais é do que repetir um estratagema comprovado, continua Sachs: "sempre que, nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia [...] o Relatório Brundtland incorporou a preocupação com o meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo 'desenvolvimento sustentável' como abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente".

O modelo de "desenvolvimento sustentável" difundido pelos BMDs fica ainda mais compreensível quando analisado na sua dimensão prática, isto é, as suas estratégias materializadas em termos de "políticas de cooperação". Em um documento mais recente²⁵³, o Grupo Banco Mundial define a Matriz da Estratégia de Assistência ao Brasil (1998-2000), articulada em torno de quatro eixos. Três deles - reforma do setor público; infraestrutura e desenvolvimento do setor privado; sustentabilidade ambiental - integram o componente denominado Crescimento Ambientalmente Sustentável e

253 — Trata-se de um documento elaborado em 1997 intitulado "Memorando do presidente do BIRD e CFI aos Diretores Executivos sobre uma Estratégia de Assistência ao país do Grupo Banco Mundial para a república Federativa do Brasil". (In: Vianna Junior (org.), 1998:95-148). Vianna esclarece que só foi possível tornar público esse e os demais documentos em anexo, graças a um requerimento de autoria do deputado Ivan Valente. No geral esse Documento reitera o núcleo das estratégias dos projetos financiados na Amazônia a partir do início dos anos 90, como o PRODEAGRO (MT), PLANAFLORO (RO) e Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais - PP G7, com abrangência na maioria dos estados da Amazônia.

Estabilidade Macroeconômica; o quarto, pobreza rural e urbana, insere-se no chamado “Desenvolvimento Social”²⁵⁴.

Desnecessário transcrever o conhecido “receituário” que orienta tanto as “reformas do setor público” (privatizações, redução de despesas com o trabalho e rigidez no controle do déficit público) quanto os estímulos ao “desenvolvimento do setor privado” (desregulamentação das relações de trabalho, redução de impostos, liberalização comercial)²⁵⁵. Nasquelas unidades da Federação cujas economias são mais dependentes dos gastos governamentais e de repasses financeiros do Governo Central, como o Estado do Acre, os efeitos negativos dessa política produzem impactos imediatos. Como os BMDs mudam sua orientação nos anos 90 - passando a financiar diretamente governos estaduais e municipais, anteriormente, esses financiamentos eram feitos via governo federal - ,

254 — O “Desenvolvimento Social”, em linhas gerais, enfatiza: a) a ampliação do acesso da população a escola - prioritariamente na região Nordeste - no sentido de dotá-la de “capacidades” para superar a pobreza; b) melhorias no setor de “serviços básicos”, ressaltando obviamente que a “estratégia é aumentar o acesso” a esses serviços “por meio de (i) modernização e reestruturação dos fornecedores de serviços de abastecimento de água²⁵⁴ em um ambiente eficiente e competitivo; (ii) realizar licitações com vistas a contratos de concessão e gerenciamento; (iii) descentralização dos serviços urbanos para os municípios”.

255 — Deve-se atentar para o fato de que os BMDs exercem fortes pressões sobre os Estados nacionais para que promovam essas “reformas”, como bem ilustra o caso do Brasil. Os 2 bilhões de dólares previstos para serem aplicados pelos BMDs no país em 1997 representariam, segundo Vianna Jr. (1998:82), “menos de 1% do Orçamento da União, sem considerar-se portanto os orçamentos estaduais e municipais”. Mas, se essa análise é correta, continua o referido autor, “de onde vem a importância dos BMDs no Brasil? Para além da importante função meramente financeira, os bancos têm atuado como ‘inteligência’ auxiliar do Governo na elaboração de programas e projetos, como por exemplo, os programas responsáveis por políticas de ajuste estrutural, os projetos setoriais de desenvolvimento [...]”. Comentários adicionais são dispensáveis, dadas evidências tão transparentes.

passaram a constituir-se praticamente numa “alternativa única”²⁵⁶.

Para a região amazônica, naturalmente, o acesso a essas fontes está condicionado à adoção, no âmbito dos governos estaduais, dessa estratégia em geral – “Crescimento Ambientalmente Sustentável e Estabilidade Macroeconômica” - e à da “sustentabilidade ambiental” em particular. A assistência do Banco é orientada para a satisfação de “três objetivos ambientais abrangentes: (a) a proteção e conservação de ecossistemas prioritários; (b) o uso mais eficiente e o gerenciamento sustentável dos recursos naturais, tais como a água, florestas e a terra, e (c) ênfase renovada no gerenciamento mais efetivo de problemas decorrentes da poluição”. Define-se, ainda, uma diretriz de atuação do Banco pautada numa “abordagem participativa para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, assim como no desenvolvimento de uma estratégia de biodiversidade”. Finalmente, define-se que essa “assistência” estará centrada na “utilização de uma abordagem econômica na determinação das prioridades ambientais e estratégicas de gerenciamento do custo/benefício” (grifos de E. A. P.) e no fortalecimento institucional das agências ambientais dos estados e integração das “considerações ambientais com o planejamento de políticas e projetos”.

Das proposições gerais mencionadas pode-se extrair uma conclusão central: a manutenção da costumeira separação entre “crescimento” e “desenvolvimento” com

256 — Como revelam inúmeros estudos recentes, a “globalização do capital” tem gerado forte aumento das disparidades e desigualdades regionais. Àquelas regiões com perfil socioeconômico similar ao do Acre, via de regra, acabam sendo excluídas como áreas de interesse para investimentos de capitais privados.

a inclusão da sustentabilidade ambiental como eixo componente do “crescimento” parece não deixar dúvidas sobre a lógica que preside o modelo de “crescimento sustentável” preconizado pelo Grupo Banco Mundial. Sob essa lógica as questões relativas ao “desenvolvimento social” são relegadas a um plano secundário (situado no âmbito das “políticas compensatórias”), enquanto aquelas ligadas ao meio ambiente subordinam-se à “utilização de uma abordagem econômica na determinação das prioridades ambientais”.

É, portanto, na persistência dessa separação dicotômica entre “crescimento” e “desenvolvimento” e no utilitarismo expresso na forma extremada de “mercantilização da natureza” que podem ser indicados os limites centrais dessa “matriz” dos BMDs. No primeiro caso, dicotomia entre “crescimento” e “desenvolvimento”, trata-se de uma temática que tem se constituído a partir de meados do século XX, em objeto de variadas críticas ²⁵⁷. Portanto, nos limitaremos a focalizar um dos seus aspectos mais importantes: a abordagem do “desenvolvimento social” como instrumento corretivo dos efeitos produzidos pelo “crescimento”, cujas metas estariam voltadas para a promoção da “equidade social”.

Como bem analisou Maluf (2000:61), as desigualdades sociais foram acentuadas no padrão de desenvolvimento atualmente em curso. “Em conseqüência, a melhoria nos níveis de equidade social e a redução da pobreza absoluta continuam dependendo fortemente de políticas sociais que transferem bem-estar através de redes de proteção social cujo igualitarismo e universalidade de cobertura, por sua vez, não

257 — A esse respeito, ver, entre outros, Maluf (2000). Nesse ensaio, o referido autor recupera esse debate pontuando as abordagens teóricas mais relevantes que marcaram seu desenvolvimento na Segunda metade do Século XX.

estão assegurados pelos modelos atualmente adotados”. È nesse sentido, ou seja, o de minimizar os efeitos das políticas macroeconômicas que o componente do “Desenvolvimento Social” se inscreve na “matriz” do Grupo Banco Mundial.

Quanto ao segundo aspecto, relativo à “mercantilização da natureza”, vale pontuar as seguintes contradições: as questões relativas à conservação e/ou preservação ambiental exigem necessariamente adoção de estratégias de investimento de longo prazo. Contudo, como mostra Mézáros (2002:176), “devido a sua necessária negação do futuro, o sistema do capital está encerrado no círculo vicioso de curto prazo”. Ou, ainda, como observa Santos (op. cit., p. 143), se “o lema do capitalismo verde é salvar o planeta e ganhar dinheiro ao mesmo tempo”, talvez, continua o autor, “não seja possível salvá-lo se ficar demonstrado que as duas intenções são incompatíveis”. Finalmente, no que diz respeito aos aspectos pontuais das estratégias definidas no eixo da “sustentabilidade ambiental”, pretende-se abordá-las nas seções seguintes que tratam de sua “assimilação” nas políticas de desenvolvimento regional.

4.3. A Descentralização político-administrativa e o “desenvolvimento sustentável”

Antes de analisar as estratégias de “desenvolvimento sustentável” adotadas pelo INCRA e MSTR sob esse contexto de descentralização político-administrativa, julgamos pertinente tecer algumas considerações acerca da formação do “consenso” em torno do “desenvolvimento sustentável” no

Acre. Como se tentou evidenciar nas seções anteriores deste capítulo, tanto os fundamentos teóricos do “desenvolvimento sustentável” preconizado pelas agências multilaterais quanto o das políticas destinadas à efetivação das “reformas estruturais” no país, estão ancorados no receituário neoliberal. Trata-se, portanto, de um cenário marcado politicamente por um conservadorismo adverso não só à incorporação de novas demandas sociais como também à própria preservação de direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo de suas lutas.

Afinal de contas, é nos marcos dessa conjuntura que têm sido anunciados maiores progressos na adoção de “práticas de desenvolvimento sustentável” no Acre, conforme anunciamos na Introdução. Caberia explicar, portanto, como os obstáculos políticos da magnitude indicada nos capítulos anteriores - domínio oligárquico sob condição de um tríplice monopólio (terra, comércio e negócios governamentais) -, somados àqueles de ordem macropolítica pontuados neste capítulo, puderam ser contornados de forma aparentemente tão “exitosa”.

No que diz respeito ao questionamento referente aos obstáculos de ordem macropolítica, os argumentos teóricos indicados nas seções anteriores, poderão ser “testados” nas seções seguintes, quando analisadas as estratégias de desenvolvimento do Estado (no sentido ampliado). Sobre a dinâmica política interna da sociedade regional, conforme se demonstrou no Capítulo I, um dos seus traços marcantes foi a prevalência de um desenvolvimento do tipo extensivo. Portanto, dado que as transformações na estrutura agrária não foram acompanhadas pela dinamização dos setores produtivos - agrícola e industrial -, o setor público

governamental, comércio e setores ligados à prestação de serviços continuaram predominantes na economia regional, bastante afetada, nos anos 90, pela retração dos investimentos públicos.

Extremamente dependente de subvenções públicas e sem perspectiva de atração de investimentos privados relevantes (pelo menos a curto e médio prazos), não sobra outra alternativa à sociedade política em nível estadual que não seja seguir os caminhos trilhados por diversos segmentos sociais da sociedade civil: captar recursos financeiros no exterior. Ora, para o governo estadual, as fontes mais promissoras apontam para os BMDs. Como foi dito anteriormente, essas agências passaram a financiar diretamente os governos estaduais e locais a partir dos anos 90, desde que, naturalmente, demonstrassem que estavam cumprindo o seu “dever de casa”, que, no caso do Acre, passa obrigatoriamente tanto pelas “reformas do setor público” quanto pela adoção de políticas voltadas para “proteção das florestas” como uma das premissas para a implementação do “desenvolvimento sustentável” no estado.

No que diz respeito ao setor privado - particularmente os grandes proprietários rurais e comerciantes -, as reações são as mais diversas. No caso dos primeiros, face a: a) uma drástica redução dos incentivos fiscais; b) elevação das taxas de juros no mercado financeiro; c) aumento na taxa de tributação (ITR) das terras consideradas improdutivas; d) maiores restrições para autorização de desmatamentos, muitos acabam optando pela venda, parcial ou integral, de suas terras. Ora, nesse momento, o maior comprador potencial e o mais interessado é o governo, representado no estado pelo INCRA. Outros

procuram tirar proveito dessa nova situação, seja buscando linhas de crédito voltadas para apoiar projetos considerados compatíveis com o “desenvolvimento sustentável”²⁵⁸, seja redirecionando suas atividades, no caso dos pecuaristas, somente para a recria, como mencionou-se no Capítulo I.

Para os comerciantes, as transformações no agro acreano acabaram também produzindo efeitos diferenciados. Aqueles vinculados diretamente ao comando das cadeias mercantis atuantes na região do vale do Acre e Purus²⁵⁹ acabaram prejudicados de forma mais intensa em função de três fatores principais: 1) A pavimentação asfáltica da BR-364 até Rio Branco produziu forte impacto nessa estrutura de comando na região. Os pequenos e médios comerciantes passaram a ter acesso direto às grandes redes de atacadistas do Centro-Sul²⁶⁰. Com isso, além de afetar duramente os atacadistas situados nessa região – provocando, inclusive, a falência de muitos desses grupos comerciais -, acabaram reorganizando o sistema de trocas e intercâmbio com os

258 — De acordo com o depoimento de um técnico do INCRA no Acre, com “pequenas maquiagens” pode-se transferir um imóvel da classificação de improdutivo para produtivo. Assim, além de não ser considerado passível de desapropriação, a tributação do ITR fica mais reduzida. Uma das “magias” para se fazer isso é apresentar um plano de “manejo sustentável” da propriedade, que pode incluir desde a “exploração racional” de madeira nobre até a pecuária de corte em regime extensivo ou semi-extensivo.

259 — Na mesorregião do Juruá essa estrutura não foi muito afetada. O sistema de trocas ainda é muito centralizado em cidades como Cruzeiro do Sul e Tarauacá por poucos grupos (como o do ex-governador do Acre, 1994-98, Orleir Cameli), que detêm não só os meios de transportes que viabilizam as trocas como o controle econômico e político na região.

260 — Como o Grupo Martins, nucleado em Uberlândia-MG. Esse grupo tem uma estrutura de distribuição que abrange praticamente todo território nacional, com oferta de mercadorias variadíssimas. Inclui desde gêneros alimentícios até os eletrodomésticos.

produtores diretos²⁶¹, alargando - em relação ao passado recente - a liberdade de transação comercial, de concorrência na base do sistema; 2) A instituição de linhas de crédito governamental, que reduziu em parte a dependência ao sistema de “aviamento”²⁶²; 3) As tentativas dos produtores diretos no sentido de reduzir a intermediação nas relações de troca, via cooperativas, associações, caixas agrícolas etc.

Em contrapartida, os recursos financeiros aplicados pelo governo nas áreas reformadas - na forma de salários do corpo de profissionais envolvidos com o agro, crédito e/ou dotação de infraestrutura social e produtiva -, bem como as doações internacionais canalizadas via ONGs e movimentos sociais²⁶³, dinamizaram de forma direta diversos setores comerciais (insumos e utensílios agrícolas, motores e máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, materiais de construção etc.). É possível que muitos comerciantes tenham percebido na ampliação do espaço para a pequena produção efeitos mais positivos do que aqueles resultantes da

261 — Os dados de uma pesquisa realizada nos assentamentos - dois deles situados às margens da BR-364 (UFAC/CPDA, 1998) - mostram uma enorme variedade de intercâmbio comercial. Existem assentados que vendem sua produção nos lotes, mas compram os produtos industrializados no comércio situado em Rio Branco ou nos outros municípios próximos, outros que vendem seus produtos e compram mercadorias diretamente nesses núcleos urbanos e aqueles que permanecem subordinados aos intermediários que atuam nesses assentamentos, através do sistema de trocas de sua produção por produtos industrializados. Localização dos lotes, maior facilidade de transporte, condição econômica dos assentados (que inclui acesso ao crédito nos programas governamentais) etc. são alguns dos fatores que ajudam a explicar essa multiplicidade de opções.

262 — Conforme se mencionou nos Capítulos I e II, o aviamento cria laços de dependência que subordinam, a partir de um núcleo de comando, todos os agentes intermediários que integram o sistema de trocas mercantis.

263 — Não é possível afirmar com segurança o volume de recursos movimentados por esses agentes. Em 1994 tentou-se fazer esse levantamento sem sucesso. Pelas minhas estimativas, no período em que fui assessor do CNS (1991-94), somente ele (o CNS) e a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - CAEX movimentaram aproximadamente US\$ 2 milhões no Acre.

pecuária extensiva na economia estadual²⁶⁴. Além de gerar poucos empregos, as grandes fazendas compram a maior parte dos insumos que utilizam diretamente dos distribuidores do Centro-Sul do país.

No que diz respeito aos segmentos sociais subalternos, deve-se chamar atenção para alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, houve uma inversão nos parâmetros substantivos que delineiam as adjetivações de “moderno” e “atraso” na região. Ou seja, os seringueiros, que, em função de sua reprodução social, associaram-se a uma das formas mais primitivas de relação homem/natureza (extração e coleta) eram considerados atrasados, passam a ser considerados “modernos”, porque sua forma de relacionarem-se com o meio natural é a mais adequada para se garantir a proteção da floresta amazônica. Dessa forma, eles passam a ser percebidos, como bem analisou Esteves (1999), como os “guardiões da floresta”. Quanto aos “colonos” - especialmente aqueles que pretendiam implantar o padrão tecnológico que eles conheceram no Centro-Sul do país -, passaram a ser considerados como expressão do “atraso”, porque a sua condição de existência resulta na destruição da floresta²⁶⁵.

Cabe aqui um pequeno parêntese: esta nova situação tende a criar maiores dificuldades para esses “colonos”, uma vez que são tratados como “vilões”, tal como o foram os

264 — Cf. dados extraídos de entrevistas realizadas com comerciantes na região do Vale do Acre (UFAC/CPDA, 1998).

265 — Essa ideia aparece claramente no Documento dos BMDs citado na primeira seção desse capítulo. Apareceu também num Relatório de autoria do Deputado Federal do PT (MT) Gilney Viana (1997), que indica os projetos de reforma agrária na Amazônia como responsáveis diretos por 50% dos desmatamentos realizados na região.

pecuaristas nos anos 70 e 80²⁶⁶. Para o governo a situação não é mais confortável, dado que as pressões para criar mais assentamentos, instituir linhas de crédito e programas de apoio à produção nessas áreas acabam parecendo extremamente contraditórias as medidas destinadas a floresta amazônica. De todo modo, é possível perceber uma nítida diferenciação nas fontes de financiamentos destinados aos seringueiros e colonos. Enquanto os primeiros passam a ter acesso a alguns financiamentos provenientes de agentes internacionais, os colonos ficam mais restritos aos programas instituídos pelo governo federal.

Deve-se lembrar que o acesso a financiamento externo desde o início tem sido de alcance muito restrito, a maioria dos seringueiros tem ficado de fora. Assim, para uma parte daqueles residentes nas áreas que ocorreram os mais graves conflitos sociais pela posse da terra nos anos 80 (os seringais de Xapuri) as oportunidades são maiores. Para eles, o alvorecer da década de 1990 parecia anunciar a “colheita das sementes plantadas por Chico Mendes”. Além do estímulo provocado pelas desapropriações que resultaram na criação do PAE e Reserva Extrativista Chico Mendes nessa área²⁶⁷, criou-se uma expectativa de que no exterior (EUA e Europa Ocidental) agentes financeiros governamentais e não governamentais estavam efetivamente “comovidos” com a “causa de Chico Mendes” e dispostos a financiar projetos orientados para a

266 — Nos anos 90, embora tenham sido associados ao “atraso”, as críticas aos “colonos” dos projetos do INCRA acabaram tirando-os um pouco do foco dos ambientalistas.

267 — A Reserva Extrativista do Alto Juruá, em Cruzeiro do Sul, criada também em 1990, começou a despertar interesses internacionais também como área de atuação – ou, como dizem os mais otimistas, foi “incluída nas políticas de cooperação internacional”.

promoção de alternativas de desenvolvimento compatíveis com a proteção do meio ambiente no Acre e em outros lugares da Amazônia.

Em suma, as transformações na estrutura agrária não foram acompanhadas pela dinamização dos diversos setores produtivos da economia regional. Essa hipertrofia, somada ao êxodo rural, acabou produzindo um “inchamento” nos principais núcleos urbanos e a proliferação de atividades vinculadas ao setor terciário não produtivo. Neste setor, cujas principais ocupações ocorrem no comércio e na administração pública, que se desenvolveu e se preservou, em grande parte, como mostramos nos capítulos anteriores, o poder das oligarquias regionais.

Além do mais, dada a grande interdependência entre os “negócios comerciais” e “negócios governamentais”, a esfera da sociedade política continua ocupando um lugar central como instrumento de agregação do bloco dominante e de reprodução das relações políticas de dominação. Estas relações, por sua vez, são marcadas predominantemente pelas práticas clientelistas. Sob essas condições gerais do desenvolvimento no Acre, as possibilidades de promover uma “descentralização administrativa” voltada para implantação de alternativas de “desenvolvimento sustentável” que assegure a participação dos “de baixo” nos processos decisórios, parecem muito restritas, como ver-se-á nas seções seguintes.

Frente ao exposto, adota-se a hipótese de que a construção de um consenso em torno do “desenvolvimento sustentável” - que passa a ser massificado ideologicamente como a “única alternativa” viável - foi bastante oportuna para concretizar um amplo pacto social no estado. Uma

das questões centrais dos debates sobre o desenvolvimento no Acre nos anos 70 e 80 (condenação à concentração da propriedade fundiária e de rendas, bem como a exploração de classes) foi deslocada para os imperativos da natureza e do “mercado”. O que passa a interessar efetivamente é se as alternativas de “desenvolvimento sustentável” serão eficientes para conservar as florestas e competitivas em termos de “mercado”. Portanto, as relações sociais de classe submergem-se nas relações entre homem/natureza/mercado, embaralham-se os interesses, a defesa do “desenvolvimento sustentável” passa a expressar o “interesse geral” de todos que vivem no Acre, de forma indistinta (seringueiros, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, servidores públicos etc.).

Politicamente, esse pacto começou a ser viabilizado com a vitória do candidato do PT (Jorge Viana) nas eleições para a Prefeitura de Rio Branco em 1992. A partir daí houve uma inversão no direcionamento do MSTR e de outros movimentos sociais, que até então tentavam democratizar a sociedade regional “de baixo para cima”. Como o núcleo orientador da estratégia política do PT definiu como objetivo a conquista do governo estadual nas eleições de 1998, o foco passa a ser outro, isto é, “transformar” a sociedade de “cima para baixo”. A rigor, essa estratégia resultou num tipo de “transformismo” de maior alcance na história recente do Acre - em que tanto o PT quanto as organizações de classes subalternas foram assimilados à lógica do domínio oligárquico. Isso revela uma formidável capacidade das oligarquias regionais em adaptar-se às mais diferentes conjunturas preservando o essencial: a manutenção do domínio e direção do Estado (no sentido ampliado) naquele território.

Aliás, diga-se de passagem, no Acre, a exemplo do que tem ocorrido no Brasil em geral, o “transformismo” passou a constituir-se em um dos traços constitutivos marcantes do processo político no pós-1930, como bem observou Perry Anderson em uma recente entrevista publicada pelo jornal Folha de S. Paulo (10/11/2002, Especial, p. A9), “Muito mais ainda do que a Itália, que lançou o conceito para o mundo, o Brasil é por excelência o país do “transformismo”, dada a capacidade que possui a ordem estabelecida de abraçar e inverter as forças transformadoras, até que fica impossível distingui-las daquilo que se propunham a combater. É o lado sombrio da incomparável cordialidade brasileira”.

4.3.1. INCRA-AC: a descentralização político-administrativa e o “desenvolvimento sustentável”

Considerando-se que as conexões entre as “reformas do Estado” e aquelas operadas no setor público agrícola têm sido objeto de análises bastante substantivas²⁶⁸, não julgamos necessário retomá-las aqui na sua generalidade. Interessa realçar os aspectos que dizem respeito à reorientação das estratégias de atuação do INCRA, particularmente no que tange à política de reforma agrária. Como bem interpretou Leite (1999a:170-171), “não existe atualmente um programa, formalmente designado, de Reforma Agrária”. Poder-se-ia,

268 — Refere-se em especial a um texto de autoria de Sérgio Leite (1999) intitulado “Reforma do Estado, questão agrária e descentralização: uma contribuição à análise da política de assentamentos rurais no Brasil”, texto apresentado ao Seminário Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado/CPDA-UFRRJ: Resultados e Reflexões (Rio de Janeiro, ago. 1999).

segundo o autor, apontar “algumas linhas” de orientação das políticas públicas, das quais²⁶⁹ chamaríamos a atenção para a que foi denominada, “dentro da burocracia institucional, de modernização institucional, pressupondo um processo de descentralização administrativa, participação a nível local e, mais à distância, à interface entre reforma agrária e reforma do Estado”. Assim, continua Leite, “temos então um conjunto de programas (Lumiar, Procera, Roda Viva, Casulo etc.), que estaria alocado na política agrária do governo federal”.

Esse parece-nos um dos aspectos mais relevantes a ser considerado no bojo das “reformas do Estado”. Ele define o tipo de “participação” reservada aos segmentos sociais subalternos da sociedade civil e ao mesmo tempo ativa mecanismos mais complexos de gestão governamental. Tais mecanismos pressupõem uma burocracia mais reduzida quantitativamente, porém dotada de maior capacidade qualitativa para “coordenar” os múltiplos agentes responsáveis pela implementação das políticas públicas ao nível da sociedade civil. Além do mais, algumas instituições do governo federal, como é o caso do INCRA, embora permaneçam subordinadas a um comando central que define as metas a serem cumpridas e a dotação orçamentária a elas destinadas, passam a ter sua atuação mais condicionada pelas forças políticas dominantes nos estados e municípios.

269 — Leite (op. cit.) aponta, ainda, as seguintes linhas de intervenção das políticas públicas: “- Processo de arrecadação de terras, que tem se dado por desapropriação, por compra e aquisição e, recentemente, pelo programa de crédito fundiário e leilão de terras; Processo de recadastramento, fiscalização e tentativa de tributação dos imóveis rurais. - Processo de assentamento propriamente dito, incorporando ações relacionadas à assistência técnica (Projeto Lumiar), habitação, crédito e educação; além do estímulo a emancipação dos núcleos de reforma agrária. - A dimensão jurídico-legal que trata dos procedimentos relativos ao rito sumário, à participação do Ministério Público no processo de desapropriação de imóveis improdutivos [...]”

Conforme demonstrou-se nos Capítulos II e III, a burocracia interna do INCRA-AC foi formada sob o tacão do autoritarismo militar e a partir de meados dos anos 80, passou a estar cada vez mais influenciada e subordinada ao domínio oligárquico estadual, ambos, avessos à participação dos “de baixo” nos processos decisórios. Outro dado que parece influenciar subjetivamente a atuação da burocracia do INCRA no Acre - não reveladas numa apreciação dos aspectos técnicos e administrativos da reforma institucional - é o processo de decadência, ou pelo menos de uma relativa perda de prestígio, experimentado pela instituição a partir de 1987. Ficou extinto oficialmente entre 1987-89, e poucos meses após a anulação do ato legal que o extinguiu, o governo Collor (1990-92) praticamente o desativou, colocando em disponibilidade uma grande quantidade de funcionários e “virando as costas” para a política de reforma agrária²⁷⁰.

Face a essas considerações preliminares, em vez de analisar a instituição e posteriormente suas estratégias de atuação (a exemplo do que fizemos nos capítulos 2 e 3), adotamos outro procedimento. Centralizamos o enfoque nas políticas mais relevantes - criação de novos assentamentos rurais e dotação de infraestrutura no conjunto das áreas reformadas - que nortearam as estratégias de atuação do INCRA - AC nos anos 90, para analisar os eixos básicos dessas reformas: a “descentralização administrativa” e a valorização de alternativas de “desenvolvimento sustentável”.

270 — Vale lembrar que na época o INCRA estava novamente vinculado ao Ministério da Agricultura. Este, tinha como titular Antônio Cabreira, um dos líderes da UDR no estado de São Paulo. Segundo informações de Raimundo de Araújo Lima, ao assumir a Superintendência em 1993, além de defrontar-se com um enorme “estado de abandono das instalações físicas e sucateamento dos seus equipamentos a desmotivação do quadro de pessoal era enorme”.

a) Distribuição de terras: os assentamentos rurais

Apesar da luta pela reforma agrária ter conquistado um grande apoio popular nos anos 90 - que assegurou-lhe um lugar de destaque na agenda política nacional - os obstáculos para sua realização têm sido enormes²⁷¹. Tanto o modelo político-econômico quanto o perfil conservador da base de sustentação do governo federal - no Congresso Nacional e na maioria dos governos estaduais -, desautorizam qualquer ilusão a respeito da adoção de políticas destinadas a promover a democratização do acesso à propriedade da terra. Contudo, o governo federal têm proclamado que logrou realizar a “maior reforma agrária do mundo”.

Na tentativa de compreender esse aparente paradoxo, parte-se do suposto de que a reforma agrária foi pautada sob duas perspectivas predominantes na agenda política nacional. Para o governo, ela estaria inscrita inicialmente nos marcos

271 — Como sabemos, embora a luta pela reforma agrária tenha alcançado enorme visibilidade nos meios de comunicação e apoio de diversos setores da sociedade civil, nesse período, a necessidade de sua realização passou a ser também bastante questionada e até mesmo descartada. A proposta de reformulação do Estatuto da Terra, intitulada o “Novo Estatuto da Terra” apresentada à Câmara Federal em 2001 pelo Deputado Federal Francisco Graziano Neto (que ocupou a presidência do INCRA em 1995), expressa claramente a concepção de uma das correntes contrárias a realização da reforma agrária. No plano acadêmico, Palmeira & Leite (1997, 5), indicaram entre os críticos da pertinência de uma reforma agrária atualmente no Brasil, os “autores que argumentam que, considerando o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e a dependência do setor agrícola numa abordagem intersetorial, o processo de distribuição de terras a trabalhadores rurais é “anacrônico”. Os problemas decorrentes da não-realização de uma reforma agrária no passado, tal como o nível do êxodo rural, devem ser absorvidos pelo setor de serviços das cidades, visto que o “padrão de acumulação agrícola” impõe novas formas de produzir e escalas de produção incompatíveis (na sua modernização) com o nível de produtividade do pequeno produtor (Muller, 1988). Dessa forma, priorizam-se, em tais análises, os “espaços” da grande empresa[...]”.

de um conjunto de políticas compensatórias²⁷², destinada a minimizar os efeitos do agravamento das desigualdades sociais resultantes da brutal concentração de riqueza e renda no país. Para o protagonista principal da luta pela reforma agrária na sociedade civil nesse período, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ela inscreve-se na agenda política nacional como elemento constitutivo de uma estratégia de desenvolvimento que a longo prazo tem como um dos objetivos a superação das desigualdades sociais. Do confronto político entre essas duas posições, os resultados obtidos parecem ser mais abrangentes do que o projetado pelo governo e muito aquém do alcance pretendido pelo MST.

Em resumo, os resultados da política agrária do governo - no que diz respeito à distribuição de terras e instituição de programas de apoio à produção - não são compreensíveis se não levar na devida conta essas pressões dos “de baixo”. Diante do impasse com o MST e das limitações teóricas e práticas subjacentes ao modelo político-econômico - no sentido de incorporar uma reforma agrária capaz de atender as demandas reprimidas historicamente -, o governo adota uma estratégia voltada essencialmente para amenizar os conflitos e tensões sociais no campo. Dado o elevado estoque de terras devolutas disponíveis na Amazônia, aliado a um menor preço das terras e dos custos de implantação dos assentamentos, a região acabou - a exemplo do que ocorreu no período da ditadura militar - constituindo-se novamente numa espécie

272 — Segundo Leite (1999a, 45) “as atividades concernentes à política agrária, dada a sua “leitura sócio-assistencial”, estavam basicamente concentradas no rol dos programas destinados ao Comunidade Solidária. Este direcionamento parece ter sido alterado, ao longo desses dois últimos anos, em virtude da dimensão que a questão agrária assumiu na conjuntura social, política e econômica do país”.

de “válvula de escape” para o governo. Vale ressaltar, que 62% do total de assentamentos criados entre 1995 e 1999, estão localizados na Amazônia (Petras e Veltmeyer, 2001: 136).

Assim, em se tratando do caso do Acre, a melhor maneira de desvendar a “misteriosa” fórmula encontrada pelo governo Fernando Henrique para “conciliar” os interesses relativos à disputa pela posse da terra, é tomar como ponto de partida, suas próprias estatísticas. No Quadro 4.1, apresenta-se alguns indicadores comparativos bastante reveladores.

Quadro 4.1: Distribuição de terras via assentamentos do INCRA (Acre: 1970-2000).

	1970-1984	1985-1994	1995-2000	Total
Assentamentos	05	17	40	62
Área (há)	779.217	299.509	470.014	1.548.740
Famílias Assentadas	8.427	6.382	11.239	26.048
Formas de Aquisição				
- Desapropriação	779.217	245.347	175.183	1.199.747
- Arrecadação	-	54.162	240.995	295.157
- Desap/Arrecad	-	-	53.836	538

Fonte: Demonstrativo dos Assentados executados.
(Projetos de Colonização, de Assentamento e Agroextrativistas - INCRA SR/14 2001).

Atentar-se-á inicialmente para um questionamento do que esses indicadores revelam e em seguida, para o que escondem. A primeira constatação que pode ser feita é que a criação de 40 projetos e o assentamento de 11.239 famílias em cinco anos produziu efetivamente um impacto enorme no estado do Acre. Isso ajuda a entender porque a maioria

dos dirigentes sindicais passaram a considerar em fins dos anos 90, o problema da posse da terra praticamente resolvido, restando definir apenas algumas pendências localizadas²⁷³.

Curiosamente, a posição do INCRA aparece registrada de forma menos otimista. Em primeiro lugar, reconhece que apesar de não existirem “conflitos de grandes proporções” no estado, “há sim um número considerável de pequenos conflitos dispersos por quase todo território estadual”. Além do mais, no mesmo Documento a autarquia admite a existência de uma elevada demanda social pela propriedade da terra. “Os últimos dados existentes na SR 14, apontam para uma demanda em torno de 4 mil famílias/ano”(INCRA SR 14, 2000, 31). Como o planejamento previsto é para um prazo de 4 anos (2000-2003), havia um total de 16 mil famílias demandantes de terras no Acre no final dos anos 90. A autarquia fixou como meta o assentamento de 6.480 famílias no decorrer desse período.

Outro dado que chama a atenção, é que mais de 50% das terras usadas para criar os novos assentamentos eram de propriedade da União e mais ainda, que a quantidade de terras desapropriadas destinadas a esses projetos é inferior às desapropriadas nos períodos anteriores. Dito de outro modo, o governo desapropriou menos terra e assentou mais gente. Cabe argüir como isso foi possível, o que implica em começar a desvendar o que as estatísticas oficiais escondem quando apresentadas dessa forma.

Do total de 11.239 famílias assentadas entre 1995-2000, foram abrigadas nos novos projetos 7.115(63%) e

273 — Entre elas aparece as áreas dos seringais São Miguel em Xapuri e Valparaíso em Cruzeiro do Sul,

nos assentamentos criados em períodos anteriores, 4.124, equivalente a 37% das famílias assentadas no período. Ora, com isso o INCRA cumpriu as metas anuais de assentamentos estipulados pela Direção Nacional, os grandes proprietários rurais não foram “importunados”²⁷⁴ -pelo contrário, alguns encontraram no governo um bom comprador para terras que não os interessava mais - e o sindicalismo rural pode comemorar as conquistas. Vale ressaltar, que junto com Chico Mendes, foi sepultado pelos dirigentes sindicais o questionamento da legitimidade dos títulos de propriedade dos latifundiários. Isto é, a ideia de que os seringueiros detinham o *Animus Domini* sobre as áreas que ocupavam e portanto, as desapropriações eram reprováveis moralmente porque premiavam os usurpadores da terra (Linhares op.cit).

A rigor, tanto para o INCRA, quanto para o sindicalismo e seus representados esse tipo de solução criou uma outra ordem de problemas monumentais. Em primeiro lugar, as carências de infraestrutura social e produtiva nos antigos assentamentos somadas às dos 40 novos projetos exige um aporte de investimentos públicos que entra em confronto direto com as políticas neoliberais, particularmente no que diz respeito às restrições aos gastos governamentais destinadas a reduzir o famigerado “déficit público”. Nas subseções seguintes, procura-se mostrar como têm sido tratada essa questão em termos de estratégias políticas. Em segundo lugar, a localização geográfica desses assentamentos tem criado duas ordens de problemas distintos. Existem aqueles situados em regiões cujo acesso por via terrestre só é possível durante

274 – Como se registrou no Capítulo 1, somente em 1999 - através da Portaria 558/99 - os imóveis acima de 10 mil ha, tiveram seus cadastros suspensos e foram submetidos à discriminação judicial. Os resultados advindos daí são absolutamente imprevisíveis.

o verão amazônico e outros, que só através de transporte fluvial ou aéreo²⁷⁵. Sob estas circunstâncias, as possibilidades de êxito de implementação das estratégias alternativas de “desenvolvimento sustentável” parecem bastante restritas. Cedo ou tarde, este problema terá que ser enfrentado. Mas aparece também uma situação inversa, ou seja, assentamentos situados próximos de núcleos urbanos, com relativa facilidade de acesso e mesmo assim, não têm produzido resultados muito convincentes. Nestes casos, deve-se atentar para um aspecto que parece ser fundamental para explicar esse fenômeno: trata-se da combinação entre as adversidades que caracterizam a reprodução social desses produtores diretos com a facilidade de encontrar compradores para suas terras.

Sobre essas adversidades (refere-se particularmente à infraestrutura social e produtiva) dado que já foram suficientemente caracterizadas nos capítulos anteriores, torna-se desnecessário maiores comentários. Quanto ao segundo aspecto, vale a pena aprofundar um pouco mais. Pode-se identificar pelo menos quatro categorias de compradores de terras potenciais nessas áreas: fazendeiros, particularmente aqueles com fazendas nas proximidades dos assentamentos; os próprios assentados bem sucedidos no processo de diferenciação social interna que acabam anexando novos lotes aos seus, principalmente aqueles envolvidos com a pecuária que requer em regime extensivo, uma incorporação contínua de novas áreas de pastagens; e

275 — Em 1996, coordenamos a realização do Censo da Reforma Agrária no Acre, 7 assentamentos não foram incluídos porque os custos de transportes para essas áreas eram elevadíssimos e o tempo para percorrê-los era infinitamente maior do que o previsto no cronograma geral da pesquisa. Detalhe, naquele ano existiam somente 35 assentamentos do INCRA no estado.

por fim, comerciantes e diversas categorias de profissionais urbanos (médicos, funcionários públicos medianos, alta burocracia estatal, advogados, magistrados, políticos etc;). Mas o que justifica o interesse desses últimos pela propriedade da terra? Basicamente dois: lazer e investimento.

No que diz respeito às opções voltadas para o lazer, o Projeto de Assentamento mais emblemático é o Benfica, situado bem próximo ao perímetro urbano de Rio Branco. A maioria dos lotes situados nas margens da Rodovia AC 40, foram adquiridos para transformarem-se em áreas de lazer, como indicam as diversas mansões neles construídas. Em meados de 1990, o então Superintendente do INCRA, Raimundo Lima - dada a ilegalidade da aquisição desses lotes por terceiros -, impetrou diversas ações judiciais com intuito de retomar essas áreas para o domínio da autarquia. Elas provocaram enormes reações, porque entre os envolvidos, estavam desembargadores, ex-governador do Estado e outros “figurões” da classe dominante. Possivelmente seu destino será o arquivamento. Nesse sentido, de uso para fins de lazer, a propriedade da terra passa a ter um novo significado na sociedade regional.

Sobre a utilização como investimento, trata-se de um reflexo direto de alguns dos efeitos do desenvolvimento extensivo²⁷⁶ no Acre. Tanto os investimentos em terra como ativo de valor, quanto na pecuária como atividade produtiva

276 — O uso desse conceito está referenciado nas formulações de Trotsky (1978). Segundo o referido autor, o desenvolvimento extensivo se caracteriza pela posse e utilização da natureza de forma extensiva, demandando sempre a incorporação de novas áreas ao processo de produção agrícola. Este tipo de desenvolvimento se processa de “fora” para “dentro” articulando diferentes subsistemas nacionais a um único sistema integrado economicamente pelo mercado e politicamente pelo Estado. Quando predomina o caráter extensivo do desenvolvimento, tende a ocorrer uma dominância da esfera política sobre a econômica.

razoavelmente rentável, constituem-se nas poucas opções disponíveis para aplicação, funciona como uma espécie de poupança. Além do mais, confere mais “status” à esses segmentos sociais medianos da sociedade regional, seria uma espécie de complemento do “Kit”(casa própria, um ou dois automóveis) que define uma condição de ascendência social. Em resumo, pretende-se chamar a atenção para a existência de um fenômeno que tem dinamizado o mercado de terras nessas áreas reformadas e que possivelmente, estimula o êxodo rural.

Por fim, deve-se fazer o registro de um dado bastante contraditório no que diz respeito à forma de criação e às modalidades dos assentamentos instituídos nesse intervalo de 1995-2000. Quanto à forma, no momento em que o INCRA incorporou de modo mais exaustivo a defesa do “desenvolvimento sustentável” - tanto na retórica dos seus dirigentes quanto no conjunto das diretrizes destinadas a promovê-lo nos assentamentos rurais²⁷⁷ - a criação desses assentamentos, a exemplo daqueles criados anteriormente, não foi precedida por nenhum tipo de estudo de impacto ambiental, como bem o reconhece a própria direção da autarquia, “Um desastre. É como podemos avaliar a atuação da SR 14/AC em relação ao meio ambiente[...]Dos 61 Projetos de Assentamento criados, nenhum deles mereceu estudos de impactos ambientais, conseqüentemente, nenhum possui o respectivo licenciamento. Um grande dificultador” continua o referido Documento, “a impedir o processo de desenvolvimento e a não consolidação dos projetos. Os

277 — Entre os quais destacaria o “Plano de Ação Para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos” (MEPF/INCRA - Diretoria de Assentamento, Brasília, 1998).

reflexos destas omissões estão afetando diretamente os assentados, que ficam impedidos do acesso às linhas de crédito”(INCRA SR 14, 2000, 33).

Quanto às modalidades de assentamentos, 37 dos 40 projetos criados entre 1995-2000, seguem o padrão iniciado pelos projetos de colonização oficial, somente dois (equivalente a 4,1% da área total e 0,9% das famílias assentadas), incorporaram as concepções inovadoras introduzidas nessa área pelo sindicalismo rural e um foi instituído como Projeto Casulo numa área de 138 há, com 34 famílias de assentados. Mas essa contradição pode ser explicada de forma lógica: ao governo interessa reduzir o máximo possível os custos com assentamentos, o que implica entre outros, assentar mais famílias em menos terra, exatamente o oposto do modelo dos projetos de assentamento agroextrativistas, que implica em maior quantidade de terras para menor número de famílias beneficiárias. Isso revela de forma explícita, que democracia e preocupações efetivas com a preservação ambiental não cabem no modelo de “desenvolvimento sustentável” definido pelos BMDs e “recomendado” ao governo brasileiro.

b) Infraestrutura: o apelo às “parcerias”

Como mencionou-se anteriormente, ao criar novos assentamentos o INCRA acabou ampliando ainda mais as demandas por infraestrutura no conjunto das áreas reformadas. Diferentemente do período anterior - quando a autarquia responsabilizava-se pela dotação de infraestrutura básica nos assentamentos -, passou-se a “dividir responsabilidades” com os diversos agentes no sentido de enfrentar esses problemas. Desse modo, o processo de descentralização administrativa passou a apostar nas chamadas “parcerias” como uma espécie

de “panaceia para todos os males”. O Quadro 4.2, a seguir, indica as diferentes “parcerias” instituídas pelo INCRA-SR 14 a partir de 1995.

Quadro 4.2: Parcerias instituídas pelo INCRA-SR 14.

ENTIDADE	TIPO	OBJETIVO	VIGÊNCIA
Governo do Estado	Convênio	Aumento do número de assentados e a melhoria da qualidade de vida nos assentados.	5 anos
Ministério da Agricultura	Convênio	Estabelecimento de agricultura orgânica e natural no Acre.	05/2.000
Tribunal de Justiça	Acordo de Cooperação	Redução da violência nas áreas de RA (ouvidoria agrária).	12/2.000
Secretaria de Saúde	Acordo de Cooperação	Desenvolvimento de saúde preventiva, doenças tropicais e a saúde da mulher.	2 anos
FUNTAC	Convênio	Promoção do desenvolvimento Sustentável do PAE Canary e Limoeiro.	30 anos
EMBRAPA/IBAMA/SOS AMAZÔNIA	Protocolo de intenções*	Implantação de projetos de assentamentos sustentáveis	2 anos
Governo do Estado do Acre	Acordo de Cooperação	Cessão de patrulhas mecanizadas	1 ano
Prefeitura Municipal de Rio Branco	Termo de Cessão	Patrulhas mecanizadas	1 ano
Prefeitura Municipal de Sena Madureira	Termo de Cessão	Patrulhas mecanizadas	1 ano
Prefeitura Municipal de Porto Acre	Termo de Cessão	Patrulhas mecanizadas	1 ano

Prefeitura Municipal de Senador Guiomard	Termo de Cessão	Patrulhas mecanizadas	1 ano
Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul	Termo de Cessão	Patrulhas mecanizadas	1 ano
Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves	Termo de Cessão	Patrulhas mecanizadas	1 ano
Prefeitura Municipal de Brasileira	Termo de Cessão	Patrulhas mecanizadas	1 ano

Fonte: Plano Plurianual 2000-2003/ (INCRA SR/14-2000 p.55-56).

*Protocolo celebrado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a Fundação SOS Amazônia, o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre - PESACRE, a secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo - SEFE, a Prefeitura de Mâncio Lima e a Associação dos Produtores do Seringal São Salvador com o objetivo de compatibilizar formas de colaboração e definir ações para o desenvolvimento de Projetos de Assentamento Rural Sustentável para a Amazônia Ocidental. O Protocolo visa, ainda, atender prioritariamente as famílias do seringal São Salvador e região norte do Parque Nacional da Serra do Divisor (Bacia hidrográfica dos rios Môa e Azul).

Entre as “parcerias” indicadas no Quadro 4.2, as que produziram efeitos e repercussões imediatas foram aquelas firmadas com as prefeituras municipais, nos termos de cessão das “patrulhas mecanizadas”²⁷⁸. A construção de estradas nos assentamentos, conforme foi dito no capítulo anterior, passou a representar uma das demandas fundamentais dos assentados e uma das principais bandeiras de luta do sindicalismo rural. Em termos de economia, essas obras sempre foram muito disputadas pelas empreiteiras ligadas à construção civil²⁷⁹, constituem um bom “filão” desse mercado

278 — Denominou-se “patrulhas mecanizadas” um conjunto de máquinas e equipamentos - tratores de esteira, rolo compactador, motoniveladora, pá carregadeira, caminhão basculante etc. - destinados à construção e manutenção de estradas vicinais nos projetos de assentamentos do INCRA.

279 — A abertura e conservação de estradas vicinais nos assentamentos sempre foram executadas via empresas privadas de construção civil. Os recursos financeiros, contratação e fiscalização dessas obras são centralizados no INCRA.

no estado. Politicamente, o acesso às estradas no Acre tem um significado em termos eleitorais similar àquele resultante do acesso à água no Nordeste. Portanto, além de figurar com maior frequência entre as “parcerias” firmadas pelo INCRA, esse componente é o que possibilita uma análise mais abrangente dessa política de descentralização administrativa na área de infraestrutura.

De acordo com as lideranças sindicais, a proposta para que o INCRA adquirisse as patrulhas mecanizadas, “ao invés de dar o dinheiro para as empreiteiras”, partiu da Fetacre²⁸⁰. Segundo eles, através desse mecanismo poder-se-iam alcançar resultados mais satisfatórios. Para o ex-Superintendente da autarquia no Acre, Raimundo de Araújo Lima²⁸¹, a decisão de adotar essa estratégia encontrou respaldo nas instâncias superiores da hierarquia administrativa, porque demonstrou-se eficiente para maximizar o uso de seu orçamento para fazer face às crescentes demandas dos “colonos”.

Assim, a Superintendência do INCRA no Acre conseguiu obter os recursos destinados à aquisição das patrulhas mecanizadas. O passo seguinte foi buscar um diálogo com as prefeituras municipais para firmar as “parcerias”, que, em princípio, deveriam funcionar da seguinte forma: a compra de máquinas e equipamentos para compor as “patrulhas mecanizadas” seria de responsabilidade da autarquia, que as repassaria em regime de comodato às prefeituras municipais²⁸² para realização de obras exclusivamente nas áreas de assentamento, conforme aparece numa das

280 — Cf. entrevista com Sebastião Machado (Sibá) e Manoel Neri (julho de 2001).

281 — Cf. entrevista (julho de 2001).

282 — Mais precisamente, a sete prefeituras: Rio Branco, Brasileia, S. Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Sena Madureira e Porto Acre.

dez cláusulas que compõem o Termo de Cessão de Uso²⁸³. Combustível e manutenção das máquinas ficariam sob a responsabilidade das prefeituras e aos sindicatos caberia o papel de monitoramento dessas obras.

Não é necessário muito esforço intuitivo para perceber a magnitude dos novos conflitos resultantes dessa iniciativa do INCRA. Um diz respeito à reação das empreiteiras ligadas à construção de estradas, que passaram a exercer fortes pressões políticas sobre a direção da autarquia, a fim de preservar sua fatia do “bolo”. Vale ressaltar que, além de muitas dessas empresas pertencerem a políticos influentes²⁸⁴, praticamente todas estão envolvidas em esquemas de financiamento de campanhas eleitorais. Por esta razão, as especulações presentes nas diversas entrevistas realizadas, de que a exoneração de Raimundo Araújo Lima da Superintendência, em 1997, teria sido motivada em grande parte por ter contrariado esses interesses, não parecem infundadas.

O que deve ser enfatizado nesse episódio é o desnudamento de forma tácita dos níveis de privatização do aparelho estatal, particularmente do INCRA. Neste caso, revela que além da prevalência dos interesses dos grandes proprietários rurais existem aqueles ligados a outros ramos de atividade econômica que se articulam com as relações políticas clientelistas instituídas na autarquia²⁸⁵. Enfim, é nessa arena de conflitos mais amplos que devem ser problematizadas as

283 — Denominação do contrato firmado entre INCRA e as prefeituras municipais.

284 — Entre outros, pode-se citar Orleir Cameli, governador do Acre entre 1995 e 1998, e Narciso Mendes, ex-deputado federal.

285 — Conforme se analisou no Capítulo III, a partir de 1985, dado início ao processo de descentralização iniciado pelo governo da “Nova República”, o INCRA passou a ser controlado e instrumentalizado politicamente pelo poder oligárquico estadual. Dada sua importância econômica e política no contexto do desenvolvimento regional, constitui-se numa importante “base” de articulação de relações clientelistas no meio rural.

estratégias políticas destinadas a promover a descentralização administrativa.

Com esse registro inicial pretende-se deixar bastante explícita a ideia de que o processo de descentralização administrativa escapa aos domínios internos da institucionalidade do INCRA. Ele insere-se de maneira profunda nas relações de poder instituídas na região. Os conflitos políticos cotidianos gerados nessa forma de gestão em “parceria” devem ser analisados sob esta perspectiva. Não é por acaso que ocorrem freqüentes disputas entre políticos e lideranças comunitárias dentro dos assentamentos para obterem lugares preferenciais na ordem de execução das obras que acabam gerando enormes desavenças nas diversas comunidades e, entre elas, sindicato, INCRA e prefeituras²⁸⁶.

É óbvio que os problemas de ordem operacional são reais. Para a maioria das prefeituras envolvidas nessa “parceria”, dados os seus modestos orçamentos, as dificuldades para garantir a manutenção desses equipamentos são enormes. Tanto que a cláusula relativa ao pagamento de seguros das máquinas foi renegociada e o fornecimento de óleo diesel acabou sendo garantido através do envolvimento do governo estadual na “parceria”. Além disso, os prefeitos têm de lidar efetivamente com uma ordem de pressões políticas enormes de seus correligionários, uma vez que o uso para fins

286 — Esses conflitos foram mencionados nas entrevistas com lideranças sindicais e confirmados na leitura de algumas atas de reuniões realizadas na Câmara Municipal de Acrelândia. Numa delas (13/02/1998) aparece a seguinte frase: “o prefeito falou [que] há vereadores que estão dificultando os trabalhos a serem feitos em parceria entre Prefeitura e INCRA”. Em outra, realizada também entre lideranças comunitárias, prefeito e vereadores no dia 24/05/1999, a conclusão foi a seguinte: “Depois de muita discussão, ficou definido que já que na programação de Acrelândia tinha uma quantidade limite dos quilômetros de ramais a serem recuperados, que ficasse para uma reunião mais ampla a ser marcada pelos senhores vereadores presentes, para definir a prioridade dos ramais que serão beneficiados”. (INCRA SR 14 s.d. Operação Vencer)

eleitorais dessas máquinas nesses municípios pode decidir, por exemplo, uma eleição para vereador ou prefeito.

Esses prefeitos precisam lidar também com as pressões dos fazendeiros²⁸⁷ e das representações dos assentados (sindicatos e associações). As expectativas geradas nos assentamentos em torno das possibilidades de resolver o “eterno” problema da falta de estradas via “patrulhas mecanizadas” acabaram resultando numa série de disputas internas em torno da ordem de preferência para iniciar as atividades. Como a maioria das lideranças comunitárias é integrante de esquemas clientelistas instituídos nos assentamentos, a obtenção de atendimentos preferenciais eleva o seu prestígio político e, conseqüentemente, dos seus “padrinhos políticos”.

Cabe perguntar se esses conflitos pela preferência na construção de estradas não existiam anteriormente. A resposta é afirmativa, mas o que muda é a forma de resolvê-los. Antes da instituição das “parcerias” - mais precisamente, a partir de 1985 - essas decisões eram acordadas de forma mais centralizada entre INCRA e a direção do movimento sindical. Dada sua representatividade, o sindicalismo conseguia formular uma pauta de reivindicações e estabelecer prioridades pautadas em critérios um pouco mais transparentes²⁸⁸, que precisavam ser aceitos consensualmente. Com a descentralização, essa prática política foi diluída num circuito atomizado de representações, pelo qual os critérios de decisão, como

287 — As lideranças sindicais do município de Plácido de Castro fizeram diversas denúncias sobre o uso de parte dessas máquinas na construção de açudes nas fazendas de correligionários do prefeito.

288 — Obviamente, isso não exclui a possibilidade de as lideranças mais influentes exercerem seu poder de convencimento para estabelecer prioridades que melhor atendam a suas estratégias políticas.

vimos acima, subordinam-se às relações de forças instituídas no âmbito do poder local. Pretende-se dizer com isso que nem sempre estratégias políticas destinadas descentralizar a administração pública podem ser interpretadas como sinônimo de “democratização” de processos decisórios. Elas podem, em situações com essa que está sendo examinada, revigorar o “mandonismo local”.

A despeito de toda essa ordem de conflitos, deve-se fazer uma ressalva muito importante: bem ou mal, o poder público municipal torna-se obrigado a negociar com as representações dos trabalhadores. Mesmo com toda a sua fragilidade política, essas representações têm exercido pressões que têm contribuído para que as “patrulhas mecanizadas” funcionem. O exame de alguns documentos existentes no INCRA SR 14 sugere que embora estas patrulhas não tenham funcionado como previsto, as suas realizações são consideráveis. No resumo das atividades desempenhadas pela autarquia entre 1995 e 1999 constam 2.250 km de estradas recuperadas pelas patrulhas e 1.390 km via contratação de terceiros. Além do mais, o valor das obras contratadas, segundo Raimundo Lima, chegou a sofrer reduções que giraram em torno de 30 a 40%.

Deve-se salientar, por fim, que o balanço mencionado acima só é compreensível se interpretado como uma bem sucedida “conciliação” entre os diversos interesses envolvidos. Nas solenidades de entrega dos equipamentos, por exemplo, os chefes políticos do PMDB acreano - que exercem maior influência no INCRA SR 14 - fizeram questão de afirmar que eles eram os responsáveis por aquela “dádiva”. Do mesmo modo, a cada estrada concluída, lá estão eles junto com prefeito e vereadores para as solenidades de “entrega das

obras”. Quanto às empreiteiras, muitas foram contratadas para outras obras do governo estadual e também do INCRA, visto que as patrulhas não são suficientes para atender as necessidades de construção e recuperação de estradas em todos os assentamentos existentes no estado.

c) Sobre o “desenvolvimento sustentável” nos assentamentos: a experiência do Projeto Lumiar

O Projeto Lumiar²⁸⁹ foi implantado pelo INCRA a partir de 1996 em diversos estados brasileiros, inclusive no Acre. Ele “foi concebido de forma que os serviços de assistência técnica dos assentamentos possam ser contratados pelas associações dos próprios assentados, junto a organizações públicas ou privadas, com técnicos devidamente credenciados” (MEPF/INCRA, 1997:5). Antes de tudo, continua o documento, “considere-se que se trata de um projeto com caráter de excepcionalidade, exigindo do INCRA uma ação emergencial e suplementar, extrapolando suas funções de órgão executor da política fundiária, para compensar a insuficiência do Estado no atendimento à demanda de assistência técnica à agricultura familiar e, particularmente dos assentamentos”.

A rigor, tratou-se de um expediente ou uma resposta paliativa às reivindicações do MST e Contag - que incluía o acesso de seus representados à assistência técnica - junto ao governo federal. Seja em virtude do aumento do número dos assentamentos ou mesmo da coincidência desse fato com o desmonte do sistema público de assistência técnica e extensão rural no Brasil, esse projeto foi criado com a perspectiva de implantar a médio prazo um sistema de

289 — Institucionalmente, este projeto integra-se a “um programa mais amplo de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos da Reforma Agrária, definido como prioridade da Presidência da República no plano ‘Brasil em ação’” (MEPF/INCRA, 1997:3).

assistência técnica privada nos assentamentos rurais. Os seus objetivos mais gerais foram assim definidos (MEPF/INCRA, 1997:3-4): “[...] implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos Projetos de reforma agrária, com iniciativa do governo federal [...]. Em síntese, o objetivo geral do Projeto LUMIAR é viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Para atingir este objetivo, o LUMIAR desenvolverá estratégias de ação visando assessorar tecnicamente a gestão da organização, da produção e da comercialização nos assentamentos da reforma agrária, tendo em vista um processo de aprendizagem coletiva das comunidades assentadas, na busca do desenvolvimento sustentado e da melhoria da qualidade de vida”. (grifo EAP)

Entre os objetivos específicos constam, entre outros, o desenvolvimento de metodologias²⁹⁰ e estratégias de ação compatíveis com as necessidades dos assentados, introdução de “tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados”. (MEPF/INCRA, op.cit.). Quanto aos aspectos operacionais do Projeto Lumiar, recorre-se também às chamadas “parcerias”, que envolvem bancos oficiais (BASA, Banco do Brasil e do Nordeste), organizações representativas dos trabalhadores rurais e uma representação do governo estadual, sob a coordenação da Divisão de Assentamentos do INCRA. Deve-se ressaltar que

290 — Maiores informações sobre as diversas metodologias utilizadas pelo Projeto Lumiar, bem como sua estrutura geral de funcionamento, ver Moreira (1997).

os postulados e “princípios de ação” que norteiam o Projeto Lumiar, como bem interpretou Moreira (1997:167),

[...] rompem com as formas anteriores de assistência técnica e abrem um campo de disputa pelos (e nos) espaços decisórios e de formulação das metodologias de ação educativa e assistência técnica. O projeto procura regular estes diferentes espaços decisórios com distintas atribuições e composições, a saber: Comissão Nacional, Comissões Estaduais, Equipes Locais de Execução, Equipes de Supervisão e Especialistas. São campos de exercício da micropolítica que podem revelar disputas, alianças e representações. As organizações dos trabalhadores (Fetag e MST) têm pleiteado maior participação nestas instâncias decisórias [...].

O projeto Lumiar foi implantado no Acre em 1997, inicialmente com 4 supervisores externos²⁹¹ e 8 equipes locais contratadas para prestar serviços em 8 assentamentos rurais. Como na seção anterior foram analisados em parte os problemas relativos à descentralização administrativa no INCRA sob contexto de domínio político oligárquico, o recorte adotado para analisar esta experiência do Lumiar privilegia dois aspectos centrais: 1) relação da burocracia

291 — Participei, como integrante dessa equipe de Supervisão, de todo o processo de estruturação do Projeto Lumiar no Acre. Ela era composta por mais dois professores universitários (Raimundo Barros e Raimundo Melo) e um agrônomo indicado pela Fetacre (Nilton Cosson). Entre os técnicos do INCRA, a Assistente Social Maria da Penha foi a que participou mais regularmente como Supervisora Interna. Estarei recorrendo em grande parte a informações e experiências acumuladas no exercício dessa atividade entre os anos de 1997-99.

interna do INCRA com o Projeto; 2) contradição entre discurso e prática do “desenvolvimento sustentado” no cotidiano das equipes locais

Para analisar esta relação da burocracia interna do INCRA-AC com o Projeto Lumiar deve-se levar em conta a trajetória desses funcionários - corporativismo fortemente influenciado pela disciplina militar, conforme vimos no Capítulo II - e o momento de incertezas em relação ao futuro. Ou seja, além de uma certa dificuldade intrínseca para alterar as práticas rotineiras da gestão administrativa da autarquia, no sentido de partilhar decisões com os “agentes externos”, havia também uma preocupação enorme com a possibilidade de perder os seus espaços. Não se deve esquecer que no bojo das “reformas do Estado” pairava naquele período uma ameaça de redução drástica nas atribuições institucionais da autarquia. Portanto, como bem expressou um técnico da instituição, “o Lumiar chegou num péssimo momento”. Ele queria dizer com isso que eles percebiam nesse projeto uma espécie de “começo do fim”.

Deve-se acrescentar outro detalhe relevante: embora a atuação da Emater-AC atingisse pouco mais de 30% dos assentados no estado (CRUB/UnB/INCRA,1997), seus dirigentes, por razões óbvias, fizeram uma oposição cerrada ao Lumiar²⁹². Como interessava a ela e ao INCRA “abortar” o projeto, tentou-se fazer com que ela recebesse os recursos

292 — Além das articulações “por cima”, muitos técnicos da Emater praticaram um combate sistemático ao Lumiar junto aos assentados. Os argumentos utilizados eram absolutamente pertinentes: os técnicos diziam aos assentados que se aceitassem o Lumiar teriam, em pouco tempo, que pagar pelos serviços de assistência técnica. A tensão no PA Favo de Mel, em Sena Madureira, chegou a tal ponto que teve que ser realizada uma reunião com dirigentes da Emater, Supervisão do Lumiar e direção do INCRA para “apaziguar” os ânimos.

financeiros destinados ao Lumiar e executasse as funções a ele destinadas. Parece que esta tentativa teria sido bloqueada em Brasília, também por razões óbvias: esse ato significaria um alento a uma empresa de caráter público, o que contrariaria profundamente as diretrizes de cunho privatizante adotadas pelo governo.

Sob tais circunstâncias dá para imaginar a dimensão dos obstáculos internos com os quais as equipes locais e Supervisão tiveram que defrontar-se. Da sede da Superintendência até as executorias dos projetos de assentamento surgiam “boicotes” de toda ordem: do não cumprimento da agenda de liberação de veículos para o transporte dos supervisores para a realização do trabalho de campo, até as mais variadas restrições ao uso das instalações da autarquia pelas equipes locais. As tentativas de alguns integrantes do projeto (supervisores externos e técnicos das equipes locais) em desbloquear “por baixo” essa política, isto é, via pressão do movimento sindical, não funcionou, seja em virtude da grande fragilidade do sindicalismo, seja devido à existência de outras prioridades, consideradas mais importantes pelos seus dirigentes²⁹³.

Outra hipótese plausível é a de que, além de desconfiar da viabilidade do Lumiar, naquele momento o sindicalismo agia de acordo com a prioridade nº 1 do PT no Acre: eleger o governador do Estado em 1998. Como o INCRA-AC tem sido considerado como um “bastião” do PMDB acreano - um dos principais oponentes do PT no estado -, toda iniciativa que partisse da autarquia era vista com desconfiança quanto a possíveis usos eleitoreiros. Ou seja, renegado pelo INCRA

293 — Tais como construção e manutenção de estradas vicinais, programas de crédito agrícola, comercialização da produção etc.

e desprezado pelo sindicalismo rural, as chances de êxito do Lumiar tornaram-se mínimas. Mínimos foram os objetivos alcançados pelo Lumiar durante sua vigência no Acre (1997-2000).

No que se refere ao segundo aspecto - contradição entre a o discurso e a prática do Projeto Lumiar para a promoção do “desenvolvimento sustentado” nos assentamentos -, merece destaque a questão do crédito. Depois de elaborado, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento²⁹⁴ - onde os assentados de cada PA decidem coletivamente as atividades que pretendem desenvolver -, um dos passos seguintes era a elaboração dos projetos para pleitear os financiamentos dos programas de créditos governamentais (até 1998, existiam o Proceca e o FNO-Especial, que, a partir de 1999, foram substituídos pelo Pronaf). Nesse momento, assentados e técnicos descobriram que estavam obrigados a promover uma “pequena” inversão na metodologia. Ou seja, a elaboração dos projetos deveria seguir as prescrições gerais definidas pelo agente financeiro (BASA) e não as pretensões dos produtores diretos. Quer dizer, o modelo “participativo” defendido pelo Lumiar, termina “na porta do Banco”. Diga-se de passagem,

294 — De acordo com a metodologia da “Capacitação Imersa, do Itog” esse Plano de Desenvolvimento do assentamento “é concebido como um referencial dinâmico” (MOREIRA, 1997:172). É passível, portanto, de ajustamentos freqüentes, em função das avaliações dos técnicos e agricultores envolvidos no processo.

de forma bastante coerente com a “democracia brasileira”, que também termina “na porta do FMI”²⁹⁵.

Assim, tanto nos financiamentos destinados ao custeio quanto naqueles voltados para investimento, o tipo de produção e as instalações e equipamentos deveriam seguir rigorosamente o padrão fixado pelo Banco. Desnecessário lembrar que tudo rigorosamente de acordo com o pacote tecnológico difundido pela “revolução verde”. No caso dos financiamentos para custeio agrícola²⁹⁶, as quantidades de adubos químicos a serem utilizadas eram predeterminadas à revelia de diagnósticos sobre as características químicas dos solos. Esse procedimento tem sido comum em outros estados da Amazônia. Ao analisar os projetos financiados pelo FNO-Especial no Pará, Mourão (2000:162) afirma:

Considerando-se que a maioria dos solos da região amazônica possui baixa fertilidade, a prática da adubação é uma atividade importante. Entretanto, a adubação, para ser eficiente, deve ser feita mediante resultado de análises dos solos. Somente com esses resultados é possível determinar a necessidade de correção e adubação. Por outro lado, o uso inadequado de adubos significa perda de tempo e de dinheiro. A eficiência depende, principalmente, do momento de

295 — Além de “monitorar” as “reformas do Estado”, o FMI passou a interferir de forma acintosa na política nacional. Os episódios recentes (2002) das eleições presidenciais não deixam margens de dúvidas quanto a isso. Convocar os candidatos à Presidência da República (naturalmente, os 4 reconhecidos pela instituição: José Serra, Lula, Ciro e Garotinho) para assinar uma “carta de compromisso” com o FMI significa simplesmente desprezar de forma absoluta a soberania nacional. Isto é, não importa quem seja o candidato eleito, mas sim que ele continue subserviente aos interesses do capital, assegurados com muito zelo pelo Fundo.

296 — Café, pupunha e banana compunham o kit básico como as principais culturas passíveis de financiamento pelo BASA.

aplicação, do modo de incorporação ao solo e da quantidade aplicada. Os projetos financiados pelo FNO-Especial determinam o tipo e a quantidade de produtos a serem utilizados, sem qualquer diagnóstico dos solos onde serão implantados. E a aplicação desses produtos, quando ocorre, muitas vezes é realizada com pouca ou nenhuma orientação técnica.

Ora, essa constatação demonstra, por um lado, que o “modelo” modernizante subjacente às políticas públicas destinadas a uma pequena parcela dos segmentos sociais subalternos orienta-se, primordialmente, pelo padrão difundido pela “revolução verde”. Por outro, ao excluir ou dificultar a possibilidade de adoção de práticas agrícolas alternativas - que incorporem o “saber das populações rurais” - reforça a prevalência dos interesses imediatos do capital sobre quaisquer preocupações voltadas para uma suposta “sustentabilidade”. Na Amazônia, a exemplo do que ocorre em outras regiões do mundo, os critérios de “sustentabilidade” só são assimiláveis pelo núcleo dominante do capital se subordinados à sua lógica. Uma leitura atenta da “matriz” dos BMDs (citada anteriormente) e dos resultados mais gerais da Rio+10, deixam poucas margens de dúvidas sobre os limites e as restrições intrínsecas dessa lógica a qualquer mudança substantiva²⁹⁷ no curso de um modelo de “desenvolvimento” comprovadamente “insustentável”, pelo menos para ¾ da população do planeta.

297 — Tanto no que diz respeito a resistências às mudanças de matriz energética até aquelas medidas destinadas a reduzir a crescente escalada da miséria e da fome nos países periféricos.

Finalmente, devem-se destacar os condicionantes internos ao “desenvolvimento sustentável”, particularmente no que diz respeito à integração na “economia municipal e regional”. Na forma como aparece descrita nos objetivos do Lumiar, considera-se a passagem de uma produção de subsistência para outra voltada para o mercado como a “tábua de salvação”, e não é, pelo menos no caso do Acre. Em primeiro lugar, mais de 50% da produção nos assentamentos é destinada ao mercado (CRUB/UnB/INCRA, 1997); em segundo lugar, o mercado, além dos problemas advindos da estrutura oligopolizada²⁹⁸ que caracteriza a sua dinâmica em nível nacional e internacional, dada a permanência de estruturas de intermediação mercantil muito articuladas com o clientelismo político, acaba configurando-se regionalmente como mais um problema do que propriamente uma solução. As tentativas de algumas equipes locais do Lumiar de elevar a renda familiar e otimizar os gastos resultaram em sérios conflitos com o poder político local²⁹⁹.

298 — A respeito das interpretações teóricas sobre as relações entre produção familiar e mercado sob condições oligopolizadas, ver, entre outros, Moreira (1999).

299 — Vale registrar um exemplo bastante elucidativo a esse respeito. Uma das equipes que estavam atuando sob minha supervisão no PA S. João do Balanceio, tomou duas iniciativas que pareciam-nos passíveis de concretização imediata. A primeira tinha o objetivo de comercializar a safra de castanha diretamente em Rio Branco, o que asseguraria obtenção de preços acima daqueles ofertados pelos intermediários no assentamento; a segunda, foi fazer um levantamento de preços no comércio com a finalidade de adquirir os insumos de uso comum a preços mais baixos. Tudo isso foi feito a partir de discussões prévias como os assentados. Resultado: a Equipe Local esteve em vias de ser afastada do assentamento e por uma razão muito simples: tanto os compradores de castanha quanto os comerciantes de insumos agrícolas participavam de algum modo dos esquemas clientelistas articulados no assentamento. Aqueles laços de compromissos não foram percebidos durante a realização do diagnóstico “participativo” no assentamento; eles só vieram à tona no momento em que uma ação da Equipe Local entrou em conflito com os interesses dominantes naquela comunidade.

4.3.2. O MSTR e a mercantilização da natureza

Optou-se por um recorte analítico nesta seção que privilegia uma análise das estratégias de “desenvolvimento sustentável” experimentadas em Xapuri. Essa opção pautou-se no seguinte critério: o movimento liderado pelo STR desse município expressou originariamente uma oposição teórica e prática frontal ao modelo de “modernização” iniciado no Acre no pós-1970. O foco analítico está centrado na “sociedade civil”, mais especificamente nas organizações criadas no bojo da luta de resistência dos trabalhadores, como a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri-CAEX. Antes, contudo, procura-se situar minimamente a atuação do MSTR em nível estadual e nacional nessa fase de ascensão das estratégias voltadas para a mercantilização da natureza.

Nos Capítulos II e III chamou-se atenção para algumas singularidades do MSTR no Acre. Os anos 70 teriam sido marcados pela adoção de uma estratégia de mobilização coletiva inovadora na luta de resistência pela posse da terra, os “empates”; nos anos 80, a formulação de uma proposta regionalizada de reforma agrária (RESEX) e a criação simultânea de uma organização mais abrangente do que o STR (CNS) teriam expressado uma tentativa de superar os limites fixados pelo Estado (no sentido ampliado) para resolução dos conflitos fundiários no estado. Nos anos 90, é a ausência de uma singularidade relevante em relação ao MSTR em nível nacional que o caracteriza. Ele segue, por um lado, as estratégias da Contag para implantar o PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e, por

outro, aquelas mais ligadas aos interesses político-partidários no estado.

Antes de explicitar esta assertiva, deve-se chamar atenção para o seguinte detalhe: aparentemente, parece bastante óbvia a ideia de que o MSTR em nível nacional, ao incorporar a dimensão socioambiental como parte integrante de suas “estratégias de desenvolvimento”, expressaria uma capacidade ainda maior do MSTR no Acre no sentido de inovar nacionalmente, de modo efetivo. Mas não é bem assim.

A rigor, o núcleo orientador da estratégia da Contag para implantação do PADRS pautou-se pela opção de “jogar o jogo” - mais uma vez recorre-se à feliz expressão cunhada por Laymert Garcia - nos limites fixados pelo capital para aceitação de estratégias de “desenvolvimento sustentável”. As pretensões daquele segmento sindical liderado pelo STR de Xapuri nos anos 80, como vimos no Capítulo III, apontavam um direcionamento inverso: impor ao capital limites para a exploração dos homens e da natureza.

Embora os esboços dessa estratégia da Contag tenham aparecido nas resoluções de congressos anteriores³⁰⁰, é no 7º Congresso, realizado em abril de 1998 em Brasília, que ela assume contornos mais definidos, quando recebe a denominação de PADRS. Ao definir os “Elementos Centrais do PADRS”, parte-se de uma crítica à noção de desenvolvimento identificadas apenas com crescimento econômico e se propõe como ponto de partida a incorporação dos parâmetros utilizados pela ONU para avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (expectativa de vida, grau de instrução formal e nível de renda) para fazer diversas proposições, entre as quais merecem destaque quatro enfoques:

- a) O de que “o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este

300 — No 6º Congresso, realizado em abril de 1995 - cujo fato mais marcante foi a filiação da Contag à CUT -, essa noção de “sustentabilidade” ainda aparece de forma meio confusa e contraditória (de todo modo, nesse Congresso tirou-se como indicativo a necessidade de aprofundar as discussões sobre esta questão). Nas proposições relativas ao meio ambiente (mais precisamente, na p. 48) ora aparece a proposta de implantação de uma “agricultura autossustentável”, ora, a afirmação de que “É fundamental conciliar sistemas de produção economicamente viáveis com uma política de preservação ambiental [...]. Nas regiões em que a questão ambiental tem maior repercussão, como a Amazônia, o Pantanal, a Mata atlântica e o Semi-Árido, é preciso apontar soluções de desenvolvimento menos agressivas à natureza [...]”. Como se vê, confundem-se conceitos bastante distintos: o de autossustentabilidade e o de sustentabilidade. Mas é na proposição de “um desenvolvimento rural baseado na agricultura em regime de economia familiar” que aparece a definição de alguns contornos do “novo modelo de desenvolvimento” esboçado no 6º CNTR. Tal modelo “deverá prever pesados investimentos em pesquisas sobre novas tecnologias de produção não agressivas ao meio ambiente e adaptadas à agricultura familiar que garantam crescimento equilibrado, diversificado, adequado aos diversos ecossistemas e às condições sociais de produção. Deverá ter como preocupações fundamentais a sua sustentabilidade e a sua capacidade de reprodução, do ponto de vista ecológico, econômico e social”. (ANAIS do 6º CNTR, 1995:52)

- desenvolvimento deve privilegiar o ser humano na sua integralidade”;
- b) Define que o esforço para a construção desse “projeto de desenvolvimento é justamente a esperança de uma vida melhor para os que vivem no campo, e não possíveis sonhos e fantasias sobre as chances dos países semi-periféricos entrarem no primeiro mundo, ou sobre a possibilidade de generalização do padrão de consumo do primeiro mundo”;
 - c) “NÃO SE ALCANÇA este desenvolvimento ou ‘esta vida melhor’ com programas de combate à pobreza. É fundamental criar políticas e programas voltados para a distribuição de renda”;
 - d) “O EIXO CENTRAL das estratégias deste desenvolvimento, preconizadas pelo movimento sindical é a ampliação das oportunidades de emprego e renda no meio rural. Ocupa um lugar privilegiado nestas estratégias, a realização de uma ampla reforma agrária, como um instrumento fundamental na expansão, fortalecimento e viabilização da agricultura familiar”. (Anais do 7º CNTR, 1998:24-25)

No que diz respeito às estratégias de ação do MSTR, para a “construção e consolidação” de um PADRS, ao mesmo tempo em que anuncia a necessidade de combater o “projeto

neoliberal” - através de “mobilizações de massas” -, ratifica a defesa de uma atuação propositiva nos diferentes níveis de governo. Realça a importância da participação nos “Conselhos Municipais de Desenvolvimento” - mas adverte para a necessidade de integrar as ações em “nível local, estadual regional e nacional” -, bem como da ampliação das alianças políticas como outras organizações e movimentos sociais. Para implantar o PADRS, o MSTR deverá demonstrar capacidade de “sensibilizar os corações e mentes das sociedades locais, em estreita sintonia com as mudanças institucionais de caráter nacional ou estadual. A concentração das energias do movimento sindical nessa alavancagem exige, antes de tudo, o estabelecimento de um frutífero diálogo com a sociedade e mais eficientes negociações com as esferas privada e governamental”. (Anais do 7º CNTR, 1998:33). Vale lembrar que a CUT já havia adotado uma linha sindical propositiva e, segundo a avaliação de Boito Jr. (2002:69), “uma boa vontade excessiva para negociar com os governos neoliberais, primeiro com Collor e, depois, com FHC”.

Do que foi exposto, podem-se extrair duas conclusões essenciais: a primeira é que, a exceção na ênfase na distribuição de rendas e no caráter massivo da reforma agrária, o eixo orientador das estratégias de “desenvolvimento sustentável” formulado pela Contag acaba tendo alguns pontos de aproximação com a “matriz” dos BMDs, portanto, as possibilidades de “conciliação” passam a ser relativamente promissoras. A segunda conclusão é que o MSTR ao definir o “combate ao projeto neoliberal”, por um lado e, por outro, recomendar uma atuação numa institucionalidade totalmente subordinada ao receituário do neoliberalismo,

fica numa situação extremamente ambígua. Não se sabe ainda qual será o balanço em nível nacional entre as perdas e ganhos resultantes dessa ambigüidade. No caso do Acre, é possível vislumbrar um balanço negativo, como será indicado a seguir.

O MSTR no Acre passa, no início dos anos 90, pela maior crise da sua História. Havia perdido sua principal referência - Chico Mendes -, a direção da Fetac e de sindicatos de peso como os de Rio Branco e Brasileia estavam sob o controle do grupo liderado por João Maia - já devidamente cooptados pelos partidos governistas - e a CUT tentava consolidar uma estrutura de representação estadual nos moldes propostos pelo Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais³⁰¹. A sua afirmação pressupunha a deslegitimação da Fetacre junto à base sindical. Além do mais, naquele momento o CNS constituiu-se no grande catalisador das atenções no estado.

Com as novas orientações da CUT, no sentido de disputar politicamente o controle das federações³⁰², as lideranças sindicais cutistas procuram reconstruir a unidade política do sindicalismo no estado e obtêm êxito. Esse êxito pode ser explicado através da combinação de dois movimentos simultâneos: em nível estadual, as lideranças ligadas a João Maia e às forças políticas governistas nos anos 80 foram sendo derrotadas, de tal sorte que por volta de 1992-93 o movimento sindical passa a estar sob ampla hegemonia do PT. Por outro lado, essas lideranças procuram organizar e especificar, de acordo com as características de sua base social, um conjunto

301 — O DNTR foi estruturado no interior da CUT com a finalidade de disputar com a Contag, a hegemonia no MSTR e, ao mesmo tempo, criar as bases para a formação de uma nova estrutura sindical.

302 — Com isso, a CUT abdica da sua estratégia inicial e passa a estabelecer como meta a conquista da direção da Contag.

de demandas que julgam mais adequadas para formular suas pautas de reivindicações a serem negociadas com o governo.

Assim, enquanto sindicatos como o de Xapuri - cuja base social é formada majoritariamente por seringueiros -, junto com o CNS, passam a constituir-se em referências maiores na mediação dos interesses dos seringueiros no âmbito das agências governamentais e não governamentais mais ligadas ao ambientalismo, a Fetac passa a representar prioritariamente os interesses dos “colonos” dos assentamentos do INCRA. Desse modo, o MSTR no Acre reconstrói na diversidade de suas lutas a unidade política ao nível de sua direção. Mas o desafio maior, segundo suas lideranças, seria a “restauração” da vigorosa organização de base que caracterizou este sindicalismo, da sua fundação até o final dos anos 80.

Contudo, até o momento (2002) a tendência tem sido de aprofundamento dessa “desorganização de base” do MSTR no Acre³⁰³. Embora as suas causas tenham sido mencionadas recorrentemente ao longo desta tese - conquista da terra por uma parcela de trabalhadores, diferenciação social no campo, dimensão ideológica que afeta o sindicalismo em geral, cooptação, concorrência com novos mediadores, consolidação de relações clientelistas etc -, deve-se tomar cuidado para evitar a sua “naturalização”. Ou seja, caberia formular a seguinte indagação: será que no período anterior os obstáculos interpostos foram menores? Pelo que foi exposto nos capítulos II e III, parece que não.

a) Do sonho de Chico Mendes ao realismo do “mercado”

303 — Essa afirmação sustenta-se no conjunto de entrevistas, documentos sindicais, matérias jornalísticas etc.

Como foi dito anteriormente, uma das marcas distintivas do MSTR de Xapuri foi esgarçar os limites fixados pelo Estado para a resolução dos problemas fundiários na região. Mais do que isso, condicionou sua alternativa a mudanças mais profundas no modelo econômico e político vigente. Na sua estratégia política havia uma enorme preocupação em articular as diferentes escalas de atuação - municipal, estadual, regional, nacional e internacional - para alcançar os objetivos pretendidos.

A partir do início dos anos 90, era perceptível a priorização do local na condução daquele movimento. Esse redirecionamento resultou da conjugação de fatores de ordem política/ideológica³⁰⁴ e de uma situação bastante objetiva: a criação da RESEX e PAE Chico Mendes não foi acompanhada de nenhum tipo de política pública - nos níveis federal, estadual e municipal - destinada ao atendimento das inúmeras demandas dos trabalhadores residentes nessas áreas.

Em compensação, as ofertas de investimentos a fundo perdido por parte de ANGs internacionais, bem como os anúncios dos BMDs de futuros financiamentos destinados a promover o “desenvolvimento sustentável” em algumas áreas da Amazônia, pareciam bastante promissores. Assim, a questão passa a ser colocada em outros termos: demonstrar competência para atrair esses financiamentos e “provar” a

304 — Conforme mencionamos no Capítulo III, a descentralização político-administrativa instituída na Carta Constitucional de 1988, a valorização do local em detrimento das preocupações “universalizantes” nas estratégias de desenvolvimento, passaram a marcar de forma singular os anos 90. Vale lembrar que a estratégia aprovada no 7º Congresso da Contag (1998), citada anteriormente, já estava sendo adotada pelo MSTR em Xapuri há algum tempo.

viabilidade econômica das RESEX³⁰⁵. Com isso, a sociedade civil - mais especificamente, as organizações representativas dos “de baixo” - procura ajustar as suas estratégias de “desenvolvimento” às exigências externas. A imposição de “baixo para cima” de uma lógica de produção orientada pelas “contingências do mercado” implica necessariamente na redefinição do lugar e dos papéis das representações dos trabalhadores até então existentes, bem como a criação de outras organizações como as associações do PAE e RESEX Chico Mendes.

Enquanto à cooperativa e associações é destinada uma atuação mais direta na organização do processo produtivo, ao sindicato - e também ao CNS - é reservado um papel educador importante para obtenção do consenso ativo em torno do “desenvolvimento sustentável”³⁰⁶. Obviamente, a quebra do monopólio da representação sindical redundará em novos conflitos, motivados por disputa de espaços políticos e competição em torno dos recursos monetários disponíveis

305 — Esse movimento passa a orientar-se cada vez mais por um profundo pragmatismo. O perfil dos assessores e “intelectuais orgânicos” a ele ligados deixa de ser o do “militante político”, cedendo lugar àqueles indivíduos com formação considerada “mais técnica”. É curioso notar como o “economês” da linguagem oficial passa a ganhar espaço nas organizações dos trabalhadores, o discurso da “eficiência econômica” substitui o discurso político e gradativamente assume o centro das preocupações nos diversos espaços de discussão coletiva, naturalizando aos poucos a ideia de submeter as estratégias de desenvolvimento às “contingências do mercado”. Aliás, Marilena Chaui mostrou, em um excelente artigo publicado pela Folha de S. Paulo (03/12/2002, p. A3), que a década de 1990 acabou sendo marcada pelo surgimento “imperial” no cotidiano da população brasileira de “uma nova figura, o mercado, cuja fantasmagoria só entraria em pleno funcionamento no período 1994-2002, quando os brasileiros passaram a ouvir curiosas expressões, tais como ‘os mercados estão nervosos’, ‘os mercados se acalmaram’, como se os ‘mercados’ fossem alguém”.

306 — Como assessor do CNS, participei de inúmeras assembleias sindicais em Xapuri. Nelas discutia-se com regularidade a necessidade de mudança de comportamento dos seringueiros, que iam desde a modernização tecnológica da produção de borracha - de forma adequada aos padrões exigidos pelo mercado - incentivo a uma produção agrícola de subsistência, até, a reconsideração sobre as possibilidades de se adotar extração de madeiras em escala comercial.

inicialmente no “mercado” das ANGs e, posteriormente, em algumas instituições oficiais, como bem analisou Silva (2001).

Em suma, interessa chamar a atenção para um dado que tem sido pouco explorado na bibliografia especializada: a adoção de uma estratégia do capital para submeter os Estados nacionais ao modelo neoliberal, articulada no formato de uma “pinça”: numa ponta, pressiona a sociedade política para executar as “reformas estruturais”; na outra, “empurra”, através da oferta de incentivos financeiros, a sociedade civil para a “única alternativa” a do “mercado”. Lembrando Trotsky (1978:25), “Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos”.

Sob este ângulo, para o objeto de estudo desta tese, a questão mais relevante é investigar como esse complexo de organizações da sociedade civil construído ao longo da luta de resistência dos trabalhadores no município de Xapuri insere-se nesta “contingência de avançar aos saltos”. A rigor, nas estratégias orientadas pelo mainstream do “desenvolvimento sustentável” - adotadas tanto pelas ANGs quanto pelos BMDs - o cerceamento a um exercício relativamente “autônomo” do processo decisório nas diferentes organizações representativas tem sido uma constante. Dito de outro modo, a redução da autonomia do Estado (no sentido ampliado) opera tanto na esfera governamental quanto na da sociedade civil. O que as diferencia são os procedimentos normativos adotados para tal fim.

Na tentativa de demonstrar as evidências empíricas em que se apoia esta assertiva, toma-se como referência o exame de um dos projetos destinados a promover o “desenvolvimento sustentável” em Xapuri, chamado Projeto

Castanha, o primeiro com volume de financiamento mais expressivo, desenvolvido na primeira metade dos anos 90, a partir da iniciativa das organizações representativas dos trabalhadores, particularmente da CAEX e CNS. Financiado majoritariamente por um pool de ANGs, contou ainda com a participação de algumas ONGs. As outras duas experiências mais relevantes ocorridas nesse município nos anos 90 - a gestão do PT na Prefeitura Municipal a partir de 1996, cujo prefeito, Júlio Barbosa, é oriundo do MSTR, e a execução do Projeto RESEX financiado pelo BIRD (1995-99) - não se constituem objeto específico de análise. Acreditamos que uma avaliação mais exaustiva da primeira experiência é suficiente tanto para atender aos fins propostos neste livro quanto para lançar algumas luzes sobre futuras investigações sobre as outras experiências mencionadas.

b) A CAEX e as alternativas de “desenvolvimento sustentável”: quando e como tudo começa

A Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - CAEX foi criada em 1988, poucos meses antes do assassinato de Chico Mendes, como resultado de um acúmulo de discussões no MSTR daquele município. As justificativas para sua criação pautavam-se no reconhecimento da necessidade de avançar qualitativamente no processo de organização dos trabalhadores. Dito de outro modo, além de resistir na terra, era preciso superar as relações de trocas fundadas ainda no sistema de “aviamento”, que preservavam uma brutal exploração do trabalho dos seringueiros, através da sua subordinação formal ao capital.

A CAEX teria como principal objetivo quebrar a cadeia de intermediação nos seringais através da oferta de produtos

industrializados e aquisição dos produtos agroextrativistas. Tal como na organização sindical, a intenção era desenvolver um processo de “conscientização de base”, no sentido de consolidá-la junto à base social do sindicato como uma extensão da luta de resistência pela terra. Trata-se de uma concepção muito parecida com aquela adotada pelo MST na organização do cooperativismo nos assentamentos rurais no período recente.

O assassinato de Chico Mendes alterou completamente esse script original da CAEX. Por um lado, o MSTR sentiu o abalo da perda de sua liderança mais madura e preparada intelectualmente; por outro, foi “atropelado” pela oferta de doações e financiamentos internacionais destinados a “apoiar” os seringueiros de Xapuri. Entre 1989 e 1994, a Cooperativa experimentou um crescimento vertiginoso de suas atividades comerciais e agroindustriais. Recebeu aproximadamente 2 milhões de dólares entre doações a “fundo perdido” e financiamentos para beneficiamento da produção e comercialização. Esse fluxo financeiro extremamente concentrado no tempo e elevado em termos monetários para os padrões locais produziu enormes impactos, não só na CAEX, mas na sociedade local como um todo. Numa situação marcada pela retração dos gastos governamentais e de ausência de investimentos privados, a Cooperativa passa a constituir-se temporariamente num núcleo de poder econômico e político muito forte no município, porém muito

frágil estruturalmente³⁰⁷, dada sua absoluta dependência de financiamentos externos.

A CAEX reconstituiu com algumas adaptações o sistema de “aviamento” nos seringais. Nesse processo, criaram-se novos centros de poder na sua área de atuação estruturados em torno dos “núcleos” de comercialização instalados em diversas comunidades pela Cooperativa. Além de favorecer uma maior diferenciação social interna, revigoram-se as relações de dependência pessoal entre produtores e escalões superiores da hierarquia administrativa da Cooperativa (do gerente do núcleo aos gerentes setoriais e dirigentes da CAEX). Há uma ruptura naquele processo baseado na organização e representação dos interesses coletivos preconizados no discurso sindical. A maioria das delegacias sindicais deixam de existir efetivamente. Sob o ponto de vista das estratégias eleitorais, o controle da CAEX passa a ser fundamental, tanto em virtude dessas relações internas como naquelas instituídas com outros estratos sociais da população do município.

É nestas circunstâncias que a CAEX colocou em marcha uma das estratégias “alternativas de desenvolvimento”, através do chamado “Projeto Castanha”. Em linhas gerais, os seus objetivos voltaram-se para melhoria dos níveis de renda nos seringais via elevação dos preços pagos ao produtor direto, o seringueiro. Para isso, a construção de uma agroindústria para realizar o beneficiamento da castanha (descascar e embalar o produto) ocupou um papel central para atingir estes objetivos. Pretendia-se, com o encurtamento na cadeia

307 — Tal fragilidade de sustentação ficou comprovada a partir de meados dos anos 90, quando as doações “a fundo perdido” foram reduzidas drasticamente. A partir daí, ela entrou num estado de insolvência e crise permanente. Não logrou atingir o ritmo anterior de suas atividades.

de intermediação interposta entre os produtores diretos e o mercado atacadista, interferir positivamente no aumento dos preços praticados nos seringais.

A execução desse ambicioso projeto dependia da montagem de uma estrutura operacional extremamente complexa para uma organização do porte da CAEX. Ela envolvia desde a organização das relações de trocas nos seringais, gerenciamento da agroindústria e da Cooperativa, até as transações com comércio internacional, que é o principal mercado de consumo da Castanha do Brasil. Para enfrentar problemas de tal magnitude, optou-se por estabelecer diversas “parcerias” com ANGs, ONGs e instituições governamentais.

O prédio para a funcionamento da agroindústria, denominada Usina Chico Mendes, situado na zona urbana de Xapuri, foi cedido em regime de comodato pelo Ibama. A UFAC participou do apoio administrativo cedendo pessoal qualificado para trabalhar no Projeto. A maior parte dos recursos financeiros destinados à montagem da infraestrutura - aproximadamente 600 mil dólares - foi praticamente financiada na forma de “fundo perdido” por 4 ANGs: Fundação Ford, Fundação Interamericana, World Wildlife Fund - WWF e NOVIB. As três primeiras formaram uma espécie de “conselho deliberativo”³⁰⁸ para monitorar a execução do Projeto, enquanto a última (NOVIB), responsável por 20% do montante das doações, não interferiu diretamente na gestão do Projeto.

Dois ONGs envolveram-se diretamente no Projeto. A Cultural Survival - sediada nos EUA - encarregou-se de

308 — Nesse conselho participavam, ainda, representantes da CAEX, do CNS e das ONGs envolvidas no projeto.

colocar o produto no mercado americano. A Ecotec - com sua sede instalada na cidade de Recife-PE - foi incorporada como intermediária pela Fundação Ford, para gerenciar os 270 mil dólares por ela financiados. A WWF também financiou uma parte do Projeto via intermediação de pesquisadores da ESALQ/USP. A rigor, coube à CAEX ocupar as funções outrora exercidas pelos patrões seringalistas: organizar o processo produtivo com o intuito de escoar matéria-prima para o mercado internacional.

A maioria dos diagnósticos socioeconômicos realizados nesse período apresentou conclusões amplamente favoráveis a respeito da atuação da CAEX. Destacaram, entre outros, os efeitos positivos da atuação da Cooperativa na elevação dos níveis de renda dos seringueiros - elevando-se, em alguns casos, numa faixa de até 50% - e na geração de empregos urbanos³⁰⁹. Mas houve diagnósticos que enfatizaram os resultados negativos, como é o caso da Avaliação do Projeto Castanha³¹⁰, financiada por três ANG's: Fundação Ford, Fundação Interamericana e WWF. Tal negatividade seria resultante, em linhas gerais, da ineficiência gerencial da Cooperativa, como veremos a seguir de forma mais detalhada, com o intuito de evidenciar o que pretendem alguns "parceiros" internacionais em relação ao "desenvolvimento sustentável" na Amazônia.

309 — A esse respeito, ver, entre outros, Costa Filho (1995). Ele faz uso, em sua análise, de diversos diagnósticos realizados pelo CNS e diversas instituições governamentais como a Funtac.

310 — Essa avaliação foi contratada a uma ONG (Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia - IPHAE) sediada em Porto Velho-RO. Concluída em dezembro de 1994, foi realizada por três especialistas: Susanna B. Hecht, Peter D. Warner e Willem P. Groeneveld.

Do início de suas operações, em novembro de 1990, até 1993, a industrialização da castanha foi centralizada na Usina Chico Mendes. No tipo de processamento industrial utilizado, a castanha in natura passava por três fases: a) secagem e preparo das amêndoas para a quebra (retirada da casca); b) quebra e classificação; c) empacotamento e preparação para o embarque. Na segunda fase - quebra e classificação - concentra-se a maior parte da força de trabalho. “A quebra da castanha é um trabalho realizado na sua maioria por mulheres: uma tarefa repetitiva de quebra de castanhas e classificação em categorias básicas”. (Hecht et al., 1994:13). A Usina Chico Mendes chegou a gerar mais de uma centena de empregos diretos, constituindo-se no segundo maior empregador do município, perdendo apenas para o setor público.

Face à necessidade de enfrentar os padrões de concorrência no mercado internacional e ao crescimento do déficit financeiro da CAEX, optou-se por adotar medidas destinadas a reduzir os custos de produção, onerados segundo os assessores da área econômica, pelos encargos sociais impostos pela legislação trabalhista. A medida adotada foi descentralizar³¹¹ esse processo, de modo que reduzisse o

311 — Essa descentralização seguiu diversas linhas, conforme diz Hecht [et al.] (1994:19-20): “No seringal, as Micro e Mini-usinas e o processamento doméstico seriam as formas mais utilizadas. As Micro-usinas seriam estruturadas como estações de trabalho para 10 trabalhadores em média, além de um gerente e um ajudante. As castanhas chegariam até os pontos de coleta - o núcleo - [...] e seriam processadas [...]. Na Mini-usina, um sistema completo de secagem, tanque de água e forno de secagem final foi estruturado de forma que as famílias pudessem processar suas próprias castanhas, enviando o produto final para o núcleo, para posterior transporte para a fábrica Chico Mendes e venda. Todo trabalho deveria ser realizado por empreitada. No processamento urbano os quebradores receberiam (em suas casas) castanhas já secas e amolecidas e, portanto, prontas para serem quebradas.

máximo possível a contratação de trabalhadores na Usina. Segundo avaliação de Hecht [et al.] (1994:17-18),

A fim de competir com as castanhas bolivianas que começam a chegar ao mercado a um custo que é 38% menor que suas castanhas, a Cooperativa começou a desenvolver uma estratégia para descentralizar a produção. Para a Cooperativa, os custos para descascar a castanha na fábrica, foi visto como principal problema, e o custo salarial dos quebradores, com todos os encargos sociais, como a chave do problema[...] O fundamento da produção descentralizada constituía-se em reduzir custos com pessoal e, ao mesmo tempo, tornar a produção eficiente e gerar empregos no seringal.

Tratou-se efetivamente de uma medida destinada a promover a “flexibilização do trabalho”, expressão predileta dos neoliberais para ocultar a supressão constitucional de conquistas históricas dos trabalhadores e a precarização das condições de vida e de trabalho. Essa atitude adotada pela direção da CAEX denota a materialização de um consentimento ativo em torno do modelo liberalizante do capital³¹². Ou seja, a adesão “espontânea”, por parte das “organizações comunitárias” – portanto, da sociedade civil - aos imperativos da “globalização do capital”. Além da sintonia com a reorganização do processo produtivo nas grandes

312 — Como lembra Kurz (Folha de S. Paulo, 14/07/2002, Caderno Mais, p. 12), “de modo algum essa política de privatização é definida apenas por partidos e governos explicitamente; há muito ela prepondera em todos os partidos. Isso indica que temos que lidar aqui não só com ideologia, mas com um problema de crise real”.

corporações - esvaziamento das fábricas via terceirização da fabricação de diversos componentes da mercadoria final³¹³ -, acabou antecipando-se inclusive às medidas relativas à desregulamentação do trabalho adotadas pelo governo Fernando Henrique a partir de 1995.

Na avaliação elaborada por Hecht [et al.] (op cit., p. 22) aparecem algumas observações bastante elucidativas a respeito dessa experiência, que passamos a transcrever a seguir:

Nas Micro-usinas, os maus hábitos trabalhistas [grifo de E. A. P.] continuavam, com uma média de trabalho de 11 dias por mês, em lugar dos 20 dias previstos. Os atrasos nos pagamentos eram freqüentes [...] às vezes, se estendiam a três meses, o que eliminava completamente o poder de compra[...] As mesas e bancos eram extremamente desconfortáveis e dores nas costas e pescoço eram freqüentes. Apesar de sugestões feitas com o objetivo de melhorar as condições de trabalho, elas foram praticamente ignoradas [...] as mulheres adultas logo deixaram de trabalhar nas Micro-usinas. Estruturadas para o trabalho feminino no modelo urbano, as usinas começaram a empregar adolescentes e crianças às custas de sua educação escolar [...] A falta de informações acerca da estrutura de produção rural e, mais especificamente, das demandas do trabalho feminino subestimou completamente as

313 — A respeito das transformações recentes no mundo do trabalho, ver, entre outros, Antunes (1995).

reivindicações e necessidades dos trabalhadores rurais. Ironicamente, era no contexto urbano que a geração de empregos se fazia mais necessária, devido à escassez de alternativa de subsistência e receita.

Deve-se chamar a atenção para três aspectos essenciais da avaliação supracitada. O primeiro diz respeito à inversão do olhar sobre os valores culturais da população local. A positividade do conhecimento da floresta e de sua relação “harmônica” com a natureza, considerados antes como valores essenciais para serem incorporados a um modelo de “desenvolvimento sustentável”, transformasse, repentinamente, em negatividade, através de sua desqualificação como portadora de “maus hábitos trabalhistas”. Essa afirmação aparece repetidas vezes no decorrer da avaliação. Portanto, não se trata de um “descuido”. Expressa bem o olhar tradicional de colonizador, de “mercadores da natureza” marcante em uma boa parte das ONGs internacionais (e algumas nacionais) que circulam pela Amazônia no período recente.

O segundo aspecto refere-se às questões ligadas ao processo de trabalho. A tela pintada pelos autores da Avaliação revela, com um realismo estarrecedor, uma enorme contradição: a CAEX, criada outrora como instrumento destinado a combater o processo de exploração a que se submetem os produtores diretos, passa a instituir novas formas de exploração dessa força de trabalho. Mas é preciso lembrar que, além da Cooperativa, os seus “parceiros” - na maioria portadores de uma retórica que valoriza a defesa dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes -, igualmente

desejosos de “provar” a viabilidade econômica das RESEX, acabam fazendo exatamente o oposto daquilo que teorizam.

O terceiro e último aspecto relaciona-se com a pertinente observação sobre a necessidade de integrar o rural e urbano às estratégias de desenvolvimento. Os autores da Avaliação mostram, com muita clareza em outras partes do texto, que no seringal existe uma escassez de força de trabalho, enquanto no núcleo urbano de Xapuri ela é abundante, uma vez que a população migrante dos seringais não encontra opções de trabalho. Mas, se a constatação é oportuna, a conclusão é obtusa, porque atribui a causa desse procedimento a um suposto “desconhecimento” dessa realidade social por parte dos dirigentes da CAEX. A descentralização do beneficiamento da castanha foi financiada pela Fundação Ford - via contratação de uma ONG “especializada tecnicamente”, a ECOTEC - com o objetivo de reduzir os custos de produção e tornar o produto competitivo no mercado internacional. Portanto, é na lógica que preside o processo de reprodução ampliada do capital que se localiza a fonte do problema.

A solução apresentada pelos autores da Avaliação, além de não questionar essa lógica, reafirma seus fundamentos, tornando a “emenda” pior do que o “soneto”. Como o diagnóstico da produção e beneficiamento da castanha parte do pressuposto de que a CAEX deve elevar o seu padrão de produtividade afim de ajustar-se às contingências do mercado, o “modelo” adotado como referência é o de uma agroindústria situada na Bolívia, que, além de possuir maquinários mais modernos, que propiciam maior produtividade do trabalho, estabelece preços da matéria-prima e controle de qualidade mais rígidos. Lembre-se que boa parte dos coletores de

castanha na Bolívia é formada por seringueiros expulsos dos seringais do Acre a partir dos anos 70, que estão submetidos a uma vil exploração também naquele país.

Em síntese, propõem uma usina centralizada em Xapuri, mais modernizada tecnologicamente – empregando, portanto, menos força de trabalho - e redução drástica dos preços pagos ao produtor direto. Em outras palavras, não se altera a substância (exploração do trabalho), só a fórmula, aliás, bem explicitada no Prefácio da Avaliação, quando seus autores afirmam: “esperamos poder contribuir para que a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri possa delinear seu caminho que a leve para longe das crises financeiras, e necessidades constantes de doações a fundo perdido e empréstimos subsidiados tornando-se assim uma verdadeira alternativa econômica”.

Deve-se registrar, finalmente, no que se refere ao conteúdo geral da Avaliação, a observação de dois traços políticos institucionais presentes nessa experiência, muito similares aos das instituições governamentais. O primeiro residiria no crescente domínio político de três troncos familiares nas organizações dos trabalhadores que acabou pesando na definição dos critérios de alocação de bens e incentivos nos seringais, isto é, “a forma como as mini e micro-usinas foram instaladas contribuíram para atenuar as disparidades em relação à receita familiar e concentrar riqueza e poder nas mãos de poucas famílias, ao invés de distribuir as receitas entre todos” (HECHT [et al.], op. cit., p. 46).

O segundo traço seria a falta de organização do sistema contábil e de transparência nas prestações de contas. É difícil entender, diz Hecht (op. cit.), “a completa ausência de

registros financeiros dada a grande variedade de programas de computadores disponíveis no mercado, e ao fato de que vários ‘consultores financeiros’ terem estado na folha de pagamentos da Cooperativa por pelo menos dois anos, a existência de dois computadores e o fato de que existem dois ou três indivíduos com ‘algum conhecimento contábil’ atualmente trabalhando na Cooperativa”.

Existe, ainda, um terceiro traço, não mencionado na Avaliação, que complementa bem os dois supracitados: trata-se da falta de participação da base social do movimento nas tomadas de decisões, na fiscalização e controle da gestão de suas organizações representativas. Por um lado, ocorre uma maior autonomização das principais lideranças em relação às bases e, por outro, o aumento de sua subordinação aos mecanismos de dominação do capital. O exame das estratégias de desenvolvimento em curso em Xapuri fica pouco compreensível se não se levar em conta esse fenômeno.

c) Da “paixão” pela “mata” ao pragmatismo do “mercado”: quando a exploração comercial de madeiras passa a ser uma alternativa “politicamente correta”

Depois dos “desencantos” com o “projeto castanha”, passou-se a apostar em outras alternativas até então inaceitáveis, como a exploração comercial de madeira. A fala de uma das principais lideranças do CNS³¹⁴, citada por Costa Filho (1995:132), deixa bem clara essa mudança de perspectiva:

Eu acho que no caso da Amazônia, nas reservas extrativistas, o caso da borracha e da castanha é apenas um pingo d’água em cima das riquezas que se

314 — Trata-se do ex-presidente do CNS e atual prefeito de Xapuri, Júlio Barbosa.

observa lá. Eu vejo algumas delas como importantes, como é o caso da madeira. E aí, é uma questão que nós do Conselho estamos bastante convencidos sobre a atividade madeireira. Nós não podemos simplesmente ser contra [...] nós temos que ser contra a forma como ela está sendo sucateada na nossa região, está sendo garimpada. Agora nós entendemos que as reservas extrativistas, as florestas nacionais e as unidades de conservação, elas (as atividades madeireiras) podem ser importantes [...].

Essa mudança de postura do CNS e do sindicalismo em relação à exploração comercial de madeiras gerou enormes polêmicas no Acre. Como vimos no Capítulo III, a proposta de criação das reservas extrativistas, além de atribuir diversos encargos ao Estado - tanto na área de dotação de infraestrutura quanto nos subsídios à produção extrativa -, descartava a exploração comercial de madeira. Não cabe entrar nos meandros dessa guinada, mas registrar a sua crítica fundamental: sob o ponto de vista ético, a exploração comercial de madeiras nessas áreas destinadas à conservação ambiental é considerada inaceitável porque subjugada aos interesses privados imediatos, coloca em risco a proteção de um ecossistema teoricamente indispensável para assegurar o bem-estar comum da vida planetária.

Em que pese a importância desse debate, é preciso considerar que ele acabou encobrendo outra questão essencial: a perda de uma relativa autonomia que esse movimento havia conquistado anteriormente no sentido de orientar internamente sua agenda. Aquela “feliz coincidência

de agendas” mencionada no Capítulo III, nesse período, acabou sendo substituída por uma infeliz submissão a uma agenda externa, fortemente referenciada na matriz do “desenvolvimento sustentável” imposta pelos organismos multilaterais. Nos termos definidos nessa agenda externa, tudo que está sobre a terra (ou nas suas camadas subterrâneas) é passível de mercantilização, sempre fundamentada em algum tipo de justificativa.

O que não têm faltado no Acre e em outros estados da Amazônia são justificativas para a “exploração sustentável dos recursos madeireiros”. Instituições de pesquisas como Embrapa e diversas ONGs³¹⁵ passaram a difundir “modelos” de “manejo sustentável” de florestas para fins de exploração comercial de madeira. O jornal Folha de S. Paulo (26/05/2002, p. C3) publicou uma reportagem intitulada “Xapuri produz coleção ecológica de móveis” mostrando o sucesso de um empreendimento privado do setor moveleiro instalado naquele município. Vale a pena transcrever alguns trechos dessa reportagem:

[...] saiu de lá a matéria-prima para a primeira coleção de móveis ecologicamente correta feita com madeira da Amazônia. Mais importante do que a própria coleção, que será lançada na terça-feira no Museu da Casa Brasileira, talvez seja o modelo usado para produzi-la. Ela resultou de uma aliança

315 — No Acre, a ONG mais empenhada nessa estratégia é o CTA, tanto que no seu corpo técnico os engenheiros florestais passaram a destacar-se. Por volta de 1996, o CTA iniciou uma experiência de “manejo sustentável” no PAE Porto Dias. Até 2001, os resultados pareciam pífios: depois de um investimento superior a 300 mil dólares, não havia - pelo menos até 2001 - sinais de “sustentabilidade” do Projeto.

entre ex-seringueiros, um engenheiro florestal com doutorado em Harvard e alguns dos melhores designers brasileiros, como Carlos Mota, Cláudia Moreira Salles e Etel Carmona [...]. O processo começou com a certificação de uma área de floresta em Xapuri, obtida em março. A certificação é uma espécie de selo verde, o qual garante que a extração da madeira é ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. Foi a primeira floresta comunitária do mundo a receber o selo do FCS (inicial em inglês do Conselho de Manejo Florestal), entidade que atua em 49 países[...]. Etel e Viana gastaram, há dois anos, R\$ 500 mil para criar a fábrica de móveis Aver, em Xapuri, e até dezembro devem ter o retorno do investimento [...] empregam 25 pessoas, que ganham dois salários mínimos por mês [...]. Cerca de 50 pessoas estão envolvidas na jardinagem florestal, a forma como Viana chama o processo [...] os preços dos móveis variam de R\$ 1 mil (cadeira) a R\$ 10 mil (cama). “Sei que só a elite pode comprar porque o que faço é alta costura. Mas o meu sonho é vender móveis certificados nas casas Bahia”, afirma Etel. O sonho da exportação ela já realizou: os móveis made in Xapuri já estão à venda em Nova York.

Das inúmeras conclusões que podem ser extraídas do conteúdo dessa reportagem destacaria uma: a preservação de uma das causas estruturais da insustentabilidade, que é a elevada concentração de riquezas em poucas mãos. Partese da premissa de que seja verdadeira a informação de que

o retorno dos investimentos será assegurado no primeiro ano de operações. Esse exemplo demonstra, por um lado, que novamente o mercado internacional projeta-se como alternativa primeira nas estratégias de comercialização e, por outro lado, como gradativamente as lideranças do MSTR vão se resignando a restringir seus horizontes aos “limites do possível”.

Ao criticar as bases do discurso que procura justificar a necessidade de “conviver com os limites” derivados da ordem capitalista mundial, Mészáros (2002:251) afirma que “os indivíduos que aceitam (como se espera) a estrutura do sistema do capital como seu horizonte de reprodução, pelo mesmo motivo condenam-se à impotência total para consertar a situação”. Não devemos esquecer que, originariamente, a proposta de Reserva Extrativista não reduziu seus horizontes aos “limites do possível”. Ao contrário, ela se projetou para além deles - especialmente nos aspectos relativos à noção de uso social da terra e dos demais recursos naturais nela existentes -, sobrepondo os interesses privados a objetivos voltados para a satisfação do bem-estar comum.

Deve-se registrar, ainda, que até meados dos anos 90 a direção do CNS participou, em conjunto com o Greenpeace, de uma ampla campanha internacional pelo boicote a compra de móveis fabricados com madeiras nobres extraídas da Amazônia. Agora, 2002, é da sua “vitrine” (Xapuri) que estão saindo esses móveis para o mercado internacional. Mas esta não é a primeira vez que um movimento como o dos seringueiros do Acre - notabilizado internacionalmente

pela defesa das florestas - passa a trilhar um caminho antes condenável. Por exemplo, diz Sachs (2000:126),

[...] o movimento indiano Chîpko fez da coragem e sabedoria daquelas mulheres, que protegeram as árvores das moto-serras com seus corpos, um símbolo da resistência local saudada muito além dos confins da Índia. Entretanto, esse triunfo teve seu preço: administradores florestais apareceram e alegaram ser responsáveis pelas árvores. De repente, o conflito tomou uma coloração diferente: valentes lenhadores deram lugar a peritos de fala mansa. Apareceram com levantamentos, mostraram diagramas, apontaram curvas de crescimento, e discutiram sobre taxas ótimas mais favoráveis de derrubadas. Foram propostos esquemas de plantio junto com indústrias de processamento de madeira, e tentaram seduzir os habitantes do vilarejo a tornar-se pequenos madeireiros. Os que tinham defendido as árvores para proteger seu meio de subsistência e expressar a independência da vida viram-se inesperadamente bombardeados por achados de pesquisa e pelas abstratas categorias de recursos. E, durante todo este novo assalto, foi invocado o “interesse nacional” no “desenvolvimento equilibrado dos recursos”. Pouco importou, diante destas prioridades forasteiras, o significado que a floresta tinha para os aldeões que nela viviam, ou que espécie de árvore seria mais adequada para o sustento do povo. A ecologia que almejava a gestão de escassos recursos naturais,

colidia com uma ecologia que queria preservar a comunidade local [...].

A rigor, não existem diferenças relevantes entre o exemplo citado por Sachs e o processo em curso na Amazônia no que diz respeito ao “convencimento” das diversas comunidades para adotar a exploração madeireira em escala comercial. A partir de meados dos anos 90 têm-se multiplicado de forma significativa na região amazônica os “peritos de fala mansa” que procuram ocultar o aprofundamento da mercantilização da natureza sob o “manto sagrado” do “desenvolvimento sustentável”. Não é por acaso que algumas lideranças sindicais contemporâneas de Chico Mendes manifestam uma relativa desconfiança e incerteza quanto às experiências em andamento no município de Xapuri: “antes, a gente lutava contra um inimigo conhecido e tinha aliado conhecido, agora, não sabemos quem são os inimigos e nem quem são os aliados”³¹⁶.

Enfim, deve-se deixar bem explícita a ideia de que essa mercantilização da natureza expressa a prevalência da absolutização do privado em relação ao público, nos mais diversos domínios da vida e em escala planetária. Diferentemente do que ocorreu nos anos 70 e 80, quando os diversos movimentos sociais buscavam afirmar nos mais diversos domínios a defesa de um caráter público do

316 — Palavras ditas por Sabá Marinho, uma das principais lideranças do STR de Xapuri no “tempo de Chico Mendes”. Essa percepção é compartilhada de forma silenciosa por outras lideranças (Cf. entrevista concedida ao autor em 1996).

patrimônio natural, a partir dos 90³¹⁷ gradativamente passa-se a aceitar a sujeição da preservação desse patrimônio às “contingências do mercado”. Neste caso que estamos analisando, esse processo opera-se de forma simultânea na sociedade civil e na sociedade política.

Até aqui procurou-se examinar algumas conseqüências dessa decisão das representações dos trabalhadores de “jogar o jogo” da mercantilização da natureza. No essencial, ficou evidenciado um dilema central: por um lado, as estratégias de desenvolvimento implementadas via cooperativismo, embora tenham apresentado resultados positivos para uma parcela dos seringueiros, acabou reproduzindo práticas econômicas e políticas antes condenáveis pelo MSTR e, por razões diversas, não lograram atingir o “padrão de eficiência” exigido pelo “mercado”; por outro lado, a exploração comercial de madeiras por capitais privados apresenta-se como alternativa “eficiente”, sob o ponto de vista mercadológico. Contudo, é extremamente perversa socialmente e, quiçá, prejudicial ao meio ambiente, uma vez que o seu modelo de “manejo sustentável” permanece recoberto de inúmeras incertezas quanto a sua eficácia científica³¹⁸. Por ora, por tudo o que foi

317 — Como bem demonstrou Acselrad (1992), conquistas importantes na área ambiental obtidas durante a elaboração da Constituição de 1988 - como a prevalência do interesse público nas questões relativas ao meio ambiente, definido como ‘bem de uso comum do povo’ - passaram a ser redirecionadas posteriormente nas políticas governamentais para a satisfação dos interesses privados.

318 — Não existe entre os especialistas um consenso em torno dessa proposta de “manejo sustentável” fundada no suposto de que em intervalos regulares de 30 anos as árvores jovens (filhas ou netas das árvores que foram extraídas numa determinada área) estejam em ponto de corte. Segundo Paulo Kageyama (1998), não existe nenhum exemplo ou resultado concreto de floresta que tenha sido manejada num prazo de 30 anos. Se isto fosse verdade, continua Kageyama, “as madeiras asiáticas não teriam necessidade de passar a operar em escala crescente na Amazônia”.

exposto ao longo deste capítulo, “os ventos tendem a soprar” favoravelmente a estratégias privatistas.

Depois de examinar algumas estratégias de desenvolvimento adotadas pelas organizações representativas criadas pelo MSTR em Xapuri, falta analisar o comportamento individual dos seringueiros neste processo, identificar as opções que julgaram mais adequadas para atingir seus objetivos. Nas diversas pesquisas realizadas no PAE e RESEX Chico Mendes, foi constatada uma expansão significativa das atividades agrícolas, principalmente da pecuária³¹⁹, a exemplo do que ocorre nas áreas reformadas em geral no estado do Acre. Melo (2001), mostra que as áreas desmatadas para implantação de pastagens têm sido incrementadas tanto nas “bordas” quanto no interior da RESEX Chico Mendes.

Deve-se perguntar como esses produtores obtiveram os recursos monetários para investir na pecuária. Os financiamentos ofertados pelo BASA, via FNO, aos seringueiros dessas áreas reformadas em Xapuri para investimento em pecuária foram insignificantes (beneficiaram pouco mais de 1% desses produtores), portanto, insuficientes para explicar o fenômeno. Uma hipótese que parece mais aceitável é a de que esse incremento foi viabilizado indiretamente pelos subsídios ofertados à produção extrativista. Em outras palavras, à medida que as estratégias adotadas pelo MSTR concorreram temporariamente para elevar os níveis de renda

319 — No PAE, a área de pastagem foi incrementada em mais de 100% no período de 1988-95, com um incremento similar do rebanho bovino (Funtac, 1996:43). Na RESEX, até 1995, 43% dos domicílios possuíam criação de gado; em 1998, esse índice havia saltado para 58%. Vale registrar que na RESEX do Alto Juruá ocorreu fenômeno idêntico. A diferença é que a comercialização de gado nessa RESEX (Alto Juruá) teve um incremento de aproximadamente 100% entre 1995-98, enquanto na RESEX Chico Mendes permaneceu praticamente estável, o que reforça as características do caráter de poupança nesta última. (CNPT/IBAMA, s.d., p. 65)

de uma parcela desses produtores, eles utilizaram parte desse diferencial para fazer uma poupança, e o fizeram numa atividade considerada mais segura: a pecuária.

No limite - e com isso conclui-se esta seção em particular e o capítulo em geral - é possível afirmar que existem fortes evidências, tanto econômicas, quanto sócio-políticas, de que os resultados imediatos das estratégias orientadas para o incentivo às “práticas do desenvolvimento sustentável” adotadas até então pelo INCRA e MSTR reiteram os traços de um desenvolvimento do tipo extensivo que tende a perpetuar estruturalmente a insustentabilidade. A marcha progressiva de um utilitarismo cada vez mais voltado para uma apropriação privada e mercantilizada da natureza, somada ao aprofundamento da dependência externa, não leva à superação, mas à reprodução do círculo vicioso de um “desenvolvimento insustentável”.

Revestida de uma nova “alegoria” em que os diversos atores sociais passam a figurar como “parceiros” de agências e organismos multilaterais – quando, na verdade, foram convertidos, na sua maioria, em “mercadores da natureza” -, a Amazônia em geral e o Acre em particular permanecem, no limiar do século XXI, como meros reservatórios de matérias-primas. As escolhas e escalas de exploração mantêm-se subordinadas às demandas criadas pelo núcleo mais dinâmico do processo de acumulação capitalista, que acaba determinando “de fora para dentro” a agenda dos diversos agentes atuantes na região, conforme procuramos demonstrar a partir da análise das estratégias de “desenvolvimento sustentável” adotadas pelo INCRA e pelo MSTR no Acre.

Enfim, é possível sustentar com base no exposto, que por um lado, não existem tantas razões para celebrar os supostos “méritos” da incorporação das “preocupações” com o meio ambiente nas políticas de “cooperação” praticada pelos organismos multilaterais como BIRD e BID. A rigor, o que ficou evidenciado neste capítulo é que esse tipo de incorporação não indica necessariamente uma reversão no modo de apropriação destrutiva da natureza no processo de valorização do capital. Como bem demonstrou Mészáros (2002:267), “Historicamente passamos da prática de ‘destruição produtiva’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto dominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável”. Por outro lado, em decorrência desses determinantes externos estarem amalgamados ainda pelas restrições advindas das relações econômicas, sociais e políticas instituídas internamente pelo poder oligárquico, a mistificação do “reino da sociedade civil” ou das “práticas de desenvolvimento sustentável” como redentoras do desenvolvimento na Amazônia, tem muito vigor imaginativo mas pouca base de sustentação real.

Conclusões

Procuraremos sintetizar o exposto em torno de dois eixos de argumentação. No primeiro, dedicamo-nos a justificar a afirmativa apresentada na Introdução acerca da insustentabilidade do desenvolvimento no Acre. Os argumentos mobilizados têm como base de referência um balanço das ações protagonizadas pelo INCRA e pelo MSTR no decorrer desse processo. No segundo, procuramos indicar como vislumbramos as perspectivas e possibilidades de promover modificações substantivas no sentido de superar

o ciclo vicioso do “desenvolvimento insustentável” na região nessa fase da “mercantilização da natureza”.

Ao compararmos os objetivos pretendidos inicialmente pelo INCRA e MSTR no estado com os resultados obtidos trinta anos depois, é possível afirmar que ambos acabaram indo além. Ou seja, na tentativa de conduzir as mediações dos conflitos sociais no campo, o MSTR, na esfera da sociedade civil, e o INCRA, no âmbito da sociedade política, acabaram ocupando um lugar extremamente destacado no sentido de reorientar as ações do Estado no que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional. O projeto de “modernização” centrado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte, tal como previsto inicialmente para a região, foi bloqueado politicamente pela luta de resistência liderada pelo MSTR, que momentaneamente obteve apoio político de setores oligárquicos ligados aos interesses do extrativismo da borracha. Ao mesmo tempo, a ação sindical acabou influenciando algumas decisões no âmbito do INCRA no sentido de alterar suas políticas e estratégias de atuação. A “modernização” em curso no agro acreano caracteriza-se por um tipo de ordenamento da posse e uso da terra que assegura a coexistência das grandes propriedades que exploram a pecuária extensiva de corte, minifúndios que se especializam em formas de exploração mista – agricultura e pecuária – e as áreas reservadas ao extrativismo, que vêm se movimentando no sentido de constituir uma produção centrada no agroextrativismo. Esse cenário não estava previsto a priori no script da “modernização” no Acre.

É preciso, contudo, tomar alguns cuidados na abordagem teórica desse processo de “modernização”. Se, por um lado,

ele sugere a pertinência das formulações de Hirschman, isto é, que de fato o desenvolvimento tem um forte componente de indeterminação, dado que os seus efeitos desagregadores e reaglutinadores dependem de dinâmicas sociais diversas, que escapam ao pleno domínio da racionalidade do planejamento burocrático, por outro lado, nos instiga a questionar a elasticidade desse indeterminismo.

No caso aqui analisado, deve-se chamar atenção para três dados suficientemente representativos para avaliar a elasticidade dessa indeterminação: 1) a pecuária é a atividade que tem registrado maior crescimento em todos os estratos de áreas; 2) no setor extrativista a exploração madeireira é a que mais cresceu em todo o estado; 3) o índice de concentração da propriedade fundiária permanece extremamente elevado, como vimos na seção 1.4 (capítulo 1). Enfim, até o momento aparecem fortes indícios de que se alterou a forma e não o conteúdo do “desenvolvimento insustentável” desencadeado no tempo dos “missionários do progresso” e levado a cabo atualmente pelos “mercadores da natureza”.

Os dilemas estruturais desse desenvolvimento, bem como os limites para sua superação, não encontram explicações somente nessa dicotomia reducionista Estado x mercado. É na lógica que orienta o processo de acumulação em escala planetária que se podem apreender as causas essenciais que o condicionam. Dependendo das circunstâncias, o capital pode ativar tanto uma esfera quanto outra para satisfazer os seus objetivos. Como bem analisou Mézaros (2002), o capital não está sujeito à regulação do Estado ou do “mercado”;

pelo contrário, é ele, o capital, que regula a ambos³²⁰. É óbvio, contudo, que as mediações estabelecidas variam no tempo e no espaço, fazendo com que seu domínio se exerça a partir da adesão subordinada de agentes diversos. Portanto, resignar-se, no caso do Acre, por exemplo, a interpretar os problemas estruturais do desenvolvimento no estado como eminentemente determinado por uma dinâmica exteriorizada do capital não é suficiente.

É preciso ir além, no sentido de compreender o modo como se constituíram no tempo essas mediações entre a sociedade regional e o capital. Ora, como a formação dessa sociedade, da classe dominante local é produto direto de um desenvolvimento do tipo extensivo - cuja motivação principal foi a montagem de um aparato produtivo para suprir as demandas de matéria-prima dos centros industriais mais avançados do mundo - ela já “nasce” subordinada ao capital. O que ela procura desde o início é extrair maiores vantagens para si. Logo, a lógica predatória que preside a acumulação do capital só foi questionada quando afetou diretamente seus interesses e colocou em risco sua dominação política, particularmente, a partir da “modernização” iniciada na década de 1970.

320 — Até mesmo na fala de Antônio Ermírio de Moraes, representante de um dos maiores grupos de capitais privados do Brasil (grupo Votarantin), é possível comprovar a irrefutabilidade dos argumentos de Mézaros. Numa entrevista concedida a Antônio Abujamra na TV Educativa (29/10/2002), esse empresário lamentou o que considera os “desvios da globalização”, isto é, a centralização do poder mundial por grandes conglomerados transnacionais que, segundo ele, impõem seu poder sobre os Estados nacionais. Citou, entre outros, o caso das medidas protecionistas adotadas recentemente pelo governo norte-americano em relação ao aço. Deve-se lembrar, ainda, que a criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, nos moldes definidos pelo governo norte-americano, parece não deixar muitas dúvidas sobre esse poder de regulação do capital em escala internacional.

A análise das atuações do INCRA e MSTR no Acre, seja no tempo dos “missionários do progresso”, seja na época dos “mercadores da natureza”, evidenciou a magnitude dos obstáculos interpostos internamente para a reversão do “desenvolvimento insustentável”. No essencial, demonstrou-se que tanto as possibilidades de transformação das instituições governamentais quanto a das organizações da sociedade civil, são extremamente limitadas em contextos sociopolíticos como o do Acre. Tais limitações apareceram nitidamente em três situações conjunturais bem distintas. Na ditadura militar seria presumível supor que houvesse maior “autonomia relativa” da esfera governamental para arbitrar sobre os interesses de classes. O INCRA, no entanto, acabou subjugado aos interesses dos grandes proprietários rurais e atuou de forma extremamente parcial na regularização jurídica da propriedade fundiária, recorrendo à mudança da Lei quando necessário, como foi o caso da Exposição de Motivos 77/8. No governo da Nova República esperava-se maior inserção da sociedade civil (MSTR) no processo decisório. O setor sindical, chamado à “participação”, foi cooptado e o INCRA passou a ser dominado mais diretamente pelas oligarquias regionais. Nos anos 90, a valorização do “mercado” parecia instituir um lugar proeminente à sociedade civil, secundarizando a esfera governamental. Contudo, o que prevaleceu em ambas esferas foi a lógica da reprodução ampliada do capital sem mais controles, que resultou, entre outras conseqüências, em uma substantiva redução da autonomia do Estado (no sentido ampliado) na definição de políticas de desenvolvimento.

Em resumo, a quimera da dicotomia Estado versus “mercado” como propulsora de desenvolvimento aparece ainda de forma mais evidenciada em contextos como o aqui analisado. O território acreano experimentou o seu maior apogeu - primeiro ciclo de exploração da borracha natural - sob os desígnios do “mercado”. O sistema mercantil foi comandado pelos capitais privados, a presença do Estado era mínima. A partir do segundo ciclo da borracha, o Estado passou a ter uma presença mais ativa, tanto na regulação do mercado dessa matéria-prima quanto na dotação de subsídios ao setor (leia-se: patrões seringalistas e comerciantes que comandavam o sistema de aviamento). Essa presença do Estado intensificou-se nos anos 70, através da criação de um aparato destinado a promover a “modernização” da economia. Novamente, os maiores beneficiários foram os grupos de capitais privados. A retomada nos anos 90, da suposta “supremacia do mercado” na determinação do ritmo das atividades econômicas, não indica que produzirá efeitos mais promissores, principalmente para os estratos mais pauperizados da população.

Passaremos a seguir, ao segundo componente das conclusões na qual pretendemos indicar como vislumbramos as perspectivas e possibilidades de promover modificações substantivas no sentido de superar o ciclo vicioso do “desenvolvimento insustentável” na região. Deve-se considerar portanto, que não há uma pretensão de apresentar uma “proposta” ou “modelo alternativo”, mas sim, indicar algumas questões que possam eventualmente contribuir para novas pesquisas e para o debate em torno dessa temática.

Dado que os indicadores socioeconômicos e o processo político não deixam margens a dúvidas quanto ao caráter predominantemente extensivo do desenvolvimento em curso no estado e que as bases teóricas que orientam a matriz do que os BMDs consideram “desenvolvimento sustentável” tendem, ao materializar-se nos diversos projetos de financiamento, a preservar o fosso que separa a região dos centros industriais mais avançados do país e do mundo, a tendência é reafirmar, sob uma roupagem nova – preocupações como o meio ambiente -, a condenação a um modelo de “desenvolvimento insustentável”. Diante desse quadro, torna-se absolutamente indispensável que os principais atores sociais envolvidos nesse processo - referimo-nos, particularmente, às organizações e movimentos representativos dos segmentos sociais subalternos - passem a preocupar-se menos em “jogar o jogo” e mais em “mudar o jogo”. Assim como a “modernização” pretendida pelos “missionários do progresso” foi bloqueada, ainda que parcialmente, a retomada da exploração econômica da região na forma e no conteúdo ditados pelos “mercadores da natureza” precisa ser rechaçada. Isso não quer dizer que deva ser retomada aquela visão romântica inspirada na ideia de se manter largas faixas territoriais da região “intocáveis” pela ação humana, mas de retomar o debate que inspirou a elaboração da proposta de Reserva Extrativista.

O núcleo central desse debate que orientou o MSTR na formulação da proposta de Reserva Extrativista nos anos 80 – que acabou jogado para “debaixo do tapete” em meados dos anos 90 – está fortemente ancorado no suposto de que a conservação da natureza não é incompatível com a exploração para fins comerciais de sua biodiversidade potencial, porém,

de forma sustentada. Tal sustentabilidade era percebida como um processo em construção a longo prazo e deveria ser viabilizada através de um forte comprometimento do poder público, no sentido de ofertar as condições adequadas para esse fim. Enganam-se os que julgam esta questão “ultrapassada”, válida somente para aquele “momento”. Basta um rápido olhar sobre os debates travados no âmbito da Comunidade Europeia em torno da “multifuncionalidade da agricultura” para confirmarmos o quanto ele é atual. Refere-se, em especial, ao caráter público da preservação da paisagem natural e de toda herança cultural formada e desenvolvida nos diferentes espaços e ambientes, cuja manutenção requer, obrigatoriamente, políticas e subvenções especiais por parte do Estado.

O que estamos pretendendo dizer com isso é que, ao “jogar o jogo” da mercantilização da natureza, o Estado (no sentido ampliado) corroborou ativamente para maximizar a apropriação privada do patrimônio natural. É preciso inverter esse jogo, combater esse pragmatismo exacerbado, que relegou, em grande parte, aos “mercadores da natureza” o destino da conservação da paisagem natural na Amazônia. Nesta perspectiva, de “mudar o jogo da mercantilização”, que tipo de atuação poderia ser considerada indispensável por parte do Estado, levando-se em conta esta necessidade de revalorizar a dimensão pública da conservação das florestas e de subordinar as relações mercadológicas a esse imperativo do interesse público, para construir uma sustentabilidade a longo prazo?

Pensar a Amazônia sob perspectiva da sustentabilidade a longo prazo implica, necessariamente, a redefinição dos

rumos do desenvolvimento da nação brasileira. Nesse sentido, talvez o maior desafio seja o de abordar os problemas relativos ao desenvolvimento na região amazônica como parte indissociável de um projeto de reconstrução da nação, sem reduzi-la, contudo, a um utilitarismo de base nacionalista. É preciso considerar o seu significado para os desígnios mais nobres da vida da população mundial e combater incessantemente os sentidos mais pobres que a lógica da exploração “destrutiva do capital” impõe sobre ela. Diga-se de passagem, com a complacência – ou, mais do que isso, com a conivência – de muitos daqueles que outrora apresentaram-se como fervorosos “defensores das florestas” e que nos anos 90 reduziram-se à mera condição de “mercadores da natureza”.

Para modificar esse quadro, da apropriação para fins privados do patrimônio natural, é preciso, em primeiro lugar, que a Amazônia deixe de subordinar-se a uma agenda imposta via organismos multilaterais em vigor nas “práticas de desenvolvimento sustentável”. Ou seja, pretendemos deixar bem explícita a ideia de que os desafios para a reorientação do curso do desenvolvimento na Amazônia não dizem respeito somente às comunidades dispersas na região, mas ao Brasil enquanto nação. Nesse sentido, faz-se necessário empreender um monumental esforço intelectual e político nas esferas da sociedade civil e sociedade política para enfrentar essa questão na magnitude que ela requer.

A região amazônica precisa compor uma agenda destinada a redefinir os rumos do desenvolvimento no país. Tanto as relações de “cooperação” com organismos multilaterais, quanto a inserção da região amazônica no mercado mundial, devem estar necessariamente referenciadas

em uma busca de afirmação soberana do povo brasileiro na condução dos destinos da nação. Se os resultados da centralização governamental no período ditatorial foram trágicos – como revelam, entre outros elementos, as fraudes praticadas pela extinta SUDAM, a devastação de florestas, a grilagem de terras, os assassinatos de lideranças sindicais (que persistem ainda hoje) etc. –, os efeitos da “descentralização politico-administrativa” apoiada nas “virtudes do mercado” não oferecem perspectivas futuras mais alentadoras. Desse modo, em que pese o inestimável valor de inúmeras experiências comunitárias de desenvolvimento em curso na Amazônia, parece muito difícil admitir a ideia de que comunidades dispersas no vasto território amazônico possam lograr êxitos duráveis, ou “sustentáveis” no tempo. Os problemas afetos ao desenvolvimento na Amazônia são tão complexos quanto sua biodiversidade e seus processos sociais.

A utilização de forma sustentada dessa biodiversidade depende, entre outros fatores, “das capacidades econômicas e culturais do país”, no sentido de se assegurar o controle de processos produtivos e industriais, bem como dos mercados desses produtos em escala internacional. Com isso, abrem-se pelo menos duas possibilidades: a primeira é dar continuidade ao processo em curso, que está ao alcance das possibilidades imediatas da sociedade regional: a exploração de madeiras em escala comercial e manutenção do extrativismo da borracha natural e da castanha de forma subsidiada. Conforme vimos no Capítulo IV, isso não parece configurar-se numa estratégia eficaz porque está limitado pelo imediatismo dos “mercadores da natureza” e pelo anacronismo do desenvolvimento extensivo no estado.

No caso dos produtos com maior potencialidade de competição no mercado internacional – como, por exemplo, plantas medicinais e essências florestais –, sua exploração comercial depende do aporte tecnológico de ponta gestado na terceira revolução industrial. Este, por sua vez, é controlado por um restrito grupo de corporações transnacionais, através de mecanismos diversos como as leis de patentes³²¹. Logo, a tendência é que elas monopolizem todo o processo de exploração. Com isso, a região tende a permanecer inserida economicamente de forma subordinada, como mera fornecedora de matéria-prima para os mercados mundiais. Novamente, são os segmentos sociais subalternos que serão os mais sacrificados pelo processo de exploração.

Além do mais, não podemos esquecer que é preciso lidar com enormes “desvantagens” políticas existentes internamente. Dito de outro modo, a proeminência dos traços estruturais de um desenvolvimento extensivo, amalgamado por uma sociedade do tipo “oriental”, repercute de maneira profunda nas práticas políticas dos segmentos sociais subalternos, uma vez que as organizações criadas na esfera da sociedade civil passam a ser instrumentalizadas para satisfazer os interesses particulares das oligarquias que controlam o aparato estatal.

Finalmente, face a esse conjunto de restrições e possibilidades supracitadas, acreditamos que para mudar o

321 — A rigor, a lei de patentes aprovadas pelo Congresso Nacional facilita enormemente a apropriação privada dos recursos disponíveis na natureza. Além do mais, o aprofundamento da dependência externa do país dificulta sobremaneira a possibilidade de se obter vantagens para os segmentos sociais subalternos envolvidos com a exploração dos recursos naturais na Amazônia. Isso quer dizer que sob o ponto de vista econômico não parece tão simples esse ingresso da região de forma vantajosa sob contexto de globalização do capital.

“jogo” da mercantilização da natureza faz-se absolutamente necessária ainda, a recuperação de um mínimo de autonomia política por parte das organizações representativas dos segmentos sociais subalternos. Nos recusamos a admitir que um movimento como esse liderado pelo MSTR no Acre - que demonstrou enorme capacidade para enfrentar as adversidades em diversos momentos de sua trajetória - tenha esgotado seu reconhecido e inestimável potencial criativo. Como mostramos no Capítulo IV, embora tenha logrado a obtenção de hegemonia, a visão de mundo dos “mercadores da natureza” não é única: existem aqueles que a ela se contrapõem nos mais diversos domínios da práxis atuante nos inúmeros recantos desse planeta. A existência dessa chama acesa de esperança, energiza aquilo que Gramsci denomina de “otimismo da vontade” de forma bastante alentadora para o combate sistemático e permanente aos imperativos do “pessimismo do intelecto”, que tenta empurrar a todos para uma resignação submissa a miséria dos “limites do possível”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos e periódicos

Livros, artigos e periódicosABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABU-EL-HAJ, J. *O debate em torno do capital social: uma revisão crítica*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (Rio de Janeiro), (47):65-79, 1999.

ACSELRAD, Henri. Cidadania e meio ambiente In: Acselrad (org) *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992. P. 18 -31

_____, A política ambiental no governo Collor: uma luta pelo controle dos recursos naturais In: Acselrad (org) *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992. P. 115 -127

ALMEIDA, Alfredo W. *Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*. *Revista da ABRA* (Campinas), 19(1), 1989.

AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDERSON, Perry. *As antinomias de Gramsci*. *Crítica Marxista* (São Paulo: Joruês), (1):7-74, 1986.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Terri. *Uaninauá: de seringueiro “caboclo” a “peão” acreano*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1976. (Dissertação de Mestrado)

ARAMBURU, Mikel. *Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior Amazônico*. *Revista brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo), 9(25):82-99, 1994.

ARRIGH, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

AYMONE, Túllio. **I popoli della foresta**. Torino: Bollati Boringhiere Ed. 1996.

BARBIERI, José C. **Desenvolvimento e meio ambiente: As estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BASÍLIO, Sandra T. **A luta pela terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus**. Recife: UFPE, 2001. (Tese de Doutorado)

BAUTISTA VIDAL, Jose W. **Desenvolvimento nacional e a questão energética**. In: **A Amazônia Brasileira em foco: II Seminário Maranhense de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia**. Rio de Janeiro: CNDDA, 1994.

BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOITO Jr., Armando. **Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil**. In: ARAÚJO, Ângela (org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BOYER, Robert. **Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do boom a crise?** In: FIORI, José Luís. **Globalização, o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BRUNO, Regina L. **O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República**. Campinas: Unicamp, 2002. (Tese de Doutorado)

BRUNO, Regina L. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CALAÇA, Manoel. **Características da pequena produção no estado do Acre**. Rio Claro: UNESP, 1983. (Dissertação de Mestrado)

CALIXTO, Valdir. **Aquiri (1898-1909): os padrões e a construção da ordem**. São Paulo: USP, 1993.

CALLINICOS, Alex. **A vingança da História: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CANCLINI, Nestor G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2001. 4ª ed.

CARDOSO, F. & MÜLLER G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1978.

CARLOS, Silvio S. **Universidade Federal do Acre: o fetiche da participação democrática**. Rio Branco. UFAC. Dep. de filosofia e Ciências Sociais. 1998 (Monografia. Mímeo)

CARVALHO, Horácio M. *O transformismo na Nova República e a contra-reforma agrária: reflexos sobre o meio ambiente*. In: **Reforma Agrária**. Campinas: ABRA, ago.-nov. 1989.

CARVALHO, Lucas C. **Colonização e meio ambiente: estudo de duas experiências de assentamento na Amazônia**. Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de Doutorado)

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 2.

CAVALCANTI, Tristão J. da S. **Colonização no Acre: uma análise sócio-econômica do Projeto de Assentamento Pedro Peixoto**. Fortaleza: UFC, 1994. (Dissertação de Mestrado)

COELHO, Frankin, *O município como agente do desenvolvimento*. **Revista de Administração Municipal** (Rio de Janeiro: IBAM), (210), jan.-mar. 1994.

COHEN, Jean L. & Arato, Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COSTA FILHO, O. S. **Reserva extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. (Dissertação de Mestrado)

COSTA SOBRINHO, Pedro V. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez/Rio Branco: UFAC, 1992.

COSTA SOBRINHO, Pedro V. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2001.

COSTA, Homero. *Os partidos políticos no Acre (1945 -1978)*. *Cadernos UFAC* (Rio Branco), (2), 1992.

COSTA, Suely S. M. *Caracterização ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre - Brasil): subsídio ao plano de manejo*. São Carlos: UFSCar, 2000. (Tese de Doutorado)

COUTINHO, Carlos Nelson & NOGUEIRA, M. A. (orgs.) *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Nelson G. *A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND*. Porto Alegre, 1985. Mimeo.

DIAS, Edmundo F. *Pensar com Gramsci a política hoje*. In: *Anais das Jornadas Gramscianas do Maranhão*. São Luiz, Outubro de 1999.

DUARTE, Elizabeth M. *Reforma agrária: entraves políticos e administrativos*. Brasília: UnB, 1988. (Dissertação de Mestrado)

DUARTE, Hélio G. *Conflitos pela terra no Acre*. Curitiba: Gráfica Ed. Junarth, 1987.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, Wolfgang (org.). *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTEVES, Benedita M. *Do “manso” ao guardião da floresta: estudo do processo de transformação social do sistema seringal a partir do uso da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. (Tese de Doutorado)

EVANS, Peter. *O Estado como problema e solução*. *Lua Nova* (São Paulo), (28-29), 1993.

FARIAS, Manoel S. *Raízes da criação da Universidade Federal do Acre*. Campinas: Unicamp, 1996. (Tese de Doutorado)

FERNANDES FILHO, Ildefonso. *A fundação do Partido dos Trabalhadores no Acre: do sonho da terra à terra sem sonhos*. Rio Branco: UFAC, 1998. (Monografia de Graduação em Ciências Sociais)

FERNANDES, Marcos I. *O PT no Acre: a construção de uma terceira via*. Natal: UFRN, 1999.(Dissertação de Mestrado)

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FRANCO, Mariana P. *Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das “mercadorias” nos seringais do Acre*. In: MEDEIROS et alii. *Assentamentos rurais, uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso económico en su perspectiva histórica*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.

GOHN, Glória. *Cultura política, mídia e o novo associativismo no terceiro setor*. In: *IX Congresso de Sociologia*, Porto Alegre, 1999. Conferência apresentada.

GONÇALVES, Calos W. *Geografando Nos Varadouros do Mundo da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à Reserva Extrativista*. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado)

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

GOUVÊA, Gilda P. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Pauliceia, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GRYBOWSKY, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes 1987.

GRYBOWSKY, Cândido. *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRSCHMAN, A. O. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HIRSCHMAN, A. O. *Auto-subversão: teorias consagradas em cheque*. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras 1996.

HIRST, Paul & THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

HOGDSON, G. *Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Celta: Oeiras, 1994.

JACOB, César Romero et alii. *As eleições municipais e suas influências nas disputas presidenciais*. *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política* (Rio de Janeiro: PUC/Dep. de Comunicação Social), 3(5), jul.-dez. 2002.

JANVRY, Alain de. *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1985.

KAPLAN, Marcos. *A formação do Estado nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

KATE, Weith. *O capital e o campo, transformação rural no estado do Acre durante pós-guerra*. *Cadernos do CEAS* (Salvador), (109), 1987.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1975.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Trad. de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

KOWARICK, Marcos. *Amazônia/Carajás na trilha do saque*. São Luiz: Ed. Anita Garibaldi, 1995.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LÊNIN, Vladimir. *El programa agrario de la socialdemocracia*. In: LÊNIN, Vladimir. **Obras escogidas**. Buenos Aires: Cartago, 1975. V. 4.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974 -1976: sonho e fracasso*. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1978. (Tese de Titular)

LINHARES, Luci P. *Animus Domini: um a análise da política de discriminação de terras públicas no Acre*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1992. (Dissertação de Mestrado)

LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo: Nobel, 1991.

MAAR, Wolfgang Leo. *A teoria crítica da sociedade*. In: **Marxismo em debate: teoria e história**. Niterói, 1999.

MALUF, R. S. *Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, 2000. (Estudos CPDA n° 15)

MALUF, R. S. *Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América Latina: um roteiro de temas*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1997. (Debates CPDA n° 3)

MARTINELLO, Pedro. *A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico*. Rio Branco. Cadernos UFAC I. 1988

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Difel, 1985. V. 6.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, Carlos. *Globalização, mercado e instituições segundo a perspectiva regulacionista: uma análise crítica*. In: FIORI, José Luís. **Globalização, o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UERJ. 1998.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEIRELES, Hilson C. *Pecuarização e reconcentração de terras no PAD Humaitá -Acre*. Rio Branco: UFAC/Departamento de Geografia, s.d. (Monografia. Mimeo)

MENDES, Francisco N. *Governo de José Augusto: amor ao povo ou paixão pelo poder*. Rio Branco. UFAC Dep. de Filosofia e Ciências Sociais. 1995 (Monografia, mimeo)

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888 -1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MÉSZÁROS, Istivan. *Para além do capital*. Trad: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Ed Unicamp/Boitempo, 2002.

MOREIRA, Roberto. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Seropédica: Mauad, 1999.

MOREIRA, Roberto. *Metodologias da reforma agrária: o censo e o Projeto Lumiar*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1997. (Estudos nº.8)

MOREIRA, Roberto. *Renda da natureza e territorialização do capital: re-interpretando a renda da terra na competição intercapitalista*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, jul. 1995. (Estudos nº 4)

MOURÃO, Nilson. *A prática educativa das CEBs: popular e transformadora ou clerical e conservadora?* São Paulo: PUC-SP/Departamento de Ciências Sociais, 1988. (Dissertação de Mestrado)

MOURÃO, Patrícia L. *Os impactos dos projetos financiados pelo FNO-Especial nos sistemas de produção familiar do estado do Pará*. In: TURA, Letícia & COSTA, Francisco (orgs.). *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000.

MUZIO, Gabriele. *A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver a coerência do processo*. In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria C. (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Eloísa W. *Rumo da terra, rumo da liberdade: um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre*. Florianópolis: UFSC, 1985. (Dissertação de Mestrado)

NASCIMENTO. Francisco J. *A reforma agrária: INCRA - 20 anos de at-*

uação na Amazônia Ocidental (1974 -1994). Rio Branco: UFAC/Departamento de História, 1995. (Monografia. Mimeo)

NEVES, Delma Pessanha. *Reforma agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. Reforma Agrária* (Campinas: ABRA), 1(25), 1995.

NOGUEIRA Jr., Paulo B. *O círculo de giz da "globalização"*. *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), (49), nov. 1997.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1997.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapuntos, ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. São Paulo/Campinas: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, Arivaldo d'Ávila. *Estrutura fundiária e campesinato nos municípios de Rio Branco, Senador Guimard Santos e Plácido de Castro*. Rio Branco: UFAC, 1997. (Relatório ao CNPq)

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re (li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflitos sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Luis A. *O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia do Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982. (Dissertação de Mestrado)

OLIVEIRA, Marilda M.. *A penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco*. Fortaleza: UFCE/CAEN, 1983. (Dissertação de Mestrado)

PALMEIRA, M. & LEITE, S. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1997. (Debates CPDA nº 1)

PALMEIRA, Moacir. *Burocracia, política e reforma agrária*. In: MEDEIROS et al. *Assentamentos rurais, uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1993.

PALMEIRA, Moacir. *Desmobilização e conflitos: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana*. *Revista Brasileira de Cultura Política* (São Paulo: CEDEC), (1), 1979.

PALZA, Sheila M. B. *Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: análise de sua aplicação no Acre*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1998. (Dissertação de Mestrado)

PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974*. Niterói: UFF, 2000 (Tese de Doutorado)

PAULA, Elder Andrade de. *A conquista da terra nas florestas do Acre*. In: MEDEIROS & LEITE (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado)

PETRAS, James & VELTMAYER. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Trad. Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2001.

PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo e Cláudia Schilling. São Paulo: Página Aberta, 1995.

PIETERSE, J. M. *My paradigm or yours? Alternative development, post development, reflexive development*. *Development and Change*, (29):343-373, 1998.

PINTO, Lúcio F. *Finalidades e atuação do Ministério da Terra*. *Reforma Agrária* (Campinas: ABRA), 4(13), 1997.

PINTO, Luiz G. *Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994*. *Reforma Agrária* (Campinas: ABRA), 1(25), 1995.

PINTO, Luzia ,G. *A Contag: uma organização contraditória*. Brasília: UnB, 1978. (Dissertação de Mestrado)

PIORE, Michael. *Beyond individualism*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RÊGO, J. F. *Estado capitalista e políticas públicas: Estado brasileiro, processo de ocupação capitalista e extrativismo de borracha na Amazônia*. Campina Grande: UFPB, 1992. (Dissertação de Mestrado)

RICCI, Rudá. *A Contag no governo de transição: um ator à procura de um texto*. *Caderno CEDEC* (São Paulo), (15), 1990.

RICCI, Rudá. *Movimentos sociais nos anos 90*. ruda@inet.com.br.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: o sistema confederativo rural em crise*. *Reforma Agrária* (Campinas: ABRA), 1(24), 1994

ROMANO, Jorge O. *Interesses privados na formulação de políticas públicas para a agricultura*. In: SILVA et alii. (orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ROSA, Sueli L. *Do Agrícola e do agrário: políticas e práticas do modelo agrário brasileiro*. Brasília: UnB, 1990. (Tese de Doutorado)

ROSAS, Roberto. Concessão de Direito real de Uso. *Revista de Direito Agrário* (Brasília: Incra), (9), 1983.

SACHS, Wolfgang. *A crise da política e sua recriação democrática*. *Democracia Viva* (Rio de Janeiro: IBASE), (1), 1997.

SANT'ANNA, Marcílio R. *Os imperadores do Acre: uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia*. Brasília: UnB/ICH/PPGS, 1998. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, José V. *Matuchos: exclusão e luta, do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Laymert G. A Encruzilhada da Política Ambiental Brasileira. In: D'INCAO & SILVEIRA (orgs). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém:Ed Museu Emílio Goeldi,1995.

SANTOS, Luiz A. **Modelo de gestão, política de carreiras e revitalização da organização autárquica.** Brasília, CNASI – ASSERA–BR, 1998.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada.* São Paulo: Ática, 1994. V. 2.

SILVA, Adalberto. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais; especulação fundiária e disputa pela terra.* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Francisco B. *Da democracia proscrita à democracia prescrita: a ditadura e a transição política de 1982 no Acre.* Rio Branco: UFAC/DFCS, 1998. (Monografia. Mimeo).

SILVA, Francisco B. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano -1921/1964.** Dissert. de Mestrado apresentada na UFPE. (2002) mimeo

SILVA, J. Graziano. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SILVA, J. Graziano. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas: Unicamp/IE, 1996.

SILVA, J. Porfiro. *Preservação e sutileza: a política de desenvolvimento do governo do Acre (1987-1990).* Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1998. (Dissertação de Mestrado)

Silva, Lúcia. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.* Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, Marina. *Amazônia, meio ambiente e estratégia de desenvolvimento. Proposta* (Rio de Janeiro: FASE), (93/94), 2002.

SILVA, Mauro R. *Estado e movimentos sociais no campo: os anos 90 e a busca do consenso.* Rio Branco: UFAC/DFCS, 1998. (Monografia. Mimeo)

SILVA, Mauro R. **Sindicato em Movimento: Representação Política e os interesses do STR de Xapuri.** Dissert. de Mestrado apresentada no CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro (2001). mímeo.

THROSBY, C. D. *Agriculture in the economy: the evolution of economists*

perceptions over three centuries. *Review of Marketing and Agricultural Economics*, 54(3):5-48,

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VAINER, Carlos. B. *Região e interesses regionais: subsídios para uma discussão dos regionalismos contemporâneos no Brasil. Seminário Internacional "Impasses e Perspectivas da Federação no Brasil"*. São Paulo: FUNDAP, 1995. (Comunicação. Mimeo)

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANA Jr., Aurélio (org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1998. V.1.

WOOD, Ellen. *O que é agenda "pós-moderna"?* In: **WOOD**, Ellen & **FOSTER** (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Obras de referência

BOBBIO, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola & **PASQUINO**, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. 7. ed. Brasília: Ed. UnB, 1995. 2. v.

SACHS, Wolfgang (org.). *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de Economia*. 8. ed. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994.

Fontes

Oficiais e gerais

CNPT/IBAMA. *Programa Piloto para proteção das Florestas Tropicais do Brasil -PPG-7: Projeto Reservas Extrativistas - Relatório Final da 1ª fase (1995-1999)*. Brasília, s.d.

Contag. *Problemática dos Posseiros*. Ofício N°-ARA/1998/74, Brasília (DF), 12/11/1974.

Contag. *Anais do 6º CNTR*. Brasília, 24-28/04/1995.

Contag. *Anais do 7º CNTR*. Brasília, 30/03-03/04/1998.

Contag. *V Encontro Interestadual Brasília*, 9-16/10/1976.

CNS. *Diretrizes Para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia*. Rio Branco, s.d.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil/97*. Goiânia, jun. 1998.

ESTADO DO ACRE. *Estatísticas 1996*. Rio Branco, 1997.

ESTADO DO ACRE. *Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação. Anuário estatístico do Acre: ano de 1971*. Rio Branco: Departamento de Geografia e Estatística, 1972. V. X.

ESTADO DO ACRE. *Secretaria de Estado de Planejamento. Anuário estatístico do Acre 1991*. Rio Branco: Departamento de Estatística e Informações, 1994.

ESTADO DO ACRE. *Zoneamento ecológico-econômico do Acre*. Rio Branco, 2000.

FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Acre: ano de 1965*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. V. 4.

FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil: ano X - 1949*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil: ano XI - 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo demográfico: produção da extração vegetal e da silvicultura - Grandes Regiões - Unidades da Federação. Microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. V. 9.

INCRA. *Demonstrativo dos Assentamentos Executados*. SR 14/AC (11/05/2000).

INCRA. *Desapropriação Agrária pelo Rito Sumário: justa indenização*. Relatório de Pesquisa Primeira Fase vol I (dez.1999).

INCRA. *Divisão de Cadastro Rural*. SR 14/AC — 1970, 1980, 1990, 1998, 2001.

INCRA. *Estatuto da Terra, Lei 4.504*. INCRA (s.d.)

INCRA. *Estrutura Organizacional MDA/INCRA* (out. 2000).

INCRA. *INCRA: um instrumento de governo para a execução da Reforma Agrária* - MEPF, INCRA, Diretoria de Recursos Humanos -DH (jul. 1999).

INCRA. *Manual do Servidor*. Secretaria de Pessoal-SP, s.d.

INCRA. *Plano Plurianual 2000 -2003 Base Estratégica*. SR 14/AC (2000).

INCRA. *Plano Regional de Reforma Agrária* — PRRA/ Acre s.d.

INCRA. *Projeto de Colonização, de Assentamento e Agro-Extrativistas em Execução*. SR. 14/AC (31/05/2001).

INCRA. *Projeto Lumiar Diretriz* (1997).

INCRA. *Relatório de Atividades: INCRA 30 anos*. Brasília, s.d.

INCRA. *Relatório Final Operação Coleta de Dados SIPRA – 2000*. SR 14/AC (2001)

INCRA. *Relatórios de Atividades da SR 14/AC* — 1977, 1986, 1992, 1996, 1997.

INCRA. *Seminário de Atualização Tecnológica para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos da Região Norte*. Rio Branco, 1998.

INCRA. *Seminário: Reforma Agrária e Assentamentos Extrativistas: A Realidade Atual*. Rio Branco, 1996.

INCRA. *Termo de Cessão de Uso*. SR 14/AC (maio 1998).

INCRA/ UnB. *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, 1997.

IPEA. *PIB por Unidade da Federação: Valores Correntes e Constantes* — 1985/96 — dez. de 1998.

SENADO FEDERAL. *Anais do Seminário Internacional Sobre Biodiversidade e Transgênicos*. Brasília, 1999

SUDAM/PNUD. *Diretrizes para uma política pecuária na Amazônia Legal*. Belém, 1997.

ENTREVISTAS

1 - Realizadas por outros autores

Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes). A Pedro Vicente Costa Sobrinho (Xapuri 1988), in GRZYBOWSKI (1989).

Geraldo G. Mesquita. A José ^a Ribeiro; Maria Lúcia B. Vieira e Simone M. B. Kagi, Rio Branco, 1993.

João Maia Filho - Ao CDI/UFAC, Senador Guiomard, (s.d.)

José F. Rêgo - A Jesus Galvão de Freitas Lima, Rio Branco (1997)

2 - Realizadas pelo autor

Antônio Carlos Carbone - Rio Branco, agosto de 2001

Arcangelo J. Limana - Rio Branco, julho de 2001

Othília Melo - Brasília, maio de 2001

Pedro Nazareno - Rio Branco, julho de 2001

Raimundo Araújo Lima - Rio Branco, agosto de 2001

Valdir Pamplona - Rio Branco, julho de 2001

Valterlúcio B. Campelo - Rio Branco, agosto de 2001

Vicente Freire - Rio Branco, julho de 2001

Dom Moacir Grechi - Rio Branco, maio de 1990

João Maia Filho - Rio Branco, junho de 1990

Elson Martins - Rio Branco, julho de 1990

José Francisco da Silva - Brasília, abril de 1990

José Sideni - Rio Branco, agosto de 2001

Jean Pierre - Rio Branco, julho de 2001

Luiz Vasconcelos - Rio Branco, agosto de 2001

Manoel Néri - Rio Branco, agosto de 2001

Raimundo Mendes de Barros - Xapurí, janeiro de 1998

Sabá Marinho - Xapurí, outubro de 1996

Sebastião Machado (“Sibá”) - Rio Branco, agosto de 2001

Judson Valentim (Embrapa-AC) - Rio Branco, agosto de 2001

Vilani (Ibama-AC) - Rio Branco, agosto de 2001

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ANG	Agências Não Governamentais
ASSINCRA	Associação dos Servidores do Incra
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CAEX	Cooperativa Agroestrativista de Xapuri
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPT	Centro Nacional de Apoio às Populações Tradicionais e ao Desenvolvimento sustentável
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNTR	Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPDA	Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras Conselho de Reitores das Univ
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DFCS	Departamento de Filosofia e Ciências Sociais
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETACRE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Acre
FNO	Fundo Constitucional do Norte

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITR	Imposto Territorial Rural
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Polo Agroflorestal
PC	Projeto de Colonização
PIB	Produto Interno bruto
PIN	Plano de Integração Nacional

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Projeto de Polos Minerais e Agrominerais da Amazônia
PROBOR	Programa de Incentivo a Borracha Vegetal
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reservas Extrativistas
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha
TSE	Trubunal Superior Eleitoral
UDR	União Democrática Ruralista
UFAC	Universidade Federal do Acre
UnB	Universidade de Brasília
ZEE-AC	Zoneamento Ecológico Econômico do Acre



Edufac